

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 013 QU?PR?-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,69,89)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,98)
Rodrigo Rollemberg (65,97)
Inácio Arruda (91,100,117)

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (115)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (103)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,70,98)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (65,97)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,90,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (91,100,117)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,75)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (94,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE MARÇO DE 2014 8
1.1 – ABERTURA 8
1.2 – EXPEDIENTE 8
1.2.1 – Pareceres
Nº 181/2014, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298/2013. 10
Nº 182/2014, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2013. 18
Nºs 183 e 184/2014, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 15/2009. 27
1.2.2 – Comunicações da Presidência
Inclusão em Ordem do Dia para segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 298/2013, cujo parecer foi lido anteriormente. 46
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 103/2013, cujo parecer foi lido anteriormente. 46
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 15/2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 46
Encaminhamento do Requerimento nº 258/2014, de autoria da Senadora Lídice da Mata, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 46
1.2.3 – Leitura de projeto
Projeto de Resolução nº 9/2014, de autoria do Senador Luiz Henrique, que *institui o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, e dá outras providências*. 46
1.2.4 – Mensagens da Presidente da República
Nº 21/2014 (nº 55/2014 , na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao primeiro bimestre de 2014. 49
Nº 4/2014-CN (nº 58/2014, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao primeiro bimestre de 2014. 71
Nº 5/2014-CN (nº 53/2014, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente a fevereiro de 2014. 71
1.2.5 – Comunicação da Presidência
Estabelecimento de calendário para tramitação das Mensagens nºs 4 e 5/2014-CN. 71
1.2.6 – Ofício do Supremo Tribunal Federal
Nº 7.660/2014, na origem, comunicando o não conhecimento do recurso de Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes opostos pelo réu Asdrúbal Mendes Bentes, na Ação Penal nº 481. 131
1.2.7 – Comunicações
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que se encontra vaga posição de suplente na Subcomissão de Assuntos Municipais. **(Ofício nº 32/2014).** 133
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de designação de membro para compor a Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, criada pelo Requerimento nº 7/2011-CAE (**Ofício nº 35/2014**) 133
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (**Ofício nº 59/2014**). *Designação do Senador Vital do Rêgo, como titular, para compor a referida Comissão*. 134
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de cessão, ao Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de duas vagas de suplente na Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (**Ofício nº 60/2014**) 134

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria no Senado Federal **(Ofício nº 30/2014)**. *Designação dos Senadores Jorge Viana e Pedro Taques, como suplentes, para comporem a referida Comissão.* 135

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 627/2013 **(Ofício nº 196/2014)**. *Designação do Deputado Ricardo Izar, como titular, para compor a referida Comissão.* 135

1.2.8 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 61/2014, do Ministro de Estado das Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 720/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo. 135

Nº 62/2014, do Ministro de Estado das Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.400/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin 135

Nº 63/2014, do Ministro de Estado das Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.319/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin 135

Nº 74/2014, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.345/2013, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias. 135

Nº 286/2014, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.259/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 135

1.2.9 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 14/2014, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.164/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. 136

Nº 15/2014, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.110/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. 136

Nº 2.739/2014, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.321/2013, de autoria do Senador Inácio Arruda. 136

Nº 2.740/2014, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.258/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 136

Nº 2.741/2014, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.127/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. 136

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Encaminhamento de matéria publicada pela **Folha de S. Paulo** intitulada "Gestão tucana eleva dívida e investe menos". 137

SENADOR *JARBAS VASCONCELOS* – Defesa de projeto de lei de autoria de S.Exª que dispõe sobre a obrigação de a Administração Pública Federal divulgar despesas com publicidade. 138

SENADOR *JORGE VIANA* – Preocupação com o agravamento da cheia do Rio Madeira e as consequências sobre o Estado do Acre. 140

SENADOR *RUBEN FIGUEIRÓ* – Defesa da instalação de CPI para investigar a compra de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, pela Petrobras; e outros assuntos. 142

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Manifestação a favor do *impeachment* da Presidente da República. 144

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro da votação, amanhã, na CCJ, de projeto que visa redefinir as dívidas dos Estados com a União; e outros assuntos. 146

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Relato de agenda cumprida por S. Exª no Estado de Rondônia; e outros assuntos. 152

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* –Destaque à presença da Presidente Dilma Rousseff na cerimônia de assinatura de ordem de serviço para início da construção de unidades habitacionais do Residencial Pinheirinho dos Palmares, do Programa Minha Casa, Minha Vida, em São José dos Campos/SP. 155

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Acusações à oposição de utilizar o episódio de aquisição da refinaria de Pasadena pela Petrobras para alcance de objetivos político-eleitorais. 171

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Homenagem ao PCdoB pelo transcurso do 92º aniversário de sua fundação. 172

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Congratulações ao PMDB pelo transcurso de 48 anos de sua fundação. 184

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da participação de S.Exª em audiência pública destinada à discussão da Política Nacional de Resíduos Sólidos. 186

SENADORA *ANA AMÉLIA*, como Líder – Registro de representação entregue por senadores ao Procurador-Geral da República com a finalidade de que sejam apuradas operações envolvendo a Petrobras e a compra de refinaria nos Estados Unidos; e outros assuntos. 188

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 298/2013, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil

e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, que *dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências*. **Aprovado, em primeiro turno, o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH)**, tendo usado da palavra os Senadores Ana Rita, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin e Walter Pinheiro. 191

Redação para o segundo turno do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 298/2013 **(Parecer nº 185/2014-CDIR). 195**

Aprovado, em segundo turno, o Substitutivo, tendo usado da palavra o Senador Romero Jucá (Relator). À Câmara dos Deputados..... 197

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 197

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 260/2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 7 e 8 de abril próximo. 201

Nº 261/2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período 6 a 8 de abril próximo. 202

1.4.2 – Discursos

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE, como Líder* – Preocupação com o rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação de risco *Standard & Poor's*. 203

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Registro da participação de S. Exª no Congresso de Tecnologia Móvel em Barcelona, na Espanha, e comentários acerca da aplicabilidade da tecnologia para o Brasil. 205

SENADOR *JAYME CAMPOS*, como Líder – Registro de audiência pública realizada na última quinta-feira, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que tratou sobre a reestruturação da Polícia Federal; e outros assuntos.. 209

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Defesa da instalação de CPI para investigação de negócios realizados pela Petrobras; e outro assunto..... 212

1.4.3 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 260/2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. **Aprovado.**..... 224

Requerimento nº 261/2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. **Aprovado.**..... 224

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Críticas ao Governo do Estado de Sergipe; e outro assunto..... 224

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Ponderações acerca das críticas direcionadas à gestão da Petrobras; e outros assuntos. 227

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Apoio à candidatura do Senador Armando Monteiro ao governo de Pernambuco. 231

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Registro do transcurso do 92º aniversário do PCdoB; e outros assuntos. 233

SENADOR *PAULO BAUER* – Preocupação com o risco de desabastecimento de gás natural no Brasil, especialmente na região Sul do País; e outro assunto..... 236

1.4.5 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 131/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 888/2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado..... 239

Nº 132/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 1.074/2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado..... 239

Nº 133/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 954/2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado..... 240

Nº 134/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 19/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado. 240

Nº 135/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 20/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado. 240

Nº 136/2014, na origem, comunicando o recebimento de cópia do Requerimento nº 51/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado. 241

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento de retificação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2013, do Conselho da Justiça Federal **(Ofício nº 1.140/2014, na origem)**. 241

1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 262/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda Constitucionais nºs 63/2013; 2, 5 e 68/2011. 243

Nº 263/2014, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. 244

Nº 264/2014, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. 246

Nº 265/2014, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. 248

Nº 266/2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 85/2009, que tramita em conjunto com o Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283/2012..... 250

1.4.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 99/2014, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que *dispõe sobre a participação de representantes dos Estados e do Distrito Federal na discussão das propostas e planos orçamentários da União e na definição dos investimentos e obras deles decorrentes*. 250

Projeto de Lei do Senado nº 100/2014–Complementar, de autoria do Senador Garibaldi Alves, que *estabelece normas para a redução das desigualdades inter-regionais nos termos do art. 165, § 7º, da Constituição Federal*. 251

Projeto de Lei do Senado nº 101/2014, de autoria do Senador João Capiberibe, que *altera o Código de Processo Penal para prever nova modalidade de prisão preventiva: em caso de flagrante de crime de racismo ou injúria racial, como recurso pedagógico, no interesse da sociedade*. 252

1.4.9 – Mensagem da Presidente da República

Nº 45/2014, na origem, encaminhando as razões do Veto Parcial nº 2/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 110/2013. *Constituição da Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o referido Veto*..... 254

1.4.10 – Comunicações da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 21 de março de 2014, e publicação na mesma data, da Medida Provisória nº 639/2014, que *autoriza o Banco Central do Brasil a alienar à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP os imóveis que especifica*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Ofícios nºs 55/2014-Bloco Parlamentar União e Força/SF e 109/2014-DEM/CD)**. 260

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 21 de março de 2014, e publicação na mesma data, da Medida Provisória nº 640/2014, que *cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos – FCGE e extingue Funções Comissionadas Técnicas - FCT*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Ofícios nºs 56/2014-Bloco Parlamentar União e Força/SF e 110/2014-DEM/CD)**. 262

1.4.11 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle **(Ofício nº 21/2014)**. *Designação do Senador Mário Couto, como suplente, para compor a referida Comissão*. 263

Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 635/2013 **(Ofício nº 74/2014)**. *Designação do Deputado Wellington Roberto, como titular, para compor a referida Comissão*. 263

1.4.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Encaminhamento do editorial intitulado "Projeções pessimistas", publicado pelo Jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 6 de março de 2014. 263

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Encaminhamento de entrevista concedida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira ao Jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada "É preciso materializar o 'mal-estar'". 265

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Encaminhamento do editorial intitulado "Política fiscal começa mal", publicado pelo Jornal **O Estado de S. Paulo**. 266

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Registro do transcurso do Dia Mundial da Água, em 22 de março. 267

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Preocupação com a violência de gênero e defesa de políticas em favor das mulheres. 268

1.4.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 269

1.5 – ENCERRAMENTO..... 273

2 – PARECER

Nº 11/2014-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013, que *altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências* **(conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2014)**. 273

3 – EMENDAS

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1/2014-CN 324

Nºs 1 a 34, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2/2014-CN..... 338

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 25.3.2014 364

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 365
Bancadas dos Partidos 366
Por ordem alfabética 367
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 368
7 – LIDERANÇAS 369
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 373
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 377
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 386
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 395
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 398
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 405
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 411
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 421
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 429
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 438
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 447
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 453
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 457
CSF – Comissão Senado do Futuro 461

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 462
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 463
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 464
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 465
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 465
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 466
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 468
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 470
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 472
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 474
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 476
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 478

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 480
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 490
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 494
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 495
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 496
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 497
Comissões Mistas Especiais 498

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 502
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 503
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 507

Ata da 37ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 25 de março de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Mozarildo Cavalcanti, Anibal Diniz, Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 20 horas e 34 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

37ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 25/03/14 07:00 até 25/03/14 20:40

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X

Partido	UF	Nome	Pres
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 181, DE 2014

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, de iniciativa da CPMI de violência contra a mulher no Brasil que "dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências."
(em audiência, nos termos do Requerimento nº 1138, de 2013.)

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Vem a exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 298, de 2013, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher. Trata-se da instituição do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão ligado à Presidência da República, com *status* de ministério.

De acordo com o art. 1º da proposição, o Fundo tem o objetivo de apoiar e financiar as atividades e os programas da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de modo a garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

O art. 2º detalha as fontes dos recursos que irão sustentar o Fundo. Já as ações que serão garantidas por esses recursos estão detalhadas no art. 3º.

O projeto também prevê, em seu art. 4º, o repasse de recursos provenientes do Fundo, mediante convênios, acordos ou ajustes.

O art. 5º, por sua vez, determina que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (SINESP) forneça os dados para a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Conforme o art. 6º, o Poder Executivo disporá sobre os atos necessários à regulamentação da matéria. O art. 7º, por fim, prevê que a lei, que chama de *complementar*, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a CPMI afirma que é grave a falta de recursos para sustentar a implementação das ações da política de enfrentamento à violência contra a mulher, mormente no âmbito municipal, no qual constatou descontinuidade das ações e ausência de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Despachado para votação em Plenário, a matéria foi submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em razão da acolhida do Requerimento nº 981, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Na CCJ, a Senadora Ana Rita, nomeada relatora da matéria, ofereceu voto pela aprovação do projeto, na forma de substitutivo. O texto, no entanto, acabou sendo rejeitado.

O relatório do vencido foi oferecido pelo Senador Pedro Taques, que, mesmo ressaltando as boas intenções do projeto, viu no texto invasão da competência do Poder Executivo, e, portanto, descumprimento dos requisitos de constitucionalidade.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso IV do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam dos direitos da mulher. Como o PLS nº 298, de 2013, versa sobre essa temática, é regimental sua análise por este Colegiado.

O projeto em exame é fruto do trabalho da CPMI da Violência contra a Mulher que percorreu 17 estados e o Distrito Federal e realizou um diagnóstico da situação da atuação dos entes públicos no enfrentamento à Violência contra Mulheres e constatou que grande parte dos dispositivos de proteção estabelecidos pela Lei Maria da Penha encontram obstáculo em sua implantação pela falta de alocação de recursos.

Tal aspecto se percebe com mais força nos âmbitos estadual e municipal, nos quais é baixa e, muitas vezes, até inexistente a alocação de recursos para a instalação e manutenção de equipamentos indispensáveis de atendimento à mulher, como as Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A CPMI verificou, ainda, que é precária a manutenção das redes de enfrentamento à violência contra a mulher, o que gera frustração na sociedade, tendo em vista que as avançadas medidas legais enfeixadas na Lei Maria da Penha acabam não encontrando correspondência na dura realidade enfrentada pelas mulheres no seu dia a dia.

Em face de tal situação, a CPMI apresenta um projeto que cria um fundo com o objetivo de reunir a arrecadação e a alocação de recursos voltados especificamente para a garantia dos direitos da mulher. O projeto prevê a assinatura de convênios com os entes federativos e deixa a cargo do Poder Executivo a regulamentação da matéria.

Somos favoráveis ao mérito da iniciativa.

No entanto, verificamos a necessidade de fazer reparos ao texto, a fim de corrigir aspectos que certamente influenciaram em sua rejeição pela CCJ e, dessa maneira, contribuir para que tão importante matéria prospere em sua tramitação.

Elaboramos, então, um substitutivo que retira do texto a menção explícita à Secretaria de Políticas para as Mulheres, a fim de que ele não invada competência do Poder Executivo. Retiramos, também, a alusão aos orçamentos de estados e municípios na composição dos recursos que comporão o Fundo, para evitar conflito com o Pacto Federativo. Da mesma maneira, retiramos igualmente da medida a referência às fontes financiadoras já previstas como dotações do Fundo Penitenciário Nacional (Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994).

No que tange à destinação dos recursos, modificamos o *caput* do art. 3º, de maneira a corrigir deslize na justaposição de termos contraditórios entre si relacionada às ações que se buscam realizar, a partir da criação do Fundo. Elaboramos, ademais, uma redação mais sucinta dos itens do referido dispositivo, de modo a facilitar a compreensão do texto. Além disso, eliminamos a menção à lei como "complementar", certamente um equívoco do ponto de vista do processo legislativo.

Suprimos, ainda, a determinação contida no art. 5º da proposição relacionada ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas por entendermos que se trata de medida não relacionada diretamente ao Fundo.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CDH (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 298, DE 2013

Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de natureza contábil, destinado a financiar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Parágrafo único. O Fundo deve atender, na forma de seu regulamento, aos objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:

I – as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

II – as doações, as contribuições em dinheiro, os valores, os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV– os rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – os saldos de exercícios anteriores;

VI – outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher serão aplicados em:

I – implantação, reforma, manutenção, ampliação e aprimoramento dos serviços e equipamentos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência;

III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos serviços referidos neste artigo;

IV – implantação de medidas pedagógicas, campanhas e programas de formação educacional e cultural consoantes com os objetivos e prioridades da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – programas de assistência jurídica às mulheres em situação de violência;

VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VII – publicações e programas de pesquisa científica relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VIII – custos de sua própria gestão, exceto despesas de pessoal relativas a servidores públicos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de março de 2014.

Sen. Paulo Paim, Presidente eventual

, Relatora

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 19/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 07 DE JANEIRO DE 1994

Cria o Fundo Penitenciário Nacional FUNPEN, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

.....

PARECER
Nº 182, DE 2014

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013 (nº 5.384/2005, na Casa de Origem, do Deputado Eduardo Barbosa), que "dispõe sobre caracterização de símbolo que permita a identificação do local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada".

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, tem como objetivo obrigar a colocação do "Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas ostomizadas. Visa, também, obrigar a colocação do símbolo em todos os serviços que forem postos à disposição dessas pessoas, principalmente no acesso aos banheiros públicos e privados.

O referido símbolo terá seu desenho reproduzido no anexo da lei e não poderá ser objeto de modificação, nem poderá ser usado para outra finalidade que não seja identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas ostomizadas.

O autor da proposição, em sua justificação, esclareceu que "a adoção de símbolos que facilitem a identificação de espaços destinados a pessoas que apresentem necessidades especiais é uma forma de fazer valer os direitos dessas pessoas." Acrescenta, ainda, que o símbolo para identificar a

pessoa ostomizada é uma questão de tornar visível a luta contra qualquer tipo de discriminação. Ademais, essa colocação vai "reafirmar diante da sociedade e autoridades a existência de pessoas submetidas a esta condição, as quais necessitam de ter assegurados espaços que permitam uma vida normal apesar de se utilizarem de dispositivo, geralmente bolsas coletoras, dos conteúdos eliminados do aparelho digestivo e urinário".

O projeto foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), devendo posteriormente seguir para a apreciação do Plenário desta Casa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, pois trata da proteção à pessoa com deficiência. Não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado, cabe à CDH, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, ainda, sobre a proteção e a integração social das pessoas com deficiência. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Quanto ao mérito, informamos que são inúmeros os estudos que apontam para o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Esses estudos nos mostram, também, que a essa realidade soma-se uma industrialização intensa e os efeitos da urbanização, que fazem com que a população esteja mais exposta a inúmeros problemas de saúde. Desses problemas, decorrem, muitas vezes, alterações corporais drásticas, que resultam na necessidade de ajuda de recursos tecnológicos como implantes de próteses e órteses, com vistas a salvar ou proporcionar à pessoa alguma qualidade de vida. E essa pessoa ostomizada requer atenção especial.

De fato, diferentemente da maioria das pessoas com deficiência, as condições peculiares das pessoas ostomizadas são pouco conhecidas e, por isso, ainda propiciam discriminação. Essas pessoas, certamente, requerem adaptações diferenciadas nos vários ambientes que frequentam, que são fundamentais para conseguirem realizar, com tranquilidade, suas atividades mais cotidianas.

Muitas pessoas ostomizadas, contudo, hesitam em sair de suas casas e ter uma vida social ativa. Isso decorre da preocupação com o esvaziamento de sua bolsa coletora fora da residência. Para um ostomizado, pode ser estressante utilizar banheiros públicos. Por essa razão, a disponibilização de banheiros públicos para o atendimento adequado aos ostomizados, com um símbolo que lhes permita identificar os locais em que podem esvaziar sua bolsa, pode ser a chave para aumentar a sensação de bem-estar e a reabilitação dos ostomizados em sua comunidade.

Por essa razão, entendemos que a proposição é extremamente meritória e traz justiça a essa parcela da população ainda tão discriminada.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013.

Sala da Comissão, 19 de março de 2014.

, Presidente

, Relator

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 19/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rita (PT) (PRESIDENTE)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) Relator	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Aníbal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, tem como objetivo obrigar a colocação do "Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas ostomizadas. Visa, também, obrigar a colocação do símbolo em todos os serviços que forem postos à disposição dessas pessoas, principalmente no acesso aos banheiros públicos e privados.

O referido símbolo terá seu desenho reproduzido no anexo da lei e não poderá ser objeto de modificação, nem poderá ser usado para outra finalidade que não seja identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas ostomizadas.

O autor da proposição, em sua justificação, esclareceu que "a adoção de símbolos que facilitem a identificação de espaços destinados a

pessoas que apresentem necessidades especiais é uma forma de fazer valer os direitos dessas pessoas." Acrescenta, ainda, que o símbolo para identificar a pessoa ostomizada é uma questão de tornar visível a luta contra qualquer tipo de discriminação. Ademais, essa colocação vai "reafirmar diante da sociedade e autoridades a existência de pessoas submetidas a esta condição, as quais necessitam de ter assegurados espaços que permitam uma vida normal apesar de se utilizarem de dispositivo, geralmente bolsas coletoras, dos conteúdos eliminados do aparelho digestivo e urinário".

O projeto foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), devendo posteriormente seguir para a apreciação do Plenário desta Casa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, pois trata da proteção à pessoa com deficiência. Não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado, cabe à CDH, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, ainda, sobre a proteção e a integração social das pessoas com deficiência. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Quanto ao mérito, informamos que são inúmeros os estudos que apontam para o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Esses estudos nos mostram, também, que a essa realidade soma-se uma industrialização intensa e os efeitos da urbanização, que fazem com que a população esteja mais exposta a inúmeros problemas de saúde. Desses problemas, decorrem, muitas vezes, alterações corporais drásticas, que resultam na necessidade de ajuda de recursos tecnológicos como implantes de

próteses e órteses, com vistas a salvar ou proporcionar à pessoa alguma qualidade de vida. E essa pessoa ostomizada requer atenção especial.

De fato, diferentemente da maioria das pessoas com deficiência, as condições peculiares das pessoas ostomizadas são pouco conhecidas e, por isso, ainda propiciam discriminação. Essas pessoas, certamente, requerem adaptações diferenciadas nos vários ambientes que frequentam, que são fundamentais para conseguirem realizar, com tranquilidade, suas atividades mais cotidianas.

Muitas pessoas ostomizadas, contudo, hesitam em sair de suas casas e ter uma vida social ativa. Isso decorre da preocupação com o esvaziamento de sua bolsa coletora fora da residência. Para um ostomizado, pode ser estressante utilizar banheiros públicos. Por essa razão, a disponibilização de banheiros públicos para o atendimento adequado aos ostomizados, com um símbolo que lhes permita identificar os locais em que podem esvaziar sua bolsa, pode ser a chave para aumentar a sensação de bem-estar e a reabilitação dos ostomizados em sua comunidade.

Por essa razão, entendemos que a proposição é extremamente meritória e traz justiça a essa parcela da população ainda tão discriminada.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECERES
Nºs 183 E 184, DE 2014

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009 (nº 1.960/2007, na casa de origem, do Deputado Maurício Rands), que *acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio.*

PARECER Nº 183, DE 2014
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009 (Projeto de Lei nº 1.960, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Maurício Rands. A proposição tem como objetivo instituir a semana de educação ambiental nas instituições de ensino públicas e privadas que compreendam a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio. Para tanto, acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que *dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.*

De acordo com o projeto, a semana de educação ambiental será realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho e contará com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes

curriculares. De acordo com o autor do PLC nº 15, de 2009, o período de realização das atividades foi escolhido para que elas *se realizem no entorno do dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e da Semana Nacional do Meio Ambiente, instituída no País desde 1981, pelo Decreto nº 86.028, e comemorada na primeira semana* [de junho].

Na Câmara dos Deputados, o projeto teve seu mérito aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Submetido também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta opinou pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da proposição.

No Senado Federal, também será ouvida, após a CMA, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-A, II, alínea *b* do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente política e sistema nacional de meio ambiente.

Assim como os demais países que almejam alcançar a condição de desenvolvidos, o Brasil não deve seguir o mesmo caminho historicamente trilhado pelos países hoje mais avançados. O desenvolvimento não pode mais ser entendido exclusivamente em sua dimensão econômica. Outros aspectos inerentes ao desenvolvimento, entre eles a justiça social e a sustentabilidade ambiental, também precisam ser considerados.

Nesse contexto, a educação, em geral, e a educação ambiental, em particular, têm um importante papel a desempenhar. Somente com a qualificação continuada de recursos humanos o Brasil poderá superar suas desigualdades internas e reduzir a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos. O objetivo deve ser sempre o de aprimorar, cada vez mais, a qualidade de vida dos brasileiros, da qual as condições ambientais são um importante componente.

A instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, mediante a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, vem contribuindo de modo significativo para a formação e a consolidação da consciência ecológica de jovens e adultos. De acordo com essa lei, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sem dúvida, o PLC nº 15, de 2009, constitui uma importante iniciativa do Congresso Nacional para estimular ações voltadas para a popularização da educação ambiental. A semana de educação ambiental deve se constituir em ocasião para a abordagem do tema de forma articulada, buscando conscientizar crianças e jovens sobre a necessidade de mudança dos padrões de conduta de nossa civilização, a fim de garantir sua sustentabilidade, um meio ambiente saudável e a preservação da biodiversidade.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição sob análise. Ao projeto cabe, contudo, emenda que assegure a observação dos parágrafos 1, 2 e 3 do artigo alterado, posto que não tenha sido a intenção do legislador substituir a abordagem em vigor por atividades realizadas apenas durante a Semana de Educação Ambiental, mas sim a de proporcionar mais um espaço de reflexão e discussão do tema.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 15, de 2009, exceto no tocante à ementa, que não inclui as instituições de ensino infantil. Entretanto, não cabe à CMA opinar sobre os aspectos educacionais da proposição, que deverão ser apreciados pela CE.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CMA

Altere-se o conteúdo do §4º, acrescido ao Art. 10. da Lei nº 9.795, de 1999, que passará a ter a seguinte redação:

> "§4º As instituições de ensino públicas e privadas que compreendem a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio deverão realizar anualmente, na primeira quinzena do mês de junho, uma semana de educação ambiental, com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1 a 3 deste artigo." (NR)

Sala da Comissão, 10 de abril de 2012.

SEN. RODRIGO ROLLEMBERG, Presidente

, Relatora

SEN. ANA RITA

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 13ª REUNIÃO, DE 10/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. RODRIGO ROLLEMBERG

RELATOR: SEN. ANA RITA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
nibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
.cir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
orge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
edro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
odrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
uiz Henrique (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Val: ir Moka (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
unício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
érgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
duardo Braga (PMDB)	5. VAGO
o Cassol (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
loysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
lvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
osé Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PR)	
im Argello (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
ic: ho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
andolfe Rodrigues	1. Kátia Abreu

VENCIDO

PARECER Nº 184, DE 2014
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009 (Projeto de Lei nº 1.960, de 2007, na origem), do Deputado Maurício Rands, que institui a semana dc educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.

Para tanto, o PLC acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

Nos termos da proposição, a semana de educação ambiental deve ser realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho, por meio de atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares.

A proposição determina, ainda, que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor discorre sobre a importância da temática ambiental e informa que o período de realização das atividades foi escolhido considerando o dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e a Semana Nacional do Meio Ambiente, comemorada na primeira semana de junho.

O projeto foi acolhido pela Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com uma emenda que faz menção expressa aos demais parágrafos do art. 10 da lei a ser alterada.

Nesta Comissão, a proposição foi distribuída, inicialmente, ao Senador Antonio Russo. Seu relatório, que não chegou a ser apreciado, foi, em linhas gerais, retomado na elaboração deste, com acréscimos e alterações.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 15, de 2009, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Note-se que a instituição de datas comemorativas foi regulamentada pela Lei nº 12.345, de 2010, segundo a qual ela *obedecerá ao critério de alta significação para os diferentes segmentos [...] que compõem a sociedade brasileira*, a teor de seu art. 1º. Determina, também, o cumprimento de uma série de requisitos procedimentais para que projetos com aquela finalidade tramitem regularmente. Entretanto, de acordo com o parecer emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa no dia 18 de maio de 2011, em que aprovou o Requerimento nº 04, de 2011 – CE, os projetos de lei cuja tramitação se iniciou antes da publicação da mencionada Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados de acordo com a legislação vigente. Na origem, a proposição foi apresentada em 2009. Portanto, sua apreciação no Senado Federal obedece aos requisitos do Parecer da CCJ acima mencionado.

Examinemos, então, o mérito da proposição.

A preocupação com o meio ambiente tornou-se tema de primeiro plano na medida em que os desdobramentos da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII, conduziram a uma crescente degradação de nosso planeta. Rompendo com a ideia de apoio irrestrito à industrialização e à ocupação dos espaços físicos pela atividade econômica, os princípios de desenvolvimento sustentável se consolidaram nas últimas décadas do século XX e abriram uma nova era no relacionamento humano com a natureza.

Em todos os países, principalmente naqueles em que primeiro a indústria gerou danos ao meio ambiente, a preocupação ecológica vem ocupando os mais diversos espaços, inclusive o educacional. Desse modo, os currículos escolares há muito incorporaram a temática ambiental, particularmente por meio de uma abordagem transversal e interdisciplinar.

Contudo, na Lei nº 9.795, de 1999, o aspecto educativo transcende o espaço escolar. Conforme seu art. 1º, deve-se entender "por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade". Já segundo seu art. 2º, "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

No que concerne à escola, merece destaque, na Lei nº 9.795, de 1999, a determinação de que a educação ambiental dever ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Além disso, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, embora seja facultada a criação de disciplinas dessa natureza em algumas circunstâncias, na educação superior e profissional. A dimensão ambiental deve, ainda, constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

O projeto em análise acrescenta mais um aspecto curricular sobre meio ambiente na educação básica. A relevância do tema é inquestionável. Não se estabelece uma sobrecarga nos currículos, dada a previsão de abordagem integrada e multidisciplinar. Desse modo, nada há a obstar à iniciativa, quanto ao mérito educacional.

No que se refere à sua constitucionalidade e juridicidade, inexistem, também, reparos a fazer.

Já a técnica legislativa merece uma correção. Trata-se de incluir a educação infantil na ementa, uma vez que essa etapa educacional é incluída no texto do projeto. A Emenda nº 1 – CMA merece, igualmente, um reparo de redação, na referência aos §§ 1º a 3º do art. 10 da Lei nº 9.795, de 1999. Para esse caso, apresentamos uma subemenda.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, acolhidas a emenda e a subemenda apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 2 – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, a seguinte redação:

> "Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio."

SUBMENDA CE
(Emenda nº 1 – CMA)

Altere-se o conteúdo do § 4º, acrescido pelo Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que passará a ter a seguinte redação:

> "§ 4º As instituições de ensino públicas e privadas que compreendem a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio deverão realizar anualmente, na primeira quinzena do mês de junho, uma semana de educação ambiental, com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo."

Sala da Comissão, em 18 de março de 2014.

, Presidente

, Relator

EMENDA MODIFICATIVA Nº 3 – CE

(ao PLC nº 15, de 2009)

Altere-se o conteúdo do §4º, acrescido ao Art. 10. da Lei nº 9.795, de 1999, que passará a ter a seguinte redação:

"§4º As instituições de ensino públicas e privadas que compreendem a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino técnico e superior, deverão realizar anualmente, na primeira quinzena do mês de junho, uma semana de educação ambiental, com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1 a 3 deste artigo." (NR)

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. VAGO
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

.....

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, continua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

.....

LEI Nº 12.345, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.

Fixa critério para instituição de datas comemorativas.

.....

Decreto nº 86.028, de 27 de Maio de 1981

Institui em todo Território Nacional a "Semana Nacional do Meio Ambiente", e dá outras providências.

.....

FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA APRECIAÇÃO DO PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 15, DE 2009, NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DE 18/03/2014

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2009 - Não terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio.

Autoria: Maurício Rands

Relatoria: João Vicente Claudino

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CMA na forma da subemenda apresentada.

Observações:
1 - Matéria terminativa no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com a palavra o eminente Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009, do Deputado Maurício Rands, que institui a semana de educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.

Para tanto, o PLC acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

Nos termos da proposição, a semana de educação ambiental deve ser realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho, por meio de atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares.

Na justificação do projeto, seu autor discorre sobre a importância da temática ambiental e informa que o período de realização das atividades foi escolhido considerando o dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e a Semana Nacional do Meio Ambiente, comemorada na primeira semana de junho.

Na análise, Sr. Presidente, o projeto acrescenta mais um aspecto curricular sobre meio ambiente na educação básica. A relevância do tema é inquestionável. Não se estabelece uma sobrecarga nos currículos, dada a previsão de abordagem integrada e multidisciplinar. Desse modo, nada há a obstar à iniciativa quanto ao mérito educacional. No que se refere à sua constitucionalidade e juridicidade, inexistem, também, reparos a fazer. Já a técnica legislativa merece uma correção. Trata-se de incluir a educação infantil na ementa, uma vez que essa etapa educacional é incluída no

texto do projeto. A Emenda nº 1 – CMA merece, igualmente, um reparo de redação, na referência aos §§ 1º a 3º do art. 10 da Lei nº 9.795, de 1999. Para esse caso, apresentamos uma subemenda.
E voto, Sr. Presidente, com a emenda e a subemenda,é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O Projeto está em discussão.
Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu falava aqui com o nobre Relator, João Vicente Claudino, a orientação do MEC, aqui, é totalmente favorável à matéria, acharam o projeto interessante (...) matéria, acharam o projeto interessante, tanto que eles propõem a possibilidade de envolver também a educação superior. Aqui, a redação diz: "educação básica e superior", e em defesa do meio ambiente, porque tem muito marmanjo que, infelizmente, está numa universidade e não defende o meio ambiente. Então, se o relator acatasse essa proposta, seria estendida a todo o setor de educação e à educação ambiental. Essa é a proposta do MEC.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Consulto o relator.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB - PI) – Acatamos.
Acho que é muito importante e você atende desde a educação infantil até a educação superior.
A emenda está acatada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Então, eu coloco em votação, já com a emenda oferecida e acatada pela CMA, e mais a emenda do Senador Paulo Paim.
Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)
Aprovada a emenda do Senador Paulo Paim.
Convido o Senador Paulo Paim para presidir, enquanto eu faço o relatório do próximo item também não terminativo, que foi incluído extra pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009 (Projeto de Lei nº 1.960, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Maurício Rands. A proposição tem como objetivo instituir a semana de educação ambiental nas instituições de ensino públicas e privadas que compreendam a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio. Para tanto, acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que *dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*.

De acordo com o projeto, a semana de educação ambiental será realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho e contará com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares. De acordo com o autor do PLC nº 15, de 2009, o período de realização das atividades foi escolhido para que elas *se realizem no entorno do dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e da Semana Nacional do Meio Ambiente, instituída no País desde 1981, pelo Decreto nº 86.028, e comemorada na primeira semana* [de junho].

Na Câmara dos Deputados, o projeto teve seu mérito aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Submetido também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta opinou pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da proposição.

No Senado Federal, também será ouvida, após a CMA, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-A, II, alínea *b* do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa

do meio ambiente, especialmente política e sistema nacional de meio ambiente.

Assim como os demais países que almejam alcançar a condição de desenvolvidos, o Brasil não deve seguir o mesmo caminho historicamente trilhado pelos países hoje mais avançados. O desenvolvimento não pode mais ser entendido exclusivamente em sua dimensão econômica. Outros aspectos inerentes ao desenvolvimento, entre eles a justiça social e a sustentabilidade ambiental, também precisam ser considerados.

Nesse contexto, a educação, em geral, e a educação ambiental, em particular, têm um importante papel a desempenhar. Somente com a qualificação continuada de recursos humanos o Brasil poderá superar suas desigualdades internas e reduzir a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos. O objetivo deve ser sempre o de aprimorar, cada vez mais, a qualidade de vida dos brasileiros, da qual as condições ambientais são um importante componente.

A instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, mediante a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, vem contribuindo de modo significativo para a formação e a consolidação da consciência ecológica de jovens e adultos. De acordo com essa lei, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sem dúvida, o PLC nº 15, de 2009, constitui uma importante iniciativa do Congresso Nacional para estimular ações voltadas para a popularização da educação ambiental. A semana de educação ambiental deve se constituir em ocasião para a abordagem do tema de forma articulada, buscando conscientizar crianças e jovens sobre a necessidade de mudança dos padrões de conduta de nossa civilização, a fim de garantir sua sustentabilidade, um meio ambiente saudável e a preservação da biodiversidade.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição sob análise.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 15, de 2009, exceto

no tocante à ementa, que não inclui as instituições de ensino infantil. Entretanto, não cabe à CMA opinar sobre os aspectos educacionais da proposição, que deverão ser apreciados pela CE.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ANTONIO RUSSO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009 (Projeto de Lei nº 1.960, de 2007, na origem), do Deputado Maurício Rands, que institui a semana de educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.

Para tanto, o PLC acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

Nos termos da proposição, a semana de educação ambiental deve ser realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho, por meio de atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares.

A proposição determina, ainda, que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor discorre sobre a importância da temática ambiental e informa que o período de realização das atividades foi escolhido considerando o dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e

a Semana Nacional do Meio Ambiente, comemorada na primeira semana de junho.

O projeto foi acolhido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com uma emenda que faz menção expressa aos demais parágrafos do art. 10 da lei a ser alterada.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 15, de 2009, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A preocupação com o meio ambiente tornou-se tema de primeiro plano na medida em que os desdobramentos da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no final do século XVIII, conduziram a uma crescente degradação de nosso planeta. Rompendo com a ideia de apoio irrestrito à industrialização e à ocupação dos espaços físicos pela atividade econômica, os princípios de desenvolvimento sustentável se consolidaram nas últimas décadas do século XX e abriram uma nova era no relacionamento humano com a natureza.

Em todos os países, principalmente naqueles em que primeiro a indústria gerou danos ao meio ambiente, a preocupação ecológica vem ocupando os mais diversos espaços, inclusive o educacional. Desse modo, os currículos escolares há muito incorporaram a temática ambiental, particularmente por meio de uma abordagem transversal e interdisciplinar.

Contudo, na Lei nº 9.795, de 1999, o aspecto educativo transcende o espaço escolar. Conforme seu art. 1º, deve-se entender "por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade". Já segundo seu art. 2º, "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

No que concerne à escola, merece destaque, na Lei nº 9.795, de 1999, a determinação de que a educação ambiental dever ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Além disso, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, embora seja facultada a criação de disciplinas dessa natureza em algumas circunstâncias, na educação superior e profissional. A dimensão ambiental deve, ainda, constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

O projeto em análise acrescenta mais um aspecto curricular sobre meio ambiente na educação básica. A relevância do tema é inquestionável. Não se estabelece uma sobrecarga nos currículos, dada a previsão de abordagem integrada e multidisciplinar. Desse modo, nada há a obstar à iniciativa, quanto ao mérito educacional.

No que se refere à sua constitucionalidade e juridicidade, inexistem, também, reparos a fazer.

Já a técnica legislativa merece uma correção. Trata-se de incluir a educação infantil na ementa, uma vez que essa etapa educacional é incluída no texto do projeto. A Emenda nº 1 – CMA merece, igualmente, um reparo de redação, na referência aos parágrafos 1º a 3º do art. 10 da Lei nº 9.795, de 1999. Para esse caso, apresentamos uma subemenda.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, acolhida a Emenda nº 1 – CMA e apresentando a emenda e a subemenda a seguir.

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, a seguinte redação:

> "Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio."

SUBEMENDA Nº – CE

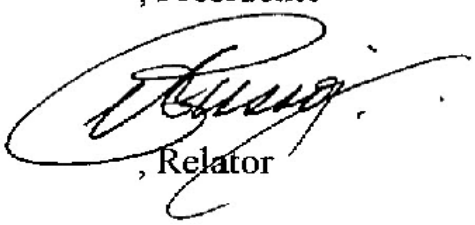
(à Emenda nº 1 – CMA)

Altere-se o conteúdo do § 4º, acrescido pelo Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que passará a ter a seguinte redação:

"§ 4º As instituições de ensino públicas e privadas que compreendem a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio deverão realizar anualmente, na primeira quinzena do mês de junho, uma semana de educação ambiental, com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo."

Sala da Comissão, 30 de maio de 2012.

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 181, de 2014**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013**.

A matéria será incluída em Ordem do Dia para segunda sessão de discussão, em primeiro turno, nos termos do art. 143, "b", do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 182, de 2014**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 183 e 184, de 2014**, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com referência ao **Requerimento nº 258, de 2014**, de viagem, da Senadora Lídice da Mata, lido na sessão do dia 24 de março de 2014, a Presidência o despacha à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2014

Institui o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer, destinado a agraciar pessoas naturais ou jurídicas que tenham realizado contribuição relevante para o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação no País.

Art. 2º O prêmio consistirá na concessão de diploma em pergaminho e medalha de ouro aos agraciados.

Art. 3º O prêmio será conferido, anualmente, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Art. 4º O Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer será concedido ao primeiro colocado em cada uma das seguintes categorias:

I – Ciência: avanços no conhecimento científico de novas tecnologias e no desenvolvimento de tecnologias já existentes;

II – Tecnologia: desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos ou técnicas;

III – Inovação: novo produto ou processo com destaque no mercado nacional.

Art. 5º As indicações dos candidatos ao prêmio deverão ser encaminhadas por pessoas naturais ou jurídicas, entidades ou organizações da sociedade civil à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, que divulgará, anualmente, o regulamento e as normas para inscrição, inclusive por meio da rede mundial de computadores.

§ 1º Cada indicação deverá ser acompanhada de justificativa, currículo do indicado ou dos responsáveis pela instituição indicada e documentação comprobatória das atividades realizadas na categoria a que concorre.

§ 2º A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal solicitará a cooperação de outros órgãos e instituições públicas ou privadas ligadas às categorias do prêmio para a seleção dos indicados.

Art. 6º Será constituído um Conselho para a escolha dos agraciados composto por cinco membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e cinco membros da Comissão Senado do Futuro.

§ 1º Aos membros do Conselho do Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer compete:

I – a escolha de seu presidente;
II – a elaboração do regulamento com os critérios de seleção, para a aprovação pela Mesa do Senado Federal;
III – a apreciação e a escolha dos nomes dos agraciados.

§ 2º As despesas decorrentes da execução do Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer correrão à conta do orçamento do Senado Federal.

Art.7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Existe uma estreita e complexa relação entre desenvolvimento científico, tecnológico e o surgimento de inovações. Nas últimas décadas essa relação tem se tornado ainda mais forte, a ponto de podermos afirmar que não existe país desenvolvido economicamente que não seja também uma potência nas áreas científicas e tecnológicas.

A China, por exemplo, tornou-se o segundo país em número de publicações científicas. Ao mesmo tempo, sua produção tecnológica também cresceu exponencialmente.

Segundo o relatório do *World Intellectual Property Organization,* 2012, pela primeira vez, mais depósitos de patentes foram feitos no escritório de propriedade industrial da China do que em qualquer outro país.

Esse fato é extremamente significativo dado que, nos últimos 100 anos, somente três países estiveram em 1º lugar (EUA, Alemanha e Japão). Com esse feito, a China tornou-se líder nas quatro formas de propriedade industrial (patente, modelo de utilidade, marca e *design).*

Para desenvolver a ciência, a tecnologia e a inovação, todos os países avançados adotam políticas públicas, tais como disponibilização de crédito subsidiado para a inovação, aumento de recursos para a pesquisa científica, envio de estudantes para o exterior e criação de mais universidades e institutos de pesquisa.

No Brasil não tem sido diferente. Muitos avanços foram feitos ao longo dos últimos 15 anos, em especial, após a criação dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Tais recursos têm contribuído de forma decisiva para a modernização da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica do País.

Todas as políticas citadas contribuem para permitir um melhor desempenho de pesquisadores e cientistas. Entretanto, é necessário complementar tais políticas por meio do estímulo às pessoas que exercem atividades ligadas à ciência, à tecnologia e à inovação a obter o melhor resultado possível com recursos disponíveis.

Uma forma tradicional de incentivo é por meio da premiação. A História tem mostrado a efetividade do uso de prêmios e honrarias no estímulo a essas atividades.

Assim, o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer do Senado Federal, ora proposto, apresenta-se como um incentivo ao avanço de áreas tão importantes para o nosso País.

A Indicação do Ministro Renato Archer para dar nome ao Prêmio Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal, é uma homenagem ao extraordinário pesquisador, político, homem honrado e probo, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Brasil.

Filho de Sebastião Archer da Silva e Maria José Bayma Archer da Silva ingressou na Marinha em 1941 e lá permaneceu por vinte anos até ser transferido para a reserva no posto de capitão de fragata.

Paralelamente à sua carreira militar, Renato Archer enveredou também pela política estreando na vida pública como oficial de gabinete de seu pai, em 1947, quando este governava o Estado do Maranhão, permanecendo nessa condição até o ano seguinte.

Eleito vice-governador do estado pelo PSD em 1950, como companheiro de chapa de Eugênio de Barros, e deputado federal em 1954, 1958 e 1962. Foi ministro interino das Relações Exteriores, durante o gabinete parlamentarista de Tancredo Neves.

Vitoriosos os militares na deposição de João Goulart em 1964, Renato Archer disputou o governo do Maranhão pelo PTB em 1965, e ficou em terceiro lugar num pleito vencido pelo ex-Presidente da República, José Sarney, da UDN.

Extintos os partidos políticos, ingressou no MDB e presidiu o Diretório Regional do Maranhão, num trabalho que o reelegeu deputado federal em 1966, dividindo sua ação parlamentar com o cargo de secretário-

-geral da Frente Ampla, coalizão política que visava congregar todas as figuras de oposição ao governo militar, à frente Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda.

Tal fato resultou na cassação de seu mandato e de seus direitos políticos, em 30 de dezembro de 1968, com base nos dispositivos do AI-5.

Finda a punição, Renato Archer fundou o PMDB e foi, pela segunda vez, candidato a governador de seu Estado, em 1982, colhendo nova derrota ante a esmagadora votação conferida ao candidato do PDS, Luís Rocha.

Partidário da candidatura presidencial de Tancredo Neves durante a sucessão de João Figueiredo, Archer se aproximou de José Sarney, seu rival histórico, então candidato a vice-presidente.

Indicado ministro da Ciência e Tecnologia pelo político mineiro, foi mantido no cargo após a efetivação de José Sarney, que exerceu de 15 de março de 1985 a 22 de outubro de 1987, quando tive o privilégio de substituí-lo naquele Ministério.

Renato Archer também foi Ministro da Previdência Social no governo de José Sarney entre 1987 e 1988.

No governo Itamar Franco – 1992 a 1994 – coube a Renato Archer a presidência da Embratel.

Renato Archer faleceu em 1996.

Em Campinas está sediado o Centro de Pesquisas Renato Archer, que foi batizado em sua homenagem e, atualmente, tem a denominação de Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CenPRA), uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que sucedeu a forma organizacional da Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI).

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CenPRA), possui cerca de 280 pesquisadores em 10 laboratórios, que tem por principal objetivo promover a integração entre os meios produtivo e o acadêmico, através de pesquisas em tecnologia da informação, e identifica as demandas industriais e as transforma em temas de pesquisa, possibilitando assim sejam encontradas soluções para o mercado.

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CenPRA) oferece uma gama de serviços que passam pelo treinamento, consultoria, elaboração de protótipos de produtos, eletrônica médica, teste de hardwares e softwares, dentre outros.

Quando Governador de Santa Catarina, em 11 de setembro de 2009, inauguramos o Centreventos Ministro Renato Archer, no ParTec Alfa, em Florianópolis, cujas instalações abrigam o Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação (Concit) de Santa Catarina.

Naquela oportunidade, em meu discurso, ressaltei que *"o Brasil deve ao ex-ministro Archer a valorização do setor, porque foi com ele que começou a mudança de paradigma que culminou com a ideia de política de Estado para a ciência e tecnologia"*.

Tive ainda, naquele mesmo dia 11 de setembro de 2009, o privilégio de conceder e entregar a medalha Anita Garibaldi, à Maria da Glória Archer, viúva do homenageado pelo Governo Catarinense.

Por acreditarmos que a iniciativa contribui para o desenvolvimento das atividades da ciência, da tecnologia e da inovação, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 21, de 2014** (nº 55/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, que encaminha, em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 2013, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

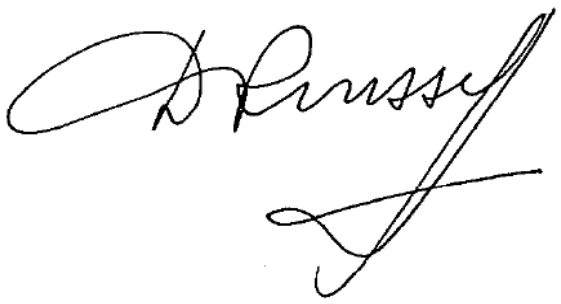
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 21, DE 2014
(Nº 55/2014, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Brasília, 21 de março de 2014.



EMI nº 00046/2014 MP MF

Brasília, 20 de Março de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51 que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias no mês de fevereiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

4. Os parâmetros macroeconômicos não foram alterados em relação aos constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira, que abrangia apenas o Poder Executivo. Desse modo, a previsão do crescimento real do PIB para 2014 foi mantida em 2,5% e a do índice de inflação (IPCA), em 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

5. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas verificou-se a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira em relação à indicada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira, que abrangia apenas o Poder Executivo, em R$ 261,8 milhões, totalizando uma redução de despesas discricionárias de R$ 30,8 bilhões em relação à LOA-2014.

6. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios demonstra um acréscimo de R$ 4,2 bilhões em relação à mesma estimativa constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Esse incremento concentrou-se basicamente na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB/MF.

7. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo de R$ 4,4 bilhões devido ao incremento observado no Auxílio à CDE e à incorporação de pagamentos relativos aos Créditos Extraordinários.

8. Os demais itens de receita e de despesa obrigatória, inclusive os relativos ao RGPS, estão em linha com as projeções constantes do Relatório do Decreto de Programação Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

9. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária limitação adicional de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos limites constantes do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, no montante de R$ 261,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

R$ milhões

Discriminação	**Variações em relação ao Decreto de Programação**
1. Receita Primária Total	3.937,3
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(242,6)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**4.180,0**
4. Despesas Obrigatórias	4.441,7
5. Despesas discricionárias (3 - 4)	**(261,8)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

10. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre de 2014, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 51, da LDO-2014, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior, Guido Mantega

SOF
Orçamento Federal

TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

1º Bimestre de 2014

Brasília-DF

Março/ 2014

O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) Coordenação Técnica

Distribuição Eletrônica

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: 1º Bimestre de 2014. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Março de 2014.

MENSAGEM AOS MINISTROS

Brasília, 20 de março de 2014.

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

2. O art. 51 da **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014** estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União – MPU e à Defensoria Pública da União – DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 51 da **LDO-2014**, que determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.

4. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e a memória de cálculo das estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções indicam a necessidade de limitação adicional de empenho e pagamento em relação à indicada no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, no valor de R$ 261,8 milhões, totalizando R$ 30,8 bilhões de limitação total em relação à LOA-2014, valor esse a ser distribuído entre os Poderes, o MPU, e a DPU.

Respeitosamente,

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS _____

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS _____

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO _____

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II) _____

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV) _____

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III) _____

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V) _____

7. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2014, art. 51, §§ 1º e 2º) _____

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA _____

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, caput e § 5º) _____

ANEXO _____

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias ____

Tabela 2: Parâmetros _____

Tabela 3: Comparativo das receitas primárias _____

Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias _____

Tabela 5: Demonstrativo da frustração das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais _____

Tabela 6: Demonstrativo da base contingenciável total _____

Tabela 7: Distribuição da limitação entre os Poderes _____

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDE:	Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CMO:	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
COMPREV:	Compensação Previdenciária
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DPU:	Defensoria Pública da União
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES:	Fundo de Financiamento Estudantil
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDAF:	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
FUNDEB:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IER:	Índice Específico de Receita
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor -Amplo
IOF:	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
IR:	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
IRPF:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Física
IRPJ:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ITR:	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA:	Lei Orçamentária Anual
LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF:	Ministério da Fazenda
MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPU:	Ministério Público da União
PASEP:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGFN:	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social
PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
RCL:	Receita Corrente Líquida
REFIS:	Programa de Recuperação Fiscal
RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
RP:	Identificador de Resultado Primário
SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIMPLES:	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
SPE:	Secretaria de Política Econômica
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o MPU e a DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 51 determina que o Poder Executivo divulgue na internet e encaminhe ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2014;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2014, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

4. Cumpre ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

5. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de fevereiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

6. Os parâmetros macroeconômicos não foram alterados em relação aos constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira do Poder Executivo. Desse modo, a previsão do crescimento real do PIB para 2014 foi mantida em 2,5% e a do índice de inflação (IPCA), em 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

7. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas verificou-se a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira em relação à indicada no referido relatório em R$ 261,8 milhões, totalizando uma redução de despesas discricionárias de R$ 30,8 bilhões em relação à LOA-2014.

8. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a estados e municípios demonstra um acréscimo de R$ 4,2 bilhões em relação à mesma estimativa constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Esse incremento concentrou-se basicamente na COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB.

9. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo de R$ 4,4 bilhões devido ao incremento observado no Auxílio à CDE e à incorporação de pagamentos relativos aos Créditos Extraordinários.

10. Os demais itens de receita e de despesa obrigatória, inclusive os relativos ao RGPS, estão em linha com as projeções constantes do Relatório do Decreto de Programação Financeira de 2014 do Poder Executivo.

11. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária limitação adicional de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos limites constantes do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, no montante de R$ 261,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias

R$ milhões

Discriminação	Variações em relação do Decreto de Programação 2014
1. Receita Primária Total	3.937,3
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(242,6)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**4.180,0**
4. Despesas Obrigatórias	4.441,7
5. Despesas Discricionárias (3 - 4)	(261,8)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

12. Ressalta-se que o Poder Executivo, por ocasião da sua programação orçamentária e financeira, em obediência ao art. 8º da LRF, limitou suas despesas discricionárias em R$ 30,5 bilhões. Somada à limitação demonstrada nessa avaliação, a redução total das despesas discricionárias a ser distribuída entre os Poderes, o MPU e a DPU é de R$ 30,8 bilhões.

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)

13. As hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração desta avaliação não foram alteradas em relação às utilizadas no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, conforme se vê abaixo:

Tabela 2: Parâmetros

Parâmetros	Avaliação Decreto Programação (a)	Avaliação do 1º Bimestre (b)	Taxa de Variação (c = b/a)
PIB real (%)	2,50	2,50	0,0%
PIB Nominal (R$ bilhões)	5.211,2	5.211,2	0,0%
IPCA acum (%)	5,30	5,30	0,0%
IGP-DI acum (%)	5,85	5,85	0,0%
Taxa Over - SELIC Média (%)	10,51	10,51	0,0%
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	2,44	2,44	0,0%
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	104,77	104,77	0,0%
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	724,00	724,00	0,0%

Fontes: Congresso Nacional e SPE/MF.
Elaboração: SOF/MP.

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

14. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

15. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências, apresentou incremento de R$ 4,2 bilhões em relação ao constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Acréscimo esse concentrado na COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB, conforme abaixo:

Tabela 3: Comparativo das receitas primárias

R$ milhões

Discriminação	Decreto de Programação (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	1.302.584,0	1.306.521,4	3.937,3
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	**779.080,1**	**783.017,4**	**3.937,3**
Imposto de Importação	44.390,3	44.489,1	98,8
IPI	54.845,0	54.813,1	(31,9)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	305.005,5	304.788,4	(217,1)
IOF	31.632,3	31.623,0	(9,3)
COFINS	202.200,2	203.304,4	1.104,2
PIS/PASEP	54.256,1	54.438,9	182,8
CSLL	67.784,4	67.440,7	(343,7)
CIDE - Combustíveis	0,8	1,6	0,7
Outras Administradas pela RFB/MF	18.965,5	22.118,2	3.152,8
Arrecadação Líquida para o RGPS	**346.839,4**	**346.839,4**	**0,0**
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	**176.764,6**	**176.764,6**	**0,0**
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	214.272,8	214.030,2	(242,6)
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.088.311,3	1.092.491,2	3.180,0

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

4.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

16. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo I deste relatório.

4.2. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

17. O decréscimo na projeção das transferências constitucionais e legais, no valor de R$ 242,6 milhões, ocorreu em função das alterações verificadas nas projeções das receitas administradas pela RFB e da revisão do cronograma de arrecadação.

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III)

18. As variações observadas nas estimativas das despesas obrigatórias são as seguintes:

Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias

R$ milhões

Descrição	Decreto de Programação (a)	Avaliação (b)	Diferença (c = b - a)
Auxílio à CDE	9.000,0	13.000,0	4.000,0
Créditos Extraordinários	562,9	1.004,7	441,7
Total	9.562,9	14.004,7	4.441,7

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

19. O acréscimo de R$ 4,0 bilhões no Auxílio à CDE se deve às medidas anunciadas pelo governo no último dia 13 de março, com vistas a equacionar o financiamento dessas despesas.

20. O aumento verificado nos Créditos Extraordinários decorre dos pagamentos realizados até fevereiro de 2014.

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

21. Ficam mantidas as projeções constantes do Anexo II do Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

7. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2014, art. 51, §§ 1º e 2º)

22. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

23. A LDO-2014, por sua vez, determina em seu art. 51 que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A composição dessa base depende do montante reestimado da receita primária líquida de transferências constitucionais e legais que, caso apresente frustração em relação à estimativa contida no PLOA-2014, implicará na exclusão das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU apenas na proporção de tal frustração.

24. Conforme demonstrado na tabela 5, a seguir, a reavaliação das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais está inferior à estimativa contida no PLOA-2014, o que implica considerar a regra da exclusão proporcional, constante no § 2º do art. 51 da LDO-2014. Portanto, as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU constantes no PLOA-2014 serão reduzidas em 0,46%, proporcionalmente à frustração da receita líquida.

Tabela 5: Demonstrativo da frustração das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais

R$ milhões

Discriminação	PLOA-2014 (a)	1ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
I. RECEITA TOTAL	**1.315.353,7**	**1.306.621,4**	**(8.732,4)**	**-0,7%**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos fiscais	791.495,4	783.017,4	(8.478,0)	-1,1%
Arrecadação Líquida para o RGPS	356.839,4	346.839,4	(10.000,0)	-2,8%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	167.018,9	176.764,6	9.745,6	5,8%
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**217.741,0**	**214.030,1**	**(3.710,8)**	**-1,7%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**1.097.612,8**	**1.092.591,2**	**(5.021,5)**	**-0,5%**

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

25. A tabela a seguir demonstra a base contingenciável total, considerando a redução proporcional das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU:

Tabela 6: Demonstrativo da base contingenciável total

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.383.177.997.310
B. Total de Despesas Financeiras	1.111.961.267.751
C. Total de Despesas Obrigatórias e Discricionárias decorrentes de Emendas Individuais	1.094.890.137.106
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C)	176.326.592.453
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição PLOA - 2014 (1)	6.784.794.549
F. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios - Posição LOA 2014 (2)	1.278.332.943
G. Base Contingenciável (D-E-F)	168.263.464.961

Fonte/Elaboração: SOF/MP.
(1) Exclusive Doações e Convênios, considerados na linha imediatamente inferior.
(2) Considera Doações e Convênios referentes às atividades do Poder Legislativo, Judiciário, MPU e DPU.

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

26. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira em R$ 261,8 milhões em relação ao Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

27. A limitação total a ser distribuída entre os Poderes, porém, é de R$ 30.761,1 milhões, valor correspondente à soma da redução indicada no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, no valor de R$ 30.499,4 milhões, e da limitação apurada neste Relatório, de R$ 261,8 milhões. A distribuição está detalhada na tabela a seguir:

Tabela 7: Distribuição da limitação entre os Poderes

R$ 1,00

Poderes e MPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	166.831.562.827	99,15	30.499.371.603
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.431.902.134	0,85	261.773.699
Câmara dos Deputados	163.884.632	0,10	29.960.627
Senado Federal	11.128.997	0,01	2.034.551
Tribunal de Contas da União	60.265.930	0,04	11.017.537
Supremo Tribunal Federal	7.798.665	0,00	1.425.716
Superior Tribunal de Justiça	4.386.719	0,00	801.960
Justiça Federal	282.966.009	0,17	51.730.532
Justiça Militar da União	10.112.132	0,01	1.848.653
Justiça Eleitoral	242.037.745	0,14	44.248.217
Justiça do Trabalho	296.048.455	0,18	54.122.204
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.032.731	0,00	554.430
Conselho Nacional de Justiça	81.974.516	0,05	14.986.200
Defensoria Pública da União			
Ministério Público da União	266.075.158	0,16	48.642.625
Conselho Nacional do Ministério Público	2.190.446	0,00	400.447
Total	168.263.464.961	100,0	30.761.145.302

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, *caput* e § 5º)

28. Tendo em vista que a limitação de empenho no âmbito do Poder Executivo não foi alterada em relação ao Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrange apenas o Poder Executivo, ficam mantidos os cálculos apresentados no referido relatório.

29. No que se refere aos Demais Poderes, MPU e DPU, os mesmos, no âmbito de suas competências, e, considerando o disposto no art. 52 da LDO 2014, poderão promover, por ato próprio, os ajustes permitidos nesse artigo.

ANEXO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

NOTA METODOLÓGICA – 19/03/14

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2013, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 13/02/14 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 13/02/14 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2014 em relação a 2013, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 5,86%

PIB: 2,50%

Taxa Média de Câmbio: 12,86%

Taxa de Juros (Over): 28,04%

Massa Salarial: 10,55%

A arrecadação-base 2013 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2014.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta, exceto receitas previdenciárias, para o período de março a dezembro de 2014, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em **R$ 648.573 milhões**. A esse valor foi acrescido o montante de **R$ 18.744 milhões** referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza **R$ 667.316 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 **(R$ 137.870 milhões)**, a arrecadação bruta para o ano de 2014 resultou em **R$ 805.186 milhões**. Excluídas as restituições **(R$ 22.022 milhões)**, a arrecadação líquida correspondente é de **R$ 783.164 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 1º Bimestre de 2014

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (EXCETO CPSS E PREVIDENCIÁRIA)
Parâmetros SPE - Versão: 13/fev/14
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS
(A PREÇOS CORRENTES)
PERÍODO: MARÇO A DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2013 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2014 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
				PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	31.829	(1.046)	30.783	1,1149	1,0764	1,0071	37.205	802	38.007
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	55	-	55	1,1155	1,0250	1,0000	63	-	63
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.560	(326)	39.234	-	-	-	45.966	996	46.962
I.P.I. - FUMO	3.987	-	3.987	1,0000	0,9745	1,1500	4.468	100	4.569
I.P.I. - BEBIDAS	2.641	-	2.641	1,0000	1,0433	1,0000	2.756	67	2.822
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	2.962	0	2.962	1,0216	1,0149	1,3938	4.280	75	4.355
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.065	(326)	12.739	1,1153	1,0775	1,0045	15.379	329	15.708
I.P.I. - OUTROS	16.904	-	16.904	1,0619	1,0411	1,0212	19.083	426	19.509
IMPOSTO SOBRE A RENDA	236.823	(7.213)	229.610	-	-	-	259.100	5.824	264.923
I.R. - PESSOA FÍSICA	24.255	(200)	24.055	1,0819	1,0110	1,0149	26.702	611	27.313
I.R. - PESSOA JURÍDICA	95.845	(6.683)	89.162	1,0589	1,0249	0,9995	96.714	2.273	98.988
I.R. - RETIDO NA FONTE	116.723	(330)	116.393	-	-	-	135.683	2.939	138.623
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	64.474	-	64.474	1,1027	1,0000	1,0221	72.664	1.624	74.288
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	29.613	-	29.613	1,1966	1,0768	1,0000	38.155	746	38.901
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	14.256	-	14.256	1,0944	1,0337	1,0000	16.128	359	16.487
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	8.380	(330)	8.050	1,0589	1,0249	1,0000	8.736	211	8.947
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	24.748	(473)	24.275	1,0589	1,0250	1,0000	26.347	623	26.971
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	826	-	826	1,0614	1,0000	1,0000	877	21	898
CONVENIADO	681	-	681	1,0614	1,0000	1,0000	723	17	740
NÃO CONVENIADO	145	-	145	1,0614	1,0000	1,0000	154	4	158
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	170.776	(12.292)	158.484	1,0590	1,0250	0,9760	167.895	4.026	171.921
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	43.602	(1.652)	41.950	1,0590	1,0249	0,9820	44.711	1.053	45.765
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	50.262	(2.968)	47.294	1,0589	1,0249	0,9986	51.251	1.215	52.467
CIDE - COMBUSTÍVEIS	33	-	33	1,0000	1,0601	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	485	-	485	1,0592	1,0250	1,0000	527	12	539
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	14.583	(1.068)	13.515	-	-	-	14.629	4.171	18.801
RECEITAS DE LOTERIAS	3.257	-	3.257	1,0590	1,0000	1,0257	3.537	-	3.537
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.749	-	1.749	1,1143	1,0250	1,0000	1.998	44	2.042
DEMAIS	9.577	(1.068)	8.509	1,0474	1,0204	1,0000	9.094	4.127	13.221
TOTAL	613.582	(27.038)	586.544	-	-	-	648.573	18.744	667.316

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas pontuais ou extraordinárias.

Cabe destacar que o ajuste da base foi utilizado para fins de compatibilização entre as estimativas das receitas da dívida ativa, elaboradas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e as da arrecadação da RFB.

1) **I. Importação: (-R$ 1.046 milhões); IPI-Vinculado: (-R$ 326 milhões)**

- Ajuste de dias úteis;
- Arrecadação atípica de Imposto de Importação em dezembro de 2013.

2) **IRPF: (-R$ 200 milhões)**

- Arrecadação atípica de ganhos de capital.

3) **IRPJ: (-R$ 6.683 milhões); CSLL: (-R$ 2.968 milhões)**

- Arrecadação atípica em decorrência de ganho de capital;
- Recomposição de base referente ao ajuste do IRPJ/CSLL;
- Recomposição de base em função de términos de compensação;
- Arrecadação atípica, em dezembro de 2013, em virtude de lançamentos de ofícios, juros de mora e da classificação de recolhimentos do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13 para o IRPJ/CSLL.

4) **IRRF-Outros Rendimentos: (-R$ 330 milhões)**

- Arrecadações atípicas, em especial, nos meses de outubro e novembro de 2013.

5) **IOF: (-R$ 473 milhões)**

- Normalização da base, no período de janeiro a junho, para refletir mudança no comportamento do item IOF Entrada de moedas, que foi observado a partir de julho de 2013 em decorrência dos Decretos 8.023/13 e 8.027/13.

6) **COFINS: (+R$ 12.292 milhões); PIS/PASEP (-R$ 1.652 milhões)**

- Recomposição de base em decorrência do término de compensações;
- Recomposição de base de Cofins/PIS de instituições financeiras em decorrência da adesão ao parcelamento instituído pela Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais e de Cofins/PIS de instituições financeiras;
- Arrecadação atípica decorrente da classificação, em dezembro de 2013, de recolhimentos da Lei 12.865/13.

7) **Outras Receitas Administradas-Demais (-R$ 1.068 milhões)**

- Arrecadações atípicas em decorrência da Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais;

- Recomposição de base para refletir o ganho de arrecadação em decorrência dos recolhimentos esperados para as parcelas do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **Imposto de Importação: 1,1149; Imposto de Exportação: 1,1155; IPI-Vinculado à Importação: 1,1153; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,1143**

   - Variação da taxa média de câmbio.

2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**

   - O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) **IPI-Automóveis: 1,0216**

   - Índice de preço específico do setor.

4) **IPI-Outros: 1,0619**

   - Índice de preço da indústria de transformação.

5) **IRPF: 1,0819**

   - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011. Incorpora variação de preço e de quantidade;
   - Ganhos em Bolsa: sem variação;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.

6) **IRPJ: 1,0589 e CSLL: 1,0589**

   - Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2011;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.

7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,1027**

   - Setor privado: crescimento da massa salarial;
   - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.

8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1966**

   - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
   - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
   - Fundos de Renda variável: sem variação;
   - SWAP: Câmbio;
   - Demais: Índice Ponderado (IER).

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 1º Bimestre de 2014

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de R$ 18.744 milhões.

Esse valor incorpora R$ 4.000 milhões, distribuídos a partir de julho de 2014, no item Outras Receitas, a título de aumentos programados de tributos que serão implementados ao longo do ano de 2014.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

23

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, as **Mensagens nº 58/2014 e 53/2014**, na origem, autuadas respectivamente como **MCN 4/2014 e 5/2014**, que encaminham ao Congresso Nacional Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao primeiro bimestre de 2014 e a fevereiro de 2014.

O calendário, estabelecido nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 25-3-2013

até 30/3	prazo para publicação e distribuição;
até 14/4	prazo para apresentação de relatório;
até 24/4	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
até 01/5	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas no *Diário do Senado Federal* de 26 de março do corrente.

São as seguintes as Mensagens na íntegra:

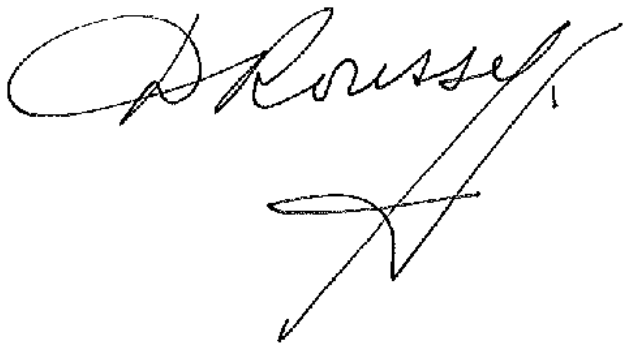
MENSAGEM
Nº 4, DE 2014-CN

Mensagem nº 58

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2014, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de março de 2014.



SOF
Orçamento Federal

TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

1º Bimestre de 2014

Brasília-DF

Março/ 2014

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 1º Bimestre de 2014

O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) Coordenação Técnica

Distribuição Eletrônica

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: 1º Bimestre de 2014. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Março de 2014.

MENSAGEM AOS MINISTROS

Brasília, 20 de março de 2014.

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

2. O art. 51 da **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014** estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União – MPU e à Defensoria Pública da União – DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 51 da **LDO-2014**, que determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.

4. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e a memória de cálculo das estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções indicam a necessidade de limitação adicional de empenho e pagamento em relação à indicada no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, no valor de R$ 261,8 milhões, totalizando R$ 30,8 bilhões de limitação total em relação à LOA-2014, valor esse a ser distribuído entre os Poderes, o MPU, e a DPU.

Respeitosamente,

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS _____

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS _____

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO _____

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II) _____

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV) _____

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III) _____

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V) _____

7. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2014, art. 51, §§ 1º e 2º) _____

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA _____

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, caput e § 5º) _____

ANEXO _____

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias ____

Tabela 2: Parâmetros _____

Tabela 3: Comparativo das receitas primárias _____

Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias _____

Tabela 5: Demonstrativo da frustração das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais _____

Tabela 6: Demonstrativo da base contingenciável total _____

Tabela 7: Distribuição da limitação entre os Poderes _____

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDE:	Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CMO:	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
COMPREV:	Compensação Previdenciária
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DPU:	Defensoria Pública da União
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES:	Fundo de Financiamento Estudantil
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDAF:	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
FUNDEB:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IER:	Índice Específico de Receita
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor -Amplo
IOF:	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
IR:	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
IRPF:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Física
IRPJ:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ITR:	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA:	Lei Orçamentária Anual
LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF:	Ministério da Fazenda
MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPU:	Ministério Público da União
PASEP:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGFN:	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social
PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
RCL:	Receita Corrente Líquida
REFIS:	Programa de Recuperação Fiscal
RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
RP:	Identificador de Resultado Primário
SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIMPLES:	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
SPE:	Secretaria de Política Econômica
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o MPU e a DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 51 determina que o Poder Executivo divulgue na internet e encaminhe ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2014;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2014, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

4. Cumpre ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

5. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de fevereiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

6. Os parâmetros macroeconômicos não foram alterados em relação aos constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira do Poder Executivo. Desse modo, a previsão do crescimento real do PIB para 2014 foi mantida em 2,5% e a do índice de inflação (IPCA), em 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

7. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas verificou-se a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira em relação à indicada no referido relatório em R$ 261,8 milhões, totalizando uma redução de despesas discricionárias de R$ 30,8 bilhões em relação à LOA-2014.

8. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a estados e municípios demonstra um acréscimo de R$ 4,2 bilhões em relação à mesma estimativa constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Esse incremento concentrou-se basicamente na COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB.

9. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo de R$ 4,4 bilhões devido ao incremento observado no Auxílio à CDE e à incorporação de pagamentos relativos aos Créditos Extraordinários.

10. Os demais itens de receita e de despesa obrigatória, inclusive os relativos ao RGPS, estão em linha com as projeções constantes do Relatório do Decreto de Programação Financeira de 2014 do Poder Executivo.

11. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária limitação adicional de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos limites constantes do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, no montante de R$ 261,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 1º Bimestre de 2014

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias

R$ milhões

Discriminação	Variações em relação do Decreto de Programação 2014
1. Receita Primária Total	3.937,3
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(242,6)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**4.180,0**
4. Despesas Obrigatórias	4.441,7
5. Despesas discricionárias (3 - 4)	**(261,8)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

12. Ressalta-se que o Poder Executivo, por ocasião da sua programação orçamentária e financeira, em obediência ao art. 8º da LRF, limitou suas despesas discricionárias em R$ 30,5 bilhões. Somada à limitação demonstrada nessa avaliação, a redução total das despesas discricionárias a ser distribuída entre os Poderes, o MPU e a DPU é de R$ 30,8 bilhões.

Resultado desta Avaliação

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)

13. As hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração desta avaliação não foram alteradas em relação às utilizadas no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, conforme se vê abaixo:

Tabela 2: Parâmetros

Parâmetros	Avaliação Decreto Programação (a)	Avaliação do 1º Bimestre (b)	Taxa de Variação (c = b/a)
PIB real (%)	2,50	2,50	0,0%
PIB Nominal (R$ bilhões)	5.211,2	5.211,2	0,0%
IPCA acum (%)	5,30	5,30	0,0%
IGP-DI acum (%)	5,85	5,85	0,0%
Taxa Over - SELIC Média (%)	10,51	10,51	0,0%
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	2,44	2,44	0,0%
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	104,77	104,77	0,0%
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	724,00	724,00	0,0%

Fontes: Congresso Nacional e SPE/MF.
Elaboração: SOF/MP.

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

14. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

15. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências, apresentou incremento de R$ 4,2 bilhões em relação ao constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Acréscimo esse concentrado na COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB, conforme abaixo:

Tabela 3: Comparativo das receitas primárias

R$ milhões

Discriminação	Decreto de Programação (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	**1.302.684,0**	**1.306.621,4**	**3.937,3**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	**779.080,1**	**783.017,4**	**3.937,3**
Imposto de Importação	44.390,3	44.489,1	98,8
IPI	54.845,0	54.813,1	(31,9)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	305.005,5	304.788,4	(217,1)
IOF	31.632,3	31.623,0	(9,3)
COFINS	202.200,2	203.304,4	1.104,2
PIS/PASEP	54.256,1	54.438,9	182,8
CSLL	67.784,4	67.440,7	(343,7)
CIDE - Combustíveis	0,8	1,6	0,7
Outras Administradas pela RFB/MF	18.965,5	22.118,2	3.152,8
Arrecadação Líquida para o RGPS	**346.839,4**	**346.839,4**	**0,0**
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	**176.764,6**	**176.764,6**	**0,0**
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**214.272,8**	**214.030,1**	**(242,6)**
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**1.088.411,3**	**1.092.591,2**	**4.180,0**

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

4.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

16. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo I deste relatório.

4.2. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

17. O decréscimo na projeção das transferências constitucionais e legais, no valor de R$ 242,6 milhões, ocorreu em função das alterações verificadas nas projeções das receitas administradas pela RFB e da revisão do cronograma de arrecadação.

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III)

18. As variações observadas nas estimativas das despesas obrigatórias são as seguintes:

Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias

R$ milhões

Descrição	Decreto de Programação (a)	Avaliação (b)	Diferença (c = b - a)
Auxílio à CDE	9.000,0	13.000,0	4.000,0
Créditos Extraordinários	562,9	1.004,7	441,7
Total	9.562,9	14.004,7	4.441,7

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

19. O acréscimo de R$ 4,0 bilhões no Auxílio à CDE se deve às medidas anunciadas pelo governo no último dia 13 de março, com vistas a equacionar o financiamento dessas despesas.

20. O aumento verificado nos Créditos Extraordinários decorre dos pagamentos realizados até fevereiro de 2014.

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

21. Ficam mantidas as projeções constantes do Anexo II do Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

7. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2014, art. 51, §§ 1º e 2º)

22. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

23. A LDO-2014, por sua vez, determina em seu art. 51 que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A composição dessa base depende do montante reestimado da receita primária líquida de transferências constitucionais e legais que, caso apresente frustração em relação à estimativa contida no PLOA-2014, implicará na exclusão das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU apenas na proporção de tal frustração.

24. Conforme demonstrado na tabela 5, a seguir, a reavaliação das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais está inferior à estimativa contida no PLOA-2014, o que implica considerar a regra da exclusão proporcional, constante no § 2º do art. 51 da LDO-2014. Portanto, as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU constantes no PLOA-2014 serão reduzidas em 0,46%, proporcionalmente à frustração da receita líquida.

Tabela 5: Demonstrativo da frustração das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais

R$ milhões

Discriminação	PLOA-2014 (a)	1ª Avaliação Bimestral (b)	Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
I. RECEITA TOTAL	**1.315.353,7**	**1.306.621,4**	**(8.732,4)**	**-0,7%**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos fiscais	791.495,4	783.017,4	(8.478,0)	-1,1%
Arrecadação Líquida para o RGPS	356.839,4	346.839,4	(10.000,0)	-2,8%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	167.018,9	176.764,6	9.745,6	5,8%
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**217.741,0**	**214.030,1**	**(3.710,8)**	**-1,7%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**1.097.612,8**	**1.092.591,2**	**(5.021,5)**	**-0,46%**

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

25. A tabela a seguir demonstra a base contingenciável total, considerando a redução proporcional das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU:

Tabela 6: Demonstrativo da base contingenciável total

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.383.177.997.310
B. Total de Despesas Financeiras	1.111.961.267.751
C. Total de Despesas Obrigatórias e Discricionárias decorrentes de Emendas Individuais	1.094.890.137.106
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C)	176.326.592.453
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição PLOA - 2014 (1)	6.784.794.549
F. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios - Posição LOA 2014 (2)	1.278.332.943
G. Base Contingenciável (D -E -F)	**168.263.464.961**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.
(1) Exclusive Doações e Convênios, considerados na linha imediatamente inferior.
(2) Considera Doações e Convênios referentes às atividades do Poder Legislativo, Judiciário, MPU e DPU.

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

26. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira em R$ 261,8 milhões em relação ao Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

27. A limitação total a ser distribuída entre os Poderes, porém, é de R$ 30.761,1 milhões, valor correspondente à soma da redução indicada no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo, no valor de R$ 30.499,4 milhões, e da limitação apurada neste Relatório, de R$ 261,8 milhões. A distribuição está detalhada na tabela a seguir:

Tabela 7: Distribuição da limitação entre os Poderes

R$ 1,00

Poderes e MPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	166.831.562.827	99,15	30.499.371.603
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.431.902.134	0,85	261.773.699
Câmara dos Deputados	163.884.632	0,10	29.960.627
Senado Federal	11.128.997	0,01	2.034.551
Tribunal de Contas da União	60.265.930	0,04	11.017.537
Supremo Tribunal Federal	7.798.665	0,00	1.425.716
Superior Tribunal de Justiça	4.386.719	0,00	801.960
Justiça Federal	282.966.009	0,17	51.730.532
Justiça Militar da União	10.112.132	0,01	1.848.653
Justiça Eleitoral	242.037.745	0,14	44.248.217
Justiça do Trabalho	296.048.455	0,18	54.122.204
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.032.731	0,00	554.430
Conselho Nacional de Justiça	81.974.516	0,05	14.986.200
Defensoria Pública da União			
Ministério Público da União	266.075.158	0,16	48.642.625
Conselho Nacional do Ministério Público	2.190.446	0,00	400.447
Total	**168.263.464.961**	**100,0**	**30.761.145.302**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, *caput* e § 5º)

28. Tendo em vista que a limitação de empenho no âmbito do Poder Executivo não foi alterada em relação ao Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrange apenas o Poder Executivo, ficam mantidos os cálculos apresentados no referido relatório.

29. No que se refere aos Demais Poderes, MPU e DPU, os mesmos, no âmbito de suas competências, e, considerando o disposto no art. 52 da LDO 2014, poderão promover, por ato próprio, os ajustes permitidos nesse artigo.

ANEXO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

NOTA METODOLÓGICA – 19/03/14

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2013, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 13/02/14 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 13/02/14 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2014 em relação a 2013, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 5,86%

PIB: 2,50%

Taxa Média de Câmbio: 12,86%

Taxa de Juros (Over): 28,04%

Massa Salarial: 10,55%

A arrecadação-base 2013 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2014.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta, exceto receitas previdenciárias, para o período de março a dezembro de 2014, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em **R$ 648.573 milhões**. A esse valor foi acrescido o montante de **R$ 18.744 milhões** referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza **R$ 667.316 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 **(R$ 137.870 milhões)**, a arrecadação bruta para o ano de 2014 resultou em **R$ 805.186 milhões**. Excluídas as restituições **(R$ 22.022 milhões)**, a arrecadação líquida correspondente é de **R$ 783.164 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 1º Bimestre de 2014

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (EXCETO CPSS E PREVIDENCIÁRIA)
Parâmetros SPE - Versão: 13/fev/14
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS
(A PREÇOS CORRENTES)
PERÍODO: MARÇO A DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2013 (1)	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA (3)	EFEITOS BÁSICOS (média) PREÇO (4)	QUANT. (5)	LEGISL. (6)	PREVISÃO 2014 (7)	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	31.829	(1.046)	30.783	1,1149	1,0764	1,0071	37.205	802	38.007
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	55	-	55	1,1155	1,0250	1,0000	63	-	63
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.560	(326)	39.234	-	-	-	45.966	996	46.962
I.P.I. - FUMO	3.987	-	3.987	1,0000	0,9745	1,1500	4.468	100	4.569
I.P.I. - BEBIDAS	2.641	-	2.641	1,0000	1,0433	1,0000	2.756	67	2.822
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	2.962	0	2.962	1,0216	1,0149	1,3938	4.280	75	4.355
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.065	(326)	12.739	1,1153	1,0775	1,0045	15.379	329	15.708
I.P.I. - OUTROS	16.904	-	16.904	1,0619	1,0411	1,0212	19.083	426	19.509
IMPOSTO SOBRE A RENDA	236.823	(7.213)	229.610	-	-	-	258.100	5.824	264.923
I.R. - PESSOA FÍSICA	24.255	(200)	24.055	1,0819	1,0110	1,0149	26.702	611	27.313
I.R. - PESSOA JURÍDICA	95.845	(6.683)	89.162	1,0589	1,0249	0,9995	96.714	2.273	98.988
I.R. - RETIDO NA FONTE	116.723	(330)	116.393	-	-	-	135.683	2.939	138.623
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	64.474	-	64.474	1,1027	1,0000	1,0221	72.684	1.624	74.288
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	29.613	-	29.613	1,1966	1,0768	1,0000	38.155	746	38.901
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	14.256	-	14.256	1,0944	1,0337	1,0000	16.128	359	16.487
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	8.380	(330)	8.050	1,0589	1,0249	1,0000	8.736	211	8.947
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	24.748	(473)	24.275	1,0589	1,0250	1,0000	26.347	623	26.971
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	826	-	826	1,0614	1,0000	1,0000	877	21	898
CONVENIADO	681	-	681	1,0614	1,0000	1,0000	723	17	740
NÃO CONVENIADO	145	-	145	1,0614	1,0000	1,0000	154	4	158
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	170.776	(12.292)	158.484	1,0590	1,0250	0,9760	167.935	4.026	171.921
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	43.602	(1.652)	41.950	1,0590	1,0249	0,9820	44.713	1.053	45.765
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	50.262	(2.968)	47.294	1,0588	1,0249	0,9986	51.251	1.215	52.467
CIDE - COMBUSTÍVEIS	33	-	33	1,0000	1,0601	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	485	-	485	1,0592	1,0250	1,0000	527	12	539
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	14.583	(1.068)	13.515	-	-	-	14.629	4.171	18.801
RECEITAS DE LOTERIAS	3.257	-	3.257	1,0590	1,0000	1,0257	3.537	-	3.537
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.749	-	1.749	1,1143	1,0250	1,0000	1.998	44	2.042
DEMAIS	9.577	(1.068)	8.509	1,0474	1,0204	1,0000	9.094	4.127	13.221
TOTAL	613.582	(27.038)	586.544	-	-	-	648.573	18.744	667.316

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas pontuais ou extraordinárias.

Cabe destacar que o ajuste da base foi utilizado para fins de compatibilização entre as estimativas das receitas da dívida ativa, elaboradas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e as da arrecadação da RFB.

1) I. Importação: (-R$ 1.046 milhões); IPI-Vinculado: (-R$ 326 milhões)

- Ajuste de dias úteis;
- Arrecadação atípica de Imposto de Importação em dezembro de 2013.

2) IRPF: (-R$ 200 milhões)

- Arrecadação atípica de ganhos de capital.

3) IRPJ: (-R$ 6.683 milhões); CSLL: (-R$ 2.968 milhões)

- Arrecadação atípica em decorrência de ganho de capital;
- Recomposição de base referente ao ajuste do IRPJ/CSLL;
- Recomposição de base em função de términos de compensação;
- Arrecadação atípica, em dezembro de 2013, em virtude de lançamentos de ofícios, juros de mora e da classificação de recolhimentos do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13 para o IRPJ/CSLL.

4) IRRF-Outros Rendimentos: (-R$ 330 milhões)

- Arrecadações atípicas, em especial, nos meses de outubro e novembro de 2013.

5) IOF: (-R$ 473 milhões)

- Normalização da base, no período de janeiro a junho, para refletir mudança no comportamento do item IOF Entrada de moedas, que foi observado a partir de julho de 2013 em decorrência dos Decretos 8.023/13 e 8.027/13.

6) COFINS: (+R$ 12.292 milhões); PIS/PASEP (-R$ 1.652 milhões)

- Recomposição de base em decorrência do término de compensações;
- Recomposição de base de Cofins/PIS de instituições financeiras em decorrência da adesão ao parcelamento instituído pela Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais e de Cofins/PIS de instituições financeiras;
- Arrecadação atípica decorrente da classificação, em dezembro de 2013, de recolhimentos da Lei 12.865/13.

7) Outras Receitas Administradas-Demais (-R$ 1.068 milhões)

- Arrecadações atípicas em decorrência da Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais;

- Recomposição de base para refletir o ganho de arrecadação em decorrência dos recolhimentos esperados para as parcelas do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **Imposto de Importação: 1,1149; Imposto de Exportação: 1,1155; IPI-Vinculado à Importação: 1,1153; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,1143**
   - Variação da taxa média de câmbio.
2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**
   - O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
3) **IPI-Automóveis: 1,0216**
   - Índice de preço específico do setor.
4) **IPI-Outros: 1,0619**
   - Índice de preço da indústria de transformação.
5) **IRPF: 1,0819**
   - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011. Incorpora variação de preço e de quantidade;
   - Ganhos em Bolsa: sem variação;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
6) **IRPJ: 1,0589 e CSLL: 1,0589**
   - Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2011;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,1027**
   - Setor privado: crescimento da massa salarial;
   - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1966**
   - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
   - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
   - Fundos de Renda variável: sem variação;
   - SWAP: Câmbio;
   - Demais: Índice Ponderado (IER).

9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0944**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Câmbio.

10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0589; IOF: 1,0589; ITR: 1,0614; COFINS: 1,0590; PIS/PASEP: 1,0590; FUNDAF: 1,0592; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0590 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0474**

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **I. Importação: 1,0764 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0775**

- Variação, em dólar, das importações.

2) **IPI-Fumo: 0,9745**

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) **IPI-Bebidas: 1,0433**

- Produção física de bebidas.

4) **IPI-Automóveis: 1,0149**

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) **IPI-Outros: 1,0411**

- Produção física da indústria de transformação.

6) **IRPF: 1,0110**

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011 já considerado no efeito-preço;
- Ganhos em Bolsa: Sem variação;
- Demais: PIB de 2012.

7) **IRPJ: 1,0249 e CSLL: 1,0249**

- Declaração de ajuste: PIB de 2011;
- Demais: PIB de 2012.

8) **IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**

- Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.

9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0768**

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;

- Fundos de Renda variável: sem variação;
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0337**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

11) **I. Exportação: 1,0250; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0249; IOF: 1,0250; COFINS: 1,0250; PIS/PASEP: 1,0249; CIDE-Combustíveis: 1,0601; FUNDAF: 1,0250; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0250 e Outras Receitas Administradas- Demais: 1,0204**

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

Na presente estimativa foi considerada a legislação em vigor, até o dia 14/08/2013, além de legislações ainda não editadas, constantes dos Memorandos 372 e 379 /SE/MF, encaminhados à RFB para fins de que seus efeitos fossem incorporados nas estimativas de receita.

1) **I. Importação: 1,0071**

- Variação da alíquota média.

2) **IPI-Fumo: 1,1500**

- Regime especial de apuração e recolhimento do IPI (regulamentado por meio do Decreto 7.555/11).

3) **IPI-Automóveis: 1,3938**

- Prorrogação, até 31/12/2013, dos efeitos da desoneração do IPI de automóveis (Decreto 7.971/13).

4) **IPI-Vinculado: 1,0045**

- Variação da alíquota média.

5) **IPI-Outros: 1,0212**

- Prorrogação das desonerações do IPI sobre linha branca, painéis, móveis e luminárias (Decreto 7.879/12);
- Desoneração da Cesta Básica (Decretos 7.947/13, 8.070/13);
- Prorrogação da desoneração de Fogão, Geladeira, Tanquinho, Laminados, Painéis, Móveis e Luminárias (Decretos 8.035/13, 8.116/13, 8.169/13).

6) **IRPF: 1,0149 e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0221**

- Efeito tabela (Lei 12.469/11);
- Redução do IR Devido – PRONON e PRONAS (Lei 12.794/13);

- Redução do percentual aplicado ao rendimento bruto para determinar a base de cálculo do IRPF sobre serviços de transporte de cargas (Lei 12.794/13);
- Alteração na tributação das Participações no Lucro e Resultados - PLR (Lei 12.832/13).

7) IRPJ: 0,9995

- Depreciação acelerada de caminhões e vagões (3x normal) - Lei 12.788/13;
- Depreciação acelerada para aquisição de bens de capital (2x normal);
- Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
- Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13);
- Prorrogação da aplicação de parcela do IR devido no FINOR e FINAM (MP 634/13).

8) COFINS: 0,9760 e PIS/PASEP: 0,9820

- Regime especial de apuração e recolhimento de IPI Cigarros (Decreto 7.555/11 – o efeito no PIS/Cofins é indireto);
- Desoneração da Cesta básica e prorrogação da alíquota reduzida de PIS/Cofins de massas (MP 609/13 – Lei 12.839/13);
- Instituição de crédito presumido na venda de álcool, inclusive para fins carburantes e redução de alíquotas em operações de venda (MP 613/13 e Decreto 7.997/13);
- Redução das alíquotas com elevação escalonada para o importador e produtos petroquímicos (MP 613/13);
- Alteração dos limites do Lucro Presumido (Lei 12.814/13);
- Redução a zero das alíquotas sobre serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros (MP 617/13).

9) CSLL: 0,9986

- Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
- Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13).

10) CIDE-Combustíveis: 0

- Redução, a zero, das alíquotas incidentes na importação e comercialização de gasolina e diesel.

11) Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0257

- O efeito foi utilizado para promover a compatibilização da estimativa da RFB com a da Caixa Econômica Federal – CEF.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de R$ 18.744 milhões.

Esse valor incorpora R$ 4.000 milhões, distribuídos a partir de julho de 2014, no item Outras Receitas, a título de aumentos programados de tributos que serão implementados ao longo do ano de 2014.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

00001.000833/2014-74

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
André José de Oliveira
Brasília-DF 20/03/2014 20:56
P/ José Batista

EMI nº 00046/2014 MP MF

Brasília, 20 de Março de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51 que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias no mês de fevereiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

4. Os parâmetros macroeconômicos não foram alterados em relação aos constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira, que abrangia apenas o Poder Executivo. Desse modo, a previsão do crescimento real do PIB para 2014 foi mantida em 2,5% e a do índice de inflação (IPCA), em 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

5. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas verificou-se a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira em relação à indicada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo à programação orçamentária e financeira, que abrangia apenas o Poder Executivo, em R$ 261,8 milhões, totalizando uma redução de despesas discricionárias de R$ 30,8 bilhões em relação à LOA-2014.

6. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios demonstra um acréscimo de R$ 4,2 bilhões em relação à mesma estimativa constante no Relatório do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo. Esse incremento concentrou-se basicamente na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e nas Outras Receitas Administradas pela RFB/MF.

7. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo de R$ 4,4 bilhões devido ao incremento observado no Auxílio à CDE e à incorporação de pagamentos relativos aos Créditos Extraordinários.

8. Os demais itens de receita e de despesa obrigatória, inclusive os relativos ao RGPS, estão em linha com as projeções constantes do Relatório do Decreto de Programação Financeira de 2014, que abrangia apenas o Poder Executivo.

9. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária limitação adicional de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos limites constantes do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, no montante de R$ 261,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

R$ milhões

Discriminação	**Variações em relação ao Decreto de Programação**
1. Receita Primária Total	3.937,3
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(242,6)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**4.180,0**
4. Despesas Obrigatórias	4.441,7
5. Despesas discricionárias (3 - 4)	**(261,8)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

10. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre de 2014, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 51, da LDO-2014, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior, Guido Mantega

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
André José de Oliveira
Brasília-DF 20/03/14 H 20:56
P/ João Batista

Aviso nº 94 - C. Civil.

Em 21 de março de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República referente ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do primeiro bimestre de 2014, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

MENSAGEM
Nº 5, DE 2014-CN

Mensagem nº 53

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 5º do art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente a fevereiro de 2014, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de março de 2014.



SOF
Orçamento Federal

TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

Fevereiro de 2014

Brasília-DF

Fevereiro/ 2014

SEAFV/SOF/MP

O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) Coordenação Técnica

Distribuição Eletrônica

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: Fevereiro de 2014. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Fevereiro de 2014.

SEAFVSOF/MP

MENSAGEM AOS MINISTROS

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

1. O art. 8º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF**, e o art. 50 da **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, LDO-2014**, determinam, para os Poderes, o Ministério Público da União – MPU e a Defensoria Pública da União – DPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual. Em atendimento aos referidos dispositivos legais, o Poder Executivo, concomitantemente a este Relatório, editou Decreto no qual definiu a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso para os seus órgãos no exercício de 2014. Em tal programação está considerada redução de despesas discricionárias em relação ao previsto na Lei Orçamentária de 2014, tendo em vista reavaliação das receitas e despesas primárias realizada com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO-2014.

2. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 5º do art. 51 da **LDO-2014**, que determina que o Poder Executivo, em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira identificada fora das avaliações bimestrais de que trata o art. 9º da **LRF**, encaminhe ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.

3. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções, a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória, a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais e a demonstração da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira.

Respeitosamente,

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS

SIGLAS E ABREVIATURAS

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III)

6. DÉFICIT DO RGPS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I, III e IV)

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, caput e § 5º)

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS

ANEXO II

ESTIMATIVA ATUALIZADA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias _____

*Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos*_____

*Tabela 3: Comparativo das receitas primárias*_____

Tabela 4: Variações nas Despesas Primárias Obrigatórias _____

Tabela 5: Projeção da Receita Previdenciária _____

*Tabela 6: Projeção dos Benefícios Previdenciários*_____

Tabela 7: Déficit Previdenciário _____

*Tabela 8: Demonstrativo do cálculo do valor de emendas individuais obrigatórias em 2014*____

*Tabela 9: Ajuste nas Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo decorrente da limitação de empenho e movimentação financeira indicada nesta Avaliação*_____

Tabela 10: Valor das Emendas Parlamentares Individuais de execução obrigatória em 2014 ___

SIGLAS E ABREVIATURAS

Cide:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CMO:	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Comprev:	Compensação Previdenciária
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DPU:	Defensoria Pública da União
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES:	Fundo de Financiamento Estudantil
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
Fundaf:	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
Fundeb:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IER:	Índice Específico de Receita
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor -Amplo
IOF:	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
IR:	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
IRPF:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Física
IRPJ:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ITR:	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA:	Lei Orçamentária Anual
LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF:	Ministério da Fazenda
MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPU:	Ministério Público da União
PASEP:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGFN:	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social
PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
RCL:	Receita Corrente Líquida
Refis:	Programa de Recuperação Fiscal
RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
RP:	Identificador de Resultado Primário
Selic:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Simples:	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
SPE:	Secretaria de Política Econômica
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, e o art. 50 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, LDO-2014, determinam, para os Poderes, o MPU e a DPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da LOA.

2. A LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51, § 5º, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira fora das avaliações bimestrais de que trata o art. 9º da LRF, essa limitação será aplicada somente ao Poder Executivo, que publicará na internet e encaminhará ao Congresso Nacional relatório, nos termos do art. 51, § 4º, que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2014;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2014, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

2. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

3. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias no exercício de 2013 e no mês de janeiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

4. A previsão do crescimento real do PIB para 2014 é de 2,5% e do índice de inflação (IPCA) de 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas na seção "Parâmetros" deste Relatório.

5. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas, decidiu-se, preventivamente, pela redução dos limites de empenho e movimentação financeira em relação aos valores contidos na LOA-2014 no montante de R$ 30,5 bilhões, até que seja efetuada a avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF. Conforme preceitua o art. 51, § 5º, da LDO-2014, essa limitação de empenho e movimentação financeira é devida somente ao Poder Executivo, uma vez que está sendo feita fora da avaliação bimestral.

6. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a estados e municípios demonstra um decréscimo de R$ 21,3 bilhões em relação à LOA-2014. Essa redução ocorreu na maioria das receitas administradas pela RFB, exceto Imposto de Importação e Outras Administradas, e na receita previdenciária.

7. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um decréscimo líquido de R$ 13,5 bilhões, distribuídos entre os seguintes itens: Subsídios, Compensação à Desoneração do RGPS, Benefícios Previdenciários e Reserva de Contingência. Em sentido oposto, foi incluída previsão de pagamento de créditos extraordinários.

8. Em relação ao RGPS, observou-se redução tanto na projeção de suas receitas, como na de suas despesas, de, respectivamente, R$ 11,0 bilhões e R$ 1,4 bilhão, o que redundou no aumento de R$ 9,6 bilhões na estimativa do déficit.

9. Por fim, com o objetivo de reforçar o compromisso do governo com a obtenção de resultados fiscais que permitam a redução da trajetória da dívida líquida em relação ao PIB, optou-se por utilizar abatimento da meta de superávit primário no montante de R$ 35,3 bilhões, inferior em R$ 22,7 bilhões ao abatimento utilizado na LOA-2014. Desse modo, a meta de superávit primário a ser perseguida pelo Governo Federal em 2014 é de R$ 80,8 bilhões, que corresponde a 1,55% do PIB.

10. Diante da combinação dos fatores citados, é necessário reduzir os limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação à LOA-2014 no montante de R$ 30,5 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1: Demonstrativo da necessidade de limitação das despesas discricionárias

R$ milhões

Discriminação	Variações em relação à LOA-2014
1. Receita Primária Total	(28.928,6)
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(7.610,2)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**(21.318,4)**
4. Despesas Obrigatórias	(13.520,7)
5. Meta de Resultado Primário (redução do abatimento)	22.701,6
6. Despesas discricionárias do Poder Executivo (3 - 4 - 5)	**(30.499,4)**
7. Total das despesas primárias (4 + 6)	**(44.020,1)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

11. Convém ressaltar que os créditos abertos e reabertos no período entre a publicação da LOA-2014 e esta avaliação se sujeitam à limitação proposta.

12. Destaca-se ainda que foi demonstrado, na seção 9 deste relatório, o cálculo da limitação das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, em conformidade com o disposto no *caput* e no § 5º do art. 52 da LDO-2014.

3. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)

13. A revisão das hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração desta avaliação mostra alteração em diversos parâmetros, conforme segue:

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	LOA-2014 (a)	Avaliação (b)	Taxa de Variação (c = b/a)
PIB real (%)	3,80	2,50	-34,2%
PIB Nominal (R$ bilhões)	5.280,4	5.211,2	-1,3%
IPCA acum (%)	5,80	5,30	-8,6%
IGP-DI acum (%)	6,00	5,85	-2,5%
Taxa Over - SELIC Média (%)	ND(*)	10,51	ND(*)
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	2,30	2,44	5,9%
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	ND(*)	104,77	ND(*)
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	724,00	724,00	0,0%

Fontes: Congresso Nacional e SPE/MF.
Elaboração: SOF/MP.
(*) ND = Não Disponível.

14. A previsão de crescimento real do PIB foi reduzida tendo em vista o crescimento divulgado pelo IBGE relativo ao terceiro trimestre de 2013.

15. As novas projeções de inflação incorporam as últimas apurações feitas e mantêm-se no intervalo de tolerância da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

4. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

16. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

17. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências, apresentou decréscimo de R$ 21,3 bilhões em relação à LOA-2014. O maior decréscimo ocorreu no grupo das receitas administradas pela RFB. Foi reduzida também a projeção da receita previdenciária.

Tabela 3: Comparativo das receitas primárias

R$ milhões

Discriminação	LOA-2014 (a)	Avaliação (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	1.331.612,7	1.302.684,0	(28.928,6)
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	797.008,7	779.080,1	(17.928,6)
Imposto de Importação	41.033,2	44.390,3	3.357,1
IPI	57.918,1	54.845,0	(3.073,1)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	312.365,3	305.005,5	(7.359,8)
IOF	35.514,8	31.632,3	(3.882,5)
COFINS	210.811,3	202.200,2	(8.611,1)
PIS/PASEP	57.133,3	54.256,1	(2.877,2)
CSLL	69.062,4	67.784,4	(1.278,0)
CIDE - Combustíveis	0,0	0,8	0,8
Outras Administradas pela RFB/MF	13.170,3	18.965,5	5.795,2
Arrecadação Líquida para o RGPS	357.839,4	346.839,4	(11.000,0)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	176.764,6	176.764,6	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	221.883,0	214.272,8	(7.610,2)
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.109.729,7	1.088.411,3	(21.318,4)

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF
Elaboração: SOF/MP

4.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

18. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo I deste relatório.

4.2. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

19. O decréscimo na projeção das transferências constitucionais e legais, no valor de R$ 7,6 bilhões, ocorreu em função da redução na previsão do IR e do IPI.

5. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III)

20. As variações observadas nas estimativas das despesas obrigatórias são as seguintes:

Tabela 4: Variações nas Despesas Primárias Obrigatórias

R$ milhões

Descrição	LOA-2014 (a)	Avaliação (b)	Diferença (c = b - a)
1. Acréscimo			562,9
Créditos Extraordinários		562,9	562,9
2. Redução			(14.083,6)
Subsídios	14.674,0	8.000,0	(6.674,0)
Compensação à Desoneração do RGPS	17.000,0	11.000,0	(6.000,0)
Benefícios Previdenciários	388.285,5	386.915,9	(1.369,6)
Reserva de Contingência	40,0	0,0	(40,0)
Variação Total nas Despesas Primárias Obrigatórias			(13.520,7)

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

21. Foi incluída previsão de pagamento de créditos extraordinários reabertos no exercício e restos a pagar de exercícios anteriores.

22. A redução feita na estimativa de subsídios deve-se à revisão do cronograma de pagamento dessa despesa.

23. O decréscimo na projeção da compensação à desoneração do RGPS é resultado da revisão da estimativa do impacto das desonerações a partir da execução observada a partir do mês de agosto de 2013.

24. As despesas com benefícios previdenciários foram reduzidas devido à atualização dos parâmetros econômicos e incorporação dos dados realizados no ano de 2013 e no mês de janeiro de 2014, cujos valores ficaram inferiores à projeção que se tinha à época da elaboração do PLOA-2014, com a consequente revisão da projeção até o fim deste exercício.

25. Sobre a Reserva de Contingência, não há expectativa de que tal dotação, remanescente do processo de elaboração da LOA-2014, seja utilizada.

6. DÉFICIT DO RGPS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I, III e IV)

26. A previsão das receitas dos RGPS foi reduzida em R$ 11,0 bilhões, dos quais R$ 6,0 bilhões são relativos à redução na projeção da compensação pela desoneração vigente da folha de pagamento. A estimativa das despesas da previdência foi minorada em R$ 1,4 bilhão. Todas essas reduções refletem a atualização tanto dos parâmetros como dos dados realizados até janeiro de 2014.

Tabela 5: Projeção da Receita Previdenciária

R$ milhões

Mês	Arrecadação	FIES	SIMPLES	REFIS	Transferência	Ressarcimento Desonerações RGPS	Arrecadação Líquida
jan/14	25.477,8	0,0	2.759,2	120,2	-4.795,9	968,4	24.529,8
fev/14	23.896,7	7,7	2.326,0	254,3	-2.716,1	912,0	24.680,7
mar/14	24.463,6	14,0	2.313,9	427,7	-2.640,1	912,0	25.491,0
abr/14	25.123,9	22,5	2.540,3	192,8	-2.648,8	912,0	26.142,6
mai/14	25.308,9	22,2	2.640,6	239,7	-2.847,1	912,0	26.276,3
jun/14	24.545,8	20,4	2.669,4	191,9	-2.785,5	912,0	25.554,0
jul/14	24.739,6	33,8	2.642,5	116,8	-2.761,0	912,0	25.683,7
ago/14	25.284,6	21,8	2.734,0	193,7	-2.836,4	912,0	26.309,5
set/14	27.429,9	26,4	2.700,8	343,4	-2.652,6	912,0	28.759,9
out/14	28.076,6	32,6	2.701,1	129,2	-2.733,3	912,0	29.118,2
nov/14	31.668,3	32,2	2.793,8	347,8	-3.106,8	912,0	32.647,3
dez/14	50.431,7	66,1	2.899,6	308,4	-2.971,5	912,0	51.646,3
TOTAL	336.447,4	299,8	31.721,3	2.866,0	-35.495,1	11.000,0	346.839,4

Tabela 6: Projeção dos Benefícios Previdenciários

R$ milhões

Mês	Benefícios Normais	Sentenças Judiciais	COMPREV	TOTAL
jan/14	27.707,4	1.280,9	136,7	29.125,1
fev/14	27.330,5	650,1	203,7	28.184,3
mar/14	28.287,3	650,1	203,7	29.141,1
abr/14	30.655,1	650,1	203,7	31.508,9
mai/14	29.561,5	650,1	203,7	30.415,4
jun/14	28.903,0	650,1	203,7	29.756,8
jul/14	29.349,6	650,1	203,7	30.203,4
ago/14	32.542,3	650,1	203,7	33.396,1
set/14	39.692,3	650,1	203,7	40.546,2
out/14	29.335,8	650,1	203,7	30.189,6
nov/14	33.024,8	650,1	203,7	33.878,6
dez/14	39.716,6	650,1	203,7	40.570,4
TOTAL	376.106,2	8.432,0	2.377,7	386.915,9

27. Desse modo, a projeção do déficit previdenciário para o exercício de 2014 está R$ 9,6 bilhões acima do previsto na LOA-2014.

Tabela 7: Déficit Previdenciário

R$ milhões

Discriminação	LOA-2014 (a)	Avaliação (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	357.839,4	346.839,4	(11.000,0)
Benefícios Previdenciários	388.285,5	386.915,9	(1.369,6)
Déficit	**30.446,1**	**40.076,5**	**9.630,4**

Fonte/Elaboração: SOF/MP

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

28. A memória de cálculo das empresas estatais federais consta do Anexo II deste Relatório.

8. REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

29. Em cumprimento ao art. 8º da LRF, o Poder Executivo está estabelecendo a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso para os seus órgãos no exercício de 2014.

30. Como medida preventiva, visando garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014 e conforme o detalhamento dos itens constantes deste Relatório, as despesas não obrigatórias serão ajustadas, no âmbito do Poder Executivo, no montante global de R$ 30,5 bilhões, até que seja efetuada a avaliação bimestral exigida pelo art. 9º da LRF.

9. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, *caput* e § 5º)

31. De acordo com o *caput* do art. 52 da LDO-2014, é obrigatória a execução das emendas parlamentares individuais, marcadas com identificador de resultado primário 6 (RP-6) na LOA-2014, em montante equivalente a 1,2% da RCL realizada no exercício anterior, no caso, 2013. O § 5º desse mesmo artigo, por sua vez, determina que, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no *caput* deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias, marcadas na LOA-2014 com os RPs 2, 3 e 6, de acordo com as alíneas *b*, *c* e *d* do § 4º do art. 7º da LDO-2014.

32. Dessa forma, o cálculo do valor de emendas parlamentares individuais a serem obrigatoriamente executadas em 2014 deve passar por duas etapas. A primeira refere-se à aplicação do percentual de 1,2% sobre a RCL arrecadada em 2013, que trouxe como resultado valor diferente do total das emendas constantes da LOA, as quais foram calculadas com o percentual de 1,2% incidente sobre a RCL projetada no PLOA-2014. Assim, o valor das emendas individuais de execução obrigatória em 2014 para todos os Poderes é de R$ 7.873,1 milhões, inferior em R$ 798,5 milhões à dotação constante da LOA-2014 para tais despesas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 8: Demonstrativo do cálculo do valor de emendas individuais obrigatórias em 2014

R$ 1,00

Poder	LOA	Execução	Diferença
	1,2% da RCL do PLOA-2014	1,2% da RCL de 2013	
Legislativo	-	-	-
Judiciário	45.920.000	41.691.560	4.228.440
MPU	18.450.000	16.751.073	1.698.927
DPU	-	-	-
Executivo	8.607.269.000	7.814.687.982	792.581.018
TOTAL	8.671.639.000	7.873.130.615	798.508.385

33. A segunda etapa do cálculo das emendas parlamentares individuais a serem executadas em 2014 diz respeito ao comando contido no § 5º do art. 52 da LDO-2014 que, conforme mencionado, autoriza a redução do montante a ser executado em emendas individuais na mesma proporção da limitação de empenho e movimentação financeira em relação ao conjunto das despesas discricionárias. Uma vez que a presente limitação aplica-se somente ao Poder Executivo, o percentual desse corte sobre suas despesas discricionárias é aplicado sobre as emendas parlamentares individuais do Executivo, cujo montante é R$ 7.814,7 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9: Ajuste nas Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo decorrente da limitação de empenho e movimentação financeira indicada nesta Avaliação

Descrição	R$ 1,00
A. Contingenciamento Geral do Poder Executivo	-30.499.371.603
B. Despesas Discricionárias do Poder Executivo (RPs 2, 3 e 6)	176.279.631.511
C. Proporção Contingenciamento sobre as Despesas Discricionárias do Poder Executivo (A/B)	**-17,3%**
D. Total de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo de execução obrigatória em 2014	7.814.687.982
E. Contingenciamento das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo (C * D)	**-1.352.073.808**
F. Ajuste pela diferença entre a RCL do PLOA-2014 e a arrecadada em 2013 (somente Poder Executivo)	-792.581.018
G. Montante das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo, constante na LOA 2014, que não será de execução obrigatória (E + F)	**-2.144.654.827**

34. A próxima tabela resume o resultado das fases descritas nos parágrafos anteriores e apresenta o valor de emendas parlamentares individuais a serem executadas obrigatoriamente no exercício de 2014.

Tabela 10: Valor das Emendas Parlamentares Individuais de execução obrigatória em 2014

Descrição	R$ 1,00
Valor de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo na LOA-2014	8.607.269.000
Redução com base em 1,2% da RCL de 2013	- 792.581.018
Valor de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo ajustado	7.814.687.982
Redução com base no § 5º do art. 52 da LDO-2014	- 1.352.073.808
Valor das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo de execução obrigatória	**6.462.614.173**

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias e CPSS) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2013, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 13/02/14 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 13/02/14 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2014 em relação a 2013, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 5,86%

PIB: 2,50%

Taxa Média de Câmbio: 12,86%

Taxa de Juros (Over): 28,04%

Massa Salarial: 10,55%

A arrecadação-base 2013 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2014.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e os efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta, exceto receitas previdenciárias, para o período de fevereiro a dezembro de 2014, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em **R$ 700.580 milhões**. A esse valor foi acrescido o montante de **R$ 14.227 milhões** referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza **R$ 714.807 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva do mês de janeiro de 2014 **(R$ 86.175 milhões)**, a arrecadação bruta para o ano de 2014 resultou em **R$ 800.982 milhões**. Excluídas as restituições **(R$ 21.756 milhões)**, a arrecadação líquida correspondente é de **R$ 779.227 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Fevereiro de 2014

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2014

Parâmetros SPE - Versão: 13/fev/14
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS
(A PREÇOS CORRENTES)
PERÍODO: FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2013 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média) PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]	PREVISÃO 2014 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	34.224	(704)	33.519	1,1238	1,0626	1,0056	40.250	740	40.990
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	59	-	59	1,1226	1,0250	1,0000	68	-	68
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	42.640	(191)	42.449	-	-	-	49.514	923	50.437
I.P.I. - FUMO	4.080	-	4.080	1,0000	0,9768	1,1500	4.583	88	4.671
I.P.I. - BEBIDAS	2.988	-	2.988	1,0000	1,0289	1,0000	3.074	65	3.138
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	3.234	0	3.234	1,0214	1,0140	1,3611	4.558	70	4.628
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	14.010	(191)	13.819	1,1237	1,0642	1,0066	16.633	303	16.936
I.P.I. - OUTROS	18.329	-	18.329	1,0619	1,0379	1,0230	20.666	397	21.062
IMPOSTO SOBRE A RENDA	254.670	(8.301)	246.369	-	-	-	278.058	5.389	283.447
I.R. - PESSOA FÍSICA	25.311	(200)	25.111	1,0808	1,0114	1,0146	27.849	548	28.396
I.R. - PESSOA JURÍDICA	103.493	(7.786)	95.707	1,0587	1,0249	1,0007	103.923	2.119	106.042
I.R. - RETIDO NA FONTE	125.866	(315)	125.551	-	-	-	146.286	2.723	149.009
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	70.226	-	70.226	1,1006	1,0000	1,0221	78.999	1.519	80.518
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	31.475	-	31.475	1,1983	1,0767	1,0000	40.609	681	41.290
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	15.113	-	15.113	1,1015	1,0332	1,0000	17.200	327	17.527
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	9.051	(315)	8.736	1,0586	1,0249	1,0000	9.478	196	9.674
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	27.188	(608)	26.581	1,0588	1,0250	1,0000	28.846	588	29.434
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	836	-	836	1,0613	1,0000	1,0000	887	18	906
CONVENIADO	689	-	689	1,0613	1,0000	1,0000	731	15	746
NÃO CONVENIADO	147	-	147	1,0613	1,0000	1,0000	156	3	159
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	184.040	(11.059)	172.980	1,0588	1,0249	0,9717	182.397	3.746	186.143
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	47.266	(1.360)	45.906	1,0587	1,0249	0,9799	48.811	984	49.795
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	54.370	(3.423)	50.947	1,0586	1,0249	0,9987	55.204	1.133	56.337
CIDE - COMBUSTÍVEIS	34	-	34	1,0000	1,0597	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	523	-	523	1,0591	1,0250	1,0000	568	11	579
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	15.372	(694)	14.678	-	-	-	15.978	694	16.672
RECEITAS DE LOTERIAS	3.521	-	3.521	1,0589	1,0000	1,0437	3.891	-	3.891
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.920	-	1.920	1,1240	1,0250	1,0000	2.212	42	2.253
DEMAIS	9.931	(694)	9.238	1,0475	1,0205	1,0000	9.875	653	10.527
TOTAL	661.221	(26.340)	634.881	-	-	-	700.580	14.227	714.807

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o período de fevereiro a dezembro de 2014.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas pontuais ou extraordinárias.

Cabe destacar que o ajuste da base foi utilizado para fins de compatibilização entre as estimativas das receitas da dívida ativa, elaboradas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e as da arrecadação da RFB.

1) **I. Importação: (-R$ 704 milhões); IPI-Vinculado: (-R$ 191 milhões)**

- Ajuste de dias úteis.
- Arrecadação atípica, de Imposto de Importação, em dezembro de 2013.

2) **IRPF: (-R$ 200 milhões)**

- Arrecadação atípica de ganhos de capital.

3) **IRPJ: (-R$ 7.786 milhões); CSLL: (-R$ 3.423 milhões)**

- Arrecadação atípica em decorrência de ganho de capital;
- Recomposição de base referente ao ajuste do IRPJ/CSLL;
- Arrecadação atípica, em dezembro de 2013, em virtude de lançamentos de ofícios, juros de mora e da classificação de recolhimentos do parcelamento instituído pela lei 12.865/13 para o IRPJ/CSLL.

4) **IRRF-Outros Rendimentos: (-R$ 315 milhões)**

- Arrecadações atípicas, em especial nos meses de outubro e novembro de 2013.

5) **IOF: (-R$ 608 milhões)**

- Normalização da base, no período de janeiro a junho, para refletir mudança no comportamento do item IOF Entrada de moedas, que foi observado a partir de julho de 2013.

6) **COFINS: (+R$ 11.059 milhões); PIS/PASEP (-R$ 1.360 milhões)**

- Recomposição de base em decorrência do término de compensações;
- Recomposição de base de Cofins/PIS de instituições financeiras em decorrência da adesão ao parcelamento instituído pela lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais e de Cofins/PIS de instituições financeiras;
- Arrecadação atípica decorrente da classificação, em dezembro de 2013, de recolhimentos da lei 12.865/13;

7) **Outras Receitas Administradas-Demais (-R$ 694 milhões)**

- Arrecadações atípicas em decorrência da lei 12.865/13;

- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais;
- Recomposição de base para refletir o ganho de arrecadação em decorrência dos recolhimentos esperados para as parcelas do parcelamento instituído pela lei 12.865/13;

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **Imposto de Importação: 1,1238; Imposto de Exportação: 1,1226; IPI-Vinculado à Importação: 1,1237; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,1240**
   - Variação da taxa média de câmbio.
2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**
   - O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
3) **IPI-Automóveis: 1,0214**
   - Índice de preço específico do setor.
4) **IPI-Outros: 1,0619**
   - Índice de preço da indústria de transformação.
5) **IRPF: 1,0808**
   - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011. Incorpora variação de preço e de quantidade;
   - Ganhos em Bolsa: sem variação;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
6) **IRPJ: 1,0587 e CSLL: 1,0586**
   - Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2011;
   - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,1006**
   - Setor privado: crescimento da massa salarial;
   - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1983**
   - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
   - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
   - Fundos de Renda variável: sem variação;
   - SWAP: Câmbio;

- Demais: Índice Ponderado (IER).

9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,1015**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Câmbio.

10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0586; IOF: 1,0588; ITR: 1,0613; COFINS: 1,0588; PIS/PASEP: 1,0587; FUNDAF: 1,0591; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0589; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0435 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0475**

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **I. Importação: 1,0626 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0642**

- Variação, em dólar, das importações.

2) **IPI-Fumo: 0,9768**

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) **IPI-Bebidas: 1,0289**

- Produção física de bebidas.

4) **IPI-Automóveis: 1,0140**

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) **IPI-Outros: 1,0379**

- Produção física da indústria de transformação.

6) **IRPF: 1,0114**

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011 já considerado no efeito-preço;
- Ganhos em Bolsa: Sem variação;
- Demais: PIB de 2012.

7) **IRPJ: 1,0249 e CSLL: 1,0249**

- Declaração de ajuste: PIB de 2011;
- Demais: PIB de 2012.

8) **IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**

- Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.

9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0767**

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
- Fundos de Renda variável: sem variação;

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0332**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

11) **I. Exportação: 1,0250; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0249; IOF: 1,0250; COFINS: 1,0249; PIS/PASEP: 1,0249; CIDE-Combustíveis: 1,0597; FUNDAF: 1,0250; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0250 e Outras Receitas Administradas- Demais: 1,0205**

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

Na presente estimativa foi considerada a legislação em vigor, até o dia 14/08/2013, além de legislações ainda não editadas, constantes dos Memorandos 372 e 379 /SE/MF, encaminhados à RFB para fins de que seus efeitos fossem incorporados nas estimativas de receita.

1) **I. Importação: 1,0056**

- Variação da alíquota média.

2) **IPI-Fumo: 1,1500**

- Regime especial de apuração e recolhimento do IPI (regulamentado por meio do Decreto 7.555/11).

3) **IPI-Automóveis: 1,3611**

- Prorrogação, até 31/12/2013, dos efeitos da desoneração do IPI de automóveis (Decreto 7.971/13).

4) **IPI-Vinculado: 1,0066**

- Variação da alíquota média.

5) **IPI-Outros: 1,0230**

- Prorrogação das desonerações do IPI sobre linha branca, painéis, móveis e luminárias (Decreto 7.879/12);
- Desoneração da Cesta Básica (Decretos 7.947/13, 8.070/13);
- Prorrogação da desoneração de Fogão, Geladeira, Tanquinho, Laminados, Painéis, Móveis e Luminárias (Decretos 8.035/13, 8.116/13, 8.169/13).

6) **IRPF: 1,0146 e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0221**

- Efeito tabela (Lei 12.469/11);
- Redução do IR Devido – PRONON e PRONAS (Lei 12.794/13);

- Redução do percentual aplicado ao rendimento bruto para determinar a base de cálculo do IRPF sobre serviços de transporte de cargas (Lei 12.794/13);
- Alteração na tributação das Participações no Lucro e Resultados - PLR (Lei 12.832/13).

7) **IRPJ: 1,0007**

- Depreciação acelerada de caminhões e vagões (3x normal) (Lei 12.788/13);
- Depreciação acelerada para aquisição de bens de capital (2 x normal);
- Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
- Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13);
- Prorrogação da aplicação de parcela do IR devido no FINOR e FINAM (MP 634/13).

8) **COFINS: 0,9717 e PIS/PASEP: 0,9799**

- Regime especial de apuração e recolhimento de IPI Cigarros (Decreto 7.555/11 – o efeito no PIS/Cofins é indireto);
- Desoneração da Cesta básica e prorrogação da alíquota reduzida de PIS/Cofins de massas (MP 609/13 – Lei 12.839/13);
- Instituição de crédito presumido na venda de álcool, inclusive para fins carburantes e redução de alíquotas em operações de venda (MP 613/13 e Decreto 7.997/13);
- Redução das alíquotas com elevação escalonada para o importador e produtos petroquímicos (MP 613/13);
- Alteração dos limites do Lucro Presumido (Lei 12.814/13);
- Redução a zero das alíquotas sobre serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros (MP 617/13).

9) **CSLL: 0,9987**

- Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
- Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13).

8) **CIDE-Combustíveis: 0**

- Redução, a zero, das alíquotas incidentes na importação e comercialização de gasolina e diesel.

9) **Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0437**

- O efeito foi utilizado para promover a compatibilização da estimativa da RFB com a da Caixa Econômica Federal – CEF.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de R$ 14.227 milhões.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

ANEXO II
ESTIMATIVA ATUALIZADA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS
(LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

DEST

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

O Decreto nº 8.159, de 18 de dezembro de 2013, ao aprovar o Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2014, fixou a meta de superávit primário para as empresas estatais federais, com a exclusão das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras, em R$ 0,00 (zero reais), compatível, portanto, com a determinação contida no art. 2º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União para 2014 (LDO/2014).

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o "regime de competência", para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", onde são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber", "Contas a Pagar" e "Receitas e Despesas Financeiras".

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

No que se refere a despesa, os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2014. A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. Na rubrica Tributos e

Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais. Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc. Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE. Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Emgea, no exercício de 2014, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias, e, registra-se também as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional, que também não são captadas pela metodologia de apuração do resultado "abaixo da linha" do Bacen, além do registro da exclusão do grupamento todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das "Demais Empresas", uma vez que o Bacen considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, excetuados os bens de arrendamento mercantil e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, são considerados também benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante da Lei nº 12.952 de 20 de janeiro de 2014.

O resultado primário de responsabilidade das empresas estatais remanescentes apresenta equilíbrio, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	R$ milhões	% do PIB
A - ITAIPU (I-II+III-IV) (*)	**2.051**	**0,04**
I - Receitas	7.870	0,15
II - Despesas	8.844	0,17
Investimentos	57	0,00
Demais Despesas (**)	8.787	0,17
III - Ajuste Competência/Caixa	662	0,01
IV - Juros	-2.363	-0,05
B - Demais Empresas (I-II+III-IV)	**-2.051**	**-0,04**
I - Receitas	50.213	0,96
II - Despesas	51.431	0,99
Investimentos	5.543	0,11
Demais Despesas (**)	45.888	0,88
III - Ajuste Competência/Caixa	94	0,00
IV - Juros	927	0,02
RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-	-

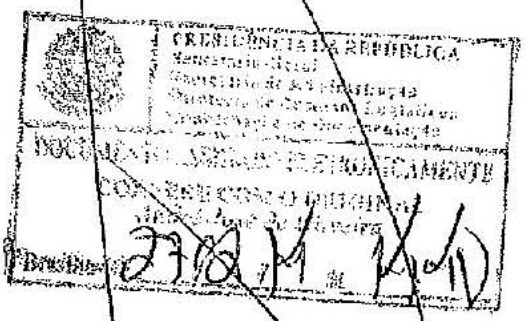
PIB considerado: R$ 5.211.203 milhões
Obs. Valores positivos indicam "superávit".
(*) Estimativa DEST/MP
(**) Inclui Ajuste Metodológico

O resultado de Itaipu Binacional foi estimado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que, embora a empresa, dada a sua natureza jurídica, não esteja sujeita aos sistemas de controle brasileiros, seus dados são considerados na meta consolidada das estatais, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. Cabe destacar que tanto as receitas quanto a maioria dos seus dispêndios são indexados pela moeda norte americana e, ainda, que a meta atribuída à Itaipu corresponde à previsão de amortização de obrigações junto ao Tesouro Nacional no exercício de 2014.

00001.000605/2014-02

EMI nº 00025/2014 MP MF

Brasília, 27 de Fevereiro de 2014



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, e o art. 50 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, LDO-2014, determinam, para os Poderes, o Ministério Público da União – MPU e a Defensoria Pública da União – DPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual. Em atendimento aos referidos dispositivos legais, o Poder Executivo, concomitantemente a este Relatório, editou Decreto no qual definiu a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso para os seus órgãos no exercício de 2014.

2. A LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51, § 5º, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira fora das avaliações bimestrais de que trata o art. 9º da LRF, essa limitação será aplicada somente ao Poder Executivo, que publicará na internet e encaminhará ao Congresso Nacional relatório, nos termos do art. 51, § 4º, que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2014;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2014, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

3. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2014, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas

primárias no exercício de 2013 e no mês de janeiro de 2014, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

4. A previsão do crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB para 2014 é de 2,5% e do índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) de 5,30%. A estimativa de inflação é compatível com a meta perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento.

5. Após a reavaliação da projeção das receitas e despesas, decidiu-se, preventivamente, pela redução dos limites de empenho e movimentação financeira em relação aos valores contidos na LOA-2014 no montante de R$ 30,5 bilhões, até que seja efetuada a avaliação bimestral determinada pelo art. 9º da LRF. Conforme preceitua o art. 51, § 5º, da LDO-2014, essa limitação de empenho e movimentação financeira é devida somente ao Poder Executivo, uma vez que está sendo feita fora da avaliação bimestral.

6. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios demonstra um decréscimo de R$ 21,3 bilhões em relação à LOA-2014. Essa redução ocorreu na maioria das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, exceto Imposto de Importação e Outras Administradas, e na receita previdenciária.

7. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve um decréscimo líquido de R$ 13,5 bilhões, distribuídos entre os seguintes itens: Subsídios, Compensação à Desoneração do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, Benefícios Previdenciários e Reserva de Contingência. Em sentido oposto, foi incluída previsão de pagamento de créditos extraordinários.

8. Em relação ao RGPS, observou-se redução tanto na projeção de suas receitas, como na de suas despesas, de, respectivamente, R$ 11,0 bilhões e R$ 1,4 bilhão, o que redundou no aumento de R$ 9,6 bilhões na estimativa do déficit.

9. Por fim, com o objetivo de reforçar o compromisso do governo com a obtenção de resultados fiscais que permitam a redução da trajetória da dívida líquida em relação ao PIB, optou-se por utilizar abatimento da meta de superávit primário no montante de R$ 35,3 bilhões, inferior em R$ 22,7 bilhões ao abatimento utilizado na LOA-2014. Desse modo, a meta de superávit primário a ser perseguida pelo Governo Federal em 2014 é de R$ 80,8 bilhões, que corresponde a 1,55% do PIB.

10. Diante da combinação dos fatores citados, é necessário reduzir os limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação à LOA-2014 no montante de R$ 30,5 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

R$ milhões

Discriminação	**Variações em relação à LOA-2014**
1. Receita Primária Total	(28.928,6)
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(7.610,2)
3. Receita Líquida (1 - 2)	**(21.318,4)**
4. Despesas Obrigatórias	(13.520,7)
5. Meta de Resultado Primário (redução do abatimento)	22.701,6

6. Despesas discricionárias do Poder Executivo (3 - 4 - 5)	**(30.499,4)**
7. Total das despesas primárias (4 + 6)	**(44.020,1)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

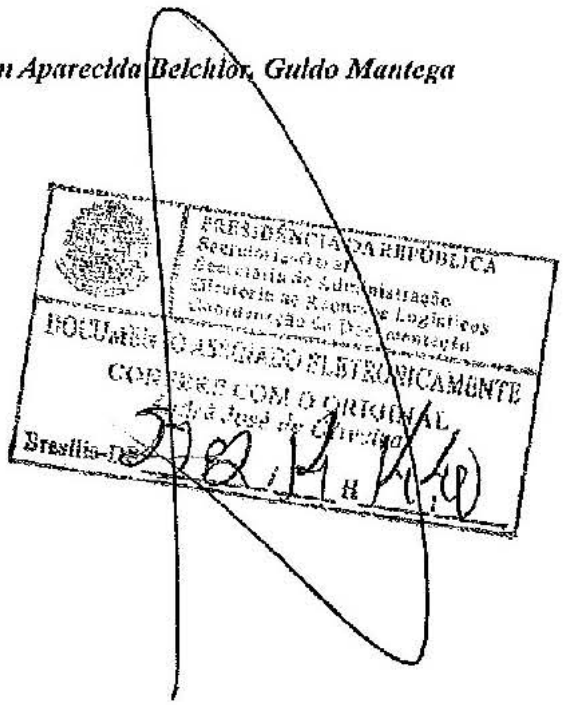
11. Convém ressaltar que os créditos abertos e reabertos no período entre a publicação da LOA-2014 e esta avaliação se sujeitam à limitação proposta.

12. Destaca-se ainda que foi demonstrado, no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, o cálculo da limitação das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, em conformidade com o disposto no *caput* e no § 5º do art. 52 da LDO-2014.

13. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 51, § 5º, da LDO-2014, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior, Guido Mantega



Aviso nº 93 - C. Civil.

Em 21 de março de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República referente ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de fevereiro de 2014, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – As mensagens vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7.660, de 2014**, na origem, do Supremo Tribunal Federal, comunicando o não conhecimento do recurso de Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes opostos pelo réu Asdrúbal Mendes Bentes, na Ação Penal nº 481.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 7660/2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Ação Penal n. 481

AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU(É)(S)	: ASDRÚBAL MENDES BENTES
ADV.(A/S)	: JOÃO MENDONÇA DE AMORIM FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: INOCÊNCIO MÁRTIRES COÊLHO JÚNIOR
ADV.(A/S)	: JOSÉ AUGUSTO DELGADO

(Seção de Processos Originários Criminais)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da certidão de julgamento dos Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes opostos pelo réu **Asdrúbal Mendes Bentes**, no qual o Plenário deste Supremo Tribunal Federal não conheceu do recurso, afirmando-o protelatório, e reconheceu o imediato trânsito em julgado da decisão condenatória, independentemente da publicação do acórdão, com o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.

Apresento o testemunho de apreço e consideração.

Ministro Dias Toffoli
Relator
Documento assinado digitalmente

PLENÁRIO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

EMB.DECL. NOS EMB.INFR. NA AÇÃO PENAL 481
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S) : ASDRÚBAL MENDES BENTES
ADV.(A/S) : MARCOS CRISTIANO CARINHANHA CASTRO
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: O Tribunal, nos termos do voto do Relator, não conheceu dos embargos de declaração, afirmando-os protelatórios, e reconheceu o imediato trânsito em julgado da decisão condenatória, independentemente da publicação deste acórdão, com o lançamento do nome do réu no rol dos culpados, determinando a expedição imediata do competente mandado de prisão e da guia de execução penal para ser cumprida pela Vara de Execução Penal da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, a quem ficam delegados poderes para decidir sobre eventuais incidentes no curso da execução (CF, art. 102, I, "m", e RISTF, art. 21, XIII); determinando também a comunicação a este Supremo Tribunal Federal da prisão do réu, tão logo efetivada, e à Vara de Execução Penal da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF; e que se oficie, nos termos do que anteriormente determinado, à Mesa Diretiva da Câmara dos Deputados para fins de deliberaçãc a respeito de eventual perda de mandato pelo sentenciado, em conformidade com o preceituado no art. 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal. Vencido o Ministro Marco Aurélio que tão somente não conhecia dos embargos de declaração. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente a Ministra Cármen Lúcia, em viagem oficial para participar da 98ª Comissão de Veneza, na cidade de Veneza, Itália. Plenário, 20.03.2014.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O expediente vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:.

OF. Nº 32/2014/CAE

Brasília, 18 de março de 2014

Assunto: Vaga na Subcomissão CAEAM

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em virtude de o Senador Jader Barbalho ter sido desligado da Comissão de Assuntos Econômicos, encontra-se vaga a posição de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria, ocupada pelo referido Senador, na Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Respeitosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Of. nº 35/2014/CAE

Brasília, 18 de março de 2014

Assunto: Substituição de membro da Subcomissão CAEMPEEI

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada nesta data, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, criada por meio do RQE nº 7 de 2011, na vaga antes ocupada pelo Senador Blairo Maggi. Segue anexa a nova composição.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSAO DE ASSUNTOS ECONOMICOS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
JOSÉ PIMENTEL (PT)	CE-6390/6391	RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	DF-6640/6647
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)*	AM-6726/6732		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	PR-6271/6261	1- CIRO NOGUEIRA (PP)	PI-6185/6187
		2-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)*	CE-6248/6248
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
PAULO BAUER (PSDB)	SC-6529/6530	1- WILDER MORAIS (DEM)	GO-2092/2099
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	PE-6124/6125	CIDINHO SANTOS (PR)	MT-6167/6170

(*) Vaga compartilhada.

ATUALIZADA EM: 16/4/2013

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07/11-CAE
INSTALAÇÃO:
SALA DE REUNIÕES : N º 19 DA ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 3303-3255

SECRETÁRIA: ADRIANA TAVARES SOBRAL DE VITO
☎- SECRETARIA: 3303-3516/4605 - FAX: 3303-4344
E-MAIL: SCOMCAE@SENADO.LEG.BR

☎- GABINETE DO PRESIDENTE:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Vital do Rêgo para integrar, como titular, a Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do **Ofício nº 59, de 2014**, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLPMDB Nº 59/2014

Brasília, 25 de março de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Vital do Rêgo – PMDB/PB para compor, como membro Titular, a Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor – CTRCDC, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica a cessão de duas vagas de membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria para o Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do **Ofício nº 60, de 2014**, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLPMDB Nº 60/2014

Brasília, 25 de março de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a cessão de 2 (duas) vagas de membro Suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) para o Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL), na Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor – CTRCDC.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques para integrarem, como suplentes, a Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do **Ofício nº 30, de 2014**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

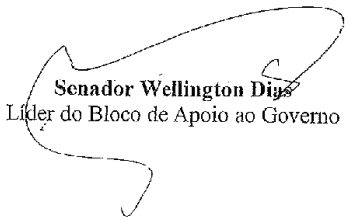
É o seguinte o Ofício:

Oficio n° 30/2014 – GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunicamos que o Bloco de Apoio ao Governo indica os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques como suplentes, na Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designou, como membro titular, o Deputado Ricardo Izar, em substituição ao Deputado Onofre Santo Agostini, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 627, de 2013**, conforme o **Ofício nº 196, de 2014**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O ofício foi encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 196/14/PSD

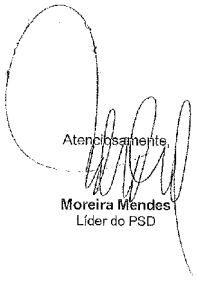
Brasília, 25 de março de 2014

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Onofre Santo Agostini (PSD/SC) pelo Deputado Ricardo Izar (PSD/SP), como Titular da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 627, de 2013.

Atenciosamente,



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

– **Nº 61**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 720, de 2013, de informações, de autoria do Senador Vital do Rêgo;

– **Nº 62**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.400, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Nº 63**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Nº 74**, do Ministro de Estado da Fazenda, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.345, de 2013, de informações, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias;

– **Nº 286**, do Ministro de Estado da Justiça, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.259, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

– **Nº 14**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.164, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– **Nº 15**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.110, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– **Nº 2.739**, do Ministro de Estado da Defesa, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.321, de 2013, de informações, de autoria do Senador Inácio Arruda;

– **Nº 2.740**, do Ministro de Estado da Defesa, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.258, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves;

– **Nº 2.741**, do Ministro de Estado da Defesa, de 19 de março de 2014, em resposta ao Requerimento nº 1.127, de 2013, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria cumprimentar a todos os colegas, cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Vários colegas pedem a palavra pela ordem.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu queria deixar a palavra com o Senador Mozarildo, pois me parece que ele quer saudar alguém de fora do País...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E, logo em seguida, passo a palavra aos dois Senadores.

Senador Mozarildo, por gentileza.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a visita de parlamentares de Moçambique aqui ao Senado e à Câmara. Tivemos a oportunidade de recebê-los hoje em nome da Comissão de Relações Exteriores.

Quero, portanto, registrar a presença deles aqui no Senado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

Agradeço a visita da delegação de Moçambique.

Todos nós endossamos as palavras do Senador Mozarildo.

Pela ordem, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O Senador Jarbas Vasconcelos fala para uma comunicação inadiável e o Senador Mário Couto fala pela Liderança da Minoria.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jarbas.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Jorge...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Assim, está inscrito o Senador Jarbas, para uma comunicação inadiável; eu também me inscrevo para uma comunicação inadiável; e inscrevo o Senador Mário Couto para falar pela Liderança da Minoria.

Convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Mozarildo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, como não sou...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª também está inscrito como primeiro orador, Senador Mozarildo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, como não sou mais Líder da Oposição, conforme revezamento com o DEM, estou encaminhando a minha delegação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Mesa já recebeu uma cópia. V. Exª está respaldado regimentalmente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Mozarildo, V. Exª tem a palavra como primeiro orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, tenho vindo a esta tribuna inúmeras vezes denunciar o desgoverno que reina em Roraima. Um governador despreparado para administrar, mas muito preparado para fazer corrupção.

O Jornal *Folha de S.Paulo* publicou sábado, dia 22 de março, uma matéria de meia página, Senador Jorge Viana, que diz o seguinte:

> *O Estado da Federação – Roraima*
> *Gestão eleva dívida e investe menos*
> *Estado gastou R$865 milhões a mais do que arrecadou em 2013 e teve o maior déficit do País*

E aqui aparece uma foto do governador. E o comentário, realmente triste, é que o nosso Estado, que não tinha dívida nenhuma, quando esse governador assumiu, Vice-Governador que era do Governador Otomar, realmente começou, com essa gestão, repito, uma caminhada rumo a um buraco, em termos financeiros, cada vez maior. E o pior é que esse governador já foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima por corrupção eleitoral. Recorrei ao TSE – e outros processos feitos pelo Ministério Público também se arrastam no TSE –, e ação vai perder o objeto na medida em que, no dia 4 de abril, ele vai se desincompatibilizar.

Eu espero que, pelo menos, seja julgado e ele fique inelegível, para nós nos livrarmos de vez de um cidadão que, de fato, tratou da administração como se estivesse tratando de um negócio privado dele.

Realmente, o Estado está numa dificuldade enorme, porque, endividado, não consegue pagar direito nem a folha de pagamento, nem os fornecedores. No entanto, o governador, que, quando assumiu, era um empresário falido, hoje é dono de uma das mansões mais bonitas do Estado.

V. Exª, que foi Governador do Acre, Senador Jorge Viana, sabe que não há como ficar rico exercendo o cargo de governador se não for pela corrupção. Não há mágica nisso. No entanto, esse governador, que eu sempre digo que não é governador, mas um desgovernador, aparece na *Folha de S.Paulo*, em uma matéria insuspeita, com estatística e tudo.

Então, peço a V. Exª que dê como lida essa matéria para que figure como parte integrante do meu pronunciamento.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

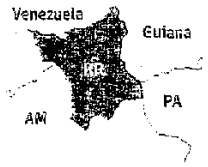
Matéria referida:

–Gestão tucana eleva dívida e investe menos, O Estado da Federação – Roraima.

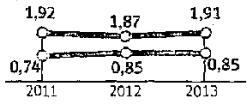
Gestão tucana eleva dívida e investe menos

Estado gastou R$ 865 mi a mais do que arrecadou em 2013 e teve o maior deficit do país

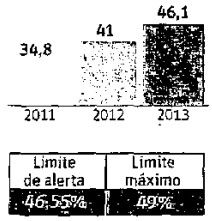
BALANÇO DO ESTADO
Em Roraima, gestão Anchieta Júnior (PSDB) estoura limite de gasto com pessoal, aumenta dívida pública e diminui investimento pela metade



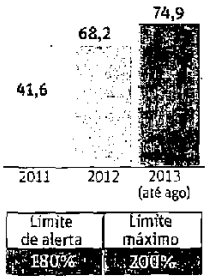
EVOLUÇÃO DA RECEITA
em R$ bilhões
Receita própria
Transferências federais



GASTOS COM PESSOAL
Em % da receita líquida



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
Em % da receita líquida



LUCAS SAMPAIO
DE CAMPINAS

Reeleito em 2010 com margem estreita, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), chega ao final da gestão com investimentos minguando e dívida em alta.

Os investimentos, que consumiam 16% da receita do Estado em 2011, passaram a 8% em 2013. Já a fatia da dívida foi de 41% para 74% —e os gastos com pessoal saltaram de 34% para 46% da receita.

Anchieta, que deverá disputar o Senado e tentar emplacar o vice como sucessor, diz que as dívidas estão financiando obras importantes.

"Depende do que você chama de endividamento. Eu chamo de investimento", afirmou o tucano, para quem "conseguir investir 8% [da receita em 2013] foi muito".

"A situação econômica do país é caótica, com inflação subindo e obras de infraestrutura parando. Eu me considero vitorioso por conseguir investir 8% em 2013", disse.

A oposição aponta falhas na gestão. "A dívida agora passa de R$ 2 bilhões e a infraestrutura está cada vez pior. O governo levou ao endividamento e ao sucateamento do Estado", afirmou o deputado federal Paulo Cesar Quartiero (DEM).

Em 2013, Roraima gastou R$ 865 milhões a mais do que arrecadou. O deficit fiscal em relação ao PIB foi de 10,7%, o maior entre os Estados.

Sobre a alta nos gastos com pessoal, Anchieta disse que os recursos foram para saúde e educação. "Aqui apenas 2% da população tem plano de saúde", disse. "Como todos os municípios têm dificuldades financeiras, o Estado tem de assumir praticamente toda a saúde."

O tucano cita obras no setor de energia, saneamento e a construção de 400 km de estradas vicinais como os principais legados da gestão.

"Investi em saneamento na capital. Boa Vista tem 100% de água tratada e deixarei o Estado com 90% de esgotamento sanitário", disse.

Dono do menor PIB do país (o Estado responde por apenas 0,17% das riquezas produzidas no Brasil), o ex-território federal de Roraima ainda tem a economia muito atrelada ao setor público.

Enquanto na média nacional a administração pública representa 16,2% do PIB, em Roraima o índice é de 49,7%, atrás apenas do percentual do Distrito Federal (54,4%).

O setor produtivo de Roraima ainda engatinha. A agropecuária responde por apenas 4,7% do PIB, a indústria, 13%, e o comércio, 12%.

"Temos um diálogo cordial com o governo, mas ainda se faz necessária uma política industrial", disse Ivo Gallindo, coordenador técnico de projetos da Fier (federação estadual da indústria).

A disputa pela sucessão deverá ficar polarizada entre o atual vice-governador, Chico Rodrigues (PSB), e a senadora Angela Portela (PT).

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB), que já foi aliado de Anchieta Júnior, apoiará a petista —embora reconheça a aversão de parte do eleitorado ao PT no Estado, em razão da demarcação, em 2005, da terra indígena Raposa Serra do Sol.

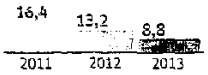
"Precisamos fazer uma grande aliança das oposições contra o governo", diz.

Quartiero, que também era situação e mudou de lado, tende a ficar neutro.

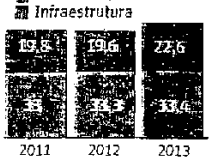
Esta reportagem é parte de uma série iniciada em agosto sobre a situação financeira dos Estados. Leia as reportagens anteriores em folha.com/estadodafederacao

France Elles/Secom RR

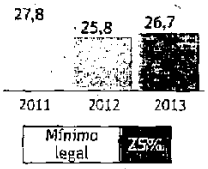
INVESTIMENTOS
Em % dos gastos



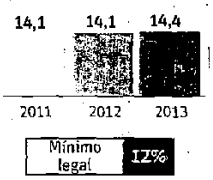
ONDE INVESTIU
Em % dos gastos
Área social
Infraestrutura



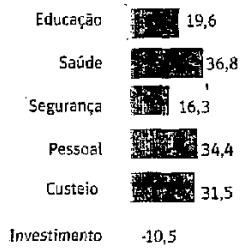
GASTOS COM EDUCAÇÃO
Em % da receita



GASTOS COM SAÚDE
Em % da receita



O CRESCIMENTO DOS GASTOS
Previsão para 2013, em % sobre os gastos de 2011



Fonte: Governo de Roraima

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, que será atendido. A matéria será transcrita nos *Anais do Senado*, como bem pediu V. Exª, Senador Mozarildo.

Passo a palavra, então, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

Antes, porém, pergunto ao Senador Mozarildo se S. Exª pode assumir a Presidência, por conta de eu ter que sair para uma audiência. *(Pausa.)*

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, V. Exª, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – V. Exª quer falar no meu lugar, por conta da audiência?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Não; quando retornar, eu falo.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero comunicar a esta Casa e a todos os que defendem uma maior transparência no uso do dinheiro público que apresentei um projeto de lei, que recebeu o número 86, de 2014, obrigando a Administração Pública federal a divulgar todas as suas despesas com publicidade. Caso seja aprovada, Sr. Presidente, a medida atingirá os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como

o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, a Defensoria Pública da União, as autarquias e fundações públicas federais.

O meu projeto estabelece um duplo dever de transparência, pois a Administração Pública deverá divulgar as despesas com produção e veiculação de cada anúncio ou campanha publicitária, além de manter e publicar, semestralmente, uma consolidação desses gastos, inclusive especificando os fornecedores do serviço de publicidade.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, decidi limitar a aplicação dessas novas exigências à esfera federal para que não se acuse a proposição de invadir a autonomia administrativa das Unidades da Federação. Mas tenho a certeza de que, após a sua aprovação, ela será prontamente seguida pelos Estados e Municípios, diante da exigência, cada vez maior, por gestões públicas que prezem pela transparência dos seus gastos.

Ao contrário do que muitos podem imaginar, Sr. Presidente, especialmente o Governo Federal, não será dificultosa a obrigação de divulgar os gastos em cada anúncio ou inserção, pois, afinal de contas, Srªs e Srs. Senadores, essa obrigatoriedade já se aplica, desde 2009, às despesas de publicidade realizadas pelos candidatos a mandato eletivo, conforme o §1º do art. 43 da Lei de Eleições (Lei nº 9.504, de 1997).

O meu projeto de lei também prevê as consequências do descumprimento dessas obrigações. Caso não seja divulgada a despesa com a veiculação e produção do anúncio ou campanha, o Poder Judiciário poderá suspender imediatamente a publicidade, por provocação de qualquer cidadão ou dos legitimados para o ajuizamento de ação civil pública.

Por outro lado, se não for disponibilizado o acesso à consolidação semestral das despesas com publicidade, o agente público omisso responderá nos termos do art. 32 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Quero ressaltar, Sr. Presidente, nobre Senador Jorge Viana, que a proposição não gerará qualquer impacto orçamentário adicional. Apenas, nas inserções e anúncios, deverão os órgãos e entidades reservar um espaço para a divulgação dos gastos.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, as despesas com serviços de publicidade do Governo Federal, em dez anos de gestão do PT, chegaram a cerca de R$16 bilhões. De acordo com levantamento realizado pelo Jornal *O Estado de S. Paulo*, na média, em seus dois primeiros anos de mandato, o governo Dilma Rousseff gastou, com publicidade, 23% a mais do que foi gasto nos oito anos de Lula.

Segundo o jornal, nos dois primeiros anos de mandato da Presidente Dilma Rousseff, o Governo Federal gastou R$3,056 bilhões, uma média de R$1,78 bilhão por ano. Já nos oito anos de Lula, afirma a reportagem, o desembolso do governo foi de R$11,52 bilhões, uma média de R$1,44 bilhão ao ano.

Os gastos com publicidade costumam alcançar patamares ainda mais absurdos em períodos pré-eleitorais, em especial no ano que antecede a eleição. Isso porque a legislação eleitoral impede que, no último ano de mandato, o gasto com publicidade ultrapasse a média dos três anos anteriores.

Ainda que das campanhas publicitárias não constem nomes ou imagens de agentes públicos, percebe-se um tremendo desvirtuamento da regra constitucional que prevê o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade governamental.

Este fato, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, pode e deve ser corrigido pelo legislador, por intermédio da instituição de um melhor mecanismo de controle em um Estado democrático de direito, que é a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Os contribuintes têm o direito de saber como o Governo gasta o dinheiro dos impostos. E é justamente esse o objetivo dessa minha proposição, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) –Espero que o projeto tramite rapidamente na Comissão de Constituição e Justiça, sem transtornos e venha a este Plenário para que possamos votar a matéria e enviá-la para a Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente, quero só me inscrever para fazer uma comunicação inadiável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª já está inscrito, Senador Acir.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eu queria cumprimentar todos do meu Estado do Acre e todos do Brasil que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Quero agradecer ao Senador Mário Couto, ao Senador Ruben Figueiró e a V. Exª, Sr. Presidente, porque vou sair imediatamente para uma audiência e não poderia deixar de registrar hoje aqui o agravamento da situação no Estado do Acre em decorrência da cheia do Rio Madeira. O nível das águas do Rio Madeira aumentou cinco centímetros de ontem para hoje. A situação é muito grave. Toda a população do Estado está sobressaltada. Por cautela, a rede de supermercados do Acre começou a restringir a aquisição de alguns bens, até para não haver sobra para alguns e falta para outros, para haver o fornecimento para todos.

O fato é que a lâmina d'água acima da BR-364 é de 1,7 metro no dia de hoje. A situação se agrava, porque o DNIT teve de interromper a passagem de caminhões na BR-364, para, em parceria com o Governo do Acre, graças ao envolvimento pessoal do próprio Governador Tião Viana, que esteve em Rondônia, fazer embarcadouros, portos que vão permitir o uso de balsas nos trechos em que a BR está submersa. Então, é possível que, amanhã, no mais tardar, depois de amanhã ou até mesmo hoje, alguns desses trechos possam começar a funcionar. Com isso, a situação ainda será muitíssimo precária, mas alguns caminhões com gêneros de primeira necessidade vão seguir passando pela BR-364.

A ação do Governador Tião Viana garantiu também que nós começássemos a receber um número já bastante grande de caminhões e de produtos vindo via Peru.

Eu queria fazer um apelo aqui. Eu tive uma reunião, hoje, pela manhã, com o Dr. Luciano Coutinho. Eu já tinha falado com ele ontem. Faço um apelo ao Presidente do BNDES; ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega; ao Presidente do Banco do Brasil; ao Presidente do Banco da Amazônia; ao Presidente da Caixa Econômica Federal, como já fiz por escrito, para que, imediatamente, se abra uma linha de crédito para os comerciantes e para todo o setor produtivo do Acre, para que eles possam honrar seus compromissos, as duplicatas. Todos os compromissos de pagamentos estão vencendo ou já venceram, e esses comerciantes e o setor produtivo não têm mais estoque, não têm como repor o estoque. Eles enfrentam extremas dificuldades para honrar seus compromissos, e essa conta não pode ir para o consumidor. Em hipótese nenhuma, essa conta pode ir, com mais sacrifício, para o cidadão acriano.

Como Senador da República, como Senador da Amazônia e do Acre, eu me sinto no dever de falar diariamente, pedindo, como já formalizei, uma linha de crédito especial, tento em vista que todo o Estado do Acre vive uma situação de emergência, decretada pelo Governador Tião Viana, em função da cheia recorde do Rio Madeira. Todo tipo de especulação é feita, mas essa cheia, talvez, seja a expressão do que a gente debate ainda timidamente, podendo ter um vínculo com as questões de mudança climática. Ela é quase inexplicável. Eu me informei na Agência Nacional de Águas, tenho procurado buscar informações técnicas e científicas. Essa cheia não encontra referência nos últimos cem anos no Rio Madeira. Alagou uma parte enorme da Bolívia, outra parte enorme do Peru e, agora, sacrifica o povo do Acre e o povo de Rondônia. São milhares de famílias em Rondônia fora de suas casas, numa situação de absoluta calamidade. Agora, atinge cidades do Estado do Amazonas.

Então, é esse o apelo que venho trazer aqui.

Cumprimento o Governador Tião Viana pela dedicação, pelo zelo, pelo cuidado que está tendo neste momento tão difícil por que o nosso Acre atravessa. Quero dizer que, com a atitude dele de mudar as regras de cobrança do ICMS radicalmente, ele fez a parte que cabe ao Estado fazer, no sentido de colaborar para que não houvesse escassez de produtos, para que não houvesse um maior sacrifício ainda por parte dos comerciantes e do setor produtivo.

Então, Sr. Presidente, fica aqui essa posição minha, lamentando que a situação esteja se agravando.

É muito importante que haja o envolvimento do Exército brasileiro, com o Batalhão de Engenharia, que ainda não entrou na questão como deveria. Quero agradecer à Força Aérea Brasileira, pela contribuição que tem dado com os voos, e ao Ministério da Defesa, mas quero, aqui, fazer um apelo: o Exército precisa estar mais presente no trabalho de acompanhamento dos caminhões, quando se retomar a possibilidade de tráfego na estrada.

Amanhã, vou, inclusive, fazer um relato – quero, aqui, encerrar esta comunicação inadiável – da extraordinária exposição que o Dr. Luciano Coutinho, Prof. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, fez na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ele desmistificou algumas teses que não são verdadeiras, mas que vão tomando ares de verdade no País, como, por exemplo, a de que o BNDES financia empresas estrangeiras e o desenvolvimento de outros países em detrimento do nosso. Ele deixou muito claro que todo o programa que trabalha com o apoio a serviços especialmente de engenharia financia, exclusivamente, empresas brasileiras e a aquisição de equipamentos brasileiros. Os recursos geram empregos no Brasil e, obviamente, criam condi-

ções para que as empresas ganhem dinheiro fora do Brasil. Essas divisas vêm em dólar, e os investimentos do BNDES são em reais.

Ele também desmistificou o fato de que o BNDES só financia empresas grandes, com grande infraestrutura, e grandes conglomerados econômicos. Isso não é verdade. Mais de um terço dos recursos do BNDES vai diretamente para microempresas, para pequenas empresas e para médias empresas. Ele deixou bem claro que o BNDES, hoje, é responsável pela manutenção e geração de 12% dos empregos no nosso País. A carteira do BNDES é equivalente a 4% do PIB nacional.

O Prof. Luciano Coutinho nos deixou confortáveis quanto aos elementos sobre a capacidade do BNDES de trabalhar, quanto à ideia da sustentabilidade, quanto aos projetos de inovação e, especialmente, aos projetos que possam fazer com que o "S" do BNDES se torne, cada vez mais, uma realidade.

É óbvio que são dados interessantes. Penso que o Brasil inteiro precisa ter conhecimento desses dados, não como mais uma versão, mas como fatos. Que esses fatos possam ser passados, com os dados, para toda a população, para que sirvam, primeiro, de exemplo de transparência e, segundo, de exemplo de fortalecimento de uma das nossas mais importantes instituições para alavancar o desenvolvimento do nosso País!

Então, faço esse registro. Amanhã, devo fazer uma fala como orador inscrito, para relatar essa audiência com o Prof. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Mas, hoje, vim à tribuna para dividir com o País este momento de muita preocupação, tendo em vista a gravíssima situação que o Acre enfrenta com a interdição da BR-364.

Imagine, Senador Ruben Figueiró, que todos os frigoríficos do Acre não podem exportar os produtos da nossa agropecuária. Setenta por cento da carne produzida no Acre eram exportados. Os prejuízos passam de R$8 milhões, como disse Assuero Veronez, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Acre. Todo o setor de comércio e de indústria do Acre está inviabilizado neste momento, porque não tem como tirar sua produção do Estado para vendê-la no centro-sul do País. Os acrianos enfrentam limitações de importação dos produtos para consumo.

Então, a situação é muito grave. As empresas entram num processo de extrema dificuldade, e nós todos temos de estar unidos, trabalhando, como tem feito o Senador Anibal, no sentido de encontrar mecanismos para auxiliar o nosso Governo, o nosso setor produtivo e o nosso povo a enfrentar essa situação.

A Presidenta Dilma esteve lá. Somos gratos pela ida até lá da Presidenta Dilma, que viu, pessoalmente, a situação, que andou por lá, que lá conversou. Mas, agora, ela precisa determinar que se crie, imediatamente, uma linha de crédito para auxiliar todos que dependem de condições financeiras para seguirem trabalhando na iniciativa privada e para, ao mesmo tempo, darem condição de garantia do abastecimento no Acre.

Toda a rede de supermercados está comprometida. Todo o setor produtivo, o setor da construção civil, os pequenos e microempresários, todos estão vivendo uma situação de extrema dificuldade. E mais grave ainda é a situação do consumidor acriano, que enfrenta uma das mais graves crises no nosso Estado.

Para isso, precisamos da união de todos. É preciso somar forças com o Governador Tião Viana e com o Governo Federal e buscar a ajuda necessária para superarmos este momento de extrema gravidade que preocupa todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mozarildo e colegas que me permitiram falar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Minha solidariedade, portanto, ao povo acriano, de um Estado amazônico como o meu! Realmente, espero que isso possa ser solucionado o mais rapidamente possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu sei que, em outro momento, o Senador Suplicy vai apresentá-los, mas eu queria só fazer o registro da presença aqui de uma delegação de Moçambique, que está à nossa esquerda e que veio aqui conhecer o Parlamento. Eles estão dialogando conosco, passando contatos. O Senador Suplicy, depois, vai fazer a apresentação oficial de cada um de nossos convidados.

Sejam bem-vindos ao Brasil! Brasil e África são pátrias irmãs. Bem-vindos!

O Senador Suplicy já chegou para fazer a apresentação. Tenho a certeza de que, da parte do Senador Ruben Figueiró, não haverá discordância.

Enquanto o Senador Suplicy os recebe, Sr. Presidente, permita-me também registrar que hoje é o Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça. Eles estão aqui, ao lado, representados por Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), que está acompanhado do Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf), Hebe Del Bicalho.

Eu, com orgulho, Sr. Presidente, apresentei um projeto para que, no Brasil, houvesse o Dia Nacional do Oficial de Justiça. Depois, na tribuna, comentarei mais sobre isso, mas fiz questão, com a presença deles no plenário, de fazer o registro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró, que havia permutado com o Senador Jorge Viana.

V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Permita-me, Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Enquanto o Senador Figueiró se dirige à tribuna, eu gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Saimone Muhambi Macuiana, Presidente do Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e Aids, da Assembleia da República de Moçambique, da Bancada Parlamentar Renamo; ao Deputado Caifadine Paulo Manasse, Relator do gabinete da Frelimo; a Deputada Beatriz Chaguala Gama Ajuda, também da Frelimo, acompanhados que estão do Sr. Romualdo Johanm, da Embaixada de Moçambique.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já dei um abraço neles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Querido Senador Paulo Paim, muito obrigado.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Quero informar ao Senador Paim que recebi a comitiva de parlamentares em nome da Comissão de Relações Exteriores e também fiz o registro aqui no plenário do Senado, mas é muito bom que haja essa segunda oportunidade, porque é interessantíssimo. É muito importante que o Brasil estreite suas relações com Moçambique.

Portanto, mais uma vez, muito bem-vindos ao Senado.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos honram com sua presença, após ouvir as palavras do Senador Jorge Viana, creio que todos nós neste plenário e aqueles que nos assistem e nos ouvem se sentem traumatizados com a situação que ocorre nos Estados de Rondônia e do Acre. Confesso que não tenho palavras para descrever os sentimentos que nascem em minha consciência e em meu coração, a não ser aquelas de solidariedade aos brasileiros e brasileiras que residem no nosso extremo centro-oeste.

O Senador Jorge Viana, como o Senador Anibal Diniz, tem traçado com pinceladas muito fortes o que ocorre no Estado do Acre. Da mesma forma o Senador Acir Gurgacz, aqui presente, como também os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp com relação ao Estado de Rondônia.

A nossa palavra apenas, repito, é de solidariedade e na firme expectativa de que o Governo da República receba o grito de desespero dessas populações através de seus ilustres representantes e conceda a eles todo o apoio que for necessário. A República tem realmente condições para atendê-los e não lhes pode faltar.

No meu Estado, o Estado do Mato Grosso do Sul, temos problemas sérios, temos as enchentes do Pantanal que, vez por outra, são motivo de notícias no Brasil inteiro. Mas creio que o que se passa naqueles Estados do Acre e de Rondônia está acima de qualquer outra expectativa.

Minha solidariedade, portanto, ao Senador Jorge Viana, pelas palavras que acaba de pronunciar, e minha solidariedade também aos Senadores de Rondônia, na pessoa do Senador Acir Gurgacz, aqui presente.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, pelas suas palavras de conforto e de apoio às famílias que estão desabrigadas no nosso Estado de Rondônia, principalmente na cidade de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Nós sabemos da dificuldade em atender, neste momento, às necessidades dessas famílias. Pouca coisa pode ser feita nesse momento, a não ser abrigar todos aqueles que estão desabrigados, dar atenção, moradia, mesmo em um momento difícil, sabendo que o conforto não é o mesmo daquele que eles têm em suas casas. No entanto, a Defesa Civil, os Municípios, o Estado e o Governo Federal têm dado o apoio necessário para que possamos atender a essas famílias. E temos que começar a planejar o pós-enchente, que é a grande preocupação, pois na hora em que essas famílias começarem a retornar para as suas casas, alguns não encontrarão nem as casas, porque a água levou as suas residências. As pessoas que moram na zona rural também não terão mais sua renda, pois terão que trabalhar a terra novamente para fazer o plantio. Estamos trabalhando com o Ministério da Integração Nacional, com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, para que possamos construir um futuro novo para essas famílias. Agradeço-lhe pela sua atenção constante ao nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, a minha solidariedade é permanente como brasileiro.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento desta tarde, gostaria de me dirigir aos nobres colegas parlamentares da República do Moçambique, nossa querida irmã, com quem temos mantido relações muito cordiais, fraternas mesmo. Reiterando as palavras do Senador Suplicy e do nosso Presidente, Mozarildo Cavalcanti, manifesto também meu apreço com votos de boas-vindas a V. Exªs, que se encontram neste País, que é tão afetivo quanto Moçambique.

Nossas homenagens!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Ruben Figueiró, permite-me um aparte?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª, Presidente, há de ser tolerante com o tempo, no sentido de que haja a devida compensação, já que nós nos apropriamos de quatro minutos do tempo de V. Exª. Mas V. Exª tem sido solidário – que bom! – com a Embaixada de Moçambique, que tive a satisfação de abraçar também. V. Exª foi também solidário com Roraima, devido às enchentes que avançam no Estado. Também me lembro de que, ontem, V. Exª foi muito solidário com os companheiros do Aerus, que estão aqui, à nossa direita, acampados, indo agora para a terceira semana, para que se cumpra a decisão do Supremo, e eles recebam aquilo que têm direito. Aproveito para fazer este aparte em homenagem também a V. Exª, que tem sido um parceiro de todos nós na caminhada pela busca do bem comum. Esses homens e mulheres que estão aqui, sofridos, a maioria com mais de 75, 80 anos, estão na expectativa de uma reunião que está para ser marcada, para que se chegue a um entendimento e eles recebam somente aquilo que têm direito. Estive ontem à noite com eles. Estive, eu diria, dezenas de noites e de dias ao lado deles. Ficarei hoje à noite um pouco mais também com eles e ficarei amanhã e depois de amanhã, na busca desse entendimento. Aproveito para que o sistema de comunicação do Senado possa repercutir, baseado no prestígio do seu espaço na tribuna, que os companheiros do Aerus continuam de plantão, esperando a decisão final para que recebam o que têm direito. Obrigado, meu amigo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agradeço o seu oportuno aparte. Sabe V. Exª, como sabe essa comissão do Aerus, da minha solidariedade, da minha torcida em favor de que o Governo resolva as suas justas pretensões, asseguradas por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que realmente abusei um pouco do tempo. E sabe V. Exª por quê? Porque conheço o espírito de tolerância e de generosidade de V. Exª com os oradores que vêm a esta tribuna.

Muito obrigado, e vou abusar dela.

Sr. Presidente, é legítimo e democrático que as oposições questionem e critiquem todo o negócio envolvendo a compra da refinadora de Pasadena pela Petrobras. Temos que olhar com clareza o momento histórico, a dimensão da denúncia e estabelecer uma relação de patriotismo com os verdadeiros interesses nacionais. Nosso papel também é o de fiscalização, e, neste caso, do meu ponto de vista, a investigação política é tão necessária quanto a policial, a judiciária e a dos órgãos de controle.

Não podemos nos furtar de trazer esse assunto para a pauta do Congresso Nacional por meio de discursos em plenário, como estamos fazendo, sim, mas principalmente pelo instituto legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Seja no Senado, seja na Câmara, ou em ambas as Casas, a CPI é a investigação política que vai a fundo num fato político.

Estamos falando de erros explícitos do Governo que causaram um prejuízo de mais de US$1 bilhão ao País. Toda a transação está eivada de suspeitas de que houve desvios de milhões e milhões de dólares em propinas para funcionários da Petrobras e lobistas conhecidos do mercado.

Muitas dúvidas estão no ar, e há que se questionar a responsabilidade da Srª Presidente da República, à época, Presidente do Conselho Administrativo da Petrobras, que teria sido induzida ao erro, quando, em 2006, assinou a aprovação da compra da refinadora sem conhecer a totalidade das cláusulas contratuais que iriam transformar o negócio de Pasadena num problema para a Petrobras, hoje com suspeitas de superfaturamento e evasão de divisas investigadas pelo TCU, Ministério Público e Polícia Federal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito certamente vai a fundo nas investigações a respeito das responsabilidades dos agentes públicos que contribuíram para esse enorme prejuízo à Nação. Trata-se de um assunto que merece investigação profunda neste Congresso Nacional.

Sei que encontraremos enorme resistência por parte da Base governista, com o objetivo de inviabilizar a CPI. Mas esperamos que a preocupação com o brasileiro, que está notadamente indignado, e a consciência de que temos o dever moral de dar respostas à sociedade prevaleçam nesta Casa. Esse fato não pode ser esvaziado, nem banalizado, como se fosse um tema "oportunista", entre aspas, de pré-campanha eleitoral. Na verdade, trata-se de questão que tem a ver com o direito de saber o que está sendo feito com os recursos públicos deste País.

Quero clamar para as vozes vivas da consciência nacional, porque questões gravíssimas como essas não podem cair no vazio. O Governo tem que dar respostas rápidas e punir os responsáveis por esse crime, que colocam a Petrobras em total suspeita. A Petrobras é uma das empresas mais importantes do mundo para ser submetida ao jogo rasteiro dos interesses escusos.

A credibilidade nesse momento é fundamental para garantir sua *performance* no mercado. Ela tinha uma saúde financeira inabalável. "Tinha" – no passado mesmo. Caiu da 12ª do mundo para a posição de 120ª entre as empresas do ramo. Hoje é a mais endividada do mundo, com uma dívida superior a US$100 bilhões, sem contar os inúmeros escândalos que protagoniza.

A confiança na Petrobras era tanta que, anos atrás, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva encorajou o cidadão a investir o FGTS em ações da empresa. Não estou aqui falando dos grandes investidores, inclusive dos internacionais, que sabem dos riscos a que estão sujeitos quando aplicam na bolsa. Estou falando dos brasileiros que podiam ter usado os recursos do FGTS para aquisição da casa própria e decidiram investir, confiando na rentabilidade promissora da Petrobras. No começo da atual Presidência uma ação da empresa valia R$ 29,00, atualmente o valor caiu para R$ 12,60.

São inúmeros os casos dos brasileiros que hoje se sentem lesados. Um exemplo que cito aqui é o de um rapaz que conheço, que investiu R$7 mil em 2008 e hoje está com saldo de R$900 tão somente.

A Diretoria da Petrobras está vivendo um momento de grande constrangimento. Sua capacidade técnica está sendo colocada em dúvida sob inúmeros aspectos. Não há como tergiversar: o Governo tem que apurar e punir. A demissão do Sr. Nestor Cerveró não é resposta suficiente. Parafraseando meu nobre colega de Partido, Senador Alvaro Dias, o povo brasileiro não vai se contentar com a demissão do bagre, porque sabe que ainda há tubarões sendo alimentados. O brasileiro não admitirá a consagração da impunidade em detrimento dos verdadeiros interesses nacionais.

Portanto, faço um apelo aos colegas governistas: não impeçam a transparência e o esclarecimento dos fatos. E que venha a CPI de Pasadena.

A Senhora Presidente – para concluir, Sr. Presidente – creio ter passado momentos de desassossego com os repetidos sustos que seu Governo e sua orientação política lhe têm "atucanado". O PMDB com seus insistentes e provocadores pedidos de uma maior participação; os escândalos na Petrobras e na Eletrobras, ambas num processo de sangria financeira desatada; a partir de ontem, a notícia do rebaixamento da Nota de Crédito do Brasil, tornando o País na zona de risco pela respeitada Agência Internacional de Classificação de Risco Standard & Poor's, que assinalou – aspas –: "O risco soberano do Brasil foi um passo concreto em direção ao precipício" – fecha aspas.

Por tudo, Srªs e Srs. Senadores, não deve estar recebendo a Senhora Presidente ventos favoráveis para sua imagem e prestígio.

Sou da oposição, Sr. Presidente. Muito acima dela, sou Brasil. Pelo Brasil, entre milhares de brasileiras e brasileiros, estou apreensivo com os rumos pelos quais temerariamente o Governo está se conduzindo.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo agora a palavra, para uma comunicação, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Vou falar como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Exatamente, como Líder.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não teria outro assunto se não fosse o mesmo assunto que o Senador Ruben Figueiró trouxe esta tarde a esta tribuna.

Falei eu por várias vezes, por muitas vezes, meu querido Brasil, e vocês não sabem o grau de tristeza que me traz esta tarde a esta tribuna. Falei eu muitas vezes da situação em que se encontra o meu País. Falei aqui da inflação. Falei aqui da infraestrutura, da saúde, da educação, da segurança – quantos brasileiros caem todo dia.

Falei eu aqui que era necessário construir hospitais nível FIFA, e construíram estádios de futebol nível FIFA. Falei aqui no absurdo de o Governo contribuir com os países ditadores, dando milhões e milhões e milhões de reais, quando nós aqui não ganhamos nada da Presidenta Dilma.

Falei aqui do enfraquecimento dos Poderes, e que este Poder está submisso às ordens da Presidenta. E ela acaba de dar o veneno, pior do que fornecido a tatu, ao Supremo Tribunal Federal. Esperou calmamente a aposentadoria de dois ministros e colocou dois ao gosto dela. Ficaram seis para ela e cinco para a população brasileira.

Então, Srs. Senadores, os Poderes estão fragilizados, e quando os Poderes se fragilizam, no que é que se pensa: que a democracia está fragilizada. E, neste momento, quem disser aqui desta tribuna que a democracia brasileira não está fragilizada está mentindo. Os Poderes estão na mão da Presidenta Dilma.

Falei muito. Falei que o Brasil estava à beira do abismo. Falei na falência da Petrobras, falei que a Petrobras estava falida. Falei que havia corrupção no Brasil como nunca. Como nunca existiu neste País. Falei na corrupção da Petrobras, falei por várias vezes!

Só que ninguém tem mais poder. Tiraram o poder desta Casa, tiraram o poder do Congresso Nacional! A Presidenta não é mais fiscalizada, não passa uma CPI aqui, não passa!

O Senado tem atribuição de fiscalizar, mas a Presidenta não deixa. Seus parceiros não permitem. Ela troca cargos, troca emendas, e os parceiros se ajoelham aos pés da Presidenta.

Pedi várias vezes a CPI do DNIT . Olha o rombo do DNIT, olha o rombo da Petrobras, que descobriram agora. Há quanto tempo isso já existe! Acabaram com a maior empresa brasileira, destruíram a maior empresa brasileira. Ela que, tempos atrás, figurava entre as 12 maiores do mundo, hoje, é a 120ª maior do mundo. Olha de onde ela passou: de 12 para 120. Acabaram com a Petrobras! Compraram uma refinaria no Texas...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... que vale R$170 milhões por R$1 bilhão. É uma vergonha! E a própria Presidenta da República declara – olha a infantilidade da Presidenta –: "Isso é *impeachment*!". Claro, mas claro e cristalino. Só não é "impeachmada" se este Congresso não quiser "impeachmá-la". Ela cometeu um crime e confessou o crime, Brasil! Ela disse que assinou, mas não sabia o que estava assinando. Crime de improbidade administrativa? Claro, cristalino, constitucional. Não tem quem derrube. Dá *impeachment*. Só não se pede se não quiser pedir.

Vou ler, Brasil. Vou ler porque depois dizem: "Ah, Mário Couto é oposição. Mário Couto aumenta as coisas".

Você que me ouve, você que me vê todas as semanas aqui, há quanto tempo eu disse que a democracia foi embora? Há quanto tempo eu disse que ela ama os ditadores? Há quanto tempo eu disse que ela dá bilhões para os ditadores? Há quanto tempo eu disse que ela acabou com a Petrobras? Há quanto tempo eu digo que tem corrupção na Petrobras?

Nestor Cerveró, demitido da BR Distribuidora, na última sexta-feira, diz à *Veja*: "A Presidenta errou, mas como vou falar isso? (...) Se for chamado a dar explicações, terei de desmentir a Presidente, porque ela teve acesso a todos os documentos do processo".

E assinou, Brasil. E assinou, Brasil!

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Isto aqui é dinheiro seu, brasileiro. Isto aqui, que foi roubado... Isto aqui foi roubado. Isto aqui é roubo. Isto aqui é roubo. Uns dizem que é corrupção, eu prefiro dizer outra palavra: é roubo. Porque só se diz roubo quando o cara rouba uma galinha. É o ladrão de galinha. Quando o graduado rouba, é corrupção. É ladrão! Roubou igualzinho ao outro.

Outro dia, aqui, chamei um político de ladrão e cortaram a minha fala. Por que cortaram a minha fala? "Ah, porque ele pega pesado demais!" Eu pego pesado demais e o dinheiro que você paga todos os dias, todos os dias... Vocês podem até não perceber, brasileiras e brasileiros, que, nos produtos do supermercado, há um selinho. Vejam quanto está incluído de imposto ali que a Dilma cobra.

O Brasil é o país que mais cobra impostos dos seus filhos. O Brasil é o país que mais cobra impostos no mundo. Sabem quanto vai dar este ano? R$2 trilhões, pagos por ti, para esse tipo de roubo. Você paga e ele rouba o seu dinheiro. Tu não tens escola, tu não tens transporte, tu não tens saúde, tu não tens educação. O Brasil está quebrado em todos os setores.

Qual é o grande investimento feito neste País? Citem um grande investimento.

Vou descer, Presidente.

Oposição brasileira... Eu não sou mais Líder da oposição brasileira. Há uma semana eu deixei o cargo porque o DEM tem direito.

Oposição brasileira, esta é a hora, oposição brasileira! O Brasil não aguenta mais. Nós viemos para cá para defender a Pátria. Eu vim para cá para defender o meu Estado querido do Pará e a minha Nação querida.

Está mais do que comprovado que quem acabou com a maior empresa brasileira foi o PT.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Foi o Governo do PT. Está mais do que comprovado, Nação!

E nós não podemos deixar o cavalo passar selado. Nós não podemos deixar o cavalo passar selado, como já passou no tempo do Lula, no caso do mensalão.

Eu não estava aqui. O Lula deveria ter sido "impeachmado" e, agora, a Presidenta deve ser "impeachmada", oposição brasileira. Cresçam, cresçam nas atitudes, oposição, e vamos "impeachmar" a Presidenta Dilma!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, como tenho feito praticamente todos os dias, vou começar o meu ritual falando que amanhã será um dia decisivo na CCJ, porque as Srªs e os Srs. Senadores terão a oportunidade de votar favoravelmente aos interesses de seus Estados – nós aqui representamos os Estados.

O que será votado lá amanhã? Será votada a renegociação da dívida dos Estados, com o novo indexador, que não é mais IGP-DI mais 9%. Passa pelo IPC mais 4% ou pela taxa Selic, o que for menor. Isso, meu amigo Desconzi, meu amigo Suplicy e demais Senadores, é uma negociação muito positiva para o povo brasileiro. Claro, neste momento, também estou falando em nome do Rio Grande do Sul.

O Governador Tarso Genro tem participado, não diria liderado, mas argumentado com muita competência nas reuniões de que participei sobre este tema. Espero que o acordo que firmamos para votar dezembro, que virou fevereiro, que virou março e que, tudo indica, vai virar abril, seja cumprido. Mesmo para que a negociação saia em abril, é necessário que a CCJ vote, conforme combinamos na semana passada e retrasada, amanhã. Que lá seja votado o projeto de renegociação da dívida.

Eu sou muito de apostar na palavra empenhada de cada homem, de cada mulher, ao longo da minha vida política, e não vi nenhum Senador dizer que é contra a renegociação da dívida, pelo contrário. Todas as vezes em que firmamos o acordo aqui, que para mim tinha que ter sido votado em dezembro, senti que havia um certo jogo meio obscuro, quando jogaram para fevereiro. Mas tudo bem, o bom jogador se submete às regras do jogo e vai caminhando na busca do grande entendimento. E é isso que estou fazendo, mais uma vez.

Mas, já que falei da dívida, volto a falar do Aerus, mais uma vez – falei já hoje, na abertura dos trabalhos, e falo, neste momento –, da importância de chegarmos a um acordo com o Executivo, baseado na decisão do Supremo. E que se pague o que os companheiros do Aerus têm de direito, devido à decisão no Supremo que a Varig ganhou; e parte desse montante é para os créditos trabalhistas daqueles que não receberam – e são milhares! – e outra parte seria para os aposentados e pensionistas do Aerus. Esperamos que a reunião saia ainda esta semana.

Vejo que o Sindicato dos Aeronautas está aqui hoje presente, e estiveram já numa outra noite de vigília. Estão aí os líderes do Aerus, os sindicalistas. E, ontem, tive a alegria – alegria e tristeza ao mesmo tempo –, porque os levei lá às centrais sindicais e confederações, que deram todo o apoio a esse movimento que vocês estão reforçando hoje.

Vamos torcer para que prevaleça o bom senso e que construamos uma saída negociada, para atender os amigos e amigas do Brasil, eu diria, que são nossos comandantes, aeromoças, oficiais de bordo, enfim, os que dedicam a sua vida a transportar o Brasil – não só o Brasil dentro do Brasil, mas o Brasil para o mundo! E, no momento em que mais precisam, estão nesse sofrimento, que todos nós só podemos lamentar. E o apelo que faço, mais uma vez, ao Executivo: não à protelação; não aos embargos; não à revisão de cálculos; e que se faça o pagamento, de imediato, em relação ao Aerus!

Quero também cumprimentar, porque estão aqui na tribuna de honra, os líderes que comandam este dia nacional de luta dos oficiais de Justiça. Esta Casa aprovou, em 2012, projeto de nossa autoria, o 26, o texto está, hoje, na Câmara dos Deputados, pronto para a votação.

O que diz o projeto? Institui o dia 25 de março, portanto, hoje, como o Dia Nacional do Oficial de Justiça. E aqui faço referência ao líder Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), que está acompanhado do Presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf), companheiro Hebe-Del Bicalho, que estão aqui, neste momento, participando desta sessão e estão dando também todo apoio ao Aerus.

Cito uma frase que ouvi, Paulo Sérgio, de você num outro momento que nos encontramos. Você dizia: "O dia especial não é somente aquele que festejamos, mas a reflexão que fazemos sobre a vida de todos nós, de todo o povo brasileiro. De levantar bem alto as bandeiras. Bradar bem forte pelos ideais de comunhão de forças e ideias. De recomeçar. De perseverar".

Sr. Presidente, o oficial de Justiça é um dos auxiliares da Justiça, cuja atividade é imprescindível e essencial para a prestação jurisdicional, pois realiza os atos processuais, materializando a pretensão das partes, transformando a decisão judicial, do campo teórico para o prático.

O oficial de Justiça é um verdadeiro agente social e protagonista de muitos papéis, forjados para lidar com o conflito judicial. E ele tem que entregar a intimação, um pouco constrangido pela reação daquele que

recebe, que, muitas vezes, não entende que vocês estão ali de forma profissional e técnica e que não têm nada a ver com o processo. O processo é instalado pelo Poder; vocês são agentes, que ali entregam o documento. Enfim, esse é o papel do oficial de Justiça.

O oficial é testemunha ocular dos conflitos sociais e, ao mesmo tempo, construtor de relações sociais através das diligências, que eu aqui simplifiquei na minha fala, que vocês empreendem. É orientador e precisa desenvolver habilidades que o aproximem das pessoas, portanto, vocês têm que ser valorizados mesmo.

Com a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça, projeto que apresentei por sugestão de vocês, o Congresso Nacional prestará uma justa homenagem a esta classe profissional que exerce carreira típica de Estado, pelo que primamos, aqui, a aprovação urgente.

O projeto já foi aprovado por unanimidade no Senado, está na Câmara – vota, Câmara! E espero também que eles votem lá o fim do fator, que está lá há alguns anos. Espero que o de vocês não fique lá pelo mesmo período, como está a minha briga pelo fator, que aprovei aqui por unanimidade, e o reajuste dos aposentados também.

Mas, Sr. Presidente, quero, ainda nesta minha fala, fazer mais dois registros. Mais uma vez, o Congresso Nacional recebe os prefeitos brasileiros, que vêm até aqui trazer as suas dificuldades, angústias, preocupações, seus anseios em relação ao desenvolvimento do Município e à qualidade de vida da nossa gente, registro que faço sobre a XVII Marcha de Prefeitos. Considero a Marcha de Prefeitos um evento importante, um evento que nos chama, como Parlamentares, a ouvir, com muita atenção, as demandas que eles trazem. Em sua grande maioria, refletem a vontade lá do Município, lá da nossa gente, do local de moradia.

Sempre digo aos prefeitos que procuram todos nós aqui no Congresso, nos gabinetes, que a visita de cada um deles é uma honra para nós e que nosso desejo é andar de mãos de dadas com prefeitos, vereadores, com toda a nossa gente, com todo o nosso povo, pela construção de uma política que torne os Municípios do Brasil cada vez mais fortes.

Sei que eles têm consciência de que, além do trabalho parlamentar, tenho que me preocupar com as políticas públicas desenvolvidas pelos gestores e gestoras. Essa preocupação nos leva dentro dos princípios de igualdade e justiça.

E nos colocamos à disposição de todos. Por isso, eu tenho um modelo, no meu gabinete, de não mandar emenda para a minha base eleitoral. Não mando emenda somente para as prefeituras do meu Partido; mando emendas para os 497 Municípios do Rio Grande. É um sistema de computador, os últimos são os primeiros, os primeiros são os últimos. Não vou a inauguração. Acho que o dinheiro público tem de chegar mesmo, e ali o dinheiro é da população. Faço isso com muito orgulho. Não há um Município do Rio Grande que não recebeu no mínimo, durante o meu mandato como Senador, duas emendas. E todos receberão, com certeza, três ou quatro. Entendo que essa é uma visão republicana, que o dinheiro é do povo, e não posso fazer do dinheiro do povo um instrumento eleitoral. Por isso mando para todos os prefeitos, independente de qual seja o Partido.

Uma vez, eu estava numa emissora e o radialista duvidou disso e ligou para uma cidadezinha do interior do Rio Grande e disse: "O Paim está dizendo que atende a todos, independente da questão partidária. Ele disse que lhe mandou uma emenda". E o prefeito disse:"O Paim se enganou; aqui não". E eu, claro, me assustei. Mas o prefeito emendou: "Ele mandou duas emendas, não uma". Claro que fiquei satisfeito, porque percebi que essa visão republicana que o Presidente Lula também adotou, em matéria de distribuição do Orçamento, no que tocava a ele e aos Estados, nós seguimos na íntegra.

Mas, enfim, os prefeitos do Brasil estão realizando a sua XVII Marcha em favor dos Municípios.

O Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, pontua que a pauta municipalista deste ano é o aumento de 2%...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... do Fundo de Participação dos Municípios; a reformulação da Lei Complementar nº 116, que trata da distribuição de Impostos Sobre Serviços; as desonerações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), somente na parcela da União; a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal da Lei nº 12.734, de 2012, com a redistribuição dos *royalties* do petróleo e gás; e o encontro de conta das dívidas previdenciárias – ele fala em encontro de contas, não simplesmente em anistia, como alguns pretendem. Também serão definidos detalhes do próximo evento. Sobre esse tema, evento da campanha, a paralisação nas capitais no dia 11 de abril. O Presidente ponderou que a mobilização de todos aqueles que conhecem as agruras pelas quais a gestão municipal tem passado é fundamental. E faço questão de registrar minha satisfação de recebê-los aqui em Brasília, pela forma carinhosa como eles também me recebem quando ando pelo meu querido Rio Grande.

Estive num evento com a Presidenta Dilma em Caxias, e muitos estranhavam porque tinha aquela fila de prefeitos a nos cumprimentar – e era uma fila grande! Eu diria: por causa da visão republicana. Eles todos passavam por ali, cumprimentavam-nos e, depois, claro, iam para as suas atividades.

Então, um abraço muito carinhoso para os nossos queridos prefeitos.

Sr. Presidente, eu vou usar meus últimos três minutos só para registrar aqui um trabalho muito benfeito sobre a rotatividade no mercado de trabalho no Brasil.

É notório que o mercado de trabalho, no Brasil e no mundo, tem-se modificado bastante nas últimas décadas, especialmente após a crise econômica deflagrada em 2008, trazendo à tona o debate sobre políticas e desafios desse mercado tão vulnerável, apontando políticas sociais, econômicas e culturais.

No Brasil, diferentemente da maioria dos países europeus, o processo de redução da pobreza, sustentado pela valorização do salário mínimo, por programas sociais e por políticas públicas, claro que avançou. Diminuíram-se as desigualdades, e houve um impulso valoroso para a geração de emprego e renda. Cerca de 40 milhões de pessoas nós retiramos da miséria absoluta.

Segundo o Doutor em Economia João Sicsú, a política de aumento do salário mínimo adotada desde 2003 provocou uma queda em mais de 50% da informalidade, contrariando as teses daqueles que alegavam que o aumento do salário mínimo iria criar desemprego.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A política de reajuste do salário mínimo fortaleceu o mundo do trabalho, e a economia foi reativada em todo o País.

Entre os reflexos da política de valorização do mínimo, destacamos a formalização dos vínculos trabalhistas, o aumento expressivo e positivo da renda do trabalhador e a inclusão previdenciária como alguns dos resultados positivos obtidos – que, podemos dizer, foram os maiores dos últimos 10 anos.

Também, enquanto a Europa atravessa uma crise de desemprego que chega a atingir 30%, nós estamos numa crise que não é crise, porque é de menos de 5%! Estamos vivendo quase que no pleno emprego. O PIB do Rio Grande do Sul agora, nesse período que passou, cresceu 5,6%, e o desemprego lá é de menos de 4%.

Estudo realizado pelo Dieese,...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...intitulado – e aqui eu concluo, Sr. Presidente – (*Fora do microfone*.)...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...intitulado "O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro – Resultados da RAIS 2012", assevera que o mercado formal vem crescendo na ultima década, e é muito bom para o País e para a sociedade, pois fomenta a economia e o bem-estar da população.

Nos últimos três anos, ocorreu a incorporação de mais de seis bilhões de vínculos, muito embora em 2012 o crescimento não tenha sido tão intenso. Mas aqui o acumulado é muito positivo.

Segundo a Nota Técnica, esta recente caminhada deve-se, especialmente, às políticas implementadas lá atrás, pelo Governo do Presidente Lula.

Contudo, muito embora o PIB não tenha tido o crescimento que esperávamos, o estoque de empregos cresceu 2,5%. Outra constatação obtida na análise foi que, desde o começo da última década, a geração de postos de trabalho se concentrou nos Municípios de pequeno porte, o que é muito bom.

Em 2012, a lógica inverteu-se, e o maior crescimento da formalização ocorreu nos grandes centros urbanos, em cidades com mais de um milhão de habitantes – mostra a pesquisa.

Outro dado interessante se refere ao universo feminino – e nós hoje falamos muito aqui, na sessão de homenagem às mulheres: elas são a maioria entre os trabalhadores ocupados mais escolarizados. Respondem por 52% dos postos de trabalho ocupados por cidadãos com ensino superior completo e por 58% com superior incompleto. As mulheres estão na frente. Apesar desse destaque, permanece a diferença de remuneração média entre trabalhadores homens e mulheres.

Eu assisti à sessão de hoje, pela manhã. A sessão foi bonita, magnífica, mas o melhor presente que a Casa poderia dar era aprovar um projetinho que eu relatei, e que chegou aqui e voltou para uma Comissão que não tem nada a ver, que diz somente o seguinte: "É garantido à mulher, na mesma função, o mesmo salário que o homem". Sessão é importante, mas aprovar projeto que busca a igualdade e a justiça também é importante.

Em 2012, as mulheres receberam, em média, 17,8% a menos do que receberam os homens. Essa disparidade se mostra mais alarmante nos setores da Administração Pública, indústria de transformação e serviços.

Os dados são assombrosos, capazes de causar indignação. Na indústria de transformação, a mulher recebe 34,9% a menos que o homem; na Administração Pública, 27,2%; e, na área de serviços, 20,8% a menos que o homem.

Por fim, quero trazer uma preocupação relativa à alta rotatividade ainda no Brasil e no mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Segundo análise do Dieese, em 2012, 65% dos contratos de trabalho encerrados duraram menos de um ano, e 30,6% duraram menos de três anos, numa demonstração clara de que a rotatividade ainda é muito, muito grande, não só no Brasil, mas também no mundo.

Mas há quem diga, Sr. Presidente, que a rotatividade também é grande porque os trabalhadores percebem que, saindo daquele posto de trabalho, devido a uma situação quase de pleno emprego – não de pleno emprego –, podem buscar um salário maior. Então, muitas vezes, o trabalhador, neste momento positivo da economia brasileira, pede demissão e procura um salário maior em outro espaço, o que é legítimo. Eu faria a mesma coisa se lá na fábrica estivesse. Eu não posso me queixar porque, como era profissional na arte e na técnica de construir moldes... Por exemplo, para o motor do carro ser fundido, ele tem que ter um molde, e quem faz o molde é o artista. Não que eu fosse um artista, mas era um profissional dessa área. Nunca ganhei menos de dez salários mínimos naquela época em que o salário mínimo ainda não era tão valorizado como é hoje.

Em resumo, Sr. Presidente, essa rotatividade tem esse lado em que o trabalhador procura um salário maior, mas, claro, há também o lado negativo, em que o trabalhador está com o salário num patamar, digamos, bom para ele, e, às vezes, é demitido porque o empregador quer reduzir o valor final da sua folha de pagamento.

Mas, Sr. Presidente, considere na íntegra os meus três, quatro, cinco pronunciamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E termino como comecei: vamos esperar, meus companheiros do Aerus, que tudo se resolva e vocês recebam o que têm de direito. Somente isso. E que amanhã a CCJ vote a questão da renegociação da dívida dos Estados.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa aprovou no ano de 2012, o PLS 26/2012, de nossa autoria. O texto, atualmente, está tramitando na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, PLC 3695/2012.

Mas, vamos ao que diz o projeto: Institui o '25 de Março', portanto hoje, como o Dia Nacional do Oficial de Justiça. E aqui, faço referencia ao Paulo Sérgio Costa da Costa, presidente da Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra) que está acompanhado do presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf), Hebe-Del Bicalho. Eles estão aqui no Plenário.

Cito aqui uma frase do Paulo Sérgio: "O dia especial não é somente comemorativo, mas, reflexivo. De levantar bem alto as bandeiras. Bradar bem forte pelos ideais de comunhão de forças e idéias. De recomeçar. De perseverar".

Sr. Presidente, o Oficial de Justiça é um dos auxiliares da Justiça, cuja atividade é imprescindível e essencial para a prestação jurisdicional, pois realiza os atos processuais, materializando a pretensão das partes, transformando a decisão judicial, do campo teórico para o prático.

O Oficial de Justiça é um verdadeiro ator social e protagonista de muitos papéis, forjados para lidar com o conflito judicial.

É testemunha ocular dos conflitos sociais e, ao mesmo tempo, construtor de relações sociais através das diligências empreendidas.

É orientador e precisa desenvolver habilidades que o aproximem das pessoas e portanto merecem serem valorizados.

Com a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça o Congresso Nacional estará prestando justa homenagem a esta classe profissional, que exerce carreira típica de estado, pelo que primamos pela

sua aprovação. O projeto já foi aprovado aqui no Senado. Agora ele está na Câmara dos Deputados, pronto para votação.
Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez o Congresso Nacional recebe os prefeitos brasileiros que vem até aqui trazendo suas dificuldades, suas preocupações, seus anseios em relação ao desenvolvimento do município e à qualidade de vida dos seus munícipes.
Considero a Marcha dos Prefeitos um evento muito importante. Um evento que nos chama, enquanto Parlamentares, a ouvir, com muita atenção, suas demandas porque elas, em sua grande maioria, refletem os anseios daqueles que nos elegeram, que fizeram de nós, seus representantes.
Sempre digo aos Prefeitos que nos procuram lá no meu Gabinete, que a visita de cada um deles é uma honra para nós e que nosso desejo é de andar de mãos dadas com todos os prefeitos e prefeitas, com todos os vereadores, pela construção de uma política nacional que torne os municípios do Rio Grande do Sul cada vez mais fortalecidos.
Sei que eles tem consciência de que, além do trabalho parlamentar tenho me preocupado com as políticas públicas desenvolvidas pelos gestores e gestoras municipais e que essa preocupação nos leva, dentro dos princípios de igualdade e justiça, a nos colocarmos a disposição de toda a comunidade gaúcha para buscarmos soluções conjuntas para as dificuldades.
Em razão disso, fico muito feliz com essa primeira Mobilização do ano promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).
Os prefeitos do Brasil estão realizando sua XVII (décima sétima) Marcha em favor dos Municípios deste nossos país.
Srªs e Srs. Senadores, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, pontua que a pauta municipalista de 2014 inclui:

> aumento de 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
> reformulação da Lei Complementar 116/2003, que trata da distribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS);
> as Desonerações do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) somente da parcela do da União;
> apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Lei 12.734/2012 com a redistribuição dos royalties de petróleo e gás e
> o Encontro de contas das dívidas previdenciárias.

Também serão definidos detalhes do próximo evento da campanha: a Paralisação nas Capitais, no dia 11 de abril.
O presidente Ziulkoski ponderou que a mobilização de todos aqueles que conhecem as agruras pelas quais a gestão municipal tem passado, é fundamental.
Eu faço questão de registrar minha satisfação em recebê-los e de dizer que respeito muito esse movimento que os traz até aqui e que nos chama a olhar atentamente para nossas cidades e seus moradores.
Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é notório que o mercado de trabalho no Brasil e no Mundo tem se modificado bastante nas ultimas décadas, especialmente após a crise econômica mundial deflagrada em 2008 trazendo à tona o debate sobre políticas e desafios desse mercado tão vulnerável econômica, política, social e culturalmente.
No Brasil, diferente da maioria dos países europeus, o processo de redução da pobreza sustentado pela valorização do salário mínimo e de políticas públicas para minimizar as desigualdades trouxeram um impulso valoroso para a geração de emprego e renda.
Segundo o Doutor em economia João Sicsú a política de aumento do salário mínimo adotada desde 2003 provocou uma queda em mais de 50% da informalidade, contrariando as teses anteriores de que o aumento do Salário Mínimo provoca a informalidade.
A política de reajuste do salário mínimo fortaleceu o mundo do trabalho e a economia em todos os cantos do país.

Entre os reflexos da política de valorização do mínimo destacamos a formalização dos vínculos trabalhistas, o aumento expressivo da renda do trabalhador e a inclusão previdenciária como alguns dos resultados positivos obtidos nos últimos 10 anos.

Estudo realizado pelo DIEESE, intitulado "O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro – Resultados da RAIS 2012" assevera que o mercado formal vem crescendo nas ultimas décadas.

Isso é muito bom para o país e para a sociedade, pois fomenta a economia e o bem-estar da população.

Nos últimos três anos ocorreu a incorporação de mais de 6 bilhões de vínculos, muito embora em 2012 o crescimento tenha sido menos intenso.

Segundo a Nota Técnica, essa recente desaceleração deve-se especialmente ao baixo crescimento do PIB.

Contudo, muito embora o PIB tenha registrado um crescimento de 0,9% em 2012 o estoque de empregos cresceu 2,5%.

Outra constatação obtida nas análises foi que desde o começo da última década a geração de postos de trabalho se concentrou nos municípios de pequeno porte.

Porém, em 2012, a lógica se inverteu, e o maior crescimento de formalização ocorreu nos grandes centros urbanos, em cidades com mais de um milhão de habitantes.

Outro dado interessante se refere ao universo feminino.

Elas são a maioria entre os trabalhadores ocupados mais escolarizados respondem por 52% dos postos de trabalho ocupados por cidadãos com ensino superior completo e 58% com superior incompleto.

Apesar desse fenômeno, permanece a diferença de remuneração media entre trabalhadores homens e mulheres.

Em 2012, as mulheres receberam em media 17,8% a menos, sendo que essas diferenças são maiores nos estados da região Sudeste (uma diferença a menor de 21,5%) e do Sul (a diferença é de 19,9%).

Essas disparidades se mostram mais alarmantes nos setores da Administração Pública, indústria de transformação e serviços.

Os dados são assombrosos e capazes de causar indignação:

- Na indústria de transformação a mulher recebeu 34,9% a menos;
- Na administração pública 27,2%
- E na área de serviços 20,8% menos que os homens.

Por fim, quero trazer uma preocupação em relação à alta rotatividade no mercado de trabalho no Brasil.

Segundo análise do DIEESE, em 2012, 65% dos contratos de trabalho encerrados duraram menos de um ano e 30,6% duraram menos de 3 anos!

Demonstração clara de que os vínculos trabalhistas no Brasil são extremamente vulneráveis.

Em nosso país a taxa de permanência do trabalhador no emprego é baixa e tem diminuído ainda mais.

Alguns especialistas atribuem como causa, a falta de legislação contra demissões individuais e coletivas e colocam o Brasil entre as nações que menos protegem os trabalhadores contra demissões.

Para outros, a questão está focada nas políticas de Recursos Humanos das empresas, que devem fomentar medidas que assegurem maior afinidade do empregado com a empresa, como prêmios de produtividade ou atendimento; qualificação profissional; possibilidade de crescimento no quadro funcional; etc.

Acreditamos que a rotatividade de pessoal, chamada de turnover (târniouver), pode estar vinculada ao baixo comprometimento organizacional e ao mercado de trabalho aquecido.

Independente das causas, a verdade é que ela traz prejuízos as empresas, porque perdem em produtividade e impacta os custos com recrutamento, seleção e treinamento; ao governo porque onera a Seguridade Social com o pagamento do seguro desemprego e ao próprio trabalhador por perder direitos devido a desfiliação a previdência social.

Interessante salientar o paradoxo que o Brasil vive hoje devido à alta rotatividade no mercado laboral: pleno emprego x altos custos com o seguro desemprego.

É necessário repensarmos juntos (governo, empregados e empregador) medidas que possam reduzir a alta rotatividade de pessoal no mercado de trabalho brasileiro.

Acredito que o caminho passa por ideias simples, porém adequadas à cultura e à realidade econômica brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para uma comunicação inadiável.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente.

O Senador Rodrigo Rollemberg teve a gentileza de fazer uma permuta, que a Assessoria está comunicando comigo. Então, depois da comunicação inadiável, imagino que o próximo seja...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não. Eu falarei no lugar do Senador Rodrigo Rollemberg. Não sei quem está antes ou quem está depois. Só isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Senadora Ana Amélia, aqui há uma comunicação de que houve uma permuta entre o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Eduardo Suplicy.

A Mesa acatará a decisão que o Senador Rollemberg tomar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Respeito a decisão. Se o Senador já falou, o Senador Suplicy, então...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não, o Senador Suplicy ainda não falou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, acho que houve um equívoco na comunicação. Vou verificar o que aconteceu.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Perfeitamente.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, como de costume, na semana passada, realizei mais uma jornada pelos Municípios do Estado de Rondônia para prestar contas das ações de meu mandato, para ouvir a população e atender novas demandas por políticas públicas, por iniciativas de cunho parlamentar e também por obras públicas e ações sociais.

Dessa vez iniciei essa jornada pelo norte de Rondônia, em Porto Velho, onde acompanhei a visita da Presidenta Dilma Rousseff, que sobrevoou as áreas alagadas pela enchente do Rio Madeira, que nesta terça-feira alcançou a marca histórica de 19,6 metros.

A visita da Presidenta Dilma, neste momento em que Rondônia enfrenta a pior enchente de sua história, foi extremamente importante para que o apoio do Governo Federal, que tem sido fundamental, fosse ampliado, e para sensibilizarmos a Justiça Federal para a abertura da BR-421 no trecho de 12 quilômetros que passa pelo Parque Estadual de Guajará-Mirim. A abertura dessa estrada vai tirar do isolamento mais de 100 mil pessoas, 100 mil pessoas que estão precisando da abertura dessa BR, exatamente nos Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, que neste momento enfrentam dificuldades de abastecimento.

Isso ocorre porque as BRs 364 e 425 foram alagadas em vários trechos pela enchente do Rio Madeira. Trechos das BRs já estão com aproximadamente 1,5 metro de água acima de seu nível, tanto da BR 364 como da BR 425, deixando completamente isoladas as cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O socorro e a assistência às vítimas estão sendo muito bem feitos pela Defesa Civil dos Municípios atingidos pela enchente, pela Defesa Civil Estadual e pela Força Nacional, que também contam com a ajuda de centenas de voluntários que têm participado desse atendimento e do socorro às vítimas. Tanto é que já entramos no segundo mês de enchente e não registramos nenhuma morte por causa da subida das águas do Rio Madeira.

A nossa preocupação agora é retirar essas pessoas do isolamento e garantir o acesso de alimentos e produtos de primeira necessidade, provendo o abastecimento das famílias que moram nos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

Outra preocupação é com a elaboração do plano de reconstrução da infraestrutura pública e privada das cidades atingidas pelas águas, como rodovias, prédios públicos, portos fluviais e também, principalmente, as casas de famílias – as famílias que perderam as suas casas não têm onde morar –, os comércios e as lavouras que foram destruídas, impactando, de forma substancial, a nossa economia.

Já estamos trabalhando no pós-enchente, mas quero reforçar a importância emergencial e estratégica da abertura desse trecho de 12 quilômetros da BR-421, entre os Distritos de Jacinópolis e Nova Dimensão. A

abertura deve ser concluída agora, nesta quarta-feira, no tempo recorde de dez dias de trabalho, talvez faltando apenas o encascalhamento de todo o trajeto para que o trânsito seja liberado até o final da próxima semana.

Quero aqui cumprimentar a ação forte e efetiva do nosso Governador Confúcio Moura com relação à abertura dessa estrada. Foi fundamental a participação pessoal do Governador Confúcio Moura e também da nossa Presidenta Dilma para que o Judiciário desse autorização para abertura dessa estrada, que é da maior importância para o Estado, principalmente neste momento de isolamento dessas duas cidades.

É importante destacar que, finalmente e felizmente, prevaleceu o bom senso, o espírito humanitário e a solidariedade, pois não dava mais para aceitar que pessoas permanecessem sem acesso a alimentos, água potável, combustíveis e outros produtos de primeira necessidade por causa de um impedimento legal para a abertura desses 12 quilômetros, já que o traçado da rodovia cortava um parque florestal estadual. Lutamos pela abertura dessa estrada há mais de cinco anos, e, infelizmente, foi preciso uma tragédia ambiental para conseguirmos sensibilizar a Justiça Federal e os órgãos ambientais para a importância estratégica dessa rodovia para todo o nosso Estado de Rondônia.

A abertura dessa rodovia federal é importante para os Distritos de Jacinópolis e Nova Dimensão, bem como para o Município de Buritis, mas, neste momento, é imprescindível para retirar os Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim do isolamento.

Porém, mais do que isso, a abertura deste trecho da BR-421 vai oferecer uma nova rota para escoamento da produção agrícola do Estado, bem como uma rota alternativa para a população do centro do Estado de Rondônia ir até Guajará-Mirim, reduzindo o percurso em quase 200km em relação ao percurso feito hoje.

Por tudo isso, apoiamos as lideranças locais na mobilização pela abertura da estrada e apelamos, no plenário e nas comissões do Senado, bem como ao governo do Estado, ao Ministério Público, à Justiça Federal e à própria Presidenta Dilma pela abertura dessa estrada.

O esforço coletivo deu resultado e a abertura da estrada esta sendo concluída. E, agora, vamos discutir mecanismos de compensação e proteção ambiental, para que ela possa ser uma via permanente de acesso à região do Vale do Mamoré.

O governo estadual já se comprometeu a asfaltar um trecho de 25km (do km 80 ao km 105), saindo de Ariquemes para Campo Novo. O projeto desse trecho está pronto e já foi licitado pelo Governo do Estado, sendo que as obras devem iniciar até o final de abril. Também vamos continuar trabalhando junto ao Governo Federal para que a rodovia completa seja pavimentada. Hoje, a BR-421 tem apenas 80 dos seus 377km pavimentados.

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

No início deste ano, mais precisamente no dia 21 de janeiro, numa reunião com integrantes da equipe técnica de planejamento do Governo Federal, para discutir novos projetos de infraestrutura para Rondônia a serem incluídos no PAC 3, apontamos a pavimentação da BR-421 como uma das prioridades para o nosso Estado, e contamos com essa confirmação, para que possamos assegurar os recursos necessários à realização dessa obra.

Ainda na região norte de Rondônia, estive no Município de Rio Crespo, juntamente com o Deputado Federal Marcos Rogério e o Deputado Estadual Saulo Moreira, onde nos reunimos com o prefeito Eudes de Sousa, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Miguel, os demais Vereadores e lideranças comunitárias, empresários e produtores rurais. Temos auxiliado esse Município com implementos agrícolas, com destinação de recursos de emendas para a construção de postos de saúde, de áreas de lazer, como a arquibancada do estádio municipal, entre outras obras que estão sendo feitas naquele Município.

Também estivemos em Itapuã do Oeste, onde vistoriamos, ao lado do Prefeito João Testa, a construção do Centro de Apoio ao Produtor Rural, que está sendo erigido com recursos de emendas parlamentares de nossa autoria.

Também realizamos a entrega de um caminhão frigorífico, que será usado pelo Município e pela associação de pescadores e aquicultores da região. A produção de pescado é a atividade que mais cresce no meio rural de Rondônia, e precisamos dar condições para que o nosso peixe seja transportado, beneficiado e exportado para os demais Estados e também para outros países.

Em Cujubim, ainda no Vale do Jamari, também conversamos com comerciantes, vereadores, representantes da agricultura e lideranças comunitárias.

Já no Cone Sul, visitamos os Municípios de Pimenteiras, Corumbiara, Cabixi, Cerejeiras, Colorado D'Oeste, Vilhena, Chupinguaia, Primavera de Rondônia, São Felipe e Parecis. Em todos esses Municípios, reforçamos nosso compromisso de continuar trabalhando pela agricultura do nosso Estado, pela melhoria da infraestrutura e dos serviços de saúde e educação, que são as principais bandeiras de nosso mandato.

Mas o principal tema que foi abordado pelas pessoas que estiveram nas reuniões conosco foi exatamente o tema da transposição dos servidores do Estado para os quadros da União. Amanhã, teremos uma reunião importante para debatermos esse assunto com o Ministro da Casa Civil, onde estaremos com os demais membros da bancada federal.

Outro tema que trago nesta tarde é a votação da PEC nº 61, de 2013, que deverá entrar na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado nesta quarta-feira. É a chamada PEC dos Soldados da Borracha, que eu tenho defendido desde que começou tramitar no Congresso Nacional.

Hoje, recebi em meu gabinete o Sr. Belizário Costa, de 95 anos, ex-soldado da borracha, que mora em Porto Velho e está aqui em Brasília para pedir o apoio dos congressistas a votarem pelo aumento da pensão, que recebem do Governo Federal, de dois para cinco salários mínimos, além de indenização de R$25 mil, em parcela única, conforme proposta que apoiamos e que consta do relatório do senador Anibal Diniz.

Portanto, em nome do Sr. Belizário Costa e de outras 12 mil pessoas que recebem este benefício, incluindo os seis mil pensionistas, solicito apoio dos demais Senadores para que façamos justiça com esses bravos seringueiros, verdadeiros soldados da borracha, que foram fundamentais no esforço de guerra assumido pelo Brasil entre 1942 e 1945, durante a 2ª Guerra Mundial, quando foram recrutados para trabalhar na Amazônia extraindo látex para os aliados.

Na época, foram para os seringais cerca de 55 mil brasileiros, recrutados, sobretudo, em Estados nordestinos. Nos quase quatro anos em que estiveram a serviço do governo brasileiro, mais de 30 mil morreram na floresta. Continuam vivos apenas 5.879. Estes, mesmo que tardiamente, merecem o reconhecimento e a homenagem da Nação brasileira.

O Sr. Belizário nos contou que passou quatro anos de sua juventude enfrentando os perigos da floresta e nela foi abandonado pelo governo brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Prometeram salário de 7 mil réis, comida, remédio e indenização ao final do serviço. No entanto, trabalhou duro e nunca foi devidamente recompensado.

Portanto, nada mais justo que, mesmo 70 anos depois, esses soldados tenham seus direitos reconhecidos e sejam justamente recompensados.

Apoio a luta dos soldados da borracha e voto pelo reconhecimento de seus direitos, de uma pensão justa e uma devida indenização a esses homens que tanto ajudaram o nosso País em épocas difíceis. Agora, precisam e terão o nosso apoio aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão com o nosso tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria que V. Exª, por gentileza, fizesse a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido Progressista.

Eu queria aproveitar também, Senador – e serei breve porque faço parte da Comissão Mista de Orçamento, onde haverá uma reunião agora na Câmara –, para me solidarizar também com o pronunciamento do Senador Paulo Paim em relação ao caso Aerus. Eles estão em vigília no cafezinho da Câmara, onde passarei para abraçá-los, mas queria, aqui, de público, renovar e ratificar as argumentações do Senador Paulo Paim, que, junto com outros parlamentares, tem tratado com muito empenho dessa questão que tem um alto interesse social.

E queria também, com muita alegria, como Senadora pelo Rio Grande do Sul, juntamente com os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, comunicar que, hoje, no Município de Rio Pardo, no nosso Estado, no coração do Rio Grande, no centro do Estado, está começando a Expoagro Afubra.

Trata-se de uma feira de todas as áreas relacionadas não só à agricultura familiar, mas também dedicada a momentos, tais como: Dia do Arroz, Dinâmica de Máquinas, Fórum da Diversificação da Produção, Seminário sobre Turismo Rural, espaço cultural, palestras técnicas, pavilhão das agroindústrias, pavilhão da agroenergia, lavouras demonstrativas, pavilhão dos animais, julgamento de gado holandês, torneio leiteiro, exposição de ovinos e outros animais.

A 14ª edição da Expoagro Afubra tem, como apoiadores, o Irga, a Fetag, a Emater-Ascar, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócios do Rio Grande do Sul.

Assim, eu queria fazer este registro, Sr. Presidente, para saudar o início e a abertura, hoje, da Expoagro Afubra, que vai até o dia 27, lá em Rio Pardo, em sua 14ª edição, na pessoa do Presidente da Afubra, Sr. Benício Albano Werner, e do Coordenador-Geral de eventos, Sr. Marco Antônio Dornelles. E desejo sucesso a esse evento,

que é muito importante, especialmente para a agricultura familiar do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Simon, Senador Paim, bem como é muito relevante para toda a economia do setor rural do nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Vanessa, em permuta com o Senador Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Não; não, ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, conforme entendimento, falará o Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero agradecer a gentileza do Senador Rodrigo Rollemberg em ter invertido a ordem comigo para que eu possa falar, bem como a gentileza da Senadora Vanessa Grazziotin, que vai falar sobre o aniversário do PCdoB – e cumprimento já a todos do PCdoB –, mas eu já havia me comprometido, tendo em conta o comparecimento da Presidenta Dilma Rousseff, hoje, a São José dos Campos, quando Sua Excelência assinou a ordem de serviço que dá início à construção das casas do programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Pinheirinho dos Palmares, em São José dos Campos, no Estado de São Paulo.

Em uma cerimônia notável e memorável, ali estavam presentes e emocionadas cerca de três mil pessoas, a maioria de mulheres com as suas crianças. Como bem relata Antônio Donizete Ferreira, o Toninho, advogado e dirigente das famílias do Pinheirinho, a construção do bairro Pinheirinho dos Palmares tem lugar dois anos depois de uma desocupação violenta ocorrida em 22 de janeiro de 2012, oportunidade em que se verificaram duas mortes, justamente pela violência com que ali se procedeu. O Sr. Ivo Teles da Silva, de 69 anos, e o Sr. Antônio Dutra, de 70 anos, faleceram em decorrência da forma como houve aquela reintegração.

Centenas de feridos, muito gás lacrimogênio, balas de borracha, cachorros, cavalos, muitas lágrimas, muita mãe desesperada, este o cenário de uma violência desproporcional utilizada contra 1.800 famílias, a fim de entregar um terreno a Naji Nahas, protagonista de problemas que aconteceram na Bolsa de Valores e que tinha, por sua massa falida, a propriedade daquela área.

Um terreno que foi fruto de grilagem, que nunca recolheu impostos, que devia milhões aos cofres públicos. Um terreno que estava há mais de trinta anos sem produzir absolutamente nada. Durante todos estes anos, não cumpriu qualquer função social.

A brutalidade foi tamanha, as irregularidades processuais ainda maiores. Foi um festival de irregularidades praticado pela Justiça paulista. Foi desrespeitada a decisão da Justiça Federal, favorável aos moradores.

Havia sido realizado um acordo entre eu próprio, o Deputado Federal Ivan Valente, os Deputados Estaduais Adriano Diogo e Carlos Giannazi, e o juiz responsável pela falência, o síndico da massa falida e o representante dos falidos, mas, com o conhecimento e participação do então Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, aquele acordo acabou sendo suspenso.

O acordo rezava um prazo de 15 dias para se concluírem as negociações que estavam bem adiantadas entre o Ministério das Cidades, a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, faltando apenas a resposta da Prefeitura Municipal que se mostrava irredutível.

Tudo levava a uma solução de acordo, mas a truculência falou mais alto.

Destruíram um bairro inteiro de casas de alvenaria, com ruas traçadas, praças e avenidas, seis igrejas evangélicas e uma grande igreja católica, que tinha o sugestivo nome de Santa Madre Tereza de Calcutá. A igreja católica se localizada na praça Quilombo dos Palmares, onde também estava instalado o barracão de assembleias, onde, todos os sábado à tarde, eram realizadas as reuniões e confraternização das famílias.

> *Mas tudo isso é passado, não será esquecido, para que nunca mais aconteça.*
> *Virou cicatriz. Guardaremos nosso passado, para preparar o futuro.*

É o que diz o advogado Toninho.

Sobre a atuação da Prefeitura de São José dos Campos na arquitetura que culminou com a assinatura dessa Ordem de Serviço, hoje, pela Presidenta Dilma Rousseff, o Prefeito Carlinhos Almeida encaminhou-me o seguinte relato, muito importante, sobre uma nova forma de proceder, o que hoje representa um passo fundamental na história de São José dos Campos:

> *Em janeiro de 2013, não havia praticamente nenhuma providência da prefeitura para viabilizar uma solução para as famílias que ocupavam a área conhecida como Pinheiro, em São José dos Campos.*
> *Estava em curso a construção de 1.317 apartamentos do CDHU, que, segundo compromisso do Governo do Estado, seriam utilizados para as famílias do Pinheirinho. Entretanto, a Prefeitura já havia se mani-*

festado contra tal destinação [isso ocorreu na gestão anterior]. *Não havia também nenhum processo de diálogo entre a administração e representantes das famílias.*

A nossa gestão [a gestão de Carlinhos Almeida], *iniciada em janeiro de 2013, decidiu abrir o diálogo com as famílias. Além disso, o Prefeito Carlinhos Almeida procurou o Governo Federal e Estadual para propor um trabalho conjunto para viabilizar uma solução para as famílias. Ficou claro que havia total disposição da Presidenta e do Governador do Estado de estabelecer parceria com o Município e atender as famílias.*

Na primeira reunião com a Comissão de Moradores do Pinheirinho, encontramos um ambiente hostil e desanimador. As famílias queriam morar em casas térreas e não em apartamentos, recusavam os apartamentos do CDHU. Essa solicitação era uma unanimidade no grupo.

Além dessa insatisfação, encontramos muito entraves que impediam a busca por novas áreas e por outro empreendimento:

– o custo das áreas em São José dos Campos era considerado muito alto, o que inviabilizava a construção de casas, e a maioria das empresas optava em construir apartamentos (o lucro era bem maior);

– a Prefeitura, até aquela data, não tinha assinado convênio com o Governo Federal, o que impedia a utilização de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida;

– a Lei de Zoneamento da Cidade era excludente, dificultava a construção de moradias para as famílias de baixa renda;

– a cidade não tinha uma lei de incentivos para atrair empresas para construir para o segmento de baixa renda, que era uma exigência do PMCMV, tais como ISS na Construção, SPTU, ITBI etc.;

– o alto custo dos equipamentos públicos e da infraestrutura externa do empreendimento;

– a demora para a aprovação de um loteamento para a construção de casas térreas.

Algumas dessas dificuldades só foram superadas graças ao apoio da Câmara Municipal, presidida pela Vereadora Amélia Naomi. O Legislativo da nossa cidade aprovou quatro leis sem as quais seria inviável construir qualquer moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para a população que mais precisava (faixa 1 do Programa).

Leis aprovadas, mas ainda enfrentando as outras dificuldades, iniciamos [diz Carlinhos Almeida] *uma verdadeira saga para vencer o desafio proposto pelo Prefeito: atender o mais rapidamente as famílias, buscando viabilizar a construção de casas preferencialmente a conjuntos de apartamentos.*

Inúmeras reuniões foram realizadas durante todo o ano de 2013 a início de 2014, com certeza mais de 30 (trinta), todas com participação dos agentes envolvidos.

Mais de 40 áreas foram vistas e verificada toda a documentação, e a maioria delas necessitava de retificações, e muitas não tinham a documentação em ordem, o que dificultava ainda mais a solução. Cada dia que passava, a pressão aumentava, as áreas não comportavam a construção daquele número de unidades (1.700). A cada reunião que terminava, o desânimo era geral.

Como não achávamos uma área grande, optamos em construir três empreendimentos, sendo dois de apartamentos e um de casas térreas. Apesar da concordância do movimento, víamos nitidamente no olhar dos moradores que não era a solução ideal.

[...]

Para nossa alegria, no final de julho de 2013, encontramos um projeto que estava em andamento que se apresentava como a solução ideal: as empresas de construção civil THL Construções e a ELGLOBAL fizeram uma opção de compra de uma área de aproximadamente 645.000 m² para implementar um loteamento de casas populares para o Programa Minha Casa, Minha Vida, onde queriam construir aproximadamente 2.400 casas.

Na ocasião, os empresários foram convidados pelo Prefeito para adaptarem esse projeto para as famílias do Pinheirinho, que concordaram de imediato. Essa adaptação consistiu em aumentar o tamanho dos lotes, o previsto era de 7x20m², foi exigido 8x20m² (exigência da família Pinheirinho); o tamanho das casas e o viário do projeto com ruas mais largas com ciclovias, etc., com maiores áreas de lazer e maiores áreas institucionais para os equipamentos comunitários. Com isso, a empresa viu seu projeto ser reduzido de 2.400 unidades para aproximadamente 1.700. Nascia ali um grande empreendimento.

Tínhamos outro desafio, o custo da área, praticamente inviabilizando uma vez que as famílias proprietárias do terreno tinham dado opção para compra do terreno por apenas 4 (quatro) meses. Corríamos contra o tempo. Conseguimos renegociar o preço e prazo para pagamento.

E, agora, após oito meses, conseguimos realizar o sonho de todos, de concluir e registrar o loteamento no prazo, assinar o contrato com a Caixa e iniciar a obra.

Agora, nosso objetivo é dar sequência à elaboração dos projetos sociais que serão implementados quando da entrega da obra, prevista para dezembro de 2015.

Dentre todos os colaboradores já citados, é preciso destacar o papel do CRI – Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos, nas pessoas da Ana Paula e Adriana, que entenderam o caráter social do projeto e não mediram esforços para nos orientar e ajudar.

Foram decisivas as participações e o engajamento do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, da Secretaria Estadual de Habitação, da Câmara Municipal de São José dos Campos e das construtoras que realizarão as obras. O diálogo com o movimento que liderava os moradores foi construtivo e maduro. Hoje, dia 25 [de março], *a Presidenta Dilma liberou a ordem de serviço para início da construção do Residencial Pinheirinho dos Palmares, assim começa a tornar realidade o sonho da casa própria de 1.700 famílias. Sonho que havia virado pesadelo em 2012. Pesadelo que acaba agora com a parceria entre movimento social, Governo Federal, Governo Estadual e Prefeitura de São José dos Campos.*

Em todo esse processo, além do esforço da Associação de Moradores do Pinheirinho, da atual Prefeitura de São José dos Campos e da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, devo citar o trabalho efetivo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, na pessoa do Secretário, Sr. Paulo Roberto Maldos, e de sua assessora direta, a Srª Márcia Kumer, que muito contribuíram para o desfecho do que hoje aconteceu.

Vamos continuar acompanhando o estabelecimento desse novo bairro, o Residencial Pinheirinho dos Palmares, para que tudo siga a bom termo e para que se consolide o exemplo de que a união de forças entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e os movimentos sociais realiza, em boas condições, os anseios de justiça social e de melhor distribuição das riquezas.

Assinalo aqui as palavras muito significativas da Presidenta Dilma, que, hoje, disse naquele ato:

Por isso, eu quero dizer para as famílias aqui do Pinheirinho: quando vocês, daqui a um ano, um ano e pouco, entrarem na casa de vocês, vocês entrem de cabeça erguida. Vocês não devem essa casa a ninguém, não devem a mim, [falou a Presidenta Dilma], *não devem ao Governo Federal, não devem ao Governo Estadual, nem à Prefeitura. Essa casa vem, primeiro, do dinheiro arrecadado do povo brasileiro. Segundo, ela vem também da luta de vocês. Vocês conquistaram essa casa. Vocês têm direito a ela, é uma questão de cidadania, e é assim que o povo do Brasil tem de ser tratado.*

Olhando para o povo, para cada um, para cada família, e reconhecendo o esforço que ela fez para sobreviver, criar os seus filhos da melhor forma, no dia a dia. [...]

Sr. Presidente, eu lhe agradeço se puderem ser transcritos, na íntegra, o pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff; o relatório da Secretaria-Geral que o Sr. Paulo Maldos me encaminhou, com o histórico dos episódios; os documentos...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...aqui mencionados de Antonio Donizete Ferreira, o advogado que acompanhou todo o caso; e o relato encaminhado pelo Prefeito de São José dos Campos, Carlinhos Almeida, que cumprimento.

Cumprimento também todo o povo de São José dos Campos e de Bauru, na tarde de hoje, pela grande vitória. Foi um passo formidável para a realização de mais uma etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

– Pronunciamento na íntegra da Presidenta Dilma Rousseff durante cerimônia de assinatura de ordem de serviço para início da construção de 21.461 unidades habitacionais do Residencial Pinheirinho dos Palmares I e II, do Programa Minha Casa, Minha Vida, em São José dos Campos/SP;

– Relatório da Secretaria-Geral encaminhado pelo Sr. Paulo Maldos, com o histórico dos episódios;

– Documentos mencionados de Antonio Donizete Ferreira.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de ordem de serviço para início da construção de 1.461 unidades habitacionais, do total de 1.700, do Residencial Pinheirinho dos Palmares I e II, do Programa Minha Casa Minha Vida - São José dos Campos/SP

25/03/2014 13:54

São José dos Campos-SP, 25 de março de 2014

Eu queria dirigir uma saudação toda especial a dona Cilene e aos seus cinco filhos. Dona Cilene, eu saúdo a senhora cumprimentando cada mãe, cada esposa, cada uma das mulheres, e também cada um dos homens da comunidade de Pinheirinho.

Eu quero cumprimentar a todos aqui pela dignidade que tiveram, ao lutar pelos seus direitos, porque eu quero dizer para vocês que na vida, quando a gente luta pelos direitos da gente, mesmo quando os acontecimentos são violentos, liquidam, como alguém disse aqui, uma caixinha de lembranças, a dignidade está na postura que a gente tem, e vocês foram capazes de mostrar uma força, de mostrar caráter, de mostrar dignidade diante, talvez, de uma das maiores violências que pode acontecer com uma família, que é perder seu lar, onde ela vive. Por isso, dona Cilene, ao cumprimentar a senhora, seus filhos, toda a sua família, eu estou cumprimentando cada uma das famílias do Pinheirinho.

Queria saudar também o ministro Gilberto Occhi, das Cidades.

Cumprimentar e agradecer a recepção, a parceria e a determinação com que o prefeito de São José dos Campos, Carlinhos Almeida, teve durante todos esses episódios.

Cumprimentar a nossa vereadora, Amélia Naomi, presidente da Câmara dos Vereadores.

E saudar também o prefeito de Pindamonhangaba, Vitor Ardito, presidente do Consórcio Codivap, aqui da região. Ao fazê-lo saúdo todos os prefeitos e as prefeitas aqui presentes.

Queria cumprimentar o senhor Silvio Torres, secretário estadual de habitação, que representa nessa cerimônia o governo de São Paulo, o governador Alckmin.

Cumprimentar os deputados estaduais: o deputado Adriano Diogo, o deputado Antonio Mentor, o deputado Enio Tatto e o deputado Marco Aurélio.

Queira dirigir um cumprimento muito especial aos meus ex-ministros: o meu ministro, o cientista, o dedicado servidor público responsável até o último mês pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o professor Marco Antônio Raupp, aqui da região.

Queria cumprimentar também meu ex-ministro da Saúde, o médico Alexandre Padilha, que é um dos responsáveis pelo programa Mais Médicos.

Cumprimentar o presidente da Caixa Econômica Federal, o Jorge Hereda.

Queria cumprimentar também duas pessoas: o Paulo e a Márcia, ambos da Secretaria-Geral do Governo. Agradeço o Paulo Maldos e a nossa querida Márcia por tudo o que fez aqui nessa região em busca do acordo, do consenso e da construção de casas.

Queria cumprimentar o vice-prefeito de São José dos Campos, Itamar Coppio.

O secretário municipal de habitação, Miguel Sampaio.

Dirigir um cumprimento especial para Valdir Martins Marrom, presidente da Associação Democrática por Direitos Sociais.

Dirigir outro cumprimento especialíssimo a outro líder, o Toninho Ferreira, representante das entidades apoiadoras da comunidade do Pinheirinho.

Quero cumprimentar todos os prefeitos e prefeitas aqui presentes. O ex-prefeito Emídio, também ali presente.

Quero cumprimentar os senhores fotógrafos, cinegrafistas, e os senhores e as senhoras jornalistas.

É visível, aqui olhando tudo isso e sabendo toda a história, que um novo Pinheirinho está surgindo no horizonte. Esse novo Pinheirinho, que vai ser construído aqui nesse terreno, aliás, esse terreno, o Marrom disse que ele andou por vários terrenos. O Marrom participou da escolha desse terreno, e aí a gente tem de falar que o Marrom tem muito bom gosto, esse terreno aqui é muito bonito, viu Marrom. Eu acho que a gente devia na Caixa contratar o Marrom para escolher terreno para nós.

Bom, aqui nesse terreno, começam a ser erguidas uma parte das 1.700 [unidades]. Já a partir de agora serão 1.461 unidades. Mas nós vamos, agora em abril, essa é a meta que o ministro das Cidades me deu no avião. Em abril, responsabilidade dele e do presidente da Caixa, eles vão providenciar as condições para construir mais 239, de tal forma que as 1.700 acabarão juntas, e portanto, nós teremos essas 1.700 casas regularizadas, com todos os serviços públicos. Casas que vão proporcionar, a cada uma das famílias que virão morar aqui, a oportunidade de recomeçar a vida. Recomeçar a vida com essa dignidade que vocês demonstraram ao lutar pela moradia de cada um de vocês, de recomeçar a vida sem os sobressaltos que por anos marcaram a vida de vocês. Ao que eu saiba, essa luta começou 10 anos atrás, em 2004. Hoje, então, nós, no dia 22 de janeiro de 2012 nós tivemos aquele terrível episódio, que é um marco na luta de vocês. Mas hoje, apesar daquele dia estar gravado na nossa memória e na de vocês, eu tenho certeza que hoje vai estar gravada na memória e no coração de vocês como o dia em que a luta de vocês chegou a um bom resultado. O resultado que está em cada tijolo, em cada telha, no cimento, em cada pedaço da casa de vocês. O Marrom vai estar na copa, na cozinha, nos quartos. Vai estar também naquilo que cada um coloca na sua casa que é a sua alma, o seu espírito, porque ali vive com suas famílias, cria seus filhos, recebe os amigos, toma uma cervejinha, e assiste a televisão. Assiste a Copa, viu Marrom. Duvido que alguém aqui não vai assistir a Copa

Bom, gente, mas tem uma coisa: nós também devemos saudar o diálogo e as construções de todas as pessoas, das lideranças, das famílias do Pinheirinho, do governo municipal, do governo do estado e do governo federal que juntos, procuramos solucionar esta questão, que era a questão da casa própria. A prefeitura de São José dos Campos se comprometeu com R$ 8,4 milhões, para garantir o acesso, a infraestrutura de água e esgoto, a infraestrutura externa de água e esgoto. O governo do estado de São Paulo também participou, deu sua contribuição, foram R$

34 milhões, de cada uma das casas, o governo do estado de São Paulo participa com R$ 20 mil. O governo federal coloca o programa Minha Casa, Minha Vida. E o programa Minha Casa, Minha Vida, aqui no Pinheirinho, nós colocamos perto de R$ 130 milhões, e serão R$ 76 mil que nós colocamos em cada moradia.

E aí eu quero dizer para vocês: por que nós estamos fazendo esse programa Minha Casa, Minha Vida? E por que é necessário que se coloque esses recursos? Primeiro, eu quero dizer para vocês, de todos os programas do governo, sem exceção, o que usa mais recursos do orçamento é o Minha Casa, Minha Vida. Aí vocês podiam me perguntar, por quê? Eu vou responder por que. É porque até que o Minha Casa, Minha Vida tivesse surgido, não havia uma solução para a questão da habitação popular, habitação de todas as pessoas que têm direito à moradia nesse país. Por que não havia? Primeiro, porque a conta não fecha, de jeito nenhum se a gente for pensar numa solução exclusiva de mercado. Por que a conta não fecha? Porque é impossível pagar nas condições normais de financiamento, ganhando até R$ 1.600 - dois salários mínimos e meio... e pouco, é impossível pagar um financiamento de R$ 96 mil. A conta não fecha nunca. Por isso o povo brasileiro morava ou em habitação precária, ou nas diferentes formas de favelização, ou na casa de parentes, ou pagava um aluguel. Nós resolvemos ter um programa de habitação popular. O que é um programa de habitação popular? É um programa em que o governo federal utiliza o dinheiro arrecadado de todo mundo aqui, de cada uma das famílias do Pinheirinho, arrecadado dos senhores prefeitos, arrecadado da presidenta, arrecadado aqui da nossa mesa, para quê? Para fazer uma política que beneficia aqueles que mais precisam no Brasil. E quem são aqueles que mais precisam? Aqueles que não têm casa. Porque para nós, a casa não é um privilégio, a casa própria é um direito de cidadania. A gente fala, e acho que nós temos de falar, sistematicamente, porque é um problema sério no Brasil a questão da segurança pública. Mas tem uma questão também de segurança que cada uma das famílias, eu sei e cada uma das pessoas aqui sabe, que uma família só tem segurança quando tem a casa própria. Ela pode até não ter toda a segurança que quer, mas sem a casa, aí ela não tem nenhuma, porque ela não tem para onde ir, ela não tem aquela garantia aonde é que eu vou viver, como é que eu crio meus filhos? Então, esse programa Minha Casa, Minha Vida, ele está correto. A casa é uma parte da vida da gente.

Por isso que eu quero dizer para as famílias aqui do Pinheirinho: quando vocês, daqui a um ano, um ano e pouco, entrarem na casa de vocês, vocês entrem de cabeça erguida. Vocês não devem essa casa a ninguém, não devem a mim, não devem ao governo federal, não devem ao governo estadual nem à prefeitura. Essa casa vem, primeiro, do dinheiro arrecadado do povo brasileiro. Segundo, ela vem também da luta de vocês. Vocês conquistaram essa casa. Vocês têm direito a ela, é uma questão de cidadania, e é assim que o povo do Brasil tem de ser tratado. Olhando para o povo, para cada um, para cada família e reconhecendo o esforço que ela faz para sobreviver, criar seus filhos da melhor forma possível, no dia-a-dia. O governo entra com a sua parte, qual é a parte do governo? É fazer a política correta, a política para dar oportunidade para os 200 milhões de brasileiros. Para não deixar nenhum brasileiro fora das condições fundamentais de vida. E aí, eu quero dizer que eu tenho muito orgulho, sim, do Minha Casa, Minha Vida, é o primeiro e maior programa do governo federal. Para vocês terem uma ideia, nós estamos fazendo - nesse período até 2014 - 2,750 milhões de moradias. No final do governo Lula, a partir de 2009, nós tínhamos contratado 1 milhão de moradias. Então soma 1 milhão da época do presidente Lula com os 2 milhões que nós estamos fazendo, na prática, nós estamos entregando, desde 2009 até 2014, em 5 anos, 3,750 milhões de moradias. 1,6 milhão já receberam a casa. 1,7 milhão estão em construção. Até o final do ano, e aí Pinheirinho está incluído, nós temos de contratar e deixar prontas, em vários estágios de construção, 450 mil. Aqui em São José dos Campos, 5,8 mil famílias já receberam as chaves da casa própria pelo Minha Casa, Minha Vida. Já temos mais 9,4 mil em construção. Então... Pinheiro está dentro dessas 9,4 mil.

Então, eu quero dizer que eu tenho extremo orgulho desse programa Minha Casa, Minha Vida. Hoje, daqui, eu vou para Bauru entregar a chave das casas, lá em Bauru. Mas para vocês terem uma ideia, em todo o estado todo de São Paulo, em todo o estado de São Paulo, 284,7 mil famílias já têm casa própria graças ao Minha Casa, Minha Vida.

Eu quero repetir uma ideia para vocês: Sem sombra de dúvida, essa casa, e eu vi a maquete dela, e tenho certeza que o Marrom vai ficar fiscalizando, não é, Marrom? Todo dia você vai ficar em cima da Caixa, do nossos construtor, da El Global, vai ficar aqui olhando a casa, vendo se está boa, as paredes, se o azulejo está bem na cozinha e no banheiro. É o que eu vejo, viu, Marrom. Quando eu entro numa casa do Minha Casa, Minha Vida eu olho os azulejos da cozinha, do banheiro, como é que está o rodapé. Porque a casa tem que ser a melhor possível, tá Marrom? Se o chão, se toda a cobertura de cerâmica do chão está boa, enfim, você tem

de olhar, se a casa está com ensolação adequada. Eu acho que tem uma coisa, eu estou falando aqui com o Marrom, mas eu não estou brincando. Por quê? Porque nós não podemos tratar essas casas como se elas fossem qualquer coisa. Elas têm de ser a melhor casa possível que nós podemos fazer.

Eu quero dizer, para finalizar, que eu estou muito feliz de estar aqui hoje. Estou muito feliz porque eu tenho uma excelente parceria também com o prefeito da cidade. Nós temos a implantação do BRT, nós temos a pavimentação de várias ruas em parceria, o saneamento aqui também. Temos prevenção de área de riscos, contenção de encostas e drenagens. Temos uma série de obras.

Mas eu quero falar de uma das ações que nós fazemos aqui, e que é o Pronatec. Por que eu quero falar do Pronatec? Porque acho que as famílias do Pinheirinho têm de ter, também, um olhar para a questão da capacitação profissional, para melhorar, cada um, a sua renda. Aqui em São José dos Campos, nós temos 25,3 mil matrículas realizadas. Hoje, o Pronatec no Brasil inteiro já formou 6,2 milhões. Nós temos a meta de chegar a 8 milhões. Portanto, vocês me disseram há pouco que iam formar muitas mulheres do Pinheirinho em azulejista. Eu quero dizer para as mulheres do Pinheirinho uma coisa: saibam vocês que, no Pronatec, mais da metade das pessoas que procuram um curso de formação, são mulheres. Por isso, se vocês resolverem ser azulejistas, vocês podem. Se resolverem ser eletricistas, vocês podem. Tanto o governo federal, através dos institutos federais de educação, como o Sistema S, com o qual nós temos parceria, o Senai, o Senac, o Senat e o Senar, eles em conjunto oferecem cursos de capitação profissional essenciais para manter o Brasil crescendo.

Queria dizer mais uma coisa: a gente tem vários programas, podia falar aqui do Mais Médicos, podia falar aqui de todos os programas educacionais. Mas eu vou encerrar dizendo que há uma coisa essencial, que a gente constata aqui no Pinheirinho: as pessoas que vão à luta são aquelas que têm capacidade de sonhar, de pensar "não, o mundo não pode ser assim, ele tem de ser melhor". Vocês pensaram isso, vocês foram capazes de sonhar. E eu acho que nós todos temos de saber que o Brasil será do tamanho do sonho de cada um dos brasileiros, e da capacidade de cada um de nós de lutar por eles.

Um abraço a cada uma das mulheres, a cada um dos homens do Pinheirinho. Um abraço a cada um dos prefeitos, das lideranças aqui presentes, dos representantes, dos vereadores e dos prefeitos. Um abraço a cada um dos cidadãos de São José dos Campos. Muito obrigada.

Senador Eduardo Suplicy

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

25 Marco 2014	Assinatura da Ordem serviço Contrato PMCMV – Projeto Residencial Pinheirinho dos Palmares – 1700 unidades habitacionais	**Município de São José dos Campos/SP**

Objetivos do Evento:

- Assinatura do Contrato Programa Minha Casa Minha Vida Residencial Pinheirinho dos Palmares com 1700 casas para as famílias oriundas da ocupação "Pinheirinho" em São José dos Campos SP.

Contextualização:Pinheirinho – Breve histórico e perspectivas

São José dos Campos sempre sofreu com uma demanda reprimida de moradias para famílias com renda de até três salários mínimos que se acumulou ao longo dos últimos anos de governo do PSDB, agravando o ambiente que alimentou a própria invasão do terreno do Pinheirinho.

O Pinheirinho

Área: cerca de 1,3 milhão de metros quadrados, adquirida em 1981 pela empresa Selecta SA, que tem como Naji Nahas como sócio majoritário e faliu em 1990.
A massa falida está em processo de liquidação judicial.

Em janeiro de 2012, a Secretaria Geral da Presidência da República, articulou diversas reuniões com o Ministério das Cidades, SPU, Governo do Estado de SP e Prefeitura de São José dos Campos com vistas a construir uma proposta que solucionasse a questão habitacional das famílias que ocupavam a área denominada Pinheiro, entretanto a desocupação acabou ocorrendo com forte violência policial.

Em julho de 2012, a Associação de Moradores procurou a Secretaria Nacional de Articulação Social/SNAS da SG/PR e apresentou diversos terrenos para avaliar a construção de moradias para as famílias. Juntamente com a CAIXA Econômica Federal, Regional de São José dos Campos/SP e a Associação de Moradores, a SNAS/SG realizou diversas reuniões com a equipe de Secretários que geriam a Prefeitura até 2012, sem sucesso nas propostas de encaminhamentos, a cidade apresentava padrões construtivos rígidos, impedindo a construção de moradias para as faixas de renda de 0 a 3 salários do PMCMV.

As perspectivas de solução só surgem em 2013, com a posse do atual prefeito Carlinhos Almeida na Prefeitura de São José dos Campos.

O Prefeito Carlinhos ao assumir teve que encaminhar quatro projetos de novas leis municipais, inclusive a lei que fez a adesão de São José dos Campos ao Programa Minha Casa Minha Vida, e que contou com a parceria da Câmara de Vereadores, que com a liderança da vereadora Amélia Naomi aprovaram em tempo recorde as mudanças necessárias para viabilizar a contratação do conjunto habitacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

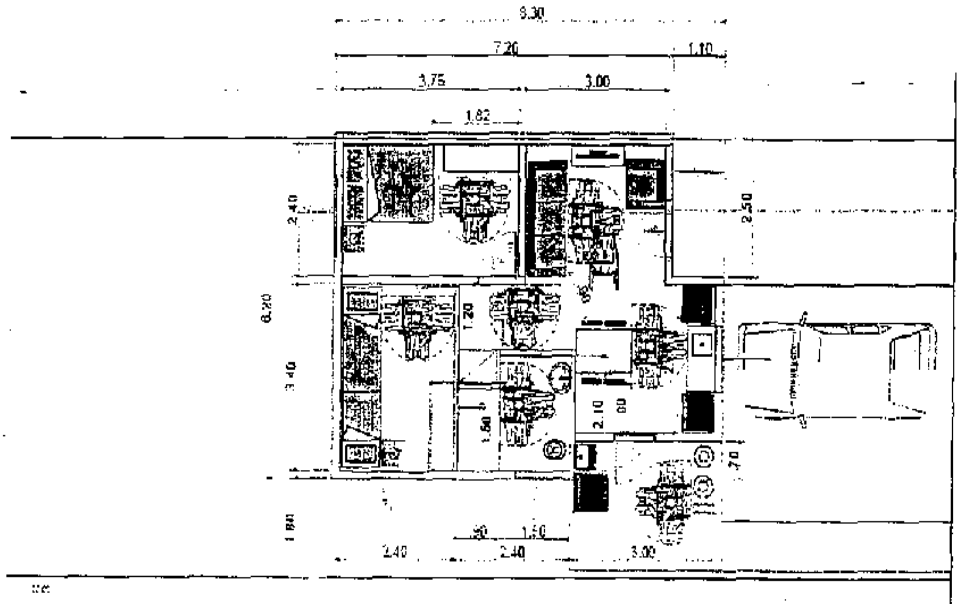
Foi só a partir destas mudanças que foi possível as contratações do programa para as famílias de menor renda de São Jose dos Campos, famílias com renda de até 3 salários mínimos, e o resultado dos esforços e das ações do Prefeito Carlinhos tem sido muito bons, estando contratadas 3448 unidades para as famílias de São José em diversos projetos, que com estas 1700 do projeto para o Pinheirinho dos Palmares, serão 5148 unidades, que importam em R$ 494,2 milhões.

Importante destacar este grande avanço para uma cidade, que em tão pouco tempo, pouco oferecia de habitação popular.

Para as famílias no Programa Minha Casa Minha Vida com renda acima de 3 salários mínimos já são 10.032 moradias financiadas, trazendo para a economia do município mais R$ 766,0 milhões,totalizando 15.180 unidades no total de R$ 1,26 bilhão para todas as faixas de renda.

Neste novo ambiente, a articulação da SG/PR, Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, a Caixa Matriz e sua Superintendência Regional e a Associação de Moradores foram buscadas alternativas para atendimento da demanda habitacional gerada pelos egressos do Pinheirinho, conforme as regras do Programa Minha Casa Minha Vida.

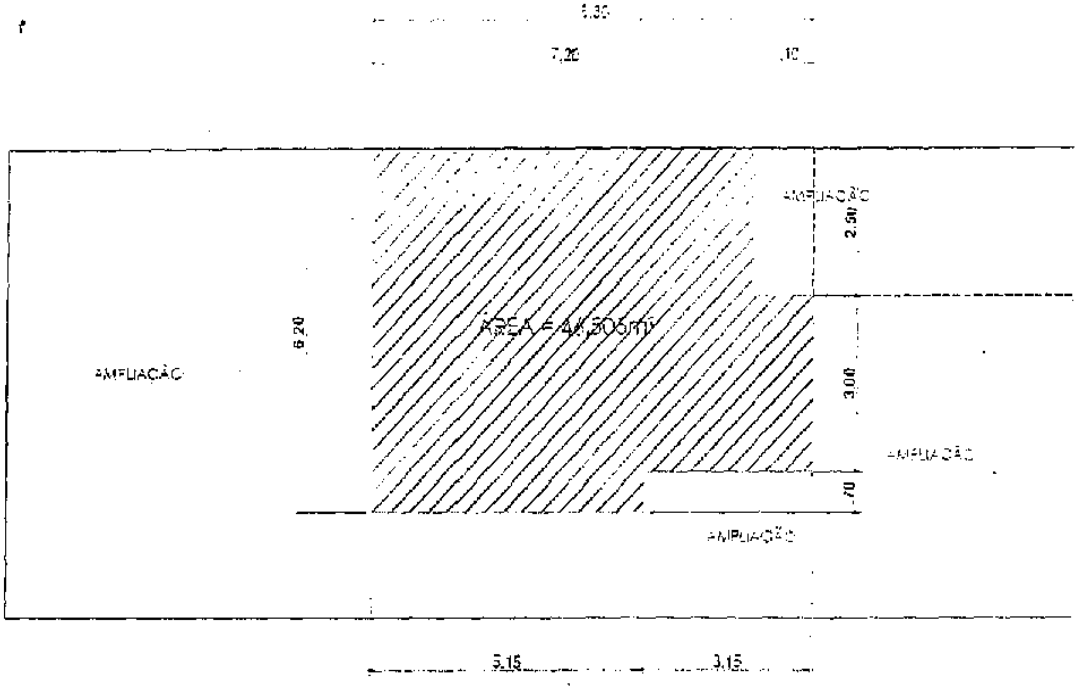
O empreendimento será implantado em uma área total de 645.617,63 m2, cujos lotes ocuparam 307.041,40 m2, já para as áreas verdes e de lazer estão destinados 148.481,7 m2, as demais áreas serão destinadas para as vias públicas lotes comerciais e institucional.



PLANTA
MODELO COM LAY-OUT DE MOBILIARIO
ÁREA = 46,50m²

Minha Casa Minha Vida 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL



Compromissos do Município

O Município de São José dos Campos, desde o início do diálogo com as partes interessadas, assumiu e mantém os seguintes compromissos em relação ao Residencial Pinheirinho dos Palmares:

- ✓ ampliação da infraestrutura urbana básica, implantação de novos serviços e estender as redes até a ocupação total das unidades residenciais no entorno do empreendimento, na medida em que o diagnóstico apontou que as redes e serviços disponíveis atendem parcialmente a nova demanda, e negociação com o governo do estado para estender e a infraestrutura de pavimentação, drenagem, água, iluminação e esgoto da região.
- ✓ ainda nos casos de inexistência de equipamentos no entorno ou impossibilidade de atendimento da demanda a ser gerada, o Poder Público Municipal:
  - o indicará a instituição de ensino onde as crianças poderão ser atendidas, bem como o número de vagas existentes;
  - o assume o compromisso de fornecimento de meios de transporte dos alunos;
  - o indicará a unidade de saúde mais próxima onde as famílias serão atendidas;
  - o construirá creche e escola de ensino fundamental para atender a demanda do empreendimento ora em contratação.
  - o o projeto prevê 40 lotes para comércio de pequeno porte (padarias, açougue, farmácia etc.), sendo que um deles será destinado à construção de um centro comercial pela construtora;
- ✓ viabilizar a comercialização das áreas comerciais para que elas estejam em condições de funcionamento quando da entrega do empreendimento aos beneficiários. A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

instituição financeira acompanhará o cumprimento desse compromisso assumido pela Prefeitura.

Além disso, a construtora se comprometeu a doar área comercial para o ente público implementar ação dentro do Programa Galeria do Empreendedor, programa da Prefeitura Municipal de S J Campos que tem por objetivo realizar ações voltadas ao empreendedorismo e atividades sócio profissionais, a fim de formar e desenvolver os pequenos empreendedores nos segmentos de comércio, serviços e cidadania dos bairros de baixa renda

Desenvolvimento do Projeto e da Comunidade

Além destes compromissos do município, a Secretaria Nacional de Articulação Social da SG/PR está articulando um conjunto de ações do governo federal para em conjunto com a Prefeitura de SJC implementar no empreendimento a organização e articulação dos catadores em Cooperativa(SG/PR), implantação de uma Estação de Metareciclagem de computadores (projeto em fase final de conclusão pela prefeitura - o município coleta por volta de 4 toneladas de lixo eletrônico/mês - a estação de metareciclagem contará com laboratórios de projetos de inclusão digital articulado com incubadora de formação de empreendedores no projeto Galeria do Empreendedor.

Ainda a mão de obra para a construção do conjunto será buscada e capacitada junto aos trabalhadores das famílias do Pinheirinho, e a implantação de um Centro de Referência em Direitos Humanos (Secretaria Direitos Humanos)

É possível que todos que saibam da história de sofrimento e luta das famílias por moradias e por uma vida digna das famílias do Pinheirinho, e o ato realizado hoje pela presidenta Dilma em São José dos Campos de assinatura de uma ordem de serviço que deu ordem de inicio para a construção das casas foi muito mais que a assinatura de uma ordem de serviço, - foi um ato de resgate da memória de cada um da barbárie realizada contra crianças, mulheres e trabalhadores para evitar que histórias como esta se repitam.

Foi um ato também para celebrar a vitória especialmente das famílias, de cada mulher, de cada trabalhador que lutou por suas moradias, foi um momento de coroação do conjunto de esforços de todos, do governo federal, estadual, da prefeitura, dos movimentos que juntos não mediram esforços para chegar aquele momento e para dar as famílias mais que moradias, mas uma vida com condições plenas, para viver e criar seus filhos com dignidade.

Outras informações:

Premissas e Ações que norteiam a atuação do município em 2013

Para viabilizar a construção de habitações e atender os ex-moradores do Pinheirinho, a Administração Municipal promoveu estudos sobre o uso e parcelamento de solo urbano, definiu critérios de desoneração fiscal para apoiar o empreendimento e de celeridade para aprovação dos projetos. Uma equipe da Prefeitura cuidou das tarefas de organização da demanda, traçou os projetos de trabalho social junto a essa população e procurou discutir

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

com os representantes dessa comunidade as formas de gestão do empreendimento após a entrega aos futuros moradores.

Identificada a área, a Prefeitura alterou, por meio de lei municipal, o zoneamento, classificando-a como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e excluiu a exigência de muros para a viabilização financeira da contratação junto ao FAR.

A prefeitura também negociou com o Governo do Estado mecanismos para financiar a extensão da rede de infraestrutura, como pavimentação, drenagem, abastecimento de água, iluminação e esgotamento sanitário na região.

A Prefeitura também criou mecanismos de incentivo fiscal para empreendimentos contratados no âmbito do PMCMV e assumiu o compromisso de fazer a manutenção viária, de infraestrutura e de coleta de lixo na região onde será erguido o empreendimento. Para isso, os projetos para instalação e custeio estão em andamento, ao mesmo tempo em que se discute a eventual necessidade de subsídio ao transporte.

Edwiges de Oliveira Cardoso

De: Sen. Eduardo Suplicy
Enviado em: segunda-feira, 24 de março de 2014 18:36
Para: Edwiges de Oliveira Cardoso; Arthur Maciel Motta; Carlos Cesar Marques Frausino
Assunto: ENC: relato pinheirinho

Mais uma, a pedido de Excelência.
Beijos,
Neisse

-----Mensagem original-----
De: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy [mailto:suplicy@sti.com.br] Enviada em: segunda-feira, 24 de março de 2014 18:31
Para: Sen. Eduardo Suplicy
Assunto: Fwd: relato pinheirinho

-------- Mensagem original --------
Assunto: relato pinheirinho
Data: 2014-03-23 22:53
De: Antonio Ferreira <toni.fe@hotmail.com>
Para: senador suplicy <eduardo.suplicy@senador.gov.br>, senador eduardo suplicy <suplicy@sti.com.br>, sena dor eduardo suplicy <esuplicy@senado.gov.br>

Ola senador, envio o relato que pediu.
Espero que seja como gostaria.

Qualquer coisa me avise.

um forte abraço,
toninho

Hoje 25 de março de 2014, um sonho se realiza.

Será oficialmente anunciado o começo das obras para construção do bairro Pinheirinho dos Palmares, com a presença da presidente Dilma.
Dois anos depois de uma desocupação violenta, ocorrida em 22/01/2012, com duas mortes ocorridas em virtude desta violência.
O Sr. Ivo Teles da Silva, de 69 anos e o Sr. Antonio Dutra de 70 anos.
Com centenas de feridos, muito gás lacrimogênio, muita bala de borracha, muitas lagrimas, muita mãe desesperada, uma violência desproporcional.
Dois mil e cem soldados, dois helicópteros, cachorros, cavalos e muitas viaturas.

Tanta violência contra 1800 famílias, para entregar um terreno ao mega especulador Naji Nahras.
Um terreno que foi fruto de grilagem, que nunca recolheu impostos, devendo milhões aos cofres públicos.
Um terreno que estava a mais de trinta anos sem produzir absolutamente nada.

Que durante todos estes anos não cumpriu nenhuma função social.

A brutalidade foi tamanha, as irregularidades processuais ainda maiores.
Foi um festival de irregularidades praticadas pela justiça paulista.
Foi desrespeitada a decisão da Justiça Federal, favorável aos moradores.
Não foi respeitado nem um acordo feito entre os parlamentares, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Federal Ivan Valente, Deputados Estaduais Adriano Diogo e Carlos Giannazi, e o juiz da falência, o sindico da massa falida e o representante dos falidos.
Com o conhecimento e participação do então presidente do TJ de São Paulo Dr. Ivan Sartori.
O acordo rezava um prazo de 15 dias para se concluir as negociações que estavam bem adiantadas entre o Ministério das Cidades, a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, faltando apenas a resposta da Prefeitura Municipal que se mostrava irredutível.
Tudo levava a uma solução negociada, mas a truculência falou mais alto.

Destruíram um bairro inteiro de casas de alvenaria, com ruas traçadas, com praças e avenidas, com seis igrejas evangélicas e uma grande igreja católica que tinha o sugestivo nome de Santa Madre Tereza de Calcutá. A igreja católica se localizada na praça Quilombo dos Palmares onde também estava instalado o barração de assembleias, local que todo sabado a tarde eram realizadas as reuniões e confraternização das famílias.

Mas tudo isso é passado, não será esquecido, para que nunca mais aconteça.
Virou cicatriz. Guardaremos nosso passado, para preparar o futuro.

O novo Bairro Pinheirinho dos Palmares, terá 1700 casas, e será equipado com escola, creche, centro comunitário e centro comercial.
Também está no projeto um centro de reciclagem.
Neste novo bairro as famílias reconstruirão suas vidas e sonhos.
Terão uma casa para criar seus filhos com dignidade.
Fica a mensagem que lutar vale a pena.

Pinheirinho dos Palmares é realidade.

Edwiges de Oliveira Cardoso

De: Sen. Eduardo Suplicy
Enviado em: segunda-feira, 24 de março de 2014 18:08
Para: Edwiges de Oliveira Cardoso; Arthur Maciel Motta; Carlos Cesar Marques Frausino
Assunto: ENC: Pinheirinho
Anexos: PINHEIRINHO DOS PALMARES.docx

A pedido de Excelência, segue o texto anexo.
Beijo,
Neisse

De: Carlinhos Almeida [mailto:carlinhosalmeida1315@gmail.com]
Enviada em: segunda-feira, 24 de março de 2014 18:04
Para: Sen. Eduardo Suplicy; Eduardo Suplicy
Assunto: Pinheirinho

Suplicy,
segue texto solicitado

abraço

Carlinhos

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy. V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, venho hoje a esta tribuna, primeiro, para fazer um lamento, para lamentar a postura que a oposição tem assumido, neste momento, diante do tema da Petrobras.

Ao mesmo tempo, quero dizer que vamos enfrentar politicamente esses ataques que têm sido orquestrados por alguns setores deste País. Dia após dia, tem se investido contra a Petrobras, por meio de uma série de notícias requentadas, com o propósito de arrastar a empresa para o debate eleitoral e de fazer dela um palanque para atingir os Governos do PT. É uma irresponsabilidade o que está fazendo a oposição deste País, ao recorrer à velha fórmula de mirar um dos maiores patrimônios do Brasil com objetivos político-eleitorais os mais baixos possíveis.

Sobre o caso de Pasadena, quero relembrar aqui que a compra dessa refinaria já estava prevista nos planos estratégicos da Petrobras desde 1999, inserida lá pelos representantes do PSDB que, naquela época, governavam o Brasil. E isso ocorreu não sem razão. Afinal, a refinaria está estrategicamente localizada no Golfo do México, na área de um grande mercado consumidor, em uma área de gasodutos e de oleodutos. Trazia ainda a possibilidade de produção de destilados leves e médios no mercado americano, que estava em expansão naquele momento da compra, enquanto o mercado brasileiro passava por um processo de estagnação.

Fora isso, a operação realizada se configurou como um excelente negócio, que levou a Petrobras a pagar US$3,8 mil por barril de petróleo refinado, enquanto, na mesma época, outras empresas do ramo chegaram a pagar até US$15 mil por barril em aquisições similares de petróleo refinado.

Quando o Conselho de Administração autorizou a aquisição, fez isso considerando o negócio diante das condições vantajosas apresentadas no mercado. Todos que assinaram aquela compra subscreveram-na convencidos de que aquela era uma operação rentável para a Petrobras.

Ocorre que, com a crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos, as refinarias chegaram a perder até 80% do seu valor, fato que não pôde ser previsto nem pelas oraculares agências de classificação de riscos, as mesmas que seguem tentando prever o futuro do mercado internacional e lançando desconfianças descabidas sobre um País de economia sólida como o Brasil.

Então, é absolutamente lamentável que atos de quase dez anos atrás voltem agora à tona como se fossem grandes novidades, como se as cláusulas dos contratos e eventuais omissões de informação havidas para formar o convencimento dos conselheiros também já não fossem alvo de investigação em diversas instâncias. Ou seja, é um total disparate o barulho que se faz, agora, em torno do tema.

É igualmente bizarra também a informação difundida sobre a refinaria Abreu e Lima e a venezuelana PDVSA, algo que também já é conhecido há anos. Fala-se até de calote levado pela Petrobras, mas por um contrato que nunca foi assinado, por uma parceria que ficou apenas na carta de intenções. A PDVSA jamais entrou no negócio da refinaria. Portanto, a Petrobras não poderia requerer qualquer tipo de indenização por um negócio do qual a PDVSA nunca fez parte, tendo permanecido, como eu disse aqui, apenas na intenção.

Quando se identificou que a PDVSA, por razões que não nos compete discutir aqui, não iria ingressar no negócio da Abreu e Lima, a Petrobras assumiu o compromisso estratégico de adotar integralmente a refinaria. E assim o fez. O que seria dividido por dois acabou totalmente encampado pela Petrobras, numa obra que é a segunda maior do PAC e que tem gerado milhares de empregos diretos e indiretos não só em Pernambuco, mas em muitos Estados do Brasil.

De forma que eu entendo que é um escárnio, um menoscabo com a inteligência dos brasileiros querer se aproveitar de fatos antigos, já explicados exaustivamente aqui, no Congresso Nacional, por todos os responsáveis, para tirar proveito político deles. É prática de uma oposição que se tem pautado ou em platitudes ou em absurdos, como, por exemplo, o de que o nosso Governo quer desvalorizar a Petrobras para privatizá-la. São equívocos cometidos por quem não tem compromisso com o Brasil e é capaz de desmoralizar um dos nossos maiores patrimônios com olhos apenas nas eleições.

Onde estava a oposição, zelosa, em todos esses anos, que jamais se preocupou com os investimentos da Petrobras? A oposição que não vê o fato de que a empresa investiu, em 2013, o maior montante da sua história recente, o equivalente a quase R$100 bilhões ou 90% de tudo o que foi investido pelas estatais federais no ano passado? A oposição estava a ler jornais. É o que fazem setores que não têm propostas, sem nada de novo a falar, que vivem procurando pauta para tentar surfar no factoide do momento.

Nós, do PT, não vamos deixar que a Petrobras seja arrastada para o atoleiro onde querem jogá-la. Nós, do PT, temos responsabilidade com esse patrimônio dos brasileiros e um dos maiores ativos da nossa economia. Todas as denúncias consistentes havidas – atualmente já apuradas pela Polícia Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e em sindicâncias internas da própria empresa – podem ser investigadas também pelo Congresso, de acordo com as prerrogativas de fiscalização e controle de que a Câmara e o Senado dispõem.

Mas não vamos admitir que seja aberta aqui uma CPI ou uma CPMI para servir de palco a quem não tem voto e quer holofote, até porque a última experiência que aqui tivemos, a chamada CPI do Cachoeira, acabou com muitos astros, duas páginas de relatório e nenhum indiciado. Foram meses de trocas de acusações, de questões de ordem apresentadas por Deputados e Senadores com o único objetivo de aparecer nas câmeras de televisão, e, ao final, o instrumento da CPI começa a ser desvalorizado, a ser degradado, a perder sua credibilidade.

Hoje mesmo aprovamos a vinda da Presidenta da Petrobras, Graça Foster, e do Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, para explicar tudo o que os Senadores desejarem. Precisamos ouvi-los, cobrar deles posições sobre cada um dos temas que estão sendo abordados na imprensa nacional. E mais: tantos quantos integrantes do Governo o Congresso queira ouvir serão ouvidos, virão até aqui, esclarecerão tudo o que o Congresso desejar sem qualquer constrangimento, mas não participaremos de qualquer picadeiro, montado para palco de alguns e prejuízo do Brasil. Essa é uma posição da nossa Bancada, sobre a qual fechamos posição e da qual não abriremos mão.

Senador Cristovam, lamentavelmente, eu não posso lhe dar um aparte, porque estou no tempo da liderança.

Agradeço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros, companheiras, é com muita alegria que neste 25 de março venho à tribuna como Líder do meu Partido, o PCdoB, aqui no Senado, para comemorar os nossos 92 anos. Hoje, exatamente hoje, dia 25 de março de 2014, o Partido Comunista do Brasil comemora 92 anos de organização e de fundação, período em que, em grande parte, foi vivido na clandestinidade, mas vivido sempre. Sempre. Em nenhum momento, seja nos períodos de maior abertura democrática, durante a legalidade, ou nos períodos de exceção, períodos em que os comunistas sequer poderiam falar que

tinham uma opção ideológica, independentemente do momento, sempre, Sr. Presidente, nesses 92 anos, os comunistas brasileiros se organizaram e organizaram este Partido, que, sem dúvida nenhuma, é o mais antigo em atividade, hoje, no Brasil.

Para comemorar a data, os 92 anos, em vários Estados estão acontecendo atos, em vários Municípios brasileiros estão acontecendo atos, sessões solenes nas Casas Legislativas. Entretanto, o ato nacional aconteceu ontem à noite, em Minas Gerais, na sua capital, Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa. Foi um ato solene, uma sessão solene daquela Casa Legislativa estadual, que foi solicitada por meio de requerimento de dois Deputados do PCdoB: Deputado Mário Caixa e Deputado Celinho.

Foi uma bela sessão. Não contou apenas com militantes e dirigentes do Partido de vários cantos deste País, não contou apenas com a presença do nosso Presidente nacional, Renato Rabelo, mas contou com a presença de vários companheiros e companheiras de partidos políticos amigos e aliados. Lá estavam Deputados Estaduais, Deputados Federais e Vereadores de vários partidos. Eu, aqui, gostaria muito de citar a presença de companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores (PT), do PMDB, do PSB, do PV e de tantos outros que foram comemorar a democracia, cumprimentando e abraçando o Partido Comunista do Brasil pelos seus 92 anos.

De nossa Bancada, estiveram, além de mim, o Senador Inácio Arruda e a Deputada Jandira Feghali, que é Líder da nossa Bancada na Câmara de Deputados, e, obviamente, houve a presença da Deputada Federal do PCdoB pelo Estado de Minas Gerais, Deputada Jô Moraes.

No ato, Sr. Presidente Anibal Diniz, o Presidente Nacional, Renato Rabelo, fez um belo pronunciamento, porque, ao mesmo tempo em que comemoramos os 92 anos de fundação desse Partido, a ditadura militar, o golpe militar comemora ou "descomemora", entre aspas – é assim que nós devemos nos referir –, os seus 50 anos, ou seja, em abril de 2014, completam-se 50 anos do golpe militar no Brasil. E, agora, em março, 92 anos do Partido.

Ao falar da existência de 92 anos do Partido neste ano, Sr. Presidente, é importante lembrar a trajetória percorrida e a contribuição que o PCdoB, ao lado de tantas outras forças patrióticas, progressistas, democráticas e populares, deu ao nosso País, no sentido de devolver a democracia a toda a gente e a todo o povo.

O Presidente Renato fez um belo discurso, eu até diria uma retrospectiva, que, Presidente Anibal, desde já, peço que seja incluído na íntegra nos *Anais* desta Casa, pronunciamento feito por Renato Rabelo ontem.

Mas faço questão, desta tribuna, deste espaço privilegiado da democracia brasileira, de destacar alguns pontos, destacar alguns itens importantes do que foi dito por ele.

Relembrava o Presidente Renato Rabelo que a conquista da democracia, em 1985, foi, sem dúvida nenhuma, resultado de uma épica jornada. Muitas lutas foram travadas, muitas vidas, Sr. Presidente, infelizmente, foram ceifadas. Quase 30 anos depois da redemocratização, o direito da Nação à memória e à verdade é uma bandeira parcialmente, e somente parcialmente, alcançada.

Com os Governos de Lula e Dilma, passos importantes foram dados, e continuam sendo, pelo trabalho da Comissão da Anistia, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e da Comissão Nacional da Verdade, mas só serão plenos esses passos com a punição daqueles que, em nome do regime ditatorial, cometeram crimes como torturas e assassinatos.

Para que nunca mais se repita esse período de trevas na história do País, precisamos lembrá-lo sempre, dizia Renato Rabelo, rendendo homenagens aos que resistiram e lutaram contra o arbítrio e contra a ditadura. A luta desses homens, a luta das mulheres nos orgulha e nos inspira a seguir adiante.

Diz o Presidente Renato que o Partido Comunista do Brasil julga importante, Sr. Presidente, sistematizar as lições de 21 anos de batalhas, que se sagraram vitoriosas com a derrota dos generais no Colégio Eleitoral de 1985 e com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, e passou a discorrer sistematicamente e sinteticamente sobre alguns desses ensinamentos, que foram momentos muito marcantes na luta de resistência à ditadura militar.

Iniciou esse relato falando dos reais objetivos do golpe militar de 1964. Sem dúvida nenhuma, o objetivo principal era sepultar a democracia que se ampliava no governo do Presidente João Goulart e, principalmente, conter e aniquilar todos os movimentos progressistas e populares que não só apareciam, mas apareciam com muita força naquela época da nossa história, movimentos populares que lutavam a favor de reformas de base.

Além desse aspecto, sem dúvida nenhuma, o golpe de 1964 deve ser visto também, para uma melhor compreensão, dentro do contexto em que vivia o mundo naquela época. Era o momento da guerra fria, que regia a geopolítica mundial. Ou seja, o golpe militar no Brasil foi o primeiro de uma série de golpes que, a partir da década de 60, infestaram ditaduras militares em toda a América Latina.

Contra o golpe, Sr. Presidente, desde o primeiro momento, aconteceram manifestações de indignação e revolta de diversas formas por parte da população brasileira. E essas manifestações de resistência e revolta aconteceram nos quatro cantos deste País, ou seja, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

O papel do PCdoB na luta democrática e na resistência à ditadura militar, Sr. Presidente.

A longa jornada heroica – relata o Presidente Renato – que enfrentou e derrotou a ditadura foi um grande feito do povo brasileiro. O PCdoB, ao preço da vida de quase uma centena de dirigentes e militantes, participou inteiramente dessa jornada. Empenhou-se abnegadamente nas diferentes batalhas e deu grande contribuição na definição da tática de enfrentamento à ditadura, que evoluiu no decorrer da luta. O Partido foi tecendo sua política de combate à ditadura, levando em conta a escalada autoritária do regime, a correlação de forças e o posicionamento dos demais integrantes da frente oposicionista.

Ante a ameaça representada pelo fortalecimento da oposição, àquela época, o regime militar reagiu como uma fera acossada. Em 13 de dezembro de 1968, ela baixou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, passando a valer o pleno arbítrio.

Com o AI-5 e a posse do General Emílio Garrastazu Médici, o regime assumiu claramente a feição de "uma ditadura militar de caráter fascista".

Diante de um regime que se mostrava cada vez mais brutal, elevou-se a determinação de diversos grupos opositores de que a resistência deveria ser feita de armas na mão. O PCdoB, que já estava convicto da luta armada, apenas teve sua convicção fortalecida, como forma de fazer frente ao banditismo de um regime truculento, sanguinário e fascista.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) –E foi daí que nasceu a Guerrilha do Araguaia.

O PCdoB previra, já nos primeiros anos do arbítrio, que a "ditadura viera para ficar" e, ao tempo em que realizava o trabalho político nas cidades, desde o final de 1966, deslocava militantes para uma região da Amazônia banhada pelo Rio Araguaia, situada no sul do Pará. Os comunistas buscaram juntar-se à população local e lançaram um programa no qual se comprometiam com "os direitos do povo do interior".

O fluxo de militantes, perseguidos nas cidades, aumentaria muito depois do AI-5. No início de 1972, já eram 69 guerrilheiros e guerrilheiras deslocados para aquela parte da Amazônia brasileira. No dia 12 de abril de 1972, mais de dois mil soldados iniciaram os ataques às bases guerrilheiras do PCdoB.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) –Essa foi a maior mobilização no pós-guerra vivida pelas Forças Armadas brasileiras, numa ação que durou aproximadamente dois anos e na qual a grande maioria dos militantes, homens e mulheres, bravos lutadores do povo brasileiro, foram mortos, perseguidos que foram pelas Forças Armadas que davam base e sustentação ao regime militar.

Mesmo derrotada militarmente, entendemos nós – e hoje, tenho certeza absoluta, assim entende também o povo brasileiro – que a Guerrilha do Araguaia cumpriu um papel relevante na luta de resistência, um papel muito importante. Até os dias de hoje fala-se em nosso País da coragem de seus integrantes de lutarem pela democracia ao preço da própria vida. Isso até hoje é lembrado com muita emoção, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nomes como o de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão; Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina; João Carlos Sobrinho, o Juca; Helenira Rezende, a Fátima; Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, o Ferreira; e dos demais guerrilheiros e guerrilheiras estão na galeria dos heróis do povo brasileiro. E foi assim que se deu.

Continuando o relato do nosso Presidente Renato, em dezembro de 1976, infelizmente, o Brasil sofre um segundo grande atentado. Graças a um dirigente que se tornou, à época, um traidor, houve a caçada à direção do PCdoB e o que ficou conhecido como a Chacina da Lapa.

Eu me recordo muito bem, Senador Cristovam, porque era apenas uma menina, quando li uma revista semanal do Brasil com a matéria publicada. Na época, não tinha nem ideia do que se passava,...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... mas a matéria dizia que terroristas teriam sido mortos pelos militares. "Terroristas" teriam sido mortos, mas, na realidade, era toda a direção ou

parte importante da direção. Lá foram mortos pela ditadura os dirigentes Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Drummond, porque estavam em uma reunião na Lapa. Outros foram presos, como João Amazonas, Diógenes Arruda, Renato Rabelo e Dynéas Aguiar.

Enfim, são passagens importantes, mas não tenho como ler todo este pronunciamento. No entanto, já fiz o pedido para que fosse inserido nos Anais.

Até que as oposições, com o guarda-chuva do PMDB, começaram a ganhar força. Saíram-se muito bem nas eleições de 1978 e extremamente vitoriosos nas eleições de 1982, elegendo governadores em vários Estados brasileiros e fortalecendo o movimento para o enfrentamento em melhores condições.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) –Até que fomos à luta pelas Diretas Já. E não tendo conseguido a vitória das Diretas Já, o PCdoB, de forma correta, temos a convicção plena, foi ao Colégio Militar e elegemos Tancredo Neves, que não chegou a assumir, mas assumiu o Senador José Sarney, nosso companheiro, que, de fato, iniciou a abertura neste País.

Se V. Exª me permite, Senador Anibal, gostaria de conceder o aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um aparte muito rápido, Senadora. Primeiro, eu acho que é interessante e importante relembrar aquilo que aconteceu há 50 anos, quando de repente apagaram todas as luzes do Brasil e ainda colocaram uma parede nos cercando. Naquele escuro, pelo menos um poeta, Thiago de Mello, gritou: "Faz escuro, mas eu canto". E nós cantamos e gritamos, e o grito fez o dia.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E o dia está aí com a democracia. Mas o importante do seu discurso é relembrar o papel do PCdoB. Foram muitos os heróis, muitos os mártires, dos mais diversos grupos. O Partido Comunista Brasileiro sofreu perdas muito grandes. Outros grupos, que não eram ligados diretamente às siglas com o nome comunista, sofreram perdas muito grandes também, mas o Partido Comunista do Brasil certamente foi um dos partidos, senão o partido, que maior preço pagou em vítimas da ditadura, e isso porque o partido foi empurrado para a guerrilha. E, empurrado, ali teve que resistir. E resistiu. Foram muitos os presos, torturados e assassinados. Daí a importância de lembrar o 1º de abril e a luta dos mártires do PCdoB.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço, Senador, e também quero concordar plenamente com o que V. Exª observou no início do seu aparte. Não podemos deixar que essa parte da história não seja contada. E contada dentro do espaço em que mereça ser contada, porque muitos dos jovens hoje não sabem o que se passou no Brasil há 30 anos, que se iniciou há 50, há 30, 20 anos. O povo vivia sem ter o direito de falar livremente, de expressar seu pensamento e suas opiniões. Então, contar esse pedaço da história é muito importante até para que não haja o risco de ela se repetir.

Como o Senador Cristovam cita Thiago de Mello na sua bela poesia "Faz escuro, mas eu canto", quero, Senador Anibal, também concluir este meu pronunciamento repetindo que solicito que seja incluído nos Anais todo o pronunciamento...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... a respeito desses 92 anos do PCdoB e dos 50 anos em que se deu o Golpe Militar no País. Que seja incluído nos *Anais do Senado Federal*.

Quero concluir também citando Thiago de Mello, um amazônida como nós, que aqui estamos à Mesa do Senado: Senador Raupp, de Rondônia, Senador Anibal, do Acre, e eu, do Amazonas. Thiago de Mello, um amazônida que até hoje vive nos nossos interiores, no seu querido Município de Barreirinha, às margens do Rio Andirá.

Ele escreveu, em abril de 1964, já no Chile, em Santiago do Chile, aquela que talvez seja a poesia símbolo da resistência democrática do País, que é o *Estatuto do Homem*, cujo art. 1º diz o seguinte: "Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira".

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E aí seguem vários artigos do *Estatuto do Homem*.

No final, Senador Jarbas, no artigo final, ele escreve o seguinte:

Artigo Final

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante, a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

É esse um mundo com que sonha Thiago de Mello, um mundo com que todos nós sonhamos. E não apenas sonhamos, mas lutamos muito para transformar os nossos sonhos em realidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Srs. Senadores.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Documento escrito em 24 de março de 2014, por Renato Rabelo, Presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

PCdoB, 92 anos: homenagem à resistência que enfrentou a ditadura e conquistou a democracia

O Partido Comunista do Brasil comemora, no dia 25 de março , 92 anos de sua fundação. A data coincide com o momento em que a Nação debate o significado do golpe militar desferido há 50 anos e que impôs ao país a sua mais longa ditadura. Os comunistas, ao lado de outras forças democráticas, populares e patrióticas se empenharam nas ações da resistência democrática que enfrentou e derrotou o regime ditatorial.

A conquista da democracia, em 1985, foi resultado de uma épica jornada. Muitas lutas foram travadas, muitas vidas foram ceifadas. Quase 30 anos depois da redemocratização, o direito da Nação à memória e à verdade é uma bandeira apenas parcialmente alcançada. Com os governos Lula e Dilma passos importantes foram dados – e continuam sendo – pelo trabalho da Comissão da Anistia, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e da Comissão Nacional da Verdade, mas só serão plenos esses passos com a punição daqueles que, em nome do regime ditatorial, cometeram crimes como torturas e assassinatos. Para que nunca mais se repita este período de trevas na história do país, precisamos lembrá-lo sempre, rendendo homenagens aos que resistiram e lutaram contra o arbítrio da ditadura. A luta destes homens e mulheres nos orgulha e nos inspira a seguir avante.

O PCdoB julga importante sistematizar as lições de 21 anos de batalhas, que se sagraram vitoriosas com a derrota dos generais no Colégio Eleitoral em 1985 e com a promulgação da "Constituição cidadã" de 1988. Passamos a discorrer, sinteticamente, sobre alguns desses ensinamentos históricos, bem como sobre as contribuições do PCdoB à resistência.

O recorrente golpismo das forças reacionárias e do imperialismo contra a democracia

O golpe militar de 1964 foi patrocinado pelas classes

para sepultar a democracia que se ampliava no governo do presidente João Goulart, e para conter e aniquilar uma vigorosa maré de lutas populares pelas reformas de base – dentre elas se destacam: as reformas agrária, urbana, da educação, da previdência social, do sistema bancário; e também bandeiras sindicais, como a regulamentação do direito de greve; e um elenco de medidas patrióticas, entre as quais, renegociação da dívida externa, controle da remessa de lucros de empresas estrangeiras, nacionalização das concessionárias dos serviços públicos etc.

A ditadura militar, portanto, se insere na história da luta de classes do Brasil e por este prisma deve ser analisada. Ela faz parte da persistente ação das classes dominantes, que a ferro e fogo, atuaram em diferentes períodos históricos para impedir o florescimento da democracia e negar ao povo e aos trabalhadores os direitos mais elementares. Desde a Proclamação da República, em 1889, os períodos de democracia ou de alguma liberdade foram pequenas ilhas num mar revolto de autoritarismo. Os últimos 29 anos, contados a partir de 1985, são o mais longo período de construção democrática.

Além deste aspecto, o Golpe de 1964 – para ser compreendido em toda sua complexidade – deve ser visto no contexto da Guerra Fria que regia a geopolítica mundial daquele período. Ele foi o primeiro de uma série de golpes que, a partir da década de 1960, infestaram ditaduras militares na América Latina. O imperialismo estadunidense ajudou a maquiná-las e as respaldou todas, sob a bandeira da contenção e do extermínio do comunismo.

A elevada capacidade de luta e resistência do povo e as suas políticas avançadas

Contra o golpe, desde o primeiro momento, houve manifestações de indignação e revolta, com meios e modos diversos, em vários cantos do país. Progressivamente, as forças democráticas, populares e patrióticas, entre elas o Partido Comunista do Brasil, organizaram e desencadearam a resistência

até a conquista da liberdade. Décadas depois, em 2002, o povo e as forças avançadas, em nova circunstância, foram capazes de uma nova proeza: elegeram como presidente da República o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva – vitória que descortinou um ciclo político progressista que se projetou até os dias de hoje, com Dilma Rousseff na presidência do Brasil. Tanto Lula quanto Dilma participaram da resistência à ditadura. A presidenta Dilma, então estudante nos "anos de chumbo", como militante de organizações revolucionárias que recorreram à resistência armada nas cidades. Lula, liderando as greves operárias no ABC, no final dos anos 1970 e início da década seguinte.

O papel do PCdoB na resistência democrática

A longa jornada heroica que enfrentou e derrotou a ditadura foi um grande feito do povo brasileiro. O PCdoB, ao preço da vida de quase uma centena de dirigentes e militantes, participou inteiramente dessa jornada. Empenhou-se abnegadamente nas diferentes batalhas e deu grande contribuição na definição da tática de enfrentamento à ditadura, que evoluiu no decorrer da luta. O Partido foi tecendo sua política de combate à ditadura, levando em conta a escalada autoritária do regime, a correlação de forças e o posicionamento dos demais integrantes da frente oposicionista.

Já em 1966, o PCdoB deu uma contribuição à qual reputamos relevante: defende a "união dos brasileiros" para livrar o país da crise da ditadura e da ameaça neocolonialista. Esta ampla união deveria se forjar em torno de aspirações históricas do povo brasileiro, como independência, progresso social e liberdade.

Uma tática, portanto, a um só tempo ampla e radical, cujo objetivo central era isolar ao máximo a ditadura, formando contra ela uma frente a mais larga possível em torno de bandeiras unificadoras. E, por último, mas igualmente importante, uma tática que sempre buscasse o protagonismo da esquerda e da luta do povo.

As forças de oposição, entre elas os comunistas, empreendem o combate ao regime com manifestações de rua,

denúncias no parlamento, pelo voto, pela imprensa alternativa e clandestina, e por uma rica produção cultural de protesto e contestação. A resistência se avolumou e desaguou nas grandes manifestações de 1968, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro. Eclodem, também, greves operárias em Contagem e Osasco. Coerente com sua política ampla, o PCdoB considerou positiva a constituição da Frente Ampla, contrária ao regime militar – formada por políticos de matizes variados, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda.

Ante a ameaça representada pelo fortalecimento da oposição, a ditadura reagiu como uma fera acossada. Em 13 de dezembro de 1968, ela baixou o Ato Institucional nº 5 – passando a valer o pleno arbítrio. Com o AI-5 e a posse do general Emílio Garrastazu Médici, o regime assumiu claramente a feição de "uma ditadura militar de caráter terrorista."

Diante de um regime cada vez mais brutal, elevou-se a determinação de diversos grupos opositores de que a resistência deveria ser feita de armas na mão. O PCdoB já estava convicto da luta armada; todavia, este caminho foi reforçado à medida que se elevava a consciência na camada avançada da oposição de que era preciso fazer frente ao banditismo de um regime truculento, sanguinário e fascistizante.

A Guerrilha do Araguaia

O PCdoB previra, já nos primeiros anos do arbítrio, que a "ditadura viera para ficar" e, ao tempo em que realizava o trabalho político nas cidades, desde o final de 1966, deslocava militantes para uma região da Amazônia banhada pelo rio Araguaia, situada no sul do Pará. Os comunistas buscaram juntar-se à população local e lançaram um programa no qual se comprometiam com "os direitos do povo do interior".

O fluxo de militantes, perseguidos nas cidades, aumentaria muito depois do AI-5. No início de 1972, já eram 69 guerrilheiros e guerrilheiras – a maioria estudantes e jovens, mas também experimentados comunistas. Eles formaram três destacamentos

guerrilheiros e uma Comissão Militar da qual fizeram parte João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo.

No dia 12 de abril de 1972, mais de dois mil soldados iniciaram os ataques às bases guerrilheiras do PCdoB no sul do Pará. As refregas e os confrontos das forças guerrilheiras contra as operações de cerco e aniquilamento das Forças Armadas duraram mais de dois anos. Foi a maior mobilização militar brasileira desde a Segunda Guerra Mundial. Poucos guerrilheiros sobreviveram. Uma parte deles morreu em combate, outra foi presa, torturada, e muitos executados. Até hoje os corpos de quase todos os mortos no Araguaia continuam desaparecidos. Centenas de moradores que apoiavam os guerrilheiros ou eram suspeitos de fazê-lo também foram vítimas da violência dos militares.

Mesmo derrotada militarmente, a Guerrilha do Araguaia cumpriu um papel relevante. Alimentou o ânimo e a esperança dos setores mais avançados da oposição. Até nos dias de hoje, a resistência do Araguaia – a coragem de seus integrantes de lutarem pela democracia ao preço da própria vida – motiva e impulsiona setores do povo, em especial da juventude, para se engajarem na luta democrática, popular e revolucionária. Nomes como Osvaldo Orlando Costa, (Osvaldão), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), João Carlos Haas Sobrinho (Juca), Helenira Resende (Fátima), Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (Ferreira), e dos demais guerrilheiros e guerrilheiras estão na galeria de heróis do povo brasileiro.

A três bandeiras unificadoras da ampla aliança

A partir de 1974, o regime se vê obrigado a manobrar com a chamada "abertura lenta, gradual e segura". A resistência retoma a iniciativa política e os protestos e obtém uma vitória eleitoral expressiva nas eleições daquele ano. Em janeiro de 1975, novamente o PCdoB deu sua contribuição para traçar um caminho para a frente oposicionista. O Partido lançou a *Mensagem aos brasileiros* na qual reiterava três grandes bandeiras políticas que teriam apelo e força para unificar amplos setores na luta contra a ditadura: 1ª) Anistia ampla, geral e irrestrita; 2ª) abolição de todos

os atos e leis de exceção; e 3ª) convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita.

Na "abertura" dos generais não cabiam os comunistas

O massacre da esquerda não havia terminado, pois o PCdoB continuava organizado e atuando em todo o país. A ditadura considerava isto uma afronta e um perigo, pois o Partido havia liderado a principal resistência armada contra ela.

Em dezembro de 1976, graças a um dirigente que se tornara um traidor, a caçada à direção do PCdoB obteve êxito, embora parcial. A casa onde a direção nacional do Partido se reunia na cidade de São Paulo, no bairro da Lapa, foi descoberta, cercada e metralhada. Na operação policial foram mortos os dirigentes Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond – este último morreu sob tortura no DOI-CODI. Outros quatro dirigentes foram presos e também torturados: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima e Wladimir Pomar. O êxito da caçada foi parcial, porque João Amazonas, um dos líderes históricos dos comunistas, não foi assassinado, uma vez que estava em missão partidária fora do país. Com este severo golpe, o PCdoB se viu na contingência de formar uma direção no exterior sob o comando de João Amazonas, Diógenes de Arruda Câmara, Renato Rabelo e Dynéas Aguiar.

Três importantes campanhas desencadeiam o fim à ditadura

Como as águas de um rio que vão ganhando volume, pouco a pouco as lutas populares foram ganhando expressão e força. Primeiro, foi a batalha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Em seguida, veio o Movimento Contra a Carestia, com forte participação operária e popular, movimento este impulsionado pelos comunistas e a esquerda católica. Depois de anos de luta, a Lei de Anistia foi aprovada, em agosto de 1979. O PCdoB rejeitou o seu caráter parcial, e principalmente o fato de anistiar também os torturadores e assassinos incrustados no regime, mas reconheceu ser ela uma conquista do povo brasileiro. Com a Anistia, o movimento de oposição foi reforçado com a volta dos

exilados, a libertação dos presos e o retorno à luz do dia dos militantes clandestinos.

Nas eleições de 1978, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conquistou uma nova e importante vitória e dessa feita se reforçou com um elenco de lideranças do movimento sindical e popular, e combativos democratas. Foi eleito pelo MDB, o líder operário e comunista de São Paulo, Aurélio Peres. Nas eleições de 1982, em decorrência de uma reforma eleitoral cuja finalidade era dividir a oposição, o PCdoB e outras organizações defenderam o "voto útil" no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para derrotar o partido da ditadura, o Partido Democrático Social (PDS). O PCdoB, semiclandestino, participou ativamente dessas eleições, apoiando candidatos majoritários do PMDB e lançou candidatos por esta legenda. Reforçou sua presença na Câmara dos Deputados, com três deputados, e elegeu parlamentares em outras Casas legislativas.

Nessa época, também ressurgiram greves de trabalhadores urbanos e rurais. As greves no ABC paulista, em 1979 e 1980, se destacaram pela adesão da massa operária, pela duração e impacto na conjuntura, contribuindo para minar os alicerces do regime militar.

O movimento estudantil retomou suas lutas. Em 1979, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi reorganizada no Congresso em Salvador, e seus congressos subsequentes foram decisivos para engajar fortemente a juventude nesta fase de ofensiva contra o regime. Foi destacado o papel da militância do PCdoB tanto na reconstrução das entidades, quanto na unidade e combatividade do movimento. Praticamente, todos os presidentes da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), desse período, eram lideranças do PCdoB, como é o caso de Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE, hoje, ministro do Esporte.

Após a vitória eleitoral oposicionista de 1982, o PCdoB vislumbrou, e passou a disseminar que: "na atualidade, a exigência de eleições diretas para a Presidência da República corresponde a um sentimento generalizado e mobilizador". As lutas pelas eleições diretas poderiam, portanto, ser a grande

bandeira para levantar o povo e pôr fim ao regime militar. Outros partidos e lideranças também tiveram esta mesma convicção.

Desse modo, entre o final de 1983 e início de 1984, se desencadeou um dos maiores movimentos cívicos da história brasileira: a campanha das Diretas Já!

No entanto, apesar da ampla mobilização, a emenda das diretas não foi aprovada no Congresso Nacional, causando frustração no povo e confusão nas forças de oposição. Agora era preciso procurar outros caminhos e dar continuidade à luta contra o regime. O PCdoB defendeu a indicação de um candidato único das oposições que pudesse derrotar o candidato da ditadura, Paulo Maluf, em qualquer que fosse o terreno, inclusive o Colégio Eleitoral.

O nome indicado pelo MDB foi o de Tancredo Neves. O PCdoB não somente o apoiou como participou das articulações para persuadi-lo a aceitar este desafio. O Partido lançou o documento *Por que os comunistas apoiam Tancredo*, no qual afirmava: "Não é o método que está em jogo, mas o conteúdo; ou seja, o fim do regime militar e a conquista de amplas liberdades".

No dia 15 de janeiro de 1985, com o voto dos parlamentares do PCdoB, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves à presidência da República. Em consequência da morte de Tancredo, assume o vice-presidente eleito. A democracia foi institucionalizada com a promulgação da nova Carta Magna, em outubro de 1988, resultado de quase dois anos de trabalho da Constituinte, eleita em 1986, nos quais a bancada de parlamentares do PCdoB deu reconhecida contribuição para que fossem aprovadas conquistas patrióticas, democráticas e sociais.

Ampliar as conquistas, impedir o retrocesso

Em suma, as duas décadas de resistência ao regime militar fazem parte de um período extenso e decisivo na trajetória de 92 anos do Partido Comunista do Brasil. O partido visando à conquista da democracia e dos direitos do povo se orientou por unir a maioria da nação para isolar o regime ditatorial, recorrendo a todas as formas de luta possíveis. E contribuiu para o resgate do papel do campo democrático e progressista na defesa da

democracia brasileira. Ao mesmo tempo, no exame desses acontecimentos, assinala-se a evidência histórica de recorrente intervenção golpista das forças reacionárias para conter ou interromper os ciclos progressistas do país.

Este atávico golpismo veio, novamente, à tona, em 2005, quando tais forças, tentaram paralisar o governo do presidente Lula. Mais do que isso: se movimentaram para tentar cassar o mandato do presidente, com participação ostensiva dos grandes veículos de comunicação. Tal investida foi feita e por outros modos prosseguiu porque, nos últimos 11 anos de governo, a democracia política e social, sempre ceifada ou sufocada na história da República, ganhou força. Destaca-se, ainda, que a América Latina, ontem vítima de golpes militares, é hoje alvo de uma contraofensiva do imperialismo contra o ciclo de governos progressistas, sendo patente sua ação desestabilizadora na região – sobretudo, neste momento, na Venezuela e na Argentina.

Por isto, ao comemorar seus 92 anos, na simbólica data do cinquentenário do golpe militar, o PCdoB entende que o país mudou inteiramente, conquistando uma nova etapa na sua história, sobretudo considerando-se a última década. Mas, hoje, os desafios ainda são maiores. É hora de agregar amplas forças políticas e sociais, para o Brasil avançar na realização das reformas democráticas e estruturais, com mais desenvolvimento, mais democracia e mais progresso social, mais integração com seus vizinhos no continente, barrando assim o retorno das forças reacionárias e conservadoras. Garantindo a quarta vitória do povo neste ano.

Belo Horizonte, 24 de março de 2014

Renato Rabelo – Presidente do Partido Comunista do Brasil-PCdoB

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Vanessa Grazziotin, V. Exª será atendida nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parabenizo a Senadora Vanessa pelo pronunciamento em homenagem aos 92 anos do PCdoB, hoje. Coincidentemente, o PMDB completou ontem, Senador Jarbas Vasconcelos, um dos fundadores do Partido, 48 anos. Aí há uma disputa: o PCdoB é o partido mais antigo do Brasil, mas, em atividade, dizem que é o PMDB. Ininterruptamente, 48 anos em atividade. Em parceria com o PCdoB e outros partidos, contribuiu muito para a queda da ditadura militar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) completou 48 anos de sua fundação. Trata-se de uma das mais longevas histórias partidárias de todo o perío-

do republicano e, mais do que isso, de uma história fundamental para a instituição do Estado democrático de direito que hoje preside a vida cívica nacional.

O meu Partido, nascido simplesmente Movimento Democrático Brasileiro, deveria ter sido apenas uma agremiação partidária destinada a figurar, para mero efeito de propaganda, como a oposição consentida da ditadura militar. Isso é o que pensavam os chefes do regime de exceção inaugurado em 1964. Mas não foi o que aconteceu.

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como ainda o chamam alguns Parlamentares e outros correligionários, logo galvanizou a parcela democrática das lideranças políticas nacionais e tornou-se a fortaleza da resistência democrática. Essa foi a luta de tantos líderes na época, dentre os quais destaco: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Dante de Oliveira – o Senhor Diretas –, Chico Pinto, Teotônio Vilela, Itamar Franco, Pedro Simon, Paulo Brossard, Jarbas Vasconcelos, Franco Montoro, José Richa, Jerônimo Santana – que foi Governador do meu Estado –, e tantos outros.

Conquistando, pouco a pouco, a confiança popular, o PMDB imputou ao regime incríveis derrotas eleitorais, como foi o caso das eleições de 1974, exemplo ainda mais notável ante a penúria de recursos de toda a natureza com que lidava a oposição política naqueles tempos.

Não foi um enfrentamento sem consequências, e muitas carreiras públicas foram ceifadas ao longo do caminho. Isso, contudo, não abalou a certeza que o MDB construiu acerca de seu destino histórico.

Foi o Partido, enfim, já na transição para a sigla PMDB, que comandaria o espetáculo da transição democrática sem derramamento de sangue, protagonizada pela geração de Tancredo Neves, de Ulysses Guimarães, de José Sarney e de muitos outros dos grandes nomes que deu à política brasileira.

Hoje, já distantes daqueles tempos heróicos, o PMDB continua sendo uma força destacada do nosso panorama político-partidário. Agraciado pela confiança popular, por robustas bancadas no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, é forte ainda no universo dos Executivos estaduais e municipais, ocupando seu Presidente licenciado, Michel Temer, atualmente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Raupp, permita-me interrompê-lo para que V. Exª possa saudar também os estudantes de nível fundamental do Centro Comunitário São Lucas, de Ceilândia, Distrito Federal, que se encontram nas galerias.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sejam bem-vindos os nossos estudantes.

Sr. Presidente, o Partido tem o Presidente Michel Temer, que ocupa hoje o cargo de Vice-Presidente da República; o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves. Na eleição que vamos realizar este ano, o PMDB conta com 21 pré-candidatos aos Governos estaduais, mais um marco histórico na política do nosso Partido. E certamente com centenas de candidatos a Deputados Federais e Estaduais e, também, cinco pré-candidatos a Vice-Governador. Então, o PMDB estará presente nas eleições de outubro deste ano em 26 Estados, nas majoritárias, com candidatos ou aos governos ou a vice-governadores.

O PMDB é, sobretudo, uma agremiação com fortes raízes regionais e locais, estando virtualmente presente em todos os recantos do território brasileiro, fato que o legitima como o verdadeiro e indispensável fiel da política brasileira, constituindo, desde muito, fator destacado de governabilidade e de estabilidade política.

Mas o que melhor caracteriza o atual PMDB, Srªs e Srs. Senadores, é a sua sólida experiência no trato com a coisa pública, o que o capacita a ceder grandes quadros diretivos para toda a Administração, por força de sua capacidade, experiência e representatividade política.

Assim, na maturidade de seus 48 anos de existência, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro destaca-se na tradução dos mais profundos e legítimos anseios do cidadão, não somente por seu honroso histórico de serviços prestados à cidadania, mas por defender uma inegável competência administrativa. É a famosa democracia eficiente. Isso permite que todos nós, membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o conheçamos e o reconheçamos, cada vez mais, como um partido diferenciado, que defende a eficiência no serviço público. Essa bandeira do partido é no sentido de que quanto mais eficiente for o serviço público, mais o cidadão se sentirá devidamente representado, mais as expectativas da população serão atendidas.

A todos aqueles que fizeram e que ainda fazem a história do PMDB, a minha emocionada saudação pela passagem do dia 24 de março de 2014, data na qual completou nossa agremiação 48 anos de uma história que mudou a história do Brasil.

Parabéns ao PMDB!

Sr. Presidente, era o que eu tinha para o momento, de saudação a esse partido que tanto contribuiu e está contribuindo para o desenvolvimento do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Parabéns, Senador Valdir Raupp.

E, agora, com a palavra o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... Cícero Lucena.

Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para anunciar que, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, vou apresentar um requerimento, doa a quem doer, solicitando o comparecimento da Presidenta Dilma Rousseff na Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, para que ela apresente seus esclarecimentos sobre a polêmica compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006, quando ela era Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Os jornais, Sr. Presidente, estão publicando diversas matérias, mostrando que a Presidenta Dilma votou favoravelmente à operação que se mostrou, no final das contas, um verdadeiro desastre.

Pagamos quase US$1,2 bilhão por uma refinaria que, cerca de um ano atrás, Sr. Presidente, havia sido comprada por uma empresa belga por menos de US$43 milhões – e a população brasileira sofrendo, sem hospitais, Sr. Presidente!

Agora, vem a Presidenta dizer que recebeu informações incompletas de um parecer técnico e judicialmente falho. Ela cometeu um grave erro de omissão e crime de improbidade administrativa, podendo até ser "impeachmada".

Tem coelho nesse mato, Sr. Presidente! Tem coelho nesse mato! Não é de hoje que a oposição tenta investigar esse negócio e o Governo não deixa. A Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União também investigam.

Olhe o tamanho do prejuízo, Brasil!

Alguém foi responsabilizado? Ninguém. Onde está a verdade dessa história? Queremos saber, Sr. Presidente.

Por isso, Sr. Presidente, estou anunciando que vou entrar com pedido de *impeachment* da Presidenta da República. Desculpe-me, Sr. Senador, só vou terminar.

Vou protocolar, amanhã, na Câmara dos Deputados, fundamentado no crime de improbidade administrativa, o pedido de *impeachment* da Presidenta da República. E, amanhã mesmo, entrarei com requerimento solicitando a presença da Presidenta nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na quarta-feira da semana passada, no dia 19 de março mais precisamente, realizamos uma audiência pública da maior importância no âmbito da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Estiveram presentes à reunião o Sr. Albino Rodrigues Alvarez, técnico de Pesquisa e Planejamento do IPEA; o Sr. Diógenes Del Bel, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre); o Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe); o Sr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e o Sr. Wanderley Coelho Baptista, analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria.

Durante essa audiência, pudemos ter uma visão panorâmica desses três anos de existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos: o que tem sido feito, o que falta fazer, os pontos fortes e os pontos fracos.

Nosso objetivo, ao realizar essas audiências, é não apenas chamar a atenção da sociedade brasileira e dos gestores públicos de modo geral para a importância da implantação dessa política; nosso objetivo também é fortalecer a prática de acompanhamento das políticas públicas pelo Congresso Nacional, porque não basta apenas fazer leis e formular políticas, é preciso saber se elas estão sendo implantadas e dando resultado. Então, essas audiências são o início de todo um processo de discussão do qual vamos extrair conhecimentos e propostas que possam ser adotadas para a implantação definitiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por isso, Sr. Presidente, resolvi subir hoje à tribuna para fazer um apanhado geral do que foi discutido nessa audiência pública, para que todas as Srªs e os Srs. Senadores tenham a oportunidade de também estar a par desses debates.

De tudo o que foi dito naquela audiência, a principal conclusão é a de que a Lei nº 12.305/2010 foi bastante ambiciosa ao fixar suas metas, mas, em virtude da complexidade da matéria, o avanço para cumprir a lei ocorreu em ritmo bem pequeno. A questão ganhou muita visibilidade e discussão em todo o País. Houve um expressivo aumento das iniciativas de coletas seletivas e as cooperativas de catadores se multiplicaram em todo o território nacional. Contudo, foram identificados diversos problemas que impediram o avanço mais acelerado da aplicação da lei.

O primeiro desses problemas é a falta de cooperação entre os atores envolvidos: Governo, em suas várias esferas; empresas e demais segmentos da sociedade civil. E isso é fundamental, porque sabemos da fragilidade da nossa Federação no que diz respeito à distribuição de recursos. Sabemos que a grande maioria dos recursos fica na mão da União, em detrimento dos Municípios. Além disso, estamos tratando de uma questão que mexe com o hábito cultural do brasileiro, que é o de jogar lixo na rua. Então, é preciso haver um grande envolvimento de todos os atores desse processo.

O segundo problema identificado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi a falta de respeito às diversidades locais e regionais. Implantar aterros sanitários não é uma tarefa simples, requer muitos estudos técnicos de viabilidade, e esses estudos precisam estar adequados às realidades regionais. Por isso, a gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos precisa sair de Brasília de modo efetivo. Precisamos tratar os desiguais como desiguais, e não tentar passar uma régua e considerá-los todos como absolutamente iguais.

O Município tem um papel protagonista.

Hoje, produzimos cerca de 180 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo que 58% desse total têm uma disposição adequada em aterros sanitários. Contudo, 25% dos Municípios brasileiros geram 80% de todo o resíduo sólido do nosso País. Por sua vez, temos 2.906 lixões em 2.810 Municípios. Para transformar esses lixões em aterros sanitários, será preciso pessoal especializado, porque não basta simplesmente construir o aterro, é preciso gerenciá-lo constantemente, para não perder todo o investimento realizado. É importante destacar que apenas 5% dos custos de um aterro sanitário se referem à implantação; 85% dos recursos são consumidos na manutenção e na vida útil do aterro. E esse é um grande problema, pois a falta de recursos dos Municípios brasileiros pequenos é bastante conhecida por esta Casa e por todos.

Outro problema que foi detectado pelos expositores na audiência pública é a falta de incentivos fiscais, financeiros e creditícios para a implantação da logística reversa. Precisamos desonerar a cadeia produtiva, porque, hoje, em muitos casos, o material reciclado paga mais impostos do que o material virgem. Então, não é possível sustentar um sistema de reciclagem com essa esdrúxula forma econômica e de tributação.

Há também o problema dos conflitos de legislação, porque existe uma competência concorrente na área do meio ambiente. Esse é um ponto em que nós, aqui no Congresso Nacional, podemos e devemos atuar muito fortemente, para impedir casos como o de um Município do Estado do Espírito Santo, por exemplo, que estabeleceu uma lei municipal para logística reversa de eletroeletrônicos e deu um prazo de apenas 30 dias para sua implementação. Isso não pode acontecer! Não é possível a indústria se adaptar e atender a legislações múltiplas que hoje são propostas e muitas delas aprovadas no nosso País.

Durante a audiência, ainda foi levantada a omissão da Lei nº 12.305, de 2010, quanto à exportação de resíduos. A lei só falou da importação, proibindo a entrada no País de produtos perigosos e de rejeitos, e condicionou as demais a características que não causem risco à população. Mas é importante que haja uma definição legal quanto à exportação de resíduos sólidos, porque precisamos saber se vamos exportar resíduo bruto ou beneficiado e em que condições.

Também foi levantada, durante o encontro, a importância de desenvolvermos tecnologias próprias, pois o Brasil é um país *sui generis*, muito diferente da Europa, por exemplo. Não podemos simplesmente tropicalizar as soluções que foram adotadas lá, porque não dariam certo aqui. Somos um país heterogêneo, de múltiplos contrastes e, por isso, existe uma enorme dificuldade de se pensar uma solução que sirva para todo o Brasil e que, ao mesmo tempo, respeite as peculiaridades regionais.

Então, Srªs e Srs. Senadores, esses foram alguns limitadores da lei que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos apontados durante a audiência pública. Contudo, é importante registrar também os avanços e as conquistas desses últimos três anos.

O primeiro desses avanços diz respeito à capacitação de pessoal técnico. Por meio do ensino a distância, o Ministério do Meio Ambiente já treinou mais de mil técnicos municipais para a elaboração de planos simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. Isso é fundamental porque, como já foi dito, um dos principais problemas para implantar a lei é a falta de pessoal capacitado. Hoje temos aproximadamente 19% dos Municípios com planos de gestão de resíduos já concluídos ou em elaboração, e o Ministério empenhou R$56 milhões, nos anos de 2011 e 2012, para financiar planos de gestão integrada de resíduos sólidos, embora não haja previsão de nenhum valor para o ano que exatamente era para encerrar ou fechar os lixões, o ano de 2014.

Outro avanço importante se deu nas conversações para o estabelecimento da cadeia de logística reversa para os setores de embalagens em geral e também eletroeletrônico e lâmpadas. Quero lembrar que algumas cadeias produtivas já tinham política de logística reversa estabelecida antes mesmo da entrada em vigor da lei de resíduos sólidos, como é o caso dos setores de pilhas, baterias, pneus e embalagens de agrotóxicos. A esse respeito, quero destacar que o Brasil é o líder mundial na reciclagem de embalagens de agrotóxicos. Re-

ciclamos algo em torno de 95% de nossas embalagens. Nenhum país faz isso. O mesmo acontece com as latas de alumínio, que atingimos 97,5%.

Mas talvez o principal avanço ocorrido a partir da vigência de Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha sido o aumento do debate a respeito do assunto pela sociedade. A partir do momento em que começamos a fortalecer o papel desempenhado pelas comunidades de catadores, a partir do momento em que os governos municipais começam a implantar a coleta seletiva, percebemos um gradual aumento da consciência da população quanto à necessidade de reduzir a emissão de resíduos sólidos, de reciclar e de reutilizar esses materiais. Acho que essa foi a principal conquista da lei nesses três anos de existência, porque estamos mexendo com algo que é cultura do brasileiro e levará tempo para ser implantado em sua totalidade.

(Soa a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, ressaltando os inegáveis benefícios da logística reversa não apenas para o meio ambiente, mas também para a saúde e o sistema produtivo. Certamente, muitas internações hospitalares poderiam ser evitadas se os lixões já tivessem sido extintos e se já houvesse, em nosso País, um tratamento adequado dos resíduos sólidos.

Também o sistema produtivo se beneficiará enormemente dessa política, porque existe a iminência do esgotamento de diversas matérias-primas – como o zinco e o cobre – nas próximas décadas, o que fará a chamada "mineração urbana" absolutamente necessária.

Então, a preocupação com os resíduos sólidos é pertinente e fundamental. Se não tivesse sido feita essa lei, a tendência seria haver um crescimento desses resíduo,s porque, nos últimos dez anos, o que observamos foi um aumento na geração de resíduos sólidos, no Brasil, da ordem de 21%. No mesmo período, o crescimento populacional foi de apenas 9,65%, ou seja, a geração de resíduos no Brasil cresceu mais do que o dobro do aumento da população. Por outro lado, no mesmo período, a variação do PIB *per capita* foi de 20,8%, o que indica uma associação muito forte entre o aumento da geração de resíduos sólidos e o aumento do poder aquisitivo da população.

Implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos deve constituir uma prioridade do Estado brasileiro, por todas as implicações que possui. Seu orçamento não pode ser contingenciado pelo Palácio do Planalto. Ao contrário, precisamos constituir fontes de financiamento perenes que viabilizem a plena implantação dessa política. Custa muito, é verdade, cerca de R$ 6,7 bilhões, para universalizar a coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil e dar a destinação adequada desses resíduos em aterros sanitários. Mas, com certeza, custa bem menos do que o impacto negativo da não realização dessas medidas e bem menos ainda do que o que vem sendo gasto para realizar a Copa do Mundo.

Portanto, Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento esperando que esta Casa possa, de fato, cumprir o papel que lhe cabe e fiscalizar a execução das políticas públicas e preencher as lacunas legislativas que ainda persistem a respeito do tratamento de resíduos sólidos em nosso País.

Muito obrigado. Que Deus proteja todos.

Agradeço ao Presidente a paciência de me conceder prorrogação de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi uma honra, Senador Cícero Lucena.

Agora, com a palavra, pela liderança do PP, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caros colegas Senadores, caro Presidente desta sessão, Senador Anibal Diniz, queridos telespectadores da *TV Senado*, ouvintes da *Rádio Senado*, um grupo de Senadores – alguns dos quais estão aqui presentes – esteve hoje na Procuradoria-Geral da República, Senador Pedro Taques, para entregar ao Procurador Rodrigo Janot uma representação relacionada às informações que desejamos que o Ministério Público apure, relacionadas às operações envolvendo a Petrobras e a compra de uma refinaria nos Estados Unidos.

Nesse aspecto, eu, pessoalmente, e o conjunto dos Senadores de que... Num ano eleitoral, uma CPI cujo requerimento acabei de assinar é contaminada naturalmente pelo processo eleitoral. Independente disso, as questões não são excludentes. Aqui existem as forças entre Maioria e Minoria, Oposição e Governo e, é claro, esse embate vai se dar na constituição ou não de uma

CPI. Porém, uma ação do Ministério Público terá uma força diferenciada, institucional, com competência própria e adequada, no foro adequado, a Procuradoria-Geral da República, uma vez que a titularidade desse processo está nas mãos do Procurador-Geral Rodrigo Janot. Então, tomamos essa iniciativa, os Senadores Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Pedro Taques, Pedro Simon e esta Senadora que lhes fala.

Penso que o caminho tomado foi adequado. Haverá uma investigação de forma responsável, adequada, dentro dos preceitos que a sociedade brasileira está aguardando nesses esclarecimentos.

Como eu disse, isso não exclui a possibilidade, Sr. Presidente, de termos ou não uma CPI, Mista ou do Senado. Não são excludentes. O embate também na definição dessa questão será dado aqui no plenário ou entre os parlamentares.

Já fiz assinatura nesta CPI solicitada pelo Senador Alvaro Dias. Então, penso que essa manifestação foi o ato que esse grupo de Senadores tomou na manhã de hoje.

Queria também registrar a presença e o que disse hoje o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que esteve na Comissão de Assuntos Econômicos, numa audiência conjunta requerida pelo Senador Pimentel e por mim para tratar das questões relacionadas aos financiamentos do banco.

Tinha particular interesse em saber se o volume de financiamentos que o BNDES dá para, por exemplo, logística em outros países, como é o porto de Mariel, tem o mesmo peso no Brasil, ou seja, se porto brasileiro está recebendo o mesmo recurso. Ao ser questionado, o Presidente do BNDES disse que os projetos apresentados ao BNDES somam, para o sistema portuário, pouco mais de R$19 bilhões. Mas isso é projeto apresentado. Na hora da liberação, isso pode representar algo entre R$9 bilhões e R$10 bilhões, talvez um pouco menos do que aquilo que o BNDES aplicou. E disse, quanto aos desembolsos já realizados pela instituição para logística, que foi de um total de R$62 bilhões.

Tomara que isso aconteça, porque eu apresentei ao Presidente do BNDES a preocupação dos representantes do sistema portuário do Rio Grande do Sul de que o Uruguai receba financiamento para um porto de profundidade para grandes embarcações.

Isso está preocupando, porque as entidades representadas pelo setor, como o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), presidida por Bruno Lima Rocha, a Associação Brasileira dos Terminais Portuários, (ABTP), presidida por Wilen Manteli, e a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), Sérgio Salomão, enviaram-me mensagens preocupadas com a possibilidade de que esse financiamento...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... se ocorrer, venha na contramão da política de modernização do sistema portuário brasileiro.

Por isso o Presidente disse que não recebeu projetos dessa natureza – seria em Rocha, no Uruguai – e que o Brasil vai fazer os investimentos no sistema para melhorar. Então, eu levei essa demanda e ele disse que estará disposto a receber essas entidades que representam o sistema portuário brasileiro.

Aliás, vale lembrar que só o Rio Grande do Sul ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional dos Estados exportadores de produtos e serviços navais e deve responder por mais de 36% das encomendas e dos contratos do setor. Até 2017, Presidente Renan, 30 mil postos de trabalho devem ser gerados na região, graças aos investimentos nesse setor importantíssimo para a logística e a infraestrutura nacional.

Para terminar, mas não menos importante do que já tratei aqui...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – .... para não me omitir (*Fora do microfone.*) como Parlamentar, Senador Renan Calheiros, para não ser omissa e para não ser imoral, como disse a pianista Gabriela Montero, da Venezuela, que a neutralidade é imoral, e eu não quero ser omissa nem imoral, quero hipotecar aqui a minha solidariedade à Deputada Maria Corina Machado.

A Deputada Maria Corina Machado é a mais votada Deputada da Venezuela. E ela foi cassada por um ato do Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, ontem, sob o argumento extremamente vazio de que ela havia participado, como representante suplente do Panamá, de uma reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Não é uma justificativa para que o Presidente de um Poder Legislativo casse o mandato da mais votada Deputada da Venezuela. Então, eu queria dizer que ela retira, com esse ato, a imunidade parlamentar. É o primeiro passo para a detenção da Deputada quando retornar ao País. A Deputada, que tem muita coragem, escreveu em seu twitter: "O Presidente da Assembleia, Diosdado Cabello, deveria ler a Constituição. Ele não tem poder nem instrução da Assembleia para destituir um Deputado." Claro, ainda mais na condição de ela, Maria Corina Machado, ser a mais votada no país.

Essa cassação fulminante é um atentado à democracia. Mais um praticado na Venezuela contra dois Prefeitos que já estão presos com a aquiescência de um Poder Judiciário subordinado à vontade do Executivo.

No Brasil, com muito orgulho, temos um judiciário independente que realmente faz jus à independência dos Poderes, porque só a democracia séria tem essa independência.

Esta Casa e a Câmara, como Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Executivo e o Ministério Público, que incluo nas instituições democráticas, têm a sua independência e necessária liberdade no Brasil.

Eu queria hipotecar minha solidariedade à Deputada cassada na Venezuela.

Muito obrigada, Presidente.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA.

Hoje, como todos sabem, nós tivemos uma sessão solene do Congresso Nacional que homenageou as mulheres que se destacaram e, por isso, receberam a premiação do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. Comemoramos também o Dia Internacional da Mulher.

Na oportunidade, nós fizemos um apelo aos líderes partidários para que pudéssemos avançar hoje, na Ordem do Dia, na apreciação de uma matéria muito importante, que está diretamente ligada a esta data.

O Projeto de Lei do Senado nº 298, que está tramitando nos termos do art. 142 e 143 do Regimento Comum e que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e dá outras providências.

Nós assumimos na oportunidade um compromisso de que, se não houvesse objeção da Casa – e parece que não há objeção da Casa –, nós poderíamos hoje apreciar essa importante matéria.

Senador Francisco Dornelles, com a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item 1 da pauta é o PLS nº 222-Complementar, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Esse assunto estava sob ampla discussão aqui, no Senado, com várias Lideranças de vários partidos. E hoje, inclusive, tivemos a luz verde do Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

De modo que, como é lei complementar, eu pediria a V. Exª que pudesse ser adiado para amanhã, para que nós pudéssemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a sugestão do encaminhamento do Senador Dornelles. Esta matéria é realmente muito importante. É um projeto de lei complementar do CAF, como é conhecida. E há um acordo que reúne todos os Líderes partidários, para que ela, porque necessitará de votação nominal, seja apreciada apenas amanhã.

Se os Srs. Líderes concordarem também com esse encaminhamento proposto pelo Senador Dornelles, eu acho que nós chegaremos a bom termo.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não apenas na condição de autor da matéria, mas também falando pelo Líder Eunício Oliveira, que acabou de se ausentar do Senado por um motivo justificado, nós entendemos que o Senador Francisco Dornelles tem razão em propor o adiamento já previamente acertado com o Líder do Governo.

Eu quero dizer que esse projeto ganha o apoio de todas as Lideranças da Casa. Ele cria, por lei complementar, um processo de nova normatização administrativa fiscal no Brasil. Isso será fundamental para a segurança jurídica que nós queremos ter em nosso País, no momento tão delicado que vivemos.

Por isso, Senador Dornelles, como um dos autores... Esse projeto teve muitas autorias, mas foi com a relatoria de V. Exª que ele ganhou a visibilidade que precisa. E a sua subscrição no relatório é, certamente, pela sua experiência, pela magnitude do trabalho que V. Exª fez, a certeza de que este Senado vai aprovar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Podemos deixar para amanhã a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Deixaremos para amanhã como primeiro item da pauta.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós que agradecemos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Item 1 da pauta

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2013
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado Federal 298, de 2013 – consequência da Comissão Parlamentar de Inquérito –, (da CPMI da Violência Contra a Mulher no Brasil), que *dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências*.

Os pareceres sob os nºs:

– 1.073, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 981, de 2013), que teve como Relator o Senador Pedro Taques, é pela rejeição, com voto vencido da Senadora Ana Rita e dos Senadores Pedro Simon, Randolfe Rodrigues e Cyro Miranda; e

– 181, de 2014, da Comissão de Direitos e Legislação Participativa, (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.138, de 2013), que teve como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Rita, favorável, nos termos Emenda nº 1-CDH, (Substitutivo) que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria é submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Segunda discussão do projeto e da emenda em turno único, aliás, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que quiserem discutir a matéria.

Senadora Ana Rita, com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, para nós que fizemos parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apurou a violência contra as mulheres, é uma satisfação muito grande poder apreciar este Projeto de Lei, um dos 13 projetos que foram apresentadas pela CPMI. E este é importantíssimo, Sr. Presidente, porque ele trata da criação do Fundo de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

A criação deste fundo é de extrema importância, porque ele poderá receber recursos não só públicos, mas também recursos privados, recursos esses que serão destinados, com certeza, para melhor equipar e assegurar que os equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência, como as delegacias especializadas, os centros de referência, as casas abrigo, políticas de capacitação de servidores, diversas outras iniciativas poderão ter um incentivo maior, um apoio maior com a constituição desse Fundo.

Então, o Fundo é de extrema importância, ele vem atender a uma necessidade que a CPMI apurou, que é de haver mais investimentos financeiros, mais recursos financeiros para que as políticas públicas possam ser fortalecidas nos Estados e nos Municípios.

E nós queremos também, Sr. Presidente, com a aprovação desse Fundo Nacional, estimular os Estados e Municípios para que também criem os seus fundos estaduais e municipais e, dessa forma, haja um repasse, fundo a fundo, de recursos financeiros para atender toda a demanda de atenção às mulheres que vivem em situação de violência.

Então, para nós, é um motivo de alegria. A Senadora Angela Portela foi a Relatora desse projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos. Eu tive a oportunidade de relatar *ad hoc*, naquele momento, e de hoje poder aqui apreciar, juntamente com os colegas Senadores e Senadoras.

Então, contamos aqui com o apoio de todos os colegas para que possamos realmente dar uma resposta positiva à sociedade brasileira e, em particular, às nossas mulheres.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –Nós agradecemos a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para discutir a matéria. Em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu entendo, o mérito do projeto, mas eu gostaria de ler, até por lealdade àqueles Senadores que participaram desse debate na Comissão de Constituição e Justiça, o voto do vencido.

Foi submetido a exame da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei do Senado nº 298 [...], de autoria da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher, que pretende criar o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências.

Sou favorável à criação desse Fundo. Quero manifestar mais uma vez, Sr. Presidente: sou favorável!

> *O objetivo da proposição é relevante e de louvável iniciativa. Visa garantir a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006*, [a famosa] *Lei Maria da Penha, ampliar e fortalecer a rede de serviços especializada e financiar programas e ações relativas à promoção dos direitos das mulheres.*
> *O projeto foi distribuído à Relatoria da Senadora Ana Rita,* [que tem um trabalho muito forte nisso], *que apresentou voto favorável à aprovação da proposição, na forma de uma Emenda Substitutiva*
> *No entanto,* [Sr. Presidente – sempre existe uma adversativa –], *durante as discussões na Comissão, concluiu-se pela inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa de dois dispositivos da proposição. Trata-se do art. 1º, na parte em que vincula o fundo a ser criado à gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e do art. 2º, inc. I, tanto do projeto original quanto do Substitutivo apresentado pela Exma Srª Relatora.*
> *Os membros da Comissão* [– CCJ –], *por maioria, decidiram que o projeto de lei do Senado, oriundo da CPMI, apesar de meritório e importante instrumento para a contribuição do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, não pode se desvirtuar, de modo velado, a reserva de iniciativa legislativa constitucional do Chefe do Poder Executivo para organização administrativa da União e se imiscuir dentre as atribuições da Secretaria de Política para as Mulheres, que possui força de órgão ministerial.*
> [Da mesma forma, Sr. Presidente,] *[...] a maioria parlamentar da Comissão concluiu que uma lei federal ordinária não pode dispor sobre vinculação de dotações orçamentárias de Estados e Municípios*.

Portanto, gostaria de saber se foi mudado de lá para cá. Se foi mudado, quero parabenizar e me manifestar favoravelmente. Foi dada uma nova redação? Eu gostaria de tomar conhecimento dessa nova redação e, em sendo assim, votar favoravelmente àquilo que manifestamos contrários na Comissão de Constituição e Justiça, sob pena de estarmos violando a Constituição da República.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de ouvir a nova redação para que eu possa votar favoravelmente com a tranquilidade devida. Mas é meritório o projeto, quero, mais uma vez, me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Já pedi à Secretaria-Geral da Mesa para, imediatamente, remeter ao Senador Pedro Taques a cópia da emenda.

Nós é que agradecemos a V. Exª.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Antes de mais nada, Sr. Presidente, que minhas primeiras palavras sejam de reconhecimento a V. Exª que, na sessão da manhã hoje do Congresso, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em que cinco bravas mulheres, lutadoras, de todas as Regiões do País, receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, V. Exª, diante das inúmeras intervenções sobre a necessidade e a importância de enfrentarmos com mais vigor a violência que infelizmente recai sobre a mulher no Brasil hoje, já anunciava a disposição de colocar a matéria em votação. E nós estamos aqui debatendo para votar, efetivamente, o projeto que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Senador Pedro Taques, primeiro dizer que nós temos no Brasil hoje pelo menos um fundo que vigora, que é o Fundo do Idoso, matéria que nasceu por iniciativa do Parlamento e funciona perfeitamente. Então, não há o obstáculo de dizer que não poderia ter tomado a iniciativa, que é da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que tratou da questão da violência contra a mulher, cuja Relatora foi a Senadora Ana Rita, que fez um belíssimo trabalho.

De fato, o projeto, quando foi remetido à Comissão de Direitos Humanos, presidida também pela Senadora Ana Rita, teve esta nobre Senadora como Relatora, que apresentou um substitutivo, Senador Taques, em decorrência do parecer e da análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça. O substitutivo está aqui disponibilizado. Ele não determina uma fonte exata e específica de recursos, mas prevê que o Governo Federal poderá aportar recursos, e o Fundo poderá receber recursos também de iniciativa privada e internacionais.

Que nós temos conhecimento, existem pelo menos três ou quatro grandes empresas nacionais, Presidente Renan Calheiros, que trabalham muito próximas com a mulher brasileira, que gostariam de investir recursos nesse Fundo e não o fazem pela inexistência dele.

O Fundo é muito importante porque a Lei Maria da Penha hoje é um marco mundial, porque não é uma lei que pune o agressor, que pune aquele que cometeu o crime. É uma lei que, obviamente, prevê a punição, mas prevê também a assistência de quem cometeu a agressão, de quem cometeu o crime até de todas as pessoas que direta ou indiretamente foram as vítimas. Agora, para que a lei funcione na sua plenitude, ela precisa de fontes de recursos específicas, e o Fundo, sem dúvida nenhuma, vem contribuir muito.

Então, quero cumprimentar V. Exª, Senador Renan, cumprimentar a Senadora Ana Rita, a Deputada Jô Moraes, que foi a Presidente e tem sido uma grande batalhadora. A Câmara dos Deputados, a partir da semana que vem – eu ouvi do Presidente Henrique, hoje, –, assim que destravar a pauta, colocará os projetos de mulher na prioridade. Mas a Câmara vai ter que trabalhar muito, Senador Renan, porque são muitos os projetos que esta Casa já aprovou em relação à questão de gênero e que estão lá para serem votados.

Então, cumprimentar a todos pelo compromisso e dizer do passo importante que daremos votando aqui essa matéria tão importante para as mulheres e para a sociedade brasileira como um todo.

Obrigada, e cumprimento-o, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro, com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui fazer minhas as palavras tanto da companheira Ana Rita, quanto da companheira Vanessa.

Creio que este tema, Sr. Presidente, é de suma importância, Senadora Vanessa, porque é fundamental a viabilidade das políticas públicas, Senadora Ana Rita, as quais, ao longo desses anos, no Senado, principalmente capitaneadas pela nossa Bancada feminina, a gente tem conseguido aprovar. Mas não basta só a gente viabilizar na letra da lei as condições, as intenções e até, eu diria, o desejo.

É importante materializar na execução. E é fundamental, para isso, a utilização de recursos, Senador Eduardo Braga, nosso Líder, para que a gente tenha a oportunidade concreta de espalhar isso em todos os cantos.

Que diga, por exemplo, o Amazonas de V. Exª, Senador Eduardo. Como é que se aplica isso nos lugares mais longínquos? Há uma dificuldade de tratar isso, inclusive do ponto de vista de aparelhar, de instrumentalizar a Justiça e a própria ação policial na proteção da estrutura física, da estrutura a ser utilizada para também servir como uma espécie de garantia à mulher de que essa política, efetivamente, será adotada.

Eu vivi, Senador Eduardo Braga, uma experiência muito interessante no início da minha vida parlamentar. Eu fui Vereador na cidade de Salvador e, no ano de 1993, portanto no exercício do meu primeiro mandato parlamentar, eu fui provocado para assumir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara de Salvador. E deparei exatamente com essa situação.

Naquela época, Senadora Vanessa, o grande clamor era a criação do DPM, que era a Delegacia de Proteção à Mulher. Depois, a estruturação, no Estado e, particularmente, na cidade de Salvador, do Conselho.

Isso para coibir, já naquela época, Senador Eduardo Braga, coisas absurdas, como o tráfico de mulheres. Foi nesse período, Senadora Ana Rita, em parceria com uma instituição da Suíça chamada FIZ, que tinha à sua frente uma brasileira, Jaqueline Leite, que se descobriu todo um esquema de tráfico de mulheres.

Além disso, uma "agência de casamento" – entre aspas –, ou melhor, uma agência de casamento de araque, que fazia todo um jogo, na realidade, para atrair mulheres, levá-las principalmente à Europa. Essas mulheres passaram por um dos piores processos de violência, de violência sexual e de violência física, e até um tipo de utilização extremamente perversa. Eram contratadas, inicialmente, para um casamento. Depois, contratadas como mulheres de cabaré – assim eram chamadas. E, durante a noite, nesse cabaré, se ela não tivesse atingido uma determinada marca, ela era obrigada a consumir bebidas para poder atingir um determinado alvo de arrecadação para aquela casa. E isso se espalhou pelo Brasil em outros aspectos.

A violência começou também, Senadora Ana Rita, a ganhar força dentro de casa. Salvador, naquela época, era uma das cidades mais violentas do ponto de vista dessa violência contra a mulher. Ainda hoje, é possível, com dados registrados...

Porque este era o maior embate: como a mulher tinha acesso? Algumas pessoas diziam: "mas as mulheres não têm coragem." Mas coragem coisa nenhuma. O problema é que não tinham nem para onde se dirigir para denunciar.

Portanto, a rede de proteção não tinha capilaridade. A rede de proteção não tinha recurso. A rede de proteção não tinha nem gente trabalhando.

Salvador, nessa época, registrava uma média de 20 a 25 casos de violência contra a mulher por dia. Isso de casos registrados, os que conseguiam chegar àquela época à DPM (Delegacia de Proteção à Mulher) – e só existia uma na cidade de Salvador, ali no Largo dos Barris. Lembro-me, inclusive, desde 1983, do nome da primeira delegada, Drª Célia.

Portanto, é fundamental essa política, com a consagração do fundo, para a gente espalhar essa rede de proteção, para a gente dotar essa estrutura em todos os cantos, e não só em Vitória, em Salvador, em Manaus ou em Fortaleza. E que a gente tenha condição efetiva de dar essa cobertura, apresentar essa garantia, dar um conforto e dizer às mulheres que essa é uma praga que nós temos que extinguir completamente. E não apenas com o esforço da palavra ou com o esforço da lei, mas com esforço, dedicação e, principalmente, empenho – no sentido literal da palavra – de recursos para que a gente possa viabilizar, de uma vez por todas, algo que

é fundamental nessa era tão transformadora, em que a gente ainda convive com coisas tão absurdas como a violência praticada contra a mulher.

Então, Senador Renan, creio que é um projeto de suma importância que nós aprovamos aqui no dia de hoje. E, consequentemente, isso vai completando uma obra a que V. Exª tem-se dedicado de forma até muito intensa com a criação da procuradoria, com todo o apoio aos atos, com a pauta específica para o Dia Internacional das Mulheres, mas fazendo disso a pauta de todo o dia. Portanto, para que isso não seja lembrado uma vez por ano no dia 8 de março.

Parabéns, Senador Renan, e parabéns às mulheres pela conquista que agora acabamos de apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu li o texto aqui. As inconstitucionalidades desvairadas, chapadas que existiam lá na CCJ foram afastadas. Essas inconstitucionalidades foram inclusive reconhecidas pelo constitucionalista paraibano, Senador Vital do Rêgo, lá naquele debate, e foram totalmente rechaçadas aqui.

Vou votar favoravelmente ao projeto.

Agora com relação àquelas que criaram o fundo para o idoso, eu não me encontrava aqui no Senado. Portanto, a respeito disso, eu não posso falar. Eu estava trabalhando pela defesa da Constituição em outras trincheiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Votação da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, substitutivo que tem preferência regimental.

A Srªs Senadores e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, o substitutivo, fica prejudicado, portanto, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação para o segundo turno.

É o seguinte o Parecer:

PARECER
Nº 185, DE 2014
(Da Comissão Diretora)

Redação, para o segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação, para o segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, que *dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências,* consolidando a Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de março de 2014.



ANEXO AO PARECER Nº 185, DE 2014

Redação, para o segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013.

Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de natureza contábil, destinado a financiar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Parágrafo único. O Fundo deve atender, na forma de seu regulamento, aos objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:

I – as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

II – as doações, as contribuições em dinheiro, os valores e os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV – os rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – os saldos de exercícios anteriores;

VI – outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres serão aplicados em:

I – implantação, reforma, manutenção, ampliação e aprimoramento dos serviços e equipamentos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência;

III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos serviços referidos neste artigo;

IV – implantação de medidas pedagógicas, campanhas e programas de formação educacional e cultural consoantes com os objetivos e prioridades da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – programas de assistência jurídica às mulheres em situação de violência;

VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VII – publicações e programas de pesquisa científica relacionados à temática da violência contra as mulheres;

VIII – custos de sua própria gestão, exceto despesas de pessoal relativas a servidores públicos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A Comissão Diretora apresenta redação para o segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e dá outras providências, consolidando a Emenda nº 1, da CDH, substitutivo aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão do projeto, em segundo turno. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, em segundo turno, nós declaramos encerrada a discussão.

E passamos à votação, Senador Walter Pinheiro.

Votação do projeto, em segundo turno.

As Srªs Senadoras e o Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Essa é uma importantíssima matéria e significa a materialização dos compromissos do Senado Federal com o avanço institucional na defesa dos direitos das mulheres. A Senadora Vanessa Grazziotin o disse muito bem: a Lei Maria da Penha hoje é um marco internacional, mas a sua execução, a sua completa aplicação depende fundamentalmente da aprovação dessa matéria. E hoje o Senado deu o primeiro passo para que ela aconteça. Ela agora vai tramitar na Câmara dos Deputados.

Não havendo mais nada a tratar, nós transferimos, portanto, as matérias que requererão votação nominal para amanhã, porque nós vamos ter na pauta algumas propostas de emenda à Constituição e projetos de lei complementar que exigirão um quórum diferenciado, e houve um pedido dos Líderes para que só amanhã nós pudéssemos fazer a apreciação dessas matérias.

Encerramos a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2013-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 223, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2013-Complementar, do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (assegura o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo fiscal).*

Parecer sob o nº 1.356, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.
(Pendente de Parecer da CCJ sobre as emendas de Plenário)

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*
Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*
Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*
Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.*
Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

8
REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

9
REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

10
REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

11
REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

12
REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

13
REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

14
REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

15
REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

16
REQUERIMENTO Nº 1.344, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

17
REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

18
REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

19
REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

20
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

21
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que *solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do*

Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).

22
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

23
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

24
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

25
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

26
REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 260, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14 § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7, 8, para participar, na condição de membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da "Sesión especial de Modificación del regulamento Interno", a realizar-se no dia 7 de abril, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Sala das Sessões, 20 de março de 2014.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

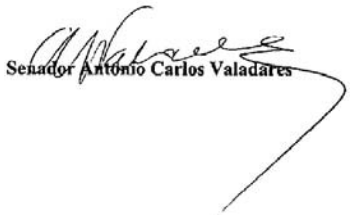
REQUERIMENTO Nº 261, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa no dia 7 de abril de 2014, tendo em vista minha participação na XXIX Reunião Ordinária do Parlasul, bem como na Sessão Especial para a Reforma do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País durante o período de 6 a 8 de abril de 2014.

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Voltamos à lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de muito brevemente assinalar que hoje, 25 de março, comemora-se em todo o Brasil o Dia do Especialista de Aeronáutica.

A FAB possui um efetivo de 77.454 militares, 31% são sargentos e suboficiais que iniciaram sua carreira na FAB, depois de formados na Escola de Especialistas da Aeronáutica, sediada na cidade de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, que, justamente hoje, faz 73 anos de existência e já formou 70 mil profissionais nas mais diversas especialidades, como controle de tráfego aéreo, equipamento de voo e mecânica de aeronaves. Essa Escola é considerada a maior escola técnica da América Latina e tem contribuído tanto para a Aeronáutica de norte ao sul do País nas mais diversas especialidades.

Por tudo isso, quero cumprimentar a população de Guaratinguetá, por abrigar a Escola de Especialistas da Aeronáutica, e todos os seus integrantes que fazem dessa importante escola um exemplar ensino técnico no nosso País.

Os graduados lá podem se tornar oficiais especialistas, fazer o Estágio de Adaptação ao Oficialato ou o Curso de Formação de Oficiais Especialistas e, dependendo da especialidade, podem chegar até a coronel.

Assim, o profissional de comunicações que, no solo ou em voo, opera sistemas e equipamentos de transmissão e recepção de dados e voz; seja o mecânico de aeronaves, o especialista em material bélico, o cartógrafo; todos são formados ali, naquela Escola de Especialistas da Aeronáutica.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós voltamos à lista de oradores. Eu concedo a palavra...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, pela ordem. É só para ver se é possível a votação do Projeto de Resolução nº 32, que está na pauta. É uma coisa muito simples, é a criação de um grupo parlamentar Brasil-Azerbaijão. É uma coisa simples, mas que seria um gesto muito importante para nós, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero assumir com o Senador Cristovam o compromisso de que amanhã nós começaremos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... por esse item da pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E vamos conceder a palavra a V. Exª, porque V. Exª exatamente é o primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, conforme foi divulgado ontem, já no fim da tarde, a posição do Brasil no *rating* de uma das agências, a Standard & Poor's, passou de BBB para BBB-. Isso parece uma coisa esotérica, parece que não tem sentido, BBB lembra até um programa de televisão.

Mas, na verdade, por trás disso há uma situação que constrange muito o Brasil. Essa agência chamada Standard & Poor's rebaixou a nota de crédito do Brasil, o que significa que cai, a partir disso, a nossa credibilidade internacional.

Ainda não significa uma reprovação da nossa economia. É como se tivéssemos, Srs. Senadores e Senadoras, nota cinco numa escala de dez a zero. Senador Cyro, é como se fosse cinco. Não foi reprovado, mas fica numa posição de total desconfiança entre os investidores internacionais.

Muitos de nós temos falado disso aqui há anos, do risco de que isso acontecesse, pela maneira como têm sido tratadas as contas públicas, pela maneira como tem sido tratado o câmbio, pela maneira como a euforia que toma conta do Governo impede de ver a realidade.

O relatório usou uma expressão forte: o uso persistente de bancos estatais financiados por recursos "por baixo do pano" – entre aspas – do Tesouro também minou a credibilidade e a transparência da política.

Quantos de nós não dissemos aqui que a contabilidade criativa ia cobrar um preço alto, mais dia, menos dia, na confiabilidade da economia brasileira no setor, no mundo das finanças.

Hoje, estamos ao lado de países como Azerbaijão, Índia, Montserrat, Marrocos, Filipinas, Espanha, Uruguai. Países que entraram em crise em 2008 estão numa posição melhor que a nossa neste momento.

Entre os motivos que levaram a Standard & Poor's a tomar a decisão, foram citados três: sinais mistos enviados pelo Governo e suas implicações para as contas fiscais e credibilidade da política econômica, ou seja, sinais ambíguos que o Governo tem emitido em relação às contas fiscais e à credibilidade da política econômica.

Segundo: juntamente, a perspectiva de um crescimento menor nos próximos dois anos. Ou seja, essa agência está considerando que a taxa de crescimento vai ser pequena; some-se isso aos sinais ambíguos em relação às decisões econômicas, que já criam um quadro para a redução da nossa posição.

Mas há um terceiro: falta de habilidade das autoridades econômicas para ajustar a política antes das eleições presidenciais. Ou seja, a agência levou em conta a falta de habilidade para ajustar as contas. Na verdade, o que se quer dizer é o fato de que, provavelmente, por razões eleitorais, o dever de casa talvez não seja realizado.

Segundo a agência, a estimativa de crescimento para o País é consequência de fatores cíclicos estruturais.

> *A deterioração fiscal da economia brasileira nos últimos anos inclui o aumento do déficit. Além disso, a credibilidade em relação à conduta da política fiscal do País se enfraqueceu porque o governo descumpriu com vários itens da meta fiscal.*

E não foi por falta de aviso de que isso ia acontecer.

Apesar dos esforços do Governo de reprogramar e cortar alguns gastos, na visão dessa agência, será difícil para o País alcançar a meta formal de superávit primário de 1,9% do Produto Interno Bruto.

Além disso, a agência avalia que as medidas anunciadas recentemente para administrar as perdas no setor elétrico podem ser desafiantes em um ano eleitoral – ou seja, difíceis de serem feitas em um ano eleitoral. Isso quer dizer que a perspectiva da eleição ameaça ainda mais a situação da nossa economia. A expectativa da Stardard & Poor's é a de que o PIB real do Brasil cresça 1,8% em 2014 e 2% em 2015.

Investimentos do setor privado devem continuar fracos, segundo a análise feita, em meio à persistência do pessimismo das empresas e ao clima de espera associado às eleições. As eleições geram um clima de pessimismo de que o dever de casa será feito. Além disso, esse rebaixamento acirra essa desconfiança do setor empresarial.

O documento diz: "Achamos também que o déficit do Governo suba para 3,9% do PIB este ano, após ficar em 3,2% do PIB em 2013", ou seja, um aumento substancial de 3,2% para 3,9%. Além disso, destaca que a vulnerabilidade externa do País vai crescer nos próximos anos. E essa vulnerabilidade já é alta.

O Governo tem fechado os olhos para os déficits sistemáticos que nós temos tido nas contas internacionais, sob o argumento de que temos reservas elevadas. Reservas elevadas num mundo global evaporam de um dia para o outro, dependendo da credibilidade internacional. E a credibilidade depende do nosso desempenho nas contas.

A Standard & Poor's se disse confortável em manter o Brasil na categoria de país com grau de investimento, apesar do rebaixamento da nota, ou seja, não reprovou o Brasil. Ela não reprovou, mas baixou a nota, vamos supor, de 6,5 para 5.

"O ambiente institucional e os resultados mostram que o Brasil tem condições de absorver eventuais choques", disse a analista encarregada, mas, para isso, é preciso que o Governo entenda. Para o Governo en-

tender, é preciso ouvir, levar em conta os alertas, os alertas feitos, repetidos, insistidos aqui, que o Governo, arrogantemente, trata com desprezo, como se fossem coisas apenas de oposicionistas que querem falar mal e não que querem alertar.

A prova de que o Governo não quer ouvir – e, portanto, esta perspectiva de que as coisas não estão tão ruins e podem piorar – é a nota feita pelo Ministro ontem, depois que tomou conhecimento do fato. É uma nota que, sinceramente – desculpem-me –, não está à altura do preparo e da competência do Prof. Mantega.

Ela, por exemplo, diz que o crescimento do Brasil não é tão ruim, porque compara o crescimento do Brasil com os do G20. Ele esquece que o Brasil é um país emergente, e um país emergente tem de crescer mais. Não dá para comparar a nossa taxa de crescimento com a dos países ricos. É um erro não perceber que a nossa taxa de crescimento está baixa.

Segundo: ele diz que não somos vulneráveis, porque temos a quinta maior reserva internacional, mas não fala do nosso crescente déficit em transações correntes, que tem de usar recursos para cobrir o déficit. Esses recursos têm de vir de empréstimos ou têm que vir da venda de divisas, como a gente tem feito, de vez em quando, para cobrir os problemas criados no déficit na conta de turismo.

Como eu disse há pouco, no mundo de hoje, reservas evaporam; reservas não são sólidas, porque é muito fácil retirar-se dinheiro – ou dinheiro que está investido é que vai embora ou dinheiro que não está investido, mas que as pessoas mandam para fora. E o Governo tem a obrigação, para evitar a tragédia de uma desvalorização que jogaria a inflação lá para cima, de vender reservas.

Terceiro: a nota do Ministro fala que os investimentos estão bem, mas não cita que os investimentos com percentagem no PIB encontram-se no baixíssimo patamar de 18% e esquece que nós temos uma crise estrutural – não é conjuntural, não é circunstancial; é estrutural. É um País que se acostumou a não poupar e, ao não poupar, tem uma taxa de investimento baixa, porque, além de pouco capital disponível, tem pouca confiabilidade de fazer grandes investimentos.

Finalmente, o quarto ponto afirma prioridade com crescimento de longo prazo, mas não diz como. Como vamos crescer, no longo prazo, com o quadro educacional brasileiro, se o crescimento, daqui para frente, depende da inovação, e depende da ciência e tecnologia, e depende da educação da base? Não temos mais margens para grandes crescimentos. O Ministro fala isso, ou sabendo que não é verdade, ou desconhecendo a realidade. Os dois fatos são muito graves.

Como fazer esse crescimento, quando a ciência e a tecnologia, no Brasil, recebem 1,5% do PIB de investimento? Quando Ministros são substituídos sem ninguém saber por quê. Como? Chega a cansar, devo dizer, ouvir essas expressões eufóricas, enganosas ou enganadas – eu coloco a dúvida entre qual das duas. Mas, ou são enganosas e estão nos enganando, ou são fruto do engano e elas são enganadas.

Tudo isso, Sr. Presidente, leva a nos preocupar muito com a decisão tomada pelo Governo de não considerar esse rebaixamento. Esse rebaixamento deveria justificar uma reunião do Ministério ou da equipe mais ligada à economia na Presidência da República para tentar discutir por que isso está acontecendo.

Lamentavelmente, o nosso Governo não gosta da expressão "por que". Não gosta! Gosta da expressão "oba" e não da expressão "por que". Tem que se perguntar por que isto está acontecendo: por que um país como o Brasil está com nota 5 na metade do caminho?

Sr. Presidente, eu mostro aqui a lista dos países com as diversas categorias. São duas páginas. Nós estamos aqui, no final da segunda página, ou seja, nós estamos um pouco abaixo da metade no número de países com credibilidade para receber investimento internacional.

Isso é muito grave, como foi dito aqui que era grave brincar com a tarifa de petróleo, e está aí a Petrobras nessa situação. Como foi grave – e nós dissemos aqui – brincar com as tarifas elétricas, mesmo para beneficiar a população, porque beneficia a população no curto prazo, mas prejudica o País no longo prazo.

Nós não podemos deixar passar esse alerta, que vem se somar a muitos outros alertas. Não podemos deixar que haja uma luz amarela, e não uma luz verde. Precisamos pensar o que está acontecendo e como consertamos isso.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, não com qualquer espírito oposicionista, até porque o meu Partido faz parte do Governo. Eu venho aqui com o espírito de alertar. Ainda é tempo, apesar de que a eleição dificultará muito uma reorientação do caminho. Ela vai levar à continuação nesse ritmo, e, no próximo ano, nós vamos pagar um preço muito, muito alto por não termos percebido a luz amarela que já vem acesa há alguns anos – dois ou três –, como eu mesmo já disse aqui, alertando sobre a economia brasileira e os seus problemas.

É assim, Sr. Presidente, que cumpro a minha obrigação, trazendo o assunto aqui.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Cristovam Buarque, que falou como Líder.

Agora, falará um orador inscrito.

Houve a permuta da Senadora Angela Portela com o Senador Walter Pinheiro. Fala, neste momento, o Senador Walter Pinheiro, e a Senadora Angela Portela, que era a sétima, será a décima quarta, no lugar do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, coincidentemente, sete mais sete são quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No fim, deu tudo certo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, primeiro, agradecer à Senadora Angela Portela pela permuta do tempo.

Quero me dirigir a este Plenário e, particularmente, aos que nos assistem, tanto no meu Estado como no Brasil afora, acerca exatamente das transformações que temos experimentado nesses últimos tempos. É óbvio que isso interfere diretamente no cenário da economia, meu caro Senador Paulo Paim.

Eu, recentemente, como faço todo o ano, participei de mais uma versão do *Mobile World Congress* (Congresso de Tecnologia Móvel), na sua edição de 2014, que contou com a participação de 76 mil inscritos. Esse congresso começou na cidade de Cannes, em 2005; depois, teve sua transferência para a cidade de Barcelona, em 2006, onde acontece até os dias de hoje, programado, pelo menos, em Barcelona, até o ano de 2018.

Não se trata de uma feira, de que todos gostamos, que é o que salta aos olhos. Uma feira geralmente apresenta as novidades, uma feira apresenta às vezes transformações, como se a tela é curva, se a tela é plana, se o celular cabe no pulso ou se carrega no pulso. Enfim, esse debate em Barcelona inclusive norteia desde do processo de infraestrutura até a questão mais importante, que é como viabilizar nesse novo tempo a adoção de tecnologias para que elas cheguem efetivamente à vida das pessoas.

O debate, inclusive, que norteou o *Mobile* este ano foi o chamado "Internet das Coisas", como podemos concretamente tratar de banda larga, tratar de cidade digital, não nessa lógica exclusiva, de ter acesso, de baixar filme, de acessar conteúdos, o que é bom no entretenimento, mas é também bom analisar sob o aspecto da inclusão.

Como é possível transformar essa internet das coisas para mudar a vida das pessoas onde elas vivem, o chamado fim da distância? Às vezes poderíamos falar, meu caro Anibal, da eliminação do tempo ou da ruptura das fronteiras. Ou como escreveu muito bem, no jornal do dia de ontem, o publicitário baiano Nizan Guanaes sobre essa questão do derrubar das paredes, ou poderíamos chamar da queda dos muros. Mas é preciso que essa queda de muros, é preciso que essa Internet das Coisas não seja a Internet de poucos, não seja um privilégio de alguns, daqueles que podem pagar por um preço. Nós estamos fazendo um debate muito importante na Câmara dos Deputados cujo projeto virá para cá, do Marco Civil da Internet. Não é regra, mas é, exatamente, a possibilidade de entender como é possível adotar liberdade e como é possível utilizar essa Internet como um verdadeiro marco de transformação. Começa com uma coisa importante.

Eu me lembro, Senador Anibal, de que, no ano de 2006, eu tive oportunidade de discutir em um congresso, em Barcelona, a adoção de sistema de pagamento por celular. Nós só conseguimos aprovar esse projeto no Brasil no ano passado. Eu sou, inclusive, autor de matéria dessa natureza; autor da emenda que foi aprovada na medida provisória que viabilizará esse tipo de pagamento.

Aí alguém pode me dizer: "Mas, pagamento por celular é para atender a uma pequena demanda no Brasil". O Brasil tem mais de 20 milhões de brasileiros que não são bancarizados. Mas o espírito dessa matéria que eu estou tratando e chamando aqui, invocando o ano de 2006, meu caro Anibal, é exatamente permitir àquelas pessoas que não têm acesso ou que não têm contato com banco, mas que operam hoje um celular.

O Brasil tem 270 milhões de aparelhos de celular – 272, 273 milhões. A esta hora em que estou falando, meu caro Anibal, alguém deve estar fazendo, em alguma loja, em algum lugar deste País, mais um contrato para usar o que todo mundo chama de *chip*. Mas não basta só isso. O celular não é mais um instrumento só da voz. Ora, na Bahia, há 600 mil agricultores, da agricultura familiar, que recebem créditos, mas que não têm um banco à sua porta, que não têm um banco na sua cidade, que precisam se deslocar para receber os recursos do Pronaf, do Garantia Safra, do Pronaf B, enfim, de qualquer outro tipo.

Nós temos milhões e milhões de famílias, que se a gente multiplicar isso por quatro, nós vamos chegar a faixa de, mais ou menos, 12 milhões de brasileiros que ali vivem do Bolsa Família. Portanto, essas pessoas recebem esse dinheiro onde? Tem conta bancária? Os principais bancos do País têm como correntistas esses 12 milhões de brasileiros que vivem do Bolsa Família? Estou falando aqui dos 3 milhões de famílias, mais, efetivamente, a ampliação disso. E aí?

Como é que se usa a Internet das Coisas para fazer uma mulher chegar, como dizia à Senadora Ana Rita, à Delegacia de Proteção à Mulher num lugar onde fisicamente ela não pode chegar? Mas a imagem pode ser captada, a imagem pode chegar, a informação pode transitar. Portanto, pode-se alimentar uma rede de proteção à mulher usando-se, exatamente, a linha do tempo, usando-se o vento, a banda larga.

Senador Anibal, fiquei muito contente porque este ano uma das grandes empresas do mundo usou uma experiência que foi sugestão minha. Nós a aplicamos, no interior da Bahia, para índios e pescadores, e foi a grande vedete no Congresso de Barcelona. Falo da utilização de celulares pelos pescadores de Santa Cruz de Cabrália que, como disse o meu amigo e Prefeito Jorge Pontes, lá de Santa Cruz de Cabrália, foi por onde Cabral chegou, por onde o Brasil começou. No entanto, os índios e pescadores, até então, estavam ainda na base da caravela. Agora, índios e pescadores podem usar o celular como GPS, para controle de cardume, para comercialização e para mais coisas ainda.

Esse é que é o passo mais importante: inauguramos o ano passado, Senador Anibal, uma escola para filhos de índios e de pescadores para construírem aplicativos, para ousarem trilhar o mundo dos aplicativos. São soluções como diversas que andam por aí. Portanto, é utilizar isso para a Internet das Coisas na vida das pessoas.

Na Bahia, estamos fazendo a PPP da imagem, a Parceria Público-Privada. Junto com o Hospital Ana Nery, na Caixa D'Água, estamos tentando montar uma estrutura para fazer acompanhamento dos cardiopatas, um acompanhamento via Internet das Coisas. Ou fazer ali também, no Hospital Ana Nery, na Caixa D'Água, o acompanhamento dos doentes crônicos, meu caro Paim, os renais, que são obrigados a duas viagens por semana, às vezes por 500km, 700km, até a cidade de Salvador, para fazer diálise. Por que esse sujeito não pode fazer diálise na cidade dele e um médico em Salvador, nesse centro, acompanhá-lo? Não há nefrologistas espalhados pelos 417 Municípios da Bahia.

Na Alemanha, Paulo Paim, onde tive a oportunidade de ver, obrigatoriamente há um centro de diálise para cada 25 mil habitantes. O grande desejo do doente crônico é o transplante, Paulo Paim, senão é a vida inteira na máquina da diálise.

Portanto, por que não aplicar Internet das Coisas para essas coisas na vida das pessoas? Não estou falando de nada que é uma odisseia no espaço. Aliás, a odisseia do espaço foi em 2001 e já ficou para trás. Estamos falando de um tempo que é possível realizar isso. Portanto, eliminar as distâncias.

Podemos aplicar tecnologia no mesmo instante em que se aplica em todos os lugares mais avançados do mundo, na agricultura, na educação, na saúde, na segurança, na cidadania, no sistema de mobilidade, no sistema de trânsito, no sistema de transporte, nos aeroportos. Portanto, é usar essa ferramenta para que isso nos leve a uma condição de prestar um serviço à altura, mas aí tem que superar um problema. Onde é que eu tenho banda larga? Coitado do Acre, do meu companheiro Anibal! A banda lá não é larga, a banda lá é largada.

Então, não adianta falar em serviços, se vou ficar prestando só para o núcleo da Paulista ou o núcleo financeiro em Salvador ou talvez o centro mais avançado em Porto Alegre, Paulo Paim. É necessário chegar no extremo, é necessário ir às comunidades remotas. Esse é o debate que travamos agora mundialmente. Como fazer isso? Como trilhar o caminho do chamado ouro da Babilônia neste cenário, que é a frequência? É por ela que a tecnologia caminha. É usando essa frequência que conseguimos chegar aos lugares. Como superar esse problema e fazer a Internet das Coisas chegar à vida das pessoas? É fazendo investimento; é permitindo, inclusive, um novo modelo de negócio, é envolvendo, é atraindo.

O grande debate no mundo agora, meu caro Paulo Paim, é um negócio chamado *smart grid*. Numa tradução mais direta, é a transformação das redes de energia em rede inteligente. Entro na casa do cidadão com um par de fios para alimentar, ou até com a tubulação de gás. Por que não posso levar até ele a informação do uso eficiente? Se fizermos isso no Brasil, há uma proposição que aponta na eficiência uma redução de 20% no consumo, não só para as residências, Anibal. Do grande consumo de energia no Brasil, 35% do nosso consumo está na indústria e mais 30% no transporte. Então, estamos falando de 65%.

Se usarmos *smart grid* ou até na outra linguagem, o *smart metering*, que é você medir, fazer aferição, mas levar a informação, você tem condição efetivamente de ir adotando uma política de uso e de eficiência nessa estrutura. Portanto, são essas medidas.

No Reino Unido, a Inglaterra fez uma grande licitação agora – algo na ordem de £6 bilhões – para esse serviço, com um detalhe, uma das empresas ganhadoras de um dos serviços é uma empresa que opera no Brasil, é uma das grandes operadoras no Brasil, é a Telefónica de Espanha, que aqui opera a Vivo. Portanto, não estamos falando de nada que não possamos usar aqui, nada que não seja possível adotar nesta terra.

Agora, é preciso que tenhamos essa capacidade de entender como fazer isso de maneira transformadora, de maneira universal, de maneira inclusiva, principalmente permitindo que, independentemente do padrão social, do padrão econômico e da localização geográfica, esse serviço chegue a todos os lugares.

Esse é um debate e eu estou discutindo com o Ministério das Comunicações o que é cidade digital. Fizemos agora a discussão para introdução de seis cidades na Bahia. Cidade digital não é *Wi-Fi* em praça pública. Isso é pouco! Cidade digital é um distrito de uma cidade ter a capacidade de o seu posto de saúde ser monitorado, não só pela sede, como talvez por outro ponto distante; é a informação, nesse Município, ser utilizada a serviço do cidadão. Aí você até botar depois *Wi-Fi* em praça pública para o cidadão se divertir, acessar a Internet, assistir a um jogo. Quem não gostaria de ter assistido, via Internet, pelo menos aos gols do grande clássico Barcelona e Real Madrid, no último domingo. Por sinal, o nosso Barça aplicou quatro a três no Real Madrid.

Como é que você faz isso? Eu também quero assistir ao jogo do Rio Branco, eu quero ver o jogo do Bahia. Como é que fazemos isso? Só têm esse privilégio determinadas etapas ou determinados lugares. Como é que fazemos isso para atender, por exemplo, a demanda de marcação de consultas? Isso é transformar uma cidade em cidade digital. Como o cidadão pode fazer usando o seu celular? E não me venham para cá, Anibal, dizer: "Ah, as pessoas não vão saber operar, não vão conseguir fazer uma operação de crédito".

No Brasil, 80% dos celulares são pré-pagos. Portanto, dos 270 milhões, nós estamos falando de 54 milhões de celulares de que as pessoas pagam a conta no final do mês. Os 80% pagam a conta fazendo uma operação de crédito, Paim. A recarga ou a carga que cada pessoa faz no celular é uma operação de crédito. Então, se essa pessoa consegue fazer uma operação de crédito para fazer a carga em seu celular, por que ela não pode fazer uma operação de crédito para sacar um Bolsa Família, para sacar um Garantia Safra, para fazer um pagamento sem precisar se deslocar para a cidade grande? Mas, na sua cidade, impulsionando a economia.

Portanto, isso se chama Internet das Coisas: tocar, chegar às vidas das pessoas, fazer com que essas coisas entrem efetivamente em nosso dia a dia, senão vira só um bibelô, uma coisa bonita; chegar e apontar um aparelho desse ou daquele tamanho.

Esse é o debate, Paim, que não faço desde agora. Para a TV digital neste Brasil, apresentei um projeto e discuti arduamente. A TV digital não podia chegar ao Brasil só para embelezar imagem, porque, se for para transformar em bela imagem, os que podem pagar continuarão a ter, basta fazer uma assinatura em uma rede de TV a cabo, comprar uma televisão de 70 polegadas, de preferência, inclusive com LED ou os de última geração, até mesmo usando os modelos mais modernos. Há tal desenvolvimento, Paim, que, do ângulo que se olha para a TV, se vê um canal; se muda de ângulo, assiste a outro. Quem pode pagar por isso?

A TV digital teve de chegar para atender aquelas de poucas polegadas, para levar serviço, para levar interatividade, para dialogar, para dar mobilidade. Essa era a ideia! Não é a questão de um aparelho digital, mas uma questão de sistema digital para que sejam possibilitados vários e vários dados, vários e vários serviços, trafegando, andando, podendo circular por um caminho que todo o mundo hoje ouve falar em uma tal banda larga. É isso! Portanto, é nessa era. Só que TV, só que sistema digital tem um gravíssimo problema. No passado, Paulo Paim, a gente assistia a uma televisão, se o sinal analógico desse uma fraquejada, você conseguia assistir a uma novela ou a qualquer partida de futebol, ainda que cheia de chuvisco ou com o chamado fantasma, que nada mais é do que a repetição do sinal que bate em um prédio, bate em sua antena e volta e se vê duas vezes – é por isso tem sombra. Muita gente botava Bombril na antena e não servia para coisa nenhuma, mas você ainda assistia com fantasma ou com chuvisco. Na era digital, é diferente: ou o sinal chega ou ele não chega. É um ou zero! Então, esse investimento tem de ser feito levando-se em consideração o aspecto da cobertura, o aspecto do atendimento, o aspecto do cidadão que vive em áreas remotas deste País, que vive na zona rural.

O desenvolvimento econômico, meu caro Anibal, é local. Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado. O cidadão vive é no Município. Então, para desenvolver economicamente este País, nós precisamos parar com esses investimentos concentrados geralmente nas regiões das capitais. Precisa chegar o estímulo do desenvolvimento econômico, até para a atração de investimentos, às pequenas cidades. Mas para fazer isso eu preciso chegar com essa oferta, para permitir que esse desenvolvimento use o que a tecnologia disponibiliza.

É que, na cabeça de muita gente, inovação só é *chip*. Inovação é tirar uma folha de papel de um percurso numa rota de trabalho. Inovação, por exemplo, é melhorar o acesso a um serviço. Pode não se usar um *chip*, mas se esse serviço passou a ser prestado de forma muito mais capilarizada, num pedaço do dia e num chamado espaço de tempo, vamos falar assim, mais reduzido, eu introduzi inovação e atendi as pessoas. E não usei nenhum *chip*. Não usei nada tecnologicamente tão avançado.

Portanto, a tecnologia está aqui. Só que ela vive assim, de lá para cá. O que acontece é que alguns no mundo pegam essa tecnologia, pegam a ciência, aplicam, batizam com um nome, dão um registro e começam a cobrar para o resto da vida, passam a ser proprietários. Esta é a diferença. Então, este é o embate. É este embate que estamos travando ao longo desses últimos anos, no mundo inteiro.

A experiência, meu caro Anibal, de que lhe falei aqui, que resultou no projeto meu de bancarização, começou no Quênia, incluindo dois milhões de quenianos que não têm acesso a banco, que vivem em zonas remotas. Dois milhões de quenianos que aprenderam a operar o celular.

Ora, a gente fica nessa história de que as pessoas não vão operar. Qual é a cara da urna eletrônica? A urna eletrônica, quando foi pensada – não vamos falar do ponto de vista do seu *software*, não; vamos falar da máquina, do *hardware*, aquela urnazinha grande –, por que tem um teclado igualzinho ao teclado de um telefone público? Por quê? Porque todo mundo usou um telefone público. Então, a tendência natural é dizer: ninguém vai errar no voto. Olhe que ela é exatamente igual a um telefone público. Onde há um asterisco e o jogo da velha no telefone público, o sujeito foi lá e disse: aqui a gente vai emendar um negócio de "confirma" e um "voto em branco". Aí, como se diz na Bahia, meu caro Senador Paim, o caboclo está acostumado com o telefone público e não vai errar o voto nunca.

Nessa hora, para votar, o cabra sabe. Mas, para receber serviço, ele vai dizer: "Não, mas o cabra não vai saber operar". Não vai o quê? Esse processo de subestimar é um processo de excluir, é um processo de afastar, de apartar.

Esse é o grande debate que tive oportunidade, mais uma vez, de participar. E fico contente quando vejo as experiências do Brasil sendo contadas num evento desses, volto a frisar, com 76 mil inscritos.

Eu não participei de uma feira, não é aberta ao público, não tem tíquete para visitação. Há inscrição, dezenas e dezenas e dezenas de painéis, discutindo exatamente como solucionar, como usar a tecnologia, principalmente nessas questões de prevenção de desastre, para mobilização.

Portanto esse é o aspecto. Essa tecnologia tem que mudar a sua forma de aplicação. Volto a insistir, usar como Internet das Coisas na vida das pessoas e não usar como a internet de luxo, para a vida de poucos.

Um aparte, Senador Anibal.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Enquanto V. Exª, Senador Walter Pinheiro, toma um pouquinho de água, quero dizer que vim aqui para acompanhar o seu pronunciamento e acabei assistindo a uma palestra da maior qualidade. Eu gostaria, inclusive, de pedir o seu compromisso para ir a Rio Branco, para a gente fazer essa conversa, quem sabe em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul. Porque tão logo passe o marco civil da internet na Câmara, ele vai vir para cá e a gente vai ter que fazer esse debate aqui também. Ainda que haja pressa do Governo para que essa matéria seja votada rapidamente, para que até o final de abril já esteja sancionada, é importante que façamos esse debate chegar às pessoas, porque esse tema que V. Exª traz, da Internet das Coisas, da busca de facilitação da vida das pessoas, é algo fundamental para as comunidades isoladas. Nós, no Acre, somos vítimas de uma infinidade de intempéries. Imagine só, agora, que somos vítimas de uma alagação que interrompeu a BR-364 no trecho de Porto Velho a Rio Branco, e nós temos que nos virar nos 30. Ou seja, se é importante a tecnologia nos grandes centros, imagine nas regiões isoladas. Como é que aquelas comunidades mais isoladas vão ter acesso às informações que lhe são vitais e como é que vão poder participar da revolução tecnológica que nós queremos que esteja a serviço de todos? Então, Senador Walter Pinheiro, cumprimento V. Exª pela qualidade desse pronunciamento palestra, aqui, na tarde de hoje, e insisto no convite para que V. Exª possa partilhar conosco esse seu conhecimento, esse seu domínio, essa sua forma prática de mostrar a importância das tecnologias em momentos em que possamos estar lá, com a juventude do Acre, em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul ou em algum outro Município, para podermos fazer esse bom debate, que é fundamental para este momento que estamos vivendo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Posso assumir o compromisso com V. Exª, até porque essa tem sido, inclusive, eu diria, a minha caminhada, e quando acabar o mandato aqui no Senado, eu tenho de voltar para essa minha profissão. Naturalmente, tenho que continuar. Essa é a minha vida, iniciada aos 19 anos...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – ... quando ingressei no sistema Telebras.

Senador Paulo Paim, vou concluir.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Essa foi até uma das coisas que o Senador Anibal colocou. Vejam o exemplo que ele deu aqui, das enchentes: se nós já estivéssemos utilizando esse tipo de tecnologia, como o do sistema de emergência, que é outra bandeira por que venho brigando há muitos anos... O Brasil é um dos poucos países do mundo que não tinha centro de emergência. Todo mundo, quando viaja, volta entusiasmado com o tal do *nine-one-one*, o 911 americano, ou com o 112 europeu. Em qualquer país europeu, é o 112. O sujeito liga para um centro de emergência e tem como monitorar período de nevasca ou período, também, de seca.

Por exemplo, há uma região da Espanha – Almeria, Sevilha – que explora a energia solar, porque no verão é um dos lugares mais quentes do mundo. Então, como aproveitar isso? Como estamos fazendo agora, Paulo Paim, com a energia do vento. Mas não basta utilizar a energia do vento para se fazer ali a geração pura e simples. Aquilo pode ser utilizado para outras coisas. Para V. Exª imaginar, Anibal, uma torre daquelas ou moinhos, como podíamos chamar, é repleto de Internet das Coisas. Uma das grandes empresas que operam no Brasil e que opera também na Espanha controla todos os seus moinhos pelo mundo a partir de uma cidadezinha colada ali a Pamplona, no Reino de Navarra, na Espanha. Todas! De lá, da Navarra, ela controla tudo que tem no mundo. É capaz, inclusive, de inserir ou de se inserir em uma torre daquelas, botar para funcionar, corrigir um defeito.

Então, se podemos fazer isso, há milhares e milhares de quilômetros de distância, de lá da Navarra para Dakota, de Navarra para a Índia, de Navarra para cá, para Natal, para o Rio Grande do Sul, por que não posso fazer isso no interior do Acre, no interior do Mato Grosso, no interior da Bahia? Por que não? A tecnologia é a mesma. Acabou essa história de dizer: lá, eles estão muito acima, nós estamos abaixo.

Volto a insistir: o padrão tecnológico hoje está disponível no mundo. Quando falo em 270 milhões de celulares, não estou falando no quantitativo, estou falando em escala. Qual é o país da Europa que tem 270 milhões de usuários? A gente perde para China Mobile, que tem 800 milhões de usuários. Mas qual é o país da Europa?

Se você pegar esse sistema e somar, por exemplo, o que acontece talvez aqui, no Brasil, dá para você pegar uma Europa inteira, juntar os países inteiros e prestar um serviço. Portanto, como usamos isso para irmos ao encontro das necessidades de cada cidadão...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... e prestar serviços nessas áreas remotas?

Estive na cidade chamada Stavanger, no interior da Noruega, no período frio, com neve para tudo quanto era lado. Pois eles monitoram tranquilamente todas as moradias remotas no meio das florestas – florestas, inclusive, de pinheiros – e levam serviços, não interrompem a banda larga no período mais crítico. Então há como o cidadão se comunicar, pedir socorro, chegar a esses lugares. Mas não conseguimos chegar, às vezes, a cem quilômetros de uma capital nossa.

Portanto, não estamos falando da odisseia no espaço. Volto a insistir, Paulo Paim: a odisseia do espaço foi em 2001. Estamos falando de um tempo cuja essa realidade pode chegar a nossa porta, pode chegar aos lares, à vida das pessoas. Esse é o desafio que acho que dá para cumprirmos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro falou como orador inscrito, em permuta com a Senadora Angela Portela. Agora, fala um Líder, Senador Jayme Campos. Em seguida, fala Alvaro Dias; na sequência, Eduardo Amorim, e, depois, como orador inscrito, Anibal Diniz.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz na tarde/noite desta terça-feira à tribuna desta Casa é a audiência pública realizada na última quinta-feira, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, promovida pelo eminente Deputado Estadual Romualdo Júnior, atual Presidente daquela Casa. O assunto que quero tratar é a reestruturação da Polícia Federal, sobretudo em termos de Estado de Mato Grosso.

Neste exato momento, há um movimento de greve nesse órgão público pela falta de compromisso do Governo Federal com essa instituição, que, sem sombra de dúvida, é uma das instituições mais respeitadas em todo o Território Nacional.

Ali foram discutidos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vários assuntos inerentes ao sucateamento da Polícia Federal, como também os péssimos e baixos salários que hoje recebem os agentes e servidores administrativos da nossa Polícia Federal. Ali nós tomamos conhecimento, através das informações não só do presidente do Sindicato da Polícia Federal daquele Estado, mas também do vice-presidente da instituição em âmbito nacional, que a Polícia Federal, talvez, passe por um dos piores momentos da sua história, tendo em vista não só a falta de meios, de instrumentos, de ferramentas que, certamente, são importantes para o cumprimento das missões, mas também, sobretudo, os péssimos salários que vêm recebendo os agentes e servidores da instituição.

Particularmente, quero fazer apenas um comparativo aqui, meu caro amigo Artur, que é oficial de Justiça do Mato Grosso e que nos honra com sua visita, junto com nosso companheiro presidente da entidade e que bem representa a Associação dos Oficiais de Justiça do Mato Grosso. O Brasil tem, hoje, 14 mil servidores na instituição, entre delegados, agentes, peritos, administrativos etc. Temos uma população de 200 milhões de habitantes, e me chamou a atenção o descompasso que há. No país vizinho, a Argentina, há 40 milhões de habitantes e 35 mil agentes federais, ou seja, a instituição Polícia Federal da Argentina tem 35 mil.

E eu pergunto: como vamos combater aqui a questão do narcotráfico e outros assuntos que são da competência também da Polícia Federal?

Eu fazia um comentário da minha fala, em que eu deixei muito bem claro que o Mato Grosso é, hoje, sem sombra de dúvida, um dos corredores de maior narcotráfico, em virtude, Senador Paulo Paim, de termos 750 quilômetros de fronteira seca com a Bolívia e apenas uma delegacia de Polícia Federal na cidade de Cáceres, com dois delegados e uma meia dúzia ou uma dúzia de agentes policiais.

Como é que nós queremos combater o narcotráfico? Já foi levantado, detectado e comprovado que, nessa faixa de fronteira, nós temos que fazer um combate de enfrentamento ao narcotraficante de forma ativa, sobretudo permanentemente.

E quero crer, meu caro Senador Alvaro Dias, que o Governo Federal tem que rever essa posição. V. Exª , Senador Alvaro Dias, já participou, inclusive – disse há poucos dias a mim –, de uma manifestação de apoio a eles aqui, numa das avenidas, em frente do próprio Ministério da Justiça, cobrando um melhor salário.

Há nove anos esses policiais não recebem um reajuste. E há, realmente, um descompasso muito grande. Enquanto um agente do FBI, nos Estados Unidos, ganha US$12 mil, ou seja, quase R$30 mil por mês, aqui um agente da Polícia Federal ganha R$7.400, bruto, e, líquido, algo em torno de R$5.800.

Há sucateamento e descompromisso. Tanto é verdade que o Governo Federal, que teria de procurar, realmente, fazer uma política séria, sobretudo, responsável, terceirizou a emissão de passaportes. Ora, é coisa séria a emissão de passaportes. Hoje, ela é terceirizada. E sabe por quê? Porque não quer fazer novos concursos para a contratação de agentes administrativos nessa emissão de passaporte.

Dessa maneira, eu não poderia deixar, em hipótese alguma, de dizer que, no meu entendimento, a Polícia Federal cumpre de forma ativa aquilo que é a sua missão constitucional.

Nós estamos aqui defendendo essa instituição, sobretudo preocupados, não só neste exato momento, com a realização do evento da Copa do Mundo. Nós temos de aparelhar e, sobretudo, de dar condições, meios e salários a esses agentes que certamente têm essa missão nobre de oferecer segurança e aquilo que compete aos nossos agentes e aos nossos trabalhadores daquela instituição.

Faço aqui um apelo, em nome não só do meu Estado, que tem a necessidade premente de ter um aumento maior do efetivo da Polícia Federal, como também na defesa intransigente dessa instituição, que certamente é orgulho de todos nós brasileiros.

Eu concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias, com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Jayme Campos, quero aplaudir o pronunciamento de V. Ex, que aborda uma questão essencial para o País. Eu digo sempre que defender a Polícia Federal como instituição independente, valorizada, motivada para o exercício desse enfrentamento ao crime organizado, ao contrabando, ao tráfico de drogas e à corrupção na Administração Pública é defender os interesses do povo brasileiro, mais do que defender o interesse de servidores públicos dedicados. V. Exª aborda a questão da falta de quadros. Recentemente, num seminário internacional sobre o combate à corrupção, nós ouvimos do representante da Polícia Federal que há uma reivindicação para a contratação de 3,9 mil policiais federais qualificados. Na verdade, o que os policiais federais reivindicam é uma reforma da segurança pública no País. Em Curitiba, teremos, nos dias 24 e 25, um simpósio nacional para debater a segurança. A Polícia Federal está organizando, mas convidando outras forças da segurança pública para que participem. V. Exª falou na fronteira. Nós temos Estados, V. Exª com o seu Estado, o meu Estado, o meu Estado tríplice fronteira, nós tivemos, no ano passado, o contingenciamento de R$3 bilhões de recursos da segurança pública que não foram aplicados. E, neste ano, a Bancada do Paraná apresentou uma emenda de bancada no valor de R$130 milhões para equipar a segurança na faixa de fronteira. E houve o corte pela Presidência da República, pelo Ministério do Planejamento. Houve um anúncio do corte desses recursos da emenda de bancada. Portanto, mostra que o Governo está de costas para a realidade do País. A questão da segurança é essencial, a violência cresce, a criminalidade aumenta, e nós temos o Governo desdenhando de uma instituição importante, por exemplo, como a Polícia Federal, tentando desestimulá-la. Eu não quero tomar o tempo do discurso de V. Exª, mas apenas para cumprimentá-lo, porque esse é um tema essencial neste momento. Parabéns a V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu que agradeço a V. Exª o aparte até porque já conheço sua opinião em relação a este assunto, tendo em vista que já a manifestou da tribuna desta Casa, já a manifestou diante do movimento que há em frente ao Ministério da Justiça, em frente às dependências da Polícia Federal. V. Exª tem a mesma opinião que nós temos: fortalecer a instituição, sobretudo dando a ela o valor que merece.

Todavia, lamentavelmente, como eu disse há poucos dias em pronunciamento na audiência pública da assembleia, enquanto há um desmonte no serviço público brasileiro, o Governo me parece que está mais pre-

ocupado em criar cargo comissionado, no sentido, imagino, de até encher o caixa da instituição partidária de que a Presidenta Dilma é filiada.

Dessa maneira, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, quero concluir dizendo que não só participei desse evento, na última quinta-feira, como também visitamos a região oeste do Estado, nesse último fim de semana, passando pelas cidades de Araputanga, de Jauru, de Figueirópolis, onde nos reunimos não só com os nossos companheiros partidários, mas também tivemos a primazia de ouvir o sentimento da população, das autoridades, dos prefeitos, dos vereadores.

Participei também de um aniversário da cidade de Figueirópolis, uma grande festa em que havia mais de dez mil pessoas reunidas na praça pública para ouvir as autoridades ali presentes, e senti o abandono por parte do Governo do Estado.

Lamentavelmente, há um abandono por parte do Poder Público na região oeste, como também em várias regiões do meu Estado, que é um Estado de dimensão continental, com mais de 900 mil km^2. Por incrível que pareça, na há a presença do Governo Estadual no sentido de fazer obras de infraestrutura que possam melhorar as condições de vida daquele povo e que possam, sobretudo, levar o desenvolvimento socioeconômico para milhões de brasileiros que habitam as nossas regiões, de sul a leste, de norte a sul.

E ali percebi que há uma indignação da sociedade, tendo em vista que o Governo do Estado virou as costas para a região da grande Cáceres. Era uma das regiões mais ricas do meu Mato Grosso, uma região que tem o maior rebanho bovino do nosso Estado, uma região composta, na maioria da sua população, por mineiros, goianos, paulistas e pessoas também de outras regiões do Brasil, que fizeram daquele lugar, com certeza, uma região muito próspera. Até porque é uma região de terras férteis, de subsolo rico, mas, acima de tudo, é uma região de gente trabalhadora.

Todavia, nesses últimos anos, essa região tem sido esquecida. E ali se percebe com muita clareza a estagnação, ou seja, há uma paralisia em relação ao seu desenvolvimento. O Governo deixou muito a desejar, até porque – eu tenho autoridade de dizer, em meu nome, como ex-Governador que fui daquele Estado, e em nome também do meu irmão, que foi Governador daquele Estado – se há alguma coisa feita naquela região oeste, foram construídas, edificadas pelo ex-Governador Júlio Campos e pelo ex-Governador Jayme Campos.

Nós conseguimos naquela época, Senador Paulo Paim, levar pavimentação asfáltica, Senador Diniz, a alguns quilômetros de pavimentação. Conseguimos do Governo Federal mesmo, naquela oportunidade, num trabalho inusitado, através de financiamento do Banco Mundial, levar asfalto à maioria das cidades ali do Estado. E como Governador também eu consegui um financiamento do Banco Mundial e levei aos demais Municípios a conclusão da pavimentação asfáltica, como é o caso de Araputanga, Figueirópolis, passando por Jauru etc. E para minha tristeza, esse mesmo asfalto que nós construímos naquela oportunidade, hoje se encontra totalmente deteriorado. O Governo o abandonou, e num gesto de irresponsabilidade, ou seja, foi irresponsável, porque agora, no mês de outubro passado, novembro, foram lá, fizeram o compromisso da restauração daquela rodovia tão importante que liga Araputanga, Jauru e Figueirópolis e ali, Presidente Paim, tiraram a capa, ou seja, meteram uma máquina lá, tiraram toda a capa do asfalto, boa ou ruim, e deixaram às intempéries, comprometendo, com isso, toda a base e sub-base daquela tão importante rodovia da região do Vale do Jauru.

Por isso, não posso deixar de vir à tribuna dar um alerta ao Governador Silval Barbosa. Não penalize mais a região oeste do Estado; não penalize mais aquela região promissora, que contribuiu muito para o desenvolvimento de Mato Grosso, sobretudo por sua economia calcada na agricultura familiar, na agricultura e na pecuária, com certeza, altamente técnicas.

Faço esse alerta, porque me reuni com segmentos da sociedade, que estão indignados, perplexos com a falta de compromisso do Governo de Estado, sobretudo porque, todos os dias, está havendo acidentes naquela rodovia. Nos últimos dias, foram a óbito cinco ou seis pessoas de famílias da região.

Isso é a demonstração de que o Governo não tem compromisso com a vida do cidadão mato-grossense. E o Governador Silval Barbosa teria caixa suficiente para atender a essa demanda. Mato Grosso tem um fundo que se chama Fethab, que, só neste ano, vai arrecadar R$1 bilhão.

Pergunto: esse dinheiro está sendo aplicado onde? Onde estão sendo colocados R$1 bilhão, que são pagos com o suor, com as lágrimas daquele cidadão que produz, que constrói a grandeza do nosso Estado?

Meus caros colegas Senadores da República, é com tristeza que venho aqui falar do abandono que a região oeste de Mato Grosso vem atravessando nesses últimos tempos, por falta de boas políticas públicas do Governo estadual.

Quero concluir, dizendo ao Governador Silval Barbosa, desta tribuna, que, nos últimos nove meses que lhe restam como Governador, dê um tratamento diferenciado, invista na saúde, na segurança, na educação não só da região oeste, mas de todo o Mato Grosso.

Graças a Deus, a economia do nosso Estado cresce todos os dias. Temos orçamento previsto de R$14 bilhões, dinheiro suficiente para atender a uma grande parcela do nosso povo sofrido, principalmente da classe trabalhadora, dos nossos assentamentos.

São 627 assentamentos, cuja maioria absoluta não teve direito nem a acesso ao título definitivo da terra, muito menos à estrada para escoar sua produção, muito menos à educação para seu filho, muito menos à saúde.

É um alerta, porque tenho conversado com a população, tenho andado por esse imenso Estado, tenho sentido o abandono, sobretudo, de políticas públicas para que, certamente, possamos dar a verdadeira cidadania àqueles que trabalham, que produzem e que, acima de tudo, precisam de respeito por parte do Poder Público, e não só municipal, mas também estadual e federal.

Encerro, dizendo que tenho certeza absoluta de que a Presidente Dilma Rousseff tem de rever a política, hoje, em relação ao servidor público. Não podemos deixar a Polícia Federal nessa inércia, sem meios...

(Soa a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) –...e, acima de tudo, sem salário digno, para que possa, de fato, prestar um bom serviço ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Jayme Campos, representante de Mato Grosso.

Nós, agora, passamos a palavra ao Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, Senador pelo Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores presentes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me apenas, Senador Alvaro Dias, assinalar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... a visita ao Senado Federal do Diretor Regional do Sindicato dos Oficiais de Justiça, Luiz Arthur, até porque hoje, inclusive, é o Dia dos Oficiais de Justiça. Ele é de Mato Grosso. Seja bem-vindo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente. Saúdo também Vereadores do Paraná, do sudoeste do Estado, que visitam o Senado Federal.

Faço uso da palavra, Sr. Presidente, para comunicar decisão adotada, hoje, pelos partidos de oposição reunidos no Senado Federal com a presença de Lideranças da Câmara dos Deputados que se somaram a Parlamentares independentes de vários partidos com o objetivo de definir a estratégia para cumprir o dever do Legislativo de investigar atos do Executivo quando sob suspeição.

Nos últimos dias, as denúncias gravíssimas envolvendo a Petrobras motivaram o crescimento da indignação popular e a exigência de que o Congresso Nacional adote postura compatível com essas exigências do povo brasileiro de transparência e, sobretudo, de combate à impunidade.

O que decidimos – repito –, os partidos de oposição e Senadores independentes, foi buscar assinaturas para requerimento propondo a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

São duas alternativas.

A primeira e prioritária diz respeito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Se obtivermos as assinaturas necessárias no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, teremos a instalação de uma comissão envolvendo Senadores e Deputados Federais para o trabalho de investigação e esclarecimento.

Se, eventualmente, na Câmara dos Deputados não alcançarmos o número de 171 assinaturas e conseguirmos as 27 no Senado, poderemos ter, então, uma CPI exclusiva desta Casa.

Creio, Sr. Presidente, ser responsabilidade primacial do Parlamento. Quando as denúncias provocam tamanho impacto e se constituem de denúncias da maior gravidade, não há alternativa mais adequada do que a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Trata-se de uma investigação política que complementa a investigação judiciária e colabora com ela. Acima de tudo, propõe transparência aos atos praticados como resposta às exigências da sociedade. Afinal, a Petrobras já foi a 12ª empresa no mundo e, hoje, em poucos anos, tornou-se a 120ª empresa no mundo, sendo a mais endividada internacionalmente, com um endividamento que já supera a casa de US$100 bilhões.

Portanto, é hora de debatermos a Petrobras.

Que a gestão administrativa foi temerária e claudicante, nos últimos anos, não resta dúvida alguma, basta verificarmos os resultados obtidos pela empresa. As denúncias de corrupção em série assustam já há algum tempo.

Em 2009, propusemos uma CPI que exigiu do governo verdadeira operação de guerra para inviabilizar a investigação. Não pudemos investigar em profundidade, mas, apesar deste impedimento, das dificuldades que se apresentaram e da forma como a CPI foi dominada, totalmente dominada pelo Governo, protocolamos 18 representações com fatos determinados da maior importância e gravidade.

Depois, no dia 21 de dezembro de 2012, em nome do PSDB como seu Líder, protocolei na Procuradoria-Geral da República uma nova representação pedindo a instauração dos procedimentos para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nessa negociata escusa realizada no Texas, com a aquisição da usina em Pasadena, que configurou um prejuízo de mais de US$1 bilhão para o nosso País.

O que estamos indicando como fatos determinados para a instalação dessa CPI agora? Primeiro, o processo de aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas, nos Estados Unidos – esse é o fato momentoso que exige investigação através da Comissão Parlamentar de Inquérito –; segundo, os indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore para obtenção de contratos junto a Petrobras; terceiro, denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores; e quarto, indício de superfaturamento na construção de refinarias.

A refinaria que apresenta o superfaturamento mais visível e eloquente é a Abreu e Lima, em Pernambuco.

À época da CPI, em 2009, a avaliação que a assessoria técnica do nosso partido fez é a de que o superfaturamento naquela usina alcançaria mais de US$2 bilhões. Mas, àquela época, a previsão de gastos com a construção da usina era de US$2,8 bilhões. Hoje, essa previsão ultrapassa US$18 bilhões. Certamente, se aprofundarmos as investigações já iniciadas pelo Tribunal de Contas, que constata a existência do superfaturamento, se aprofundarmos – repito – as investigações, certamente chegaremos a valores exponenciais, quem sabe recordes, em matéria de superfaturamento em um País que vai se transformando em paraíso do superfaturamento. Mas não é só a Abreu e Lima. Eu poderia usar como exemplo a do Paraná, a Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, onde o Tribunal de Contas da União constata um superfaturamento de mais de US$800 milhões.

Sr. Presidente, nós já abordamos essa questão no dia de ontem. Estamos retornando hoje para comunicar esse esforço de partidos de oposição na Câmara e no Senado e de Parlamentares independentes para a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no cumprimento do nosso dever. Informo que já são 20 as assinaturas colhidas, na tarde de hoje, neste Plenário. Restam sete, que buscaremos nos próximos dias. Se alcançarmos esse quórum de 27 assinaturas – exigência regimental –, poderemos promover um grande debate, com o objetivo não só de investigar eventuais falcatruas, desvios monumentais ocorridos, corrupção denunciada, mas, sobretudo, debater as circunstâncias que envolvem a Petrobras em uma gestão temerária e que a afunda em uma crise sem precedentes.

Essa empresa que negociou ações na Bolsa de Nova York e que ganhou respeitabilidade internacional pela sua capacidade de exploração do petróleo em águas profundas, sobretudo, com um *know-how* imbatível em matéria de exploração em águas profundas, com quadros técnicos extremamente qualificados, desgasta a sua imagem internacionalmente em função da gestão administrativa desastrada. Cabe, sim, esse debate. O País tem esse direito. A Petrobras já foi bandeira daqueles que, nacionalistas, a defendiam como um símbolo nacional de autodeterminação e de soberania. Nós não podemos deixar que a Petrobras seja dilapidada nesse patrimônio maior do povo brasileiro.

Essa CPI, portanto, é essencial. Esperamos, nos próximos dias, a assinatura de outros Senadores, para que possamos iniciar esse trabalho.

Por outro lado, Sr. Presidente, aproveito o tempo que me resta para uma rápida abordagem sobre a presença do Presidente do BNDES, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. As questões mais complexas suscitadas dizem respeito a empréstimos externos realizados pelo BNDES.

Desde 2005, questionamos a aplicação dos recursos do BNDES, considerando desvio de finalidade. Não entendemos o BNDES como um instrumento para proporcionar que o Governo brasileiro faça cortesia com o chapéu da nossa gente a outros governos, a outras nações, a outros povos. O momento vivido pelo País, de crise econômica, de escassez de recursos para investimentos produtivos – sobretudo em obras fundamentais para o desenvolvimento, como portos, aeroportos, estradas, ferrovias, metrôs, etc. –, não compreendemos como pode o Governo brasileiro usar esse instrumento de fomento da economia nacional para atender interesses localizados em outras plagas, além fronteiras do nosso País. Alega-se que, ao financiar obras em Cuba, Venezuela, Equador, Peru, Argentina, Uruguai, África do Sul, etc., nós estamos exportando serviços.

Ora, exportamos serviços que não oferecemos aos brasileiros?! Como justificar um investimento de mais de US$800 milhões na construção do Porto de Mariel, em Cuba, se os nossos portos estão sucateados, se há filas enormes de navios no mar e se há filas enormes de carretas e caminhões nas estradas que chegam aos nossos portos, encarecendo o custo da nossa produção, reduzindo o ganho dos nossos produtores, fragilizando a nossa economia?

Como justificar empréstimos para a construção de aeroportos se o nosso Governo, impotente diante da necessidade de recursos para a modernização dos nossos aeroportos, acabou, num momento de desespero, rasgando bandeiras defendidas ao longo do tempo, bandeiras apresentadas em campanhas eleitorais, mudando o discurso que demonizava as privatizações para ceder, entregar-se à realidade de suas próprias dificuldades, privatizando apressadamente os nossos aeroportos?

Como justificar empréstimos para que Hugo Chávez pudesse construir um metrô em Caracas se os nossos metrôs não andam por falta de recursos? O de Curitiba sequer sai do papel; outros estão caminhando lentamente ou parados há cerca de 20 anos.

Como justificar empréstimos dessa importância, desse valor, se esse serviço está sendo oferecido lá fora, mas é negado aqui no nosso País? Como justificar empréstimos para o governo chavista da Venezuela construir hidrelétrica se no Brasil temos apagões em série?

Enfim, poderíamos continuar citando exemplos.

O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, figura que sempre respeitamos pela sua postura desde muito tempo, justifica que países como a China, a França e os Estados Unidos também exportam serviços.

Ora, quando nós alcançarmos a evolução desses países, os índices de crescimento econômico dessas nações, o estágio em que elas se encontram em matéria de infraestrutura e equipamentos de logística ou o estágio em que essas nações se encontram em matéria de educação, de saúde, de segurança pública, de serviços essenciais para a população, quem sabe possamos adotar esse expediente de exportarmos serviços a pretexto de gerarmos emprego aqui.

Ora, se essa exportação de serviços gera empregos no Brasil, imagine se não houvesse exportação e sim aplicação dos recursos no nosso País. Certamente, nós estaríamos atingindo outros objetivos e estaríamos certamente gerando muito mais emprego, mais renda, mais receita pública e desenvolvimento para o nosso País.

Mas a questão que considero emblemática da parte do Governo é a concessão de empréstimos secretos. Não há conhecimento – eu não conheço, não sei se algum Senador conhece –, em anos anteriores, em governos passados, da concessão de empréstimos secretos. Pela primeira vez, ouvi falar em empréstimo secreto, um empréstimo que vem com a tarja de sigiloso, que impede os brasileiros de conhecer a sua destinação e o modelo de crédito oferecido, taxas de juros, prazos de carência para pagamento da dívida e qual o retorno desse empréstimo ao País, especialmente porque empréstimo concedido a países em dificuldades incríveis.

Eu não me refiro a empréstimo secreto à Venezuela, mas tivemos empréstimos secretos a Cuba e a Angola.

Não me consta que Cuba tenha uma situação econômica suficiente para corresponder às expectativas de retorno desses recursos emprestados. Eu não posso adivinhar o futuro, mas, em relação a países semelhantes da África do Sul, também administrados ditatorialmente, com o império da corrupção prevalecendo, há projetos no Senado Federal para o perdão dessas dívidas.

Destacamos que, neste caso, esses empréstimos secretos ocorrem e o pedido de informação a respeito deles se dá com base na Lei de Acesso à Informação, que foi um avanço, sem dúvida, na busca da transparência e do combate às irregularidades administrativas.

O Governo alega que a legislação, a Lei de Acesso à Informação preserva os Estados de fora. Portanto, nesse caso preservaria Cuba e Angola, que impõem sigilo. E o Governo brasileiro é obrigado a acatar.

Ocorre que nossa Constituição fala em transparência e publicidade dos atos da administração pública. Então, teoricamente, nós estaríamos respeitando a vontade, a legislação de outros países ou a imposição de outros países, e rasgando nossa própria Constituição.

Mas há, Srs. Senadores, a prática de investigarmos, buscando informações também sigilosas do Coaf, por exemplo. E, quando buscamos informações sigilosas do Coaf, nós as recebemos em envelope com tarja vermelha e assinamos o compromisso de preservarmos o sigilo.

Nesse caso, o Governo nos nega as informações. Em relação a outras solicitações de informações sigilosas, somos atendidos como Parlamentares, mas em relação a essa questão dos empréstimos secretos não somos atendidos. Por essa razão impetrei mandato de segurança que se encontra no Supremo Tribunal Federal, em poder do Ministro Luiz Fux, que é Relator, intimou a Presidente da República, o Ministro e o Presidente do BNDES e já acionou o Ministério Público para informações necessárias, a fim de que o Ministro Luiz Fux possa decidir sobre o acolhimento ou não do mandato de segurança que impetramos.

Portanto, Sr. Presidente, meu tempo se esgotou.

Eu creio que nós vamos continuar debatendo com o Governo essas questões referentes a empréstimos externos, e nunca chegaremos a um entendimento. A CPI que quisermos instalar para investigar o BNDES também não foi permitida. Há uma caixa-preta que não é aberta. Há mistérios insondáveis que essa caixa-preta esconde. Certamente o povo brasileiro gostaria de conhecer esses mistérios insondáveis do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Requerimento s/nº, de 2014, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)

REQUERIMENTO Nº , de 2014

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c/c artigo 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores titulares e 7 (sete) Senadores suplentes, para investigar, no prazo de até 180 dias, as seguintes irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014, relacionadas com:

1. Processo de aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA);

2. Indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa "*SMB Offshore*" para obtenção de contratos junto à Petrobras;

3. Denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores;

4. Indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

As despesas dos trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

JUSTIFICATIVA

A Petrobras já foi considerada um dos maiores orgulhos nacionais, símbolo da iniciativa e do esforço do povo brasileiro em buscar sua independência energética. Contudo, o atual governo tem transformado este outrora símbolo em uma "fábrica" de má administração, corrupção e incompetência gerencial, vindo até mesmo a comprometer este patrimônio nacional. Tal gerência desastrosa fica evidenciada categoricamente na perda de valor em bolsa das ações da empresa.

A lista de fortes suspeições que paira sobre a Petrobrás inicia-se com um dos maiores escândalos já vistos na gestão de uma empresa estatal. Trata-se da operação relativa a compra e a venda de refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos.

Ao todo, a Petrobras pagou US$ 1,18 bilhão, em duas etapas, para comprar uma refinaria que custou US$ 42,5 milhões à sua agora ex-sócia - quase 28 vezes menos.

Especialistas internacionais no mercado de petróleo que acompanharam a operação em diferentes estágios chegam mesmo a afirmar que o valor de mercado da refinaria texana, de baixa complexidade, é muito menor do que o valor gasto pela Petrobrás para a obtenção do controle. Para alguns, com base em casos similares, poderia chegar a incrível soma de um décimo do que foi pago!

Uma boa simulação sobre o caso referente a refinaria de Pasadena pode ser feita com a refinaria americana Trainer, também para óleo leve, comprada em 2012, pela Delta Airlines por US$ 150 milhões. A refinaria processa 85% mais óleo do que a de Pasadena. A Delta ainda recebeu US$ 30 milhões em incentivos do governo para fechar o negócio com a ConocoPhilips. Ora, a operação da Delta Airlines revela, com dados de mercado, o quão danosa foi a operação de Pasadena.

Vamos aos fatos. No início de 2005, a refinaria Pasadena Refining System, de Pasadena, no Texas, foi adquirida pela empresa belga Astra Oil Company, pela quantia de US$ 42,5 milhões; em setembro de 2006, a Astra alienou à Petrobras 50% da refinaria mediante o pagamento de US$ 360 milhões, ou seja, vendeu metade da refinaria por mais de oito vezes o que pagara pela refinaria inteira, um ano e meio antes. Obviamente, não seria de estranhar, por conseguinte, que a Astra Oil Co. pretendesse vender os 50% que permaneciam no seu patrimônio. Incrivelmente, após realizar esta operação o controlador belga descreveu em seu balanço como "um sucesso financeiro acima de qualquer expectativa razoável".

Ocorre que, em uma situação extremamente nebulosa e repleta de ações de caráter duvidoso que precisam ser esclarecidas, a Astra ajuizou ação contra a Petrobras e nela a Petrobras teria sido condenada e, mercê de acordo extrajudicial, pagou à Astra US$ 820 milhões, pondo fim ao litígio. Somadas as duas parcelas, US$ 360 milhões em setembro de 2006 e US$ 820 milhões em junho de 2009, a Astra Oil Co. embolsou da Petrobras US$ 1,180 bilhão por uma refinaria que em 2005 lhe custara US$ 42,5 milhões.

Tal situação completamente fora dos padrões de mercado viola todos os princípios básicos de economia e direito, mesmo que se tratasse de uma operação inteiramente privada. Contudo, o que realmente deve-se destacar aqui é que a Petrobrás pertence ao povo brasileiro e foi envolvida em uma operação em que foi tratada como um "objeto de pilhagem", onde constatamos uma analogia com táticas de "piratas" modernos que se arvoraram no direito de se utilizarem da coisa pública a seu bel-prazer e interesses escusos.

De fato, não é possível presumir que representantes de uma das maiores empresas do país, com ampla experiência internacional pudessem vir a entrar em tal operação sem ter ciência da realidade dos fatos. Dada a gravidade é preciso repetir detalhadamente os fatos para que se tenha noção do que ocorreu. De uma refinaria adquirida por US$ 42,5 milhões, em 2005, 50% dela no ano seguinte foi alienada por US$ 360 milhões e os outros 50% também transferidos à Petrobras mediante o pagamento de US$ 820 milhões; somados os dois pagamentos, vale a repetição, atingem a US$ 1,180 bilhão.

A história torna-se ainda mais alarmante quando se tem ciência de que tal operação foi aprovada pela mais alta instância decisória da Petrobras, qual seja, seu Conselho de Administração, na época presidido pela atual Presidente Dilma Rousseff. A Lei 6.404, de 1976, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas deixa clara a importância daquela instância na gestão das empresas e da responsabilidade associada ao exercício da presidência do Conselho de Administração.

Em nota, a presidência informou que a Presidente Dilma apoiou a compra da refinaria com base em um resumo executivo elaborado pelo diretor da área internacional da Petrobras que trazia "informações incompletas"! Não poderia haver confissão mais clara de que existe algo muito errado na aquisição da refinaria de Pasadena. Tal afirmação, por si só, justiça a instalação da CPI. E a nota vai além; em uma pífia justificativa, afirma: "posteriormente,

soube-se que o resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas" que, "se fossem conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho". Ora, fica claro que somente a investigação por parte de uma CPI pode desvendar esta inexplicável história. Nunca devemos esquecer que é princípio basilar da administração pública o fato de que todo agente público pode delegar competência, mas não se eximir de responsabilidade.

Não bastasse o fato descrito anteriormente, a Petrobras encontra-se também envolvida em investigação de um esquema de corrupção que movimentou mais de 250 milhões de dólares em pagamento de propina.

Em 10 de abril de 2012, a empresa holandesa SBM Offshore, a maior fabricante de plataformas marítimas de exploração de petróleo do mundo, iniciou uma investigação interna para apurar denúncias de que funcionários de suas subsidiárias pelo mundo corrompiam autoridades para conseguir contratos com governos e empresas privadas, entre 2007 e 2011. Há algumas semanas, as conclusões da investigação foram tornadas públicas. Os documentos mostram que houve pagamento de propina em Guiné Equatorial, Angola, Malásia, Itália, Cazaquistão, Iraque e no Brasil, onde funcionários e intermediários da Petrobras teriam recebido pelo menos 30 milhões de dólares para favorecer contratos com a companhia holandesa.

Os documentos, segundo a investigação, foram divulgados por Jonathan Taylor, ex-funcionário do escritório da SBM em Mônaco, que deixou a empresa em 2012 e pediu 3 milhões de euros para não revelar o esquema. Nos papéis, há nomes, valores, contratos e trocas de e-mails entre dirigentes da SBM e de empresas internacionais. A SBM confirmou autenticidade dos documentos, que foram enviados para o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e para o Ministério Público da Holanda, que investigará o caso.

Claramente, aqui podemos registrar que existe muita coisa a ser desvendada e que somente com uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual é revestida de poderes especiais, poder-se-á conseguir trazer a luz todo este esquema de corrupção.

Continuando neste verdadeiro rol de maus feitos que estão destruindo um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, e que devem ser investigados por esta Casa, registramos também a denúncia feita pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) de que a empresa estaria tirando dos estaleiros plataformas inacabadas! Um verdadeiro absurdo criminoso. A informação foi dada pelo presidente do Sindipetro-NF, José Maria Rangel, ao explicar que o sindicato está levantando uma série de dados relativos à plataforma P-62, para serem encaminhados aos órgãos fiscalizadores na próxima semana.

A P-62 foi entregue pelo Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco, em dezembro do ano passado, com capacidade de produção de 180 mil barris diários, estando a ser instalada no campo de Roncador na Bacia de Campos e deve iniciar a operação no segundo trimestre deste ano. O Sindipetro-NF afirma que a unidade saiu com uma série de equipamentos sem funcionar, como o sistema principal de geração de energia. A plataforma estava com geração secundária com um gerador auxiliar, o que teria facilitado um incêndio ocorrido no início de janeiro último.

Por último, faz-se necessário que esta Casa investigue os fortes indícios de superfaturamento na construção de refinarias. O exemplo mais emblemático da possibilidade de existência destes superfaturamentos trata-se da Refinaria Abreu e Lima. Essa foi a conclusão a que chegou uma auditoria iniciada em 2008, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e que acaba de ser concluída. O TCU verificou irregularidades na elaboração do projeto e execução de obras de terraplenagem, serviços complementares de drenagens, arruamento e pavimentação na refinaria, entre elas sobrepreço superior a R$ 69 milhões. O contrato para esses serviços de preparação para a construção da refinaria, inicialmente orçado em cerca de R$ 429 milhões, foi finalizado com custo aproximado de R$ 534 milhões (valores de 2007).

Após decisão do TCU naquele ano, a Petrobras firmou apólice de seguro com o consórcio responsável pelas obras, para garantir o ressarcimento dos valores questionados pelo tribunal, caso fossem comprovadas as irregularidades. Cerca de R$ 49 milhões já foram devolvidos à petroleira, por meio de notas de crédito, após repactuação de preços realizada nos itens apontados com sobrepreço pelo TCU. Agora, a estatal deverá executar a apólice de seguro para receber o restante da quantia superfaturada, devidamente atualizada.

Em uma das auditorias realizadas pelo TCU concluiu-se ainda que a Refinaria Abreu e Lima soma quase R$ 2 bilhões em faturas de serviços não previstos originalmente, mas necessários, por causa de erros da Petrobras. Em acórdão aprovado, o tribunal entende que falhas no projeto básico da refinaria causaram um efeito cascata de erros nas diversas etapas da construção, gerando aditivos já aprovados que somam R$ 943 milhões, fora R$ 1 bilhão em cobranças ainda sob análise da estatal.

Segundo o relator do processo no TCU, ministro Benjamin Zymler, as falhas começaram na falta de estudos adequados para o empreendimento. Vários contratos tiveram que ser relicitados, e imprevistos na execução das obras geraram aditivos em muitos outros. Um dos exemplos citados pelo TCU foi o contrato para a construção de tubovias, que teve 586% mais estacas que o previsto originalmente para fixar as tubulações, por conta do "solo mole", não detectado durante as sondagens iniciais. Isso resultou em um gasto adicional de R$ 150 milhões, segundo o relator. Pelos cálculos atuais, quando

iniciar a operação, o que deverá acontecer possivelmente 2015, a Refinaria terá custado cerca de R$ 35,8 bilhões.

A estatal petrolífera venezuelana PDVSA é parceira do projeto, mas ainda não investiu dinheiro nas obras. A Petrobras tem tentado um acordo com a PDVSA sobre a sua possível saída do projeto, mas as negociações não avançam.

Inicialmente era previsto que a Abreu e Lima teria capacidade para processar 200 mil barris por dia de petróleo pesado. Mas o plano de negócios da Petrobras de 2008 passou a trabalhar com a perspectiva de ampliação dessa capacidade para 240 mil barris por dia, existindo a possibilidade de uma nova expansão para até 500 mil barris por dia, o que tornaria esta a maior refinaria do País. Esta previsão não se confirmou e a refinaria irá produzir 230 mbpd.

Por tudo isto, torna-se indispensável a instalação imediata de uma CPI. Dada a complexidade dos fatos, novos indícios poderão ser adicionados ao processo na medida em que a Comissão desenvolva os seus trabalhos.

Sala das Sessões, de março de 2014.

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Senador	Assinatura

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Senador	Assinatura

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Senador	Assinatura

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, que exerce com muita assertividade o seu papel como Líder do PSDB e da Oposição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Suplicy.

Eu peço a V. Exª, se é que posso fazer essa solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Que seja registrado nos Anais...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Exatamente, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – A solicitação de V. Exª será atendida, na forma do Regimento.

Tem a palavra agora, como Líder do PSC, o Senador Eduardo Amorim.

Permita-me, Senador Eduardo Amorim, a leitura e votação de dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Em votação o **Requerimento nº 260, de 2014**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que solicita licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade de membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da sessão especial de modificação do Regulamento Interno, em Montevidéu, Uruguai, nos dias 7 e 8 de abril do corrente.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – No mesmo sentido, há o **Requerimento nº 261, de 2014**, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 7 de abril, tendo em vista a participação na mesma reunião ordinária do Parlasul, em Montevidéu, Uruguai, informando que estará ausente do País durante o período de 6 a 8 de abril de 2014.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim, como Líder do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes e espectadores da Rádio e TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, ocupo a tribuna desta Casa, nesta noite, mais uma vez para expressar toda a minha indignação com as práticas ultrapassadas, no que diz respeito à Administração Pública, que vêm sendo praticadas pelo Governo do Estado de Sergipe, o meu Estado. Lamentavelmente.

Pessoas que se autoelogiavam como guardiões da democracia no passado, hoje, diante do exercício do poder, demonstram justamente o contrário, lembrando muitas vezes as práticas perversas e atrozes da ditadura. Apresentam a verdadeira face do totalitarismo, gerenciando a coisa pública como se tratassem de assunto pessoal e privado. Lamentavelmente.

Há muito que se observa um completo desmando em todos os níveis setoriais da chamada máquina pública em Sergipe. Aliado a esse caos, inicia-se agora, como de costume, a tentativa, já conhecida da população, de se atacar o mensageiro por causa da mensagem.

Temos sofrido agressões constantes, Sr. Presidente, não apenas por chamar a atenção não só do nosso povo, da nossa gente, mas, principalmente, dos governantes do meu Estado para o tamanho do problema que se instalou na Administração Pública de Sergipe. Mas devo dizer, portanto, aos meus difamadores, caluniadores, muitas vezes, alguns pagos para isso, que nada, absolutamente nada me fará abdicar da missão que o povo, a boa gente do meu Estado, me confiou.

E o povo sergipano está consciente de que temos um bloco político que trabalha unido para transformar os sonhos e as esperanças do nosso povo, da nossa gente em realidade e, portanto, em dias melhores, virando a página perversa do atraso no desenvolvimento que perdura em Sergipe, infelizmente.

Todos estamos de acordo que não podemos perder tempo, pois temos que avançar e resolver questões emergentes e ainda pendentes, sobretudo nos setores mais básicos.

Tenho dito sempre que os projetos e programas do PSC defendem os mais variados segmentos sociais em torno de princípios, ideias, conceitos e valores, dos quais, de forma nenhuma, podemos ou devemos abrir mão. Devemos mantê-los sim. E o que incomoda, em nossa visão, é que temos pregado enfaticamente que o mais importante nesse momento é dar um choque de gestão no Governo e no Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, um choque como, muitas vezes, na Medicina, a gente faz quando as fibras cardíacas, de forma desordenada, atrapalhada, impedem realmente o pulso da vida. É preciso darmos um choque para que realmente zere aquele momento e todas passem a ter uma forma ordenada e aí possa manter a sístole e a diás-

tole no coração e, portanto, mantendo a vida e o grande milagre que é estarmos vivos cada um de nós. Então, com um choque, muitas vezes, fazemos uma cardioversão, zerando tudo; é isso que se precisa fazer no nosso Estado urgentemente.

Precisamos acabar com as práticas e os vícios da velha política, os cabides de emprego, os excessos de secretarias, os favorecimentos de alguns, em detrimento do nosso povo e da nossa gente. Só para citar como exemplo, Sr. Presidente, há três anos não se faz um transplante sequer no nosso Estado. A nossa saúde pública verdadeiramente está na UTI, está em estado de coma.

É do conhecimento de todos que, para que nasça um novo tempo em nosso Estado, é preciso que se implemente de forma imediata um novo pacote de políticas públicas que promova o desenvolvimento, que faça justiça e inserção social e inaugure um tempo de gestão eficiente, transparente e, acima de tudo, honesta, Sr. Presidente. O que é público tem, sim, não só um dono, mas, sim, vários donos, donos esses que destinam, muitas vezes, mais do que a metade do seu suor para ter uma saúde pública decente, ter uma segurança pública decente, mas não recebe essa contrapartida.

Esse diálogo já foi aberto pelo PSC há um bom tempo, em forma de debate público com os diversos setores da sociedade sergipana – políticos, acadêmicos, representantes de classe e de movimentos populares, o povo em geral.

O objetivo é estabelecer caminhos para o desenvolvimento sustentável, com prioridade para a construção de um modelo de gestão eficiente e, sobretudo, efetiva, que mire nos resultados, que realmente promova uma saúde pública decente.

Esse novo modelo precisa, por exemplo, estar mais perto do homem do campo, através da agricultura familiar e da pecuária eficiente, além de retomar o projeto da reforma agrária que, como sabemos, foi abandonado pelo governo do Estado.

Estes setores são vitais para qualquer economia e para o Estado de Sergipe, como também é o caso da citricultura, na região sul, e da rizicultura, no Baixo São Francisco, que precisam urgentemente ser revitalizadas.

Ademais, o Estado precisa desenvolver políticas de atendimento tanto aos carcinicultores quanto aos piscicultores.

Não temos, Sr. Presidente, de forma nenhuma, nenhum planejamento, nenhuma luz que norteie neste momento a economia do nosso Estado.

Na questão da segurança pública, Sr. Presidente, todas as últimas semanas tenho aqui trazido mensagens tristes, muito tristes. Há duas semanas falávamos do índice perverso, desastroso: Sergipe tem alcançado o 5º lugar como Estado mais violento do Brasil; num único final de semana foram 14 homicídios, no final de semana seguinte, o retrasado, Sr. Presidente, esse número aumentou, foram 17.

Pois bem, Sr. Presidente, sexta-feira passada, das 7 horas da manhã ao meio-dia, em cinco horas, foram seis homicídios, desses seis, três contra mulheres, tornando Sergipe um Estado extremamente violento, até contra as mulheres. Um homicídio por hora, Sr. Presidente! Quase um homicídio por hora! Lamentavelmente, um número maior de mortes em Sergipe do que em muitos cantos, declaradamente, onde têm ocorrido guerras, mundo afora.

Sr. Presidente, na questão da segurança pública, onde temos os índices mais alarmantes do Brasil, precisamos equipar tecnologicamente as nossas Polícias, Civil e Militar, para que as fronteiras, por exemplo, recebam uma melhor fiscalização, coibindo o tráfico de drogas, assaltos a bancos que viraram rotina, roubos de veículos e tantos outros crimes.

Tenho falado dos homicídios, Sr. Presidente, mas se falarmos de assaltos a bancos, de roubos de veículos, de drogas e arrombamento de caixas eletrônicos, têm sido rotina com que nós, sergipanos, lamentavelmente, temos convivido todos os dias, praticamente todas as horas.

Estamos presenciando no Estado o crescimento da violência contra vulneráveis, como disse aqui. Por isso precisamos reforçar os cuidados com idosos, com as mulheres, pois dos seis homicídios na sexta-feira em cinco horas, três foram contra mulheres. E crianças em situação de risco. O Estado não pode se dar ao luxo de cruzar os braços como está acontecendo em Sergipe.

Por outro lado, os bravos homens da Polícia Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros sentem-se desestimulados, desmotivados devido à política atual no Estado de Sergipe de não valorização do servidor público.

Ainda no quesito segurança, temos que modernizar a gestão penitenciária e a execução penal, porque muitas vezes, muitas e muitas vezes, são esses que estão hoje na prisão que, quando retornam para o convívio social, também acabam cometendo crime, porque não há um plano, não há um projeto, não há execução de uma política, realmente, de ressocialização, lamentavelmente. O Estado precisa valorizar o servidor, o agente penitenciário responsável pela custódia dos presos. Temos também de qualificar esses mesmos detentos para

que possamos reinseri-los na sociedade, diminuindo o déficit de vagas no sistema prisional. Ainda há muito para ser feito, Sr. Presidente!

Já na saúde o drama é tão grande ou ainda maior. Oitenta e sete por cento do povo sergipano é completamente SUS dependente, não tem um plano de saúde sequer. Portanto, se o hospital público estiver fechado, portanto, se uma maternidade pública estiver fechada, se não houver remédios, se não houver equipamentos, se não houver médicos profissionais, pode significar, como muitas vezes significa, a diferença entre estar vivo ou não. E, como têm ocorrido, Sr. Presidente, muitas e muitas mortes no principal hospital de urgência lá do Estado. Ainda hoje, conversava com a promotora que cuida da saúde, a determinada, a abnegada, que com grande orgulho digo, da família sergipana, Drª Euza Missano, uma profissional realmente do Ministério Público, que honra, que verdadeiramente honra e, com as suas atitudes, com o seu empenho, muitas vidas foram salvas. Com a sua atitude, com o seu empenho, muitos e muitos sofrimentos realmente foram aminorados, foram aliviados, mas ela, infelizmente, não pôde fazer tudo. São 108 ações contra o governo do Estado – 108 ações contra o governo nesse Estado – muitas delas pedindo intervenção federal, e já está lá, por solicitação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, a intervenção federal na saúde pública do Estado do Sergipe. Nem os Municípios, que têm o direito ao repasse federal... O governo do Estado, Sr. Presidente, não está fazendo aquilo que é direito. O Estado precisa valorizar o servidor, o Estado que gasta, diariamente, quase R$300 mil em horário nobre, R$300 mil em propagandas enganosas, muitas delas para divulgar e propagar uma possível refinaria, em que aquele que propagou e prometeu a refinaria no nosso Estado, tão sonhada por todos nós sergipanos. Foi presa semana passada pela Polícia Federal essa pessoa que divulgou, com o dinheiro de Sergipe, o dinheiro do povo de Sergipe, que levaria a tão sonhada refinaria para o nosso Estado.

O governo precisa adquirir equipamentos de ressonância, de tomografia, e de tratamento de combate ao câncer. Além disso, o Estado precisa se ocupar com os seus colaboradores efetivos, construindo o hospital do servidor, o tão desejado hospital do câncer, e o HTO (Hospital de Trauma Ortopédico). Não temos, Sr. Presidente, uma referência para dar um diagnóstico, para se procurar e se fazer um diagnóstico por imagem no nosso Estado, falta um centro de referência, realmente, de diagnóstico e imagem.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, ainda temos a prevenção que, sem dúvida nenhuma, é o melhor caminho para a qualidade de vida que nem sequer se fala em nosso Estado.

O que impressiona, Sr. Presidente, é que, com tanta coisa por se fazer...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... o governo de Sergipe ainda acha tempo para perseguir, difamar e caluniar muitas e muitas famílias. O governo não percebe, por exemplo, que os nossos jovens necessitam de qualificação, sob pena de perder a batalha imposta pelas novas demandas do mercado.

Sr. Presidente, os nossos alunos do futuro do Estado devem ser incentivados a participar de competição estadual e, acima de tudo, respeitados com um ensino de qualidade que não têm. E, como se não bastasse tudo isso, estamos ainda vivenciando uma degradação sistemática da família. Isso não pode acontecer. O Estado precisa, sim, olhar para essa questão com mais cuidado.

O governo do descaso que lá está instalado; da falta de ação, do descompromisso, da perseguição, por causa dessa nossa mensagem de esperança; nós ainda persistimos e levamos, com muitos abnegados, a mensagem da esperança.

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, em contrapartida, a população não entende o porquê de tanto a ser feito e o governo simplesmente nada faz, absolutamente nada faz.

O Sergipe, portanto, precisa de uma nova realidade, de um novo tempo, de um futuro que todos nós merecemos, que esse ideal continue no coração de cada sergipano, na certeza de que a mudança está logo ali e de que ela depende da nossa consciência, das nossas escolhas, da vontade e da esperança de cada um de nós. Sergipe não tem dono, Sergipe é de todos nós!

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de parabenizar uma guerreira uma mulher trabalhadora, abnegada, que, hoje, aqui foi homenageada, a Drª Maria Lygia Maynard Garcez Silva, um bom exemplo para nós, sergipanos, que temos orgulho de dizer: "Ainda bem que temos uma sergipana como essa!"

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Uma mulher, mãe e advogada, cujo combustível para sua luta sempre foi o amor. A Drª Maria Lygia Maynard Garcez, nossa querida Lygia Maynard, como é

conhecida por nós sergipanos, atuou no serviço público por 30 anos. Foi delegada da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) e Procuradora Federal. Com a aposentadoria e com o perfil que lhe é peculiar, saiu a campo e utilizou seu tempo e seus talentos em benefício dos mais carentes do nosso Estado.

Sr. Presidente, a Drª Lygia Maynard tem uma filha com surdez e, sabedora das dificuldades que as famílias enfrentavam, contou com a ajuda de outras mães e fundou, há 25 anos, a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (Apada-SE). A instituição, desde então, é fundamental para o apoio aos surdos e suas famílias, porque o Governo do Estado absolutamente nada faz.

Que o exemplo de Lygia possa realmente ser um exemplo...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... para todos nós, (*Fora do microfone.*) sergipanos e brasileiros, na luta pelo que é certo, pelo que é correto e por dias melhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe.

Agora, tem a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT, representando o Estado do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, gostaria, para começar este meu pronunciamento, de dizer que há um ditado popular de domínio de todas as gerações que diz o seguinte: "Quem desdenha quer comprar", ou seja, aquele que tem muito interesse em comprar procura desvalorizar o produto para facilitar – digamos assim – o seu empreendimento.

Hoje, temos claramente uma postura da oposição no Brasil querendo desmerecer o País para os brasileiros e, assim, tentar facilitar o caminho para voltar ao poder que já exerceram – no caso do PSDB, por oito anos. Inclusive, com o Presidente Fernando Henrique, foi instituída a reeleição no Brasil, exatamente por força de um casuísmo construído durante o passar do seu governo, e lá se instituiu a reeleição no Brasil. E assim o PSDB permaneceu oito anos como governo no nosso Brasil. Eles tentam passar, de maneira muito enfática, que o Brasil não anda bem, que a economia não anda bem, que a Petrobras não anda bem, que o Governo não anda bem, que as questões não são resolvidas.

No entanto, o que nós temos, ao ouvir e ao sentir o pulsar do povo brasileiro, é algo que é frontalmente contrário ao que discursam as Lideranças do PSDB nesta Casa, também na Câmara, que tentam, a todo custo, colocar a população em confronto direto com o nosso Governo da Presidenta Dilma, assim como fizeram com o Presidente Lula.

Tentam passar que a Petrobras está à beira da falência. A Petrobras não está à beira da falência. A Petrobras fez um negócio de mercado na aquisição da refinaria de Pasadena, no México, mas diante das regras de mercado, diante das circunstâncias, diante de um plano estratégico desenhado, inclusive, a partir de 2009, durante o governo do PSDB e durante, digamos assim, a orientação do PSDB. Foi ali que se estabeleceu a estratégia de se expandir no mercado americano, e foi ali que se começaram os estudos para a aquisição da refinaria de Pasadena.

Vale ressaltar que os preços praticados foram os estudados naquele momento, o que permitiu essa aquisição. Depois disso, é claro, nós tivemos uma crise internacional, houve uma mudança no perfil desse mercado, e muitas petrolíferas do mundo sofreram as consequências. A Petrobras, igualmente, como uma empresa que estava no mercado, sofreu as consequências.

Mas qual é o fato que nós temos como pano de fundo e como questão central? A questão central é que a Petrobras continua sendo uma empresa superavitária, continua sendo uma empresa forte, e, apesar de todos os sacrifícios a que a nossa Petrobras tem sido submetida, ela é uma empresa que está entre as cinco melhores empresas petrolíferas do mundo. E ela continua dando total suporte ao nosso Governo brasileiro.

A Petrobras tem arcado com sacrifícios equivalentes ao seu tamanho no País. Há dois anos a Petrobras vende gasolina e diesel por um preço 20% inferior ao que paga o mercado mundial. Isso para promover o bem-estar comum, para garantir às pessoas acesso a esse produto.

Tudo indica que a cota de contribuição para mitigar as pressões inflacionárias decorrentes do choque externo e intempéries climáticas tenha chegado ao limite, mas não impediu que a Petrobras fechasse 2013 como a petroleira que mais investe no mundo, mais de US$40 bilhões/ano, o dobro da média mundial do setor. Ademais, ela é campeã mundial no decisivo quesito da prospecção de novas reservas. Os números retrucam o jogral do Brasil que não deu certo. O pré-sal já produz hoje 405 mil barris/dia. Em quatro anos, a Petrobras estará extraindo um milhão de barris/dia só na Bacia de Campos, com pré-sal.

Até 2017, ela vai investir R$237 bilhões, 62% em exploração e produção.

Em 2020, serão 2,1 milhões de barris/dia. Em 2020, nós estamos falando daqui a seis anos. Praticamente dobrando para quatro milhões de barris/dia a produção brasileira atual.

O conjunto explica o interesse dos investidores pela petroleira verde e amarela, que está sentada sobre uma poupança bruta formada de 50 bilhões de barris do pré-sal. Mas pode ser o dobro disso. Os investidores sabem do que se trata e com que estão falando.

Há duas semanas, ao captar US$8,5 bilhões do mercado internacional, a Petrobras obteve a oferta de recursos em volume quase três vezes superior à sua demanda.

O marco regulador do pré-sal aprovado com a oposição, de quem agora agita a bandeira da defesa da estatal, instituiu o regime de partilha e internalizou o comando de todo o processo tecnológico, logístico, industrial, comercial e financeiro da exploração dessa riqueza. Todos os contratos assinados nesse âmbito passam a incluir cláusula obrigatória de conteúdo nacional nas compras da ordem de 50% a 60% pelo menos.

Esse é o ponto de mutação da riqueza do fundo do mar em prosperidade. Essa é a nossa Petrobras, uma empresa que tem toda estrutura para contribuir e continuar contribuindo com o Brasil.

Exatamente por isso, Senador Suplicy, é que não vejo motivo para assinar ou propalar CPI de Petrobras. Pelo contrário, se há questões que estão sendo investigadas pelo Judiciário ou pela Polícia Federal, que o façam sem problema, mas nós temos que saber que esta empresa precisa da proteção de todos os brasileiros. E tenho certeza de que o Governo da Presidenta Dilma saberá se conduzir convenientemente e com sabedoria na defesa desse patrimônio nacional que é a nossa Petrobras.

E certamente tanto os mercadistas quanto a oposição, sedenta de voltar ao poder, vão ficar tentando desmerecer a Petrobras, bem ao ritmo daquele adágio popular: "quem desdenha quer comprar". Ou seja, quer passar a ideia de um Governo enfraquecido, de uma estatal enfraquecida, mas na realidade nós estamos falando de um Governo forte, de um Governo que tem respeitabilidade e tem credibilidade junto à sociedade. E nós estamos falando de uma petroleira que está entre as cinco maiores do mundo e que não condiz com o discurso fácil da oposição.

Ao mesmo tempo, Senador Suplicy, os jornais de hoje trouxeram mais um ataque ao Brasil querendo passar que a economia do Brasil não vai bem.

Todos os jornais noticiaram a decisão da agência Standard&Poor's (S&P) de alterar a classificação de risco do Brasil.

E hoje o Ministério da Fazenda soltou uma nota de esclarecimento a respeito desse assunto, uma nota de responsabilidade do Ministro Guido Mantega que vale a pena a gente tornar pública, exatamente para que as pessoas, os cidadãos brasileiros não se aflijam, os cidadãos brasileiros não entrem em pânico, porque o Brasil está passando por dificuldades por que todos os países passam, mas ele está absolutamente sob controle.

A nota à imprensa do gabinete do Ministro da Fazenda, por meio da sua assessoria de comunicação social diz o seguinte:

> *Nota à imprensa sobre a decisão da S&P.*
> *A decisão da Agência Standard&Poor's de alterar a classificação de risco do Brasil é inconsistente com as condições da economia brasileira. A mudança anunciada é contraditória com a solidez e os fundamentos do Brasil.*
> *Embora a agência alegue que o crescimento econômico foi uma das razões para a sua decisão, é importante destacar que o Brasil, no período da crise internacional iniciada em 2008, cresceu 17,8%, uma das maiores taxas acumuladas de crescimento entre os países do G-20. No ano passado, o País cresceu 2,3%, desempenho superior à maioria dos países deste grupo.*
> *Também não procede a avaliação sobre a situação fiscal brasileira, levando-se em consideração que o País tem gerado um dos maiores superávits primários do mundo nos últimos 15 anos. Em 2013, cabe salientar, o Brasil fez um superávit primário de 1,9% do PIB, suficiente para reduzir o endividamento público, tanto o endividamento bruto, [que foi reduzido] (de 58,8% do PIB para 57,2% do PIB), quanto líquido [no que diz respeito ao endividamento líquido, que foi reduzido] (de 35,3% do PIB para 33,8% do PIB).*
> *Equivocadamente, a agência questiona a suficiência do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil. Vale lembrar que o País tem estado entre os cinco maiores receptores mundiais de Investimento Estrangeiro Direto e que, nos doze meses encerrados em fevereiro de 2014, ingressaram nada menos que US$65,8 bilhões somente nessa rubrica.*
> *A economia brasileira tem baixa vulnerabilidade externa, pois possui o quinto maior volume de reservas internacionais no G-20, o que corresponde a dez vezes a dívida externa de curto prazo, por sua vez, a menor dívida do grupo (em proporção à dívida externa total).*

Não se justificam também as suposições quanto à trajetória do investimento no Brasil. Em 2013, o País deu início a um amplo programa de infraestrutura, que vai mobilizar mais de 400 bilhões nos próximos anos. Vale destacar que o investimento cresceu 6,3% em 2013 (o segundo maior do G-20), em linha com a média de expansão da última década.

É importante ressaltar ainda que o próprio texto da agência distribuído para a imprensa fala com clareza que o Brasil mantém sua condição de grau de investimento, com perspectiva estável, pelos seguintes fatos:

– Sólida estrutura institucional;

– As fortalezas do balanço do Governo, tanto do lado fiscal quanto do lado externo, garantem margem de manobra e capacidade para enfrentar choques externos;

– Apesar de a dívida do Governo geral ser elevada, sua composição se mantém sólida, estando quase totalmente em moeda local e, em sua maioria, em parcela fixa ou atrelada à inflação;

– Apesar da deterioração do déficit em conta corrente e de alguma moderação na entrada de Investimento Estrangeiro Direto, o nível de endividamento externo líquido se mantém gerenciável.

Independentemente de quaisquer avaliações, reafirmamos nosso compromisso com o cumprimento da meta de superávit primário de 1,9% do PIB neste ano, com a continuação da consolidação fiscal neste e nos próximos anos, com a prioridade ao investimento e com a promoção do crescimento sustentável de longo prazo.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que esses aspectos todos se somam ao fato de que o Brasil vive a sua melhor *performance* no que diz respeito à taxa de desemprego. Nós estamos com índices de praticamente pleno emprego, o que é fundamental para o ânimo da sociedade e principalmente para a demonstração da saúde econômica do País.

Portanto, estamos diante de um quadro de absoluta estabilidade, de absoluto controle e temos de dialogar com tranquilidade com a sociedade, no sentido de que o Brasil está sendo muito bem conduzido do ponto de vista da política e também da economia.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma está completamente de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senador Anibal Diniz...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim, Sr. Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... registrar a presença entre nós do Ministro da Previdência, Ministro Garibaldi Alves.

Seja bem-vindo, Ministro Garibaldi Alves, à sua casa, uma vez que V. Exª, inclusive, é também Senador que representa o Rio Grande do Norte.

Meus cumprimentos pelo seu trabalho à frente da pasta da Previdência Social.

Tem a palavra...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Anibal Diniz.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... quero aproveitar a oportunidade da breve interrupção, para também registrar a presença do Prefeito de Petrolina...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ah, muito bem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... amigo do Prefeito de Juazeiro, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seja bem-vindo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Petrolina e Juazeiro você sabe que são juntas. E Nazaré da Mata, aqui entre nós. Paracatu... São pernambucanos, mas irmãos do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sejam bem-vindos. Petrolina e Juazeiro estão presentes, então.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós gostamos de Juazeiro, mas adoramos Petrolina.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vindos do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Do Ceará, também.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Continuando, Senador Suplicy, na fase final do meu pronunciamento, eu gostaria também de fazer um cumprimento especial a todas as mulheres do nosso País, um cumprimento que é extensivo à sessão solene realizada hoje aqui, no Senado, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que foi celebrado no dia 8 de março, mas cujo marco principal foi hoje, com a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, um prêmio que já foi concedido a mais de 50 mulheres com atuação destacada na sociedade brasileira. A cada dia mais, as mulheres estão assumindo posições destacadas na sociedade.

Eu faço questão, Senador Suplicy, de fazer essa referência por conta da sessão especial voltada para a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz que aconteceu hoje aqui, no Senado Federal, exatamente porque nós do Partido dos Trabalhadores defendemos uma participação maior da mulher na política, que é exatamente o ambiente de tomadas de decisão.

A cada dia mais, as mulheres estão assumindo posições destacadas na sociedade. A cada dia mais, as mulheres estão presentes no mercado de trabalho, nos postos de comando em todos os níveis, nos tribunais, em postos-chave da nossa vida cotidiana. Entretanto, ao lado desse avanço, temos de reconhecer que ainda precisamos avançar muito mais no que diz respeito à representação política feminina.

A representação política no País ainda não reflete o protagonismo da mulher na sociedade e na luta pela democracia, pela justiça social e pela equidade de gêneros. Como já foi destacado aqui por diversos pronunciamentos qualificados na sessão de hoje do Congresso Nacional, que envolvia Câmara e o Senado, o Brasil ocupa no plano mundial apenas o 156º lugar no *ranking* que envolve 188 países das Nações Unidas com maior participação da mulher na política. Ou seja, em 188 países integrantes das Nações Unidas, o Brasil ocupa a posição de 156, no que diz respeito à maior participação da mulher na política.

Apesar de a legislação eleitoral estabelecer uma cota mínima de 30% de participação feminina nas candidaturas, esse percentual não é cumprido pelos partidos que ainda não oferecem as condições adequadas para que as mulheres enfrentem as urnas.

E nesse aspecto, é fundamental fazermos mais uma constatação: primeiro, que a maioria dos partidos não respeita essa proporção de 30% de participação feminina nas suas chapas proporcionais; e, segundo, que, quando ocorre esse preenchimento, quase sempre é o chamado preenchimento *pro forma*, ou seja, os partidos compõem as suas chapas, mas as candidaturas não são exatamente competitivas.

Dados apontam que menos de 10% das prefeituras são dirigidas por mulheres. Nas câmaras de vereadores, esse percentual não ultrapassa 12%. Também nas assembleias dos Estados, o percentual de participação feminina está em cerca de 10%. Na Câmara dos Deputados, entre os 513 Parlamentares, há apenas 46 Deputadas, o que significa 8% do total. E aqui, no Senado, são 10 Senadoras entre os 81 integrantes desta Casa, um percentual de 12% apenas.

Se hoje temos uma mulher na Presidência da República, é sinal de que muito já foi feito. E nós somos muito felizes por isso, porque a presença da Presidenta Dilma no comando do País é uma quebra de paradigma histórico e isso tem de ser muito comemorado pelas mulheres brasileiras, mas está claro que ainda há muito a ser aperfeiçoado em questão de gênero.

Concordamos com a avaliação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio de Mello, de que a baixa representatividade política feminina causa perplexidade e precisa mudar. Não por acaso, o Tribunal lançou recentemente, aqui no Senado, a campanha Mulher na Política. E, como ainda não havia podido me manifestar a respeito, quero aqui deixar meus cumprimentos pela excelente iniciativa.

Aliás, eu, Senador Suplicy – e já pedi uma consultoria a esse respeito –, acho que nós deveríamos dar um passo de qualidade aqui no Senado, porque, no Senado, em uma eleição, nós temos a eleição de um terço e, em outra, a de dois terços. Eu gostaria de propor – e estou pedindo um estudo a esse respeito – que, quando a eleição fosse de dois terços, pudéssemos ter a eleição de um Senador do sexo masculino e outro do sexo feminino.

Pela legislação eleitoral em vigor, os partidos devem preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para a candidatura de cada sexo. Há ainda determinação de repasse de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário para a criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. A lei prevê também que, pelo menos, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita seja destinado às mulheres.

Mas é preciso mudar a prática dos partidos. Não basta que as legendas indiquem mulheres candidatas. É preciso assegurar condições para que elas, de fato, possam participar desse processo. Em uma sociedade que tem maioria feminina e na qual o nível de escolarização das mulheres é superior ao dos homens, incentivar a maior participação feminina nos espaços de poder é dar um passo a mais rumo à plena cidadania.

Senador Suplicy, quero fazer esse registro com muita ênfase, porque é muito fácil propormos sacrifício para os outros, é muito fácil propormos mudanças de comportamento, mas não fazermos a nossa parte.

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não darmos o exemplo.

Então, eu estou fazendo este pronunciamento aqui com muita tranquilidade, porque, lá no Estado do Acre, Senador Suplicy e Senador Humberto, nós temos o Governo do Estado e a Prefeitura da capital do Partido dos Trabalhadores. Portanto, nós tínhamos todas as condições de construir a reeleição para o Senado sem maiores percalços, porque nós tínhamos e continuamos tendo o maior exército de fazedores de campanha.

No entanto, Senador Suplicy e Senador Humberto, o Partido dos Trabalhadores, conscientemente, chegou à decisão de que nós, para fortalecermos a nossa aliança da Frente Popular no Estado do Acre, deveríamos apoiar a candidatura da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, ao Senado da República no meu lugar.

E eu quero dizer que faço isso com muito orgulho.

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Faço isso com muito orgulho, porque isso bate exatamente com tudo o que discutimos aqui naquela proposição inicial nossa, do Partido dos Trabalhadores, de defender maior participação da mulher nas chapas proporcionais. Nós inclusive defendemos, no Partido dos Trabalhadores, que, para a Câmara de Deputados, para as câmaras de vereadores e para as assembleias legislativas, tenhamos listas preordenadas com alternância de gênero.

Essa é uma posição que o Partido dos Trabalhadores defende, exatamente porque nós queremos criar condições para que haja, de fato, maior participação da mulher na política.

Então, eu termino esse meu pronunciamento exatamente na data de hoje, em que fizemos, realizamos a sessão solene de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutz, e digo que, nesta data, eu anuncio aqui novamente ao Senado que nós, do Partido dos Trabalhadores do Acre, estamos abrindo espaço para que, dos três Senadores do Acre, uma Senadora seja mulher.

E nós vamos estar na torcida, com total empenho, para que a companheira Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, seja a nossa Senadora a partir de fevereiro de 2015, mostrando que nós, nesta gestão compartilhada e nesta busca de uma aliança forte, possamos também garantir uma boa vitória para a Presidenta Dilma, lá no Estado do Acre, e a reeleição do nosso Governador Tião Viana, para dar continuidade a esse projeto que tem feito tanto bem ao povo do Acre e se torna o exemplo mais longevo de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Anibal Diniz. V. Exª teria todas as condições e méritos para, também, ser um candidato vitorioso. Entretanto, aqui mostra a sua generosidade e abre mão para que o PCdoB e a Deputada Perpétua Almeida, aqui presente, possa, então, levar adiante a sua missão aqui no Senado.

Meus cumprimentos por seu pronunciamento, por sua postura, Senador Anibal Diniz e Senadora Perpétua, ainda mais em dia em que se comemora aqui o aniversário do PCdoB, já objeto de hoje da fala da Senadora Vanessa e, daqui a pouco, do Senador Inácio Arruda, que permutou com o Senador Humberto Costa.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado.

Eu queria, antes de iniciar a minha fala, agradecer aqui a generosidade do nosso Senador Inácio Arruda, que permutou a sua vaga para que pudesse falar antes dele.

O objetivo de eu vir hoje à tribuna e falar como orador inscrito é para registrar o encontro extremamente significativo realizado pelo PT de Pernambuco, domingo passado. Foi o encerramento de um ciclo de discussões muito maduro, do qual participaram todos os setores, todas as correntes do Partido no Estado. Nele, debatemos exaustivamente o melhor caminho a seguir nas eleições deste ano.

Penso que o PT pernambucano deu uma demonstração altiva do seu espírito de negociação, da sua capacidade de realizar alianças, da sua vivência em sempre buscar a composição de um campo democrático com aliados que compartilhem causas comuns.

Foi imbuído desse propósito que decidimos abrir mão da candidatura própria ao Governo do Estado para apoiar a candidatura do Senador Armando Monteiro, do PTB, ao Palácio do Campo das Princesas, que se faz acompanhar aqui do Deputado Federal Paulo Rubem, do Prefeito de Petrolina, Júlio Lóssio, do Prefeito de Nazaré da Mata, nosso companheiro Nado, e também do nosso Deputado Federal José Chaves.

O Senador Armando Monteiro foi um defensor, na Câmara dos Deputados, do Governo do Presidente Lula durante os oito anos da sua administração.

Como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a mais importante entidade empresarial do País, ajudou, nos seus oito anos de gestão, a estreitar as relações do empresariado com o Governo Federal, ajudando na construção de um caminho comum entre os setores público e privado.

Para Pernambuco, sempre foi um grande representante, incansável Parlamentar na luta pelo desenvolvimento do nosso Estado e preocupado, na condição de presidente da CNI, com o aperfeiçoamento da classe empresária, o incremento da atividade econômica e a formação técnica do nosso capital humano.

Fomos eleitos juntos para esta Casa, em 2010, ao lado da Presidenta Dilma, cujas bandeiras de campanha não traímos nem abandonamos.

Novamente, compartilharemos, nós do PT e o Senador Armando Monteiro, o mesmo campo político e programático nestas eleições de 2014, ele como candidato a governador, o PT compondo a chapa majoritária, todos nós unidos em torno da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff à Presidência da República.

A maturidade e o gesto do PT externados na decisão do domingo passado demonstram que o Partido tem os olhos no futuro de Pernambuco e do Brasil.

Entendo que mesmo aqueles grupos que não tiveram vitoriosa a tese, neste último fim de semana, receberam, com serenidade, a decisão da maioria, acataram-na democraticamente e assumiram-na como uma decisão do Partido.

Não mudamos de lado nem nos afastamos das grandes transformações iniciadas em 2003, com o primeiro governo do Presidente Lula. Ao contrário, mudaram outros, que romperam a ampla aliança democrática formada em favor das profundas mudanças na nossa sociedade, que desprezaram aliados e, unilateralmente, sem qualquer diálogo, decidiram seguir outro caminho. Aliás, deve-se dizer até mais. Os adversários de ontem do PSB são hoje seus aliados; os adversários do nosso governo, de Lula e de Dilma, são hoje os aliados do PSB no Estado de Pernambuco.

Mas não nos importa o caminho alheio. Estamos focados no nosso, em que, juntos por Pernambuco, construiremos um conjunto de forças que representará o projeto de Lula e Dilma para Pernambuco. É esse o projeto que mudou a realidade de Pernambuco, que transformou o Estado numa das locomotivas do Brasil e que vamos aperfeiçoar para que sigamos avançando. É o projeto personificado, no plano federal, pela Presidenta Dilma e, em Pernambuco, pela candidatura do Senador Armando Monteiro.

Discutiremos, a partir de agora, de que forma participaremos dessa composição. Particularmente, vejo no Deputado Federal e ex-prefeito do Recife, João Paulo, o melhor e mais competitivo nome para ocupar a vaga no Senado entre os membros do PT. Mas isso será discutido internamente no nosso Partido, como também tem sido discutida a participação de alguns partidos que compartilham conosco do apoio, aqui no Congresso, ao Governo da Presidenta Dilma.

De forma que quero fazer aqui esse registro ao grande gesto feito pelo PT de Pernambuco nesse esforço de coesão e de unidade, que redundou no respaldo ao nome do Senador Armando para o governo.

Embora consciente...

Ouço o Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senador Humberto Costa, eu quero, desde já, traduzir o meu reconhecimento e a minha gratidão a essa manifestação de V. Exª, que tem o timbre fundamental da sua respeitabilidade como homem público e como um dos líderes mais expressivos do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco. A trajetória de V. Exª sempre esteve associada à construção do Partido em Pernambuco. Em momentos muito difíceis dessa trajetória do PT, V. Exª nunca se furtou de oferecer, às vezes em condições muito adversas, a sua disposição de fazer o bom combate. E, graças a isso, o PT construiu, em Pernambuco e no Brasil, uma história. Quanto a essa decisão que, de forma amadurecida, a meu ver, o PT de Pernambuco assumiu, eu quero destacar ainda o caráter essencialmente democrático dessa decisão. Todos os setores do Partido foram ouvidos. O calendário foi fixado. Um calendário, aliás, largo foi rigorosamente observado. Portanto, o caráter essencialmente democrático dessa decisão legitima inquestionavelmente a decisão que, ao final, veio a ser adotada pelo Partido dos Trabalhadores em Pernambuco. Eu quero dizer a V. Exª que nós vamos precisar muito do seu concurso, do seu engajamento, da sua participação, pela expressão política que V. Exª tem no nosso Estado, pela sua experiência. Mas estou, Senador Humberto, muito motivado e quero que Deus me ajude para que eu me coloque à altura dessa confiança que foi manifestada pelo Partido dos Trabalhadores. E quero dizer que o nosso desafio se situa em dois planos: o primeiro é o de oferecer a Pernambuco uma agenda que dialogue com o futuro, apontando para o futuro. Pernambuco precisa ampliar as suas conquistas. Pernambuco precisa criar um padrão de desenvolvimento mais equilibrado. Pernambuco precisa fazer um processo mais inclusivo que chegue a todas as regiões do Estado, que incorpore setores da população que ainda estão à margem desse processo. Mas a nossa luta – e tenho certeza de que haveremos de juntos formular uma proposta que aponte para o futuro de Pernambuco – tem também, Senador, de forma irrecusável, uma dimensão política, que é de, neste momento, e fiel às tradições de Pernambuco, afirmar a nossa independência, de poder revelar ao País que Pernambuco não é um sistema, Pernambuco não se expressa por uma única força. Pernambuco é – e sempre foi – a expressão da pluralidade de forças. E, neste momento, nenhum grupo

vai poder colocar-se como o único grupo que pode oferecer a Pernambuco uma proposta para o futuro. Pelo contrário, Pernambuco – e essa nossa proposta haverá de mostrar aos pernambucanos que nós temos esse conjunto político –, com o apoio de Lula e da Presidente Dilma, nós temos muito a oferecer, porque estamos associados, diretamente, a todos esses avanços que ocorreram em Pernambuco e no Brasil. Então, quero, desde já, expressar e reiterar meus agradecimentos a V. Exª e dizer que estaremos juntos nessa luta, que eu tenho certeza de que, ao final, o povo de Pernambuco haverá de consagrar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Senador Armando Monteiro, eu agradeço o aparte de V. Exª, a generosidade de suas palavras.

Quero dizer aqui, com toda a sinceridade e com todo meu ânimo, que serei um soldado nessa campanha. Entendo que vivemos hoje, em Pernambuco, um momento histórico importante, em que é preciso, como disse V. Exª, que tenhamos – como Pernambuco sempre teve – a capacidade de pensar de maneira aberta, democrática e plural. Eu tenho certeza de que nossa vitória vai representar isso em nosso Estado.

Digo que, embora consciente de que será uma eleição muito renhida, muito dura, eu estou convencido de que iremos à rua com muita disposição, com muita garra e que nossa mensagem será compreendida pela população: a mensagem de que precisamos seguir mudando o Brasil, aprofundando as grandes transformações e que quem melhor representa isso é Dilma na Presidência da República e Armando no Governo de Pernambuco. Só Dilma e Armando contam, em Pernambuco, com o apoio de Lula. E somente eles são capazes e possuem a confiança de nosso ex-Presidente para darem sequência ao imenso desafio de levar o Brasil adiante e assegurar as grandes conquistas e melhorar ainda mais nosso País.

Quero, mais uma vez, agradecer a gentileza do Senador Inácio Arruda e agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, pela tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Humberto Costa.

Quero aqui também dizer do meu acordo com a escolha do PT de Pernambuco. O Senador Armando Monteiro tem se distinguido aqui, em nossa Casa. Em especial na Comissão de Assuntos Econômicos, é uma pessoa que traz o seu conhecimento, inclusive como Presidente da CNI que foi, de estar sempre colaborando com proposições e ideias. É um estudioso do sistema tributário brasileiro, que certamente conseguiu o respeito de todos os companheiros e companheiras do PT em Pernambuco, para que a decisão anunciada por V. Exª, meu caro Líder, Senador Humberto Costa, seja também apoiada por todos nós do PT, inclusive como eu de São Paulo e do País.

Meus cumprimentos e boa sorte a V. Exª.

O Senador Inácio Arruda tem a palavra, como Líder do PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, sem mais delongas, quero cumprimentar os Senadores Humberto Costa e Armando Monteiro, desejar boa sorte e lamentar que nessa peleja vamos estar em lados opostos, em Pernambuco. Mas a minha consideração pelos dois é muito grande. Espero que seja uma luta exitosa.

Um abraço, Senador Armando. Um abraço, Senador Humberto Costa. E também aos nossos Prefeitos de Nazaré da Mata e Petrolina.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste instante que venho à tribuna, no meu Estado, o Ceará, estão sendo entregues a três personalidades do Estado do Ceará a Medalha da Abolição. É a maior comenda do nosso Estado e representa todo o sentimento do povo cearense em relação à batalha libertadora, meu caro Senador Armando Monteiro, Senador Humberto Costa, Srs. Deputados, travada por Dragão do Mar, que resultou na libertação dos escravos do meu Estado mesmo antes que esse fato pudesse ocorrer no País inteiro.

São 130 anos da libertação dos escravos no Estado do Ceará. E exatamente um dos maiores abolicionistas deu o título ao Chico da Matilde, pescador e prático, de Dragão do Mar, pela sua decisão de que no porto cearense não desembarcariam mais escravos, e resultou, na sequência, na libertação de todos os escravos no nosso Estado.

Estão sendo agraciados com a Medalha da Abolição o industrial e chanceler da Universidade de Fortaleza, uma das maiores Universidades do Nordeste brasileiro, o Sr. Airton Queiroz; o artista plástico, uma das figuras mais ilustres do nosso Estado, Sérvulo Esmeraldo e, *in memoriam*, está sendo homenageado Demócrito Dummar, seguidor do seu avô, Demócrito Rocha, que fundou o jornal *O Povo*. E Demócrito, com muita maestria, conduziu o jornal por muitos anos, transformando o legado de Demócrito Rocha em uma instituição aberta, democrática, de opinião, que ele, sobretudo, uma pessoa sempre muito disposta a ouvir todas as opiniões da sociedade, para que elas pudessem se ver refletidas no seu jornal.

Lembro as campanhas em defesa das iniciativas populares, através de plebiscito, referendo, e, quando fui vereador da cidade de Fortaleza, nós praticamente ocupamos o jornal *O Povo* na busca de uma trincheira que nos ajudasse a fazer uma lei orgânica do Município, democrática, progressista e avançada. E nós conseguimos, exatamente graças à iniciativa do Demócrito, que abriu as páginas do seu jornal para que pudéssemos defender as nossas posições e as nossas opiniões. Foi uma grande conquista.

Então, são três personalidades que destaco nesse instante nos 130 anos da abolição da escravatura no Estado do Ceará e que recebem, portanto, a mais alta comenda do nosso Estado, que é a Medalha Dragão do Mar.

Sr. Presidente, essa data coincide com o surgimento, em 22, do Partido Comunista do Brasil, que adotou a sigla PCB, inicialmente, mas é exatamente o Partido Comunista do Brasil, que nasce ali, com nove homens do povo, operários, intelectuais, trabalhadores.

Esses nove fundam o Partido, tendo à frente Astrojildo Pereira; na sequência, Luís Carlos Prestes; e, nessa sequência histórica de ter um partido comunista, ao mesmo tempo como vanguarda da luta dos operários, dos trabalhadores no Brasil e de massa, um partido de vanguarda, mas envolvido com o povo, envolvido com o seu sentimento, com as suas lutas, nessa sequência, o Partido é dirigido por João Amazonas; e, hoje, sob o comando de Renato Rabelo.

Ontem, Sr. Presidente, no Estado de Minas Gerais, na Assembleia Legislativa, foi realizado um ato nacional, onde estive presente com a nossa Senadora Vanessa Grazziotin e com a nossa Líder na Câmara, Deputada Jandira Feghali. Um ato muito bonito, com a presença do Presidente da Assembleia. Na sequência, o ato foi dirigido por membros do PCdoB. Então, uma manifestação política, representativa, com muitos partidos presentes, entre eles destaco o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, que é do PV; uma bancada do Partido dos Trabalhadores esteve ali presente; vários Deputados do PMDB que estão na titularidade dos seus mandatos na Câmara dos Deputados, mas quero registrar também a figura extraordinária de nosso colega de muitos anos, Aires Resende, que ali esteve e hoje é dirigente da Fundação Ulysses Guimarães no Estado de Minas Gerais.

Então, um ato muito representativo, muito bonito, demonstrando a pujança, a ligação do nosso Partido com a juventude, com o movimento sindical. Representantes das lideranças estudantis ali estiveram presentes, da Juventude Socialista, da UJS; ali estavam a Presidente da UNE, o Presidente da CTB, uma importantíssima central sindical, onde atuam os comunistas e outras correntes socialistas. Um ato político que vai mostrando essa pujança do Partido Comunista.

É muito importante nós também sublinharmos que no mesmo dia, ontem, pela manhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um ato político fez a devolução do mandato de mais quatro Deputados comunistas que foram cassados em 1948, com a cassação do registro do Partido, num ato insano da Justiça Eleitoral, depois das Mesas da Câmara e do Senado, e um recurso do Senador Luís Carlos Prestes, que não foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, tamanha era a atitude anticomunista, fruto da guerra fria instalada entre as nações, principalmente a União Soviética e os Estados Unidos.

Portanto, essas duas grandes celebrações se somaram à abertura de uma exposição fotográfica, hoje, aqui no Congresso Nacional, no Espaço do Servidor na Câmara dos Deputados.

Então, vai sendo mostrada essa relação do Partido Comunista nas lutas do povo, a sua ligação com o sentimento de transformação da sociedade brasileira e, sobretudo, a presença juvenil no nosso Partido. Talvez seja o partido com a mais forte representação juvenil militando de forma ativa. E, no Congresso Nacional, uma particularidade especialíssima do nosso Partido: nós hoje estamos não só com a maior Bancada de mulheres na Câmara, como temos metade da Bancada do Partido, no Senado, também com uma representação feminina – ali está a Senadora Vanessa Grazziotin. E a vice-presidente do nosso Partido, eleita no congresso do PCdoB, é exatamente a Deputada Luciana Santos, do Estado de Pernambuco. Então, é um partido que tem uma forte ligação juvenil, que tem uma atuação grande do movimento sindical e que estimula fortemente a presença das mulheres na política, mas não só para a militância política,mas também para a disputa dos cargos no Congresso Nacional e também no Executivo.

Considero que vamos buscando o caminho mais ajustado e adequado para realizar as transformações de que o nosso País precisa, minha cara Senadora Vanessa Grazziotin, que também esteve em Minas Gerais. Ou melhor, eu estive com a Senadora Vanessa Grazziotin, em Minas Gerais, no dia de ontem.

Senadora.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É melhor dizer que nós estivemos em Minas Gerais. E eu já tive a alegria, a felicidade e a oportunidade, Senador Inácio, de fazer este registro aqui. Faço questão de solicitar o aparte a V. Exª, primeiro, para dizer da minha alegria, da minha honra, do meu orgulho de fazer parte da Bancada Federal do PCdoB, aqui no Senado, ao lado de V. Exª, porque, depois de Luiz Carlos Prestes, o Partido só voltou a ocupar uma das cadeiras do Senado Federal quando V. Exª se elegeu Senador pelo Estado do Ceará no ano de 2002. E eu, humildemente, aqui cheguei, no ano de 2011, tendo sido

eleita nas eleições de 2010. Quero dizer, Senador Inácio Arruda, que nós dois, V. Exª e eu, temos uma trajetória semelhante, muito parecida dentro do Partido, o PCdoB, e que, aliás, é a trajetória da maioria dos militantes, da maioria das nossas lideranças, com uma diferença: eu venho do movimento estudantil e V. Exª, dos movimentos populares. V. Exª, tive a oportunidade de acompanhar, quando foi eleito Vereador em Fortaleza, em 1988, era e é ainda uma grande Liderança das camadas mais humildes da população brasileira. Digo isso, porque V. Exª, Senador Inácio Arruda...

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...expressa o que são as lideranças do Partido e o verdadeiro objetivo do Partido. Nós atuamos aqui, mas, para além daqui, atuamos muito com o objetivo de organizar, de mobilizar a sociedade. Essa é a nossa história. Então, homenageando os 92 anos do Partido – já o fiz da tribuna –, quero homenagear V. Exª, Senador Inácio, que tenho convicção absoluta fez um belo pronunciamento no ato nacional em comemoração aos 92 anos do nosso Partido, mas uma homenagem a quem só traz orgulho e dá o exemplo para os mais jovens. Se o Partido, hoje, tem muito a marca da mulher e do jovem, não tenha dúvida, é muito por conta da atuação firme, abnegada, dedicada da sua direção e, principalmente, dos mais experientes. Então, assim como Luís Carlos Prestes honrou o Partido, V. Exª nos honra muito aqui. Cumprimento toda a nossa militância, Senador Inácio, fazendo essa homenagem a V. Exª, que será nosso eterno Líder. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu que agradeço a ilustrada participação, o aparte da Senadora Vanessa Grazziottin, do Estado do Amazonas, lutadora. Ela bem disse, começamos juntos praticamente, ela como Vereadora em Manaus, eu, em Fortaleza. Depois, os dois estivemos na Câmara dos Deputados, fui eleito um pouquinho mais cedo pelo Senado, e, na sequência, Senadora Vanessa chega ao Senado. E chegamos para fazer o registro, Senador Suplicy, de uma frase extraordinária, pronunciada por Maurício Grabois, quando cassaram o registro do Partido. Maurício Gabrois era o nosso líder e anunciou que cassavam e tentavam calar a voz dos comunistas no Congresso Nacional, mas que nós voltaríamos. E voltaríamos mais fortes, mais conscientes, mais preparados, com mais conhecimento sobre a realidade brasileira para defender um projeto de Nação em um país continental, com uma população inteligente e pujante como a nossa.

Imagino que Maurício Gabrois também, se aqui estivesse, faria referência a esses episódios históricos. Ele tombou na luta de resistência à ditadura militar lá nas florestas do Araguaia, mas, com certeza, faria esse pronunciamento de que nós voltamos para todas as casas legislativas, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara Federal e Senado da República. Estamos governando importantes cidades brasileiras em Minas, em São Paulo, no Ceará, no Amazonas. Não há um Estado brasileiro que não tenha uma prefeitura, hoje, sendo governada pelo Partido Comunista do Brasil. Isso é muito significativo, e num momento especialíssimo!

Dissemos ontem, e Renato – cujo pronunciamento já foi inserido nos *Anais* do Congresso no dia de hoje pela Senadora Vanessa – fez referência a esse episódio especialíssimo: quando os comunistas poderiam, no caso do PCdoB, ter disputado a eleição em 1989? Mas nós fizemos uma opção por uma frente, digamos assim, popular naquela época, uma frente que era, ao mesmo tempo, ampla, porque era uma liderança operária e popular que disputaria a eleição, e somamos em torno de Lula para disputar a Presidência da República.

E aquela aliança foi vitoriosa, não exatamente naquela eleição, mas, na sequência, quando Lula conquista a Presidência da República em 2002. E vão para o governo Lula e os comunistas! Vai o Lula com o seu partido, e os comunistas também vão participar, pela primeira vez na história, do governo do nosso País.

Essa vitória extraordinária não apenas é suporte para as transformações que estão acontecendo no nosso País e que precisam avançar mais. Mais à frente, a vitória de uma guerrilheira, que foi presa, mulher, da esquerda, e que vai à presidência da República! E nós estamos ali, cientes de que aquele passo é muito importante para o Brasil. A despeito dos lamentos dos conservadores e da direita brasileira, o Brasil avança mais firmemente, mais convicto da defesa da sua soberania, mais consciente de que é preciso fortalecer a democracia em todas as instâncias e trabalhar em reformas ainda mais profundas: reforma urbana, reforma política, reforma agrária.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Fazer a reforma de que nós precisamos nos meios de comunicação de massa para ampliar a democracia no Brasil, o acesso democrático do Brasil aos veículos de comunicação de massa no nosso País.

E a nossa comemoração se torna mais efetiva se nós ajustamos bem o nosso caminho, o nosso passo na luta política brasileira.

É exatamente por isso, Senador Suplicy, que, na comemoração dos 92 anos do nosso Partido, reafirmamos, uma vez mais, que vamos marchar unidos em torno da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, sem receio

e sem medo, sabendo que estamos dando um passo ajustado que fortalece o Brasil, que fortalece a América do Sul, porque não é pouca coisa o Brasil ser governado por Dilma Rousseff, na sequência de Lula, e, ao lado, na Venezuela...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... Não se preocupe, não vou usar os 22 minutos. E, ao lado, na Venezuela, o motorista de ônibus governar o seu país. E mais a oeste um índio governar a Bolívia. E um tupamaro governar o Uruguai. E uma perseguida da ditadura Pinochet que teve o seu pai assassinado, vítima daquele governo, Michelle Bachelet, que esteve aqui nesta tribuna se pronunciando no Congresso Nacional, dirigir o Chile. Veja a nova realidade da América do Sul.

O Brasil é uma espécie de sustentáculo dessas mudanças tão importantes, que animam o desenvolvimento da nossa região inteira e, sobretudo, o nosso, o desenvolvimento do Brasil.

Então, Sr. Presidente, registrar os 92 anos deste Partido é, sobretudo, falar dessa trajetória, presente na vida política em todos os instantes. Não há uma batalha, de 1922 até hoje, em que os comunistas não estejam presentes, sempre com a bandeira da defesa dos interesses do povo brasileiro, dos que trabalham, dos que produzem riqueza, dos que colocam o pão na mesa do trabalhador.

É essa a nossa trajetória. É essa a nossa marca. E vamos dar sequência e consequência à nossa história trabalhando fortemente para uma vitória popular nas eleições do ano de 2014, o que significa aumentar a força do PCdoB, eleger mais Senadores, mais Deputados Federais, mais Deputados Estaduais, mais Vereadores. Quem sabe eleger um Governador, que está disputando eleição do Maranhão, o nosso Flávio Dino, que é uma meta mais do que ousada do PCdoB, mas, sobretudo, Sr. Presidente, nos fortalecer para ajudar o governo popular e democrático no nosso País.

Agradeço a V. Exª o espaço concedido, para que pudéssemos registrar a história do nosso Partido. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Inácio Arruda, e também ao PCdoB ao completar 92 anos de batalhas, sobretudo, por maior justiça em nosso País.

Agradeço muito se V. Exª puder presidir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Paulo Bauer, de Santa Catarina, pelo tempo regimental.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, agora assumindo a posição, Senador Inácio Arruda, Srªs e Srs. Senadores, cidadãs e cidadãos que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado, hoje é público e notório o fato de que, por sua incapacidade de gestão e por sua leniência com a corrupção, o Governo Federal colocou a maior empresa nacional na berlinda.

A Petrobras, outrora orgulho de todos nós brasileiros, é agora uma empresa com a metade do valor que tinha há quatro anos. A Petrobras já esteve entre as dez maiores empresas do mundo. Hoje não figura entre as 100 maiores. Listar os problemas da Petrobras chega a ser deprimente. Denúncias de corrupção na locação de plataformas vêm da Holanda, admissão de incompetência na compra de uma refinaria no Texas, com prejuízo de mais de US$1 bilhão, prisão de um importante ex-diretor da empresa por lavagem de dinheiro, só para citar alguns fatos.

E a mais recente: a revelação de que a sociedade com a venezuelana PDVSA na construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco nunca foi formalizada, nunca passou de um acerto feito de boca entre Lula e o Presidente Chávez, que, por isso, não pode ser cobrado da Venezuela. Acordos verbais não geram ações judiciais; acordos verbais não têm meios e nem maneiras de serem executados à luz das regras comerciais. E Lula e Chávez fizeram um acordo verbal a respeito dessa refinaria no Pernambuco.

Teremos nós brasileiros que assumir sozinhos o prejuízo de uma usina que deveria custar originalmente US$2 bilhões e que ficaria pronta em 2009, mas que já torrou quase US$20 bilhões dos cofres da Petrobras e ainda não foi concluída? Por tudo isso, a abertura de uma CPI é mais do que justificável, é necessária, é imprescindível. Aliás, eu registro e lembro que, à época em que os hoje governantes exerciam o papel de oposição, CPIs eram cobradas e exigidas para qualquer coisa. Se sumisse uma caixa de fósforo em um Ministério, Senador Arruda, era já proclamada a necessidade de instalação de uma CPI por todos os Líderes da oposição, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados. E hoje os Líderes governistas tremem, ficam verdes

de medo, porque se fala a palavra CPI, quando um fato tão relevante, tão grave como este da Petrobras é denunciado no Brasil e no mundo.

Não deveria ser assim, "quem não deve não teme". Por isso, a CPI deveria ser instalada. Não é, por razões óbvias!

No entanto, enquanto seguimos na luta pela criação da CPI, não devemos negligenciar os instrumentos de que já dispomos aqui no Legislativo para investigar os malfeitos na Petrobras.

A Câmara dos Deputados já aprovou a criação de uma comissão externa para investigar as denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras na Holanda.

No mesmo sentido, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou o requerimento de minha autoria, que contou com o apoio do Senador Aloysio Nunes, visando à criação de uma comissão para colaborar com as investigações da Câmara. Pelo que estou informado, a Liderança do Governo aqui no Senado ainda não promoveu as indicações dos dois Senadores que integram a Bancada do Governo e que participarão dessa comissão, que obviamente precisa ser instalada de acordo com a decisão soberana e unânime da Comissão de Relações Exteriores e que obviamente deverá se unir à comissão de Deputados na busca das informações e na solicitação de investigações tanto aqui no Brasil quanto lá na Holanda.

As investigações das comissões externas parlamentares não precisam ser restritas ao caso da Holanda, obviamente, todos os casos são correlatos, pois envolvem indícios de corrupção e negligência administrativa na Petrobras.

Acompanhemos, portanto, com atenção a instalação dessas comissões tanto na Câmara quanto aqui no Senado.

Diante do quadro tenebroso que está traçado no horizonte da Petrobras, dói-me trazer à atenção de V. Exªs mais um problema que passa pela empresa.

No entanto, não posso, por obrigação, deixar de abordar uma questão, até mesmo por se tratar de um problema que afeta diretamente o Estado que represento: o Estado de Santa Catarina. Refiro-me ao risco da escassez do gás natural.

É verdade, Srªs e Srs. Senadores, enquanto no campo energético todas as atenções se voltam para o risco de apagões e de racionamento de energia elétrica, graças à falta de chuvas por todo o Brasil, estamos negligenciando a questão do suprimento de gás natural em todo o Brasil, especialmente no Sul. Esse é um problema com potencial para afetar dramaticamente a produção industrial brasileira, especialmente na região Sul do País, que atualmente é abastecida por uma única fonte supridora, o Gasoduto Brasil-Bolívia.

Hoje o Gasoduto operado pela Petrobras está no limite de sua capacidade e como a região Sul fica no fim da linha não tem como receber ofertas adicionais de gás natural. Além disso, em um momento como este em que parte do gás é desviada para o funcionamento das usinas termelétricas, as empresas no Sul do Brasil convivem com a dúvida: se tiverem energia elétrica, poderão não ter gás; se tiverem gás, poderão não ter energia elétrica. É uma situação difícil que preocupa todo o setor produtivo e empresarial de Santa Catarina.

Notem a situação particular de Santa Catarina. Hoje nosso Estado cresce o dobro da média nacional em produção, em desenvolvimento, ou seja, estamos puxando o Brasil para cima, mesmo no cenário de dificuldades que o País vivencia.

No entanto, se a Petrobras não garantir o suprimento do gás natural, ela estará puxando Santa Catarina para baixo. É uma incoerência. É uma dificuldade. É uma tristeza. Esse quadro é inadmissível.

As indústrias da região Sul demandam maior oferta de gás natural, para que possam aumentar a sua produção e gerar mais empregos, entretanto, ao invés de aumentar a oferta de gás natural, hoje ela foi, de fato, reduzida. Se tal situação perdurar, as indústrias da região poderão ser forçadas a reduzir sua produção, o que pode levar ao corte de empregos. É um ciclo vicioso, cuja responsabilidade cabe única e exclusivamente ao Governo Federal.

Diante da inércia do Governo, uma grande iniciativa foi tomada pelo Fórum Industrial Sul, composto pelas Federações das Indústrias de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, mais as empresas públicas de gás natural dos três Estados, bem como suas respectivas Bancadas no Congresso Nacional.

O Fórum Industrial levou ao Ministério de Minas e Energia uma série de propostas visando resguardar e ampliar o suprimento de gás natural na região.

Nesse encontro, Santa Catarina foi representada pelo coordenador da Bancada Federal catarinense, o eminente Deputado Marco Tebaldi, meu colega no PSDB, e também pelo Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Glauco José Corte, outro dileto amigo, ambos defensores intransigentes das causas catarinenses.

Pois bem, Sr. Presidente, o Fórum Industrial Sul entregou ao Secretário Executivo do Ministério um documento defendendo ações não só necessárias, mas também absolutamente factíveis, o que é muito importante ressaltar. A seguir, faço um breve resumo das principais propostas, às quais me associo.

Em primeiro lugar, defendemos o aproveitamento do gás natural dos campos de petróleo do litoral sul. As plataformas podem ser adaptadas para extrair parte do gás natural existente em vários poços de petróleo. Esse excedente deve ser injetado no tramo, na rede sul do gasoduto Brasil-Bolívia, o que já aumentaria significativamente a oferta de gás para a região.

Outra demanda é a construção, nos portos da Região Sul, de terminais de regaseificação de gás natural liquefeito, que hoje só existem no Sudeste e no Nordeste, no Nordeste onde V. Exª vive e tem muitos votos, Senador Inácio Arruda. Os terminais de GNL diminuiriam a dependência do gás boliviano, pois poderíamos importar, por via marítima, gás natural de outros países produtores, e isso, sem dúvida, além de dar segurança energética, permitiria aumento de produção, e, mais do que isso, redução de custos, porque todos sabemos que o gás natural, não importa de onde venha, é um insumo mais barato do que as outras fontes geradoras de energia, geradoras de calor, como é o caso de combustíveis como gasolina, óleo diesel e outros tantos.

A ampliação da infraestrutura de transporte do gás natural também se faz necessária. O Fórum Industrial Sul defende a duplicação do tramo sul do gasoduto Brasil-Bolívia, entre Campinas e Canoas, passando por Santa Catarina, com *looping* nos trechos mais críticos.

Alem disso, é imprescindível a construção do gasoduto entre Araucária, no Paraná, e Mafra, em Santa Catarina, de forma a aumentar a oferta de gás natural para o noroeste catarinense.

É bom dizer, é necessário dizer: a Petrobras tem a competência e a condição de realizar todos esses investimentos, se dispuser para tanto de recursos financeiros. Não os possuindo, pode o Governo brasileiro e a própria Petrobras convidar parceiros da iniciativa privada para participarem desse projeto, desses investimentos, na construção e adaptação de portos, na implantação de novas redes, na busca e na captação de gás junto às plataformas petrolíferas já produtivas no Brasil e na Região Sul.

Isso, naturalmente, traria tranquilidade, porque o investidor que viesse a participar desse projeto teria resultado garantido, já que há demanda, há necessidade, há consumo e, portanto, há faturamento.

Se a Petrobras não tem capacidade e condição de investir, a iniciativa privada com certeza o fará – e num prazo bastante curto, com uma qualidade, sem dúvida nenhuma, comprovada.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o risco de desabastecimento de gás natural é real não apenas para o Sul, mas para todo o Brasil. O Governo Federal precisa priorizar ações que assegurem investimentos em infraestrutura, ao invés de priorizar, mais do que nunca e sempre, o projeto político de mais uma vitória eleitoral.

Está na hora de o Governo e os governantes do nosso País começarem a pensar no futuro do País, e não na futura eleição, como percebemos que ocorre hoje em todos os momentos da vida política brasileira.

Aliás, permita-me dizer, esta vitória que o Governo planeja estou seguro de que não haverá de acontecer. Ela não será comemorada pelos atuais governantes. A vitória que nós vamos ter no Brasil será comemorada pela sociedade brasileira, porque ela vai ser exatamente na direção de fazer um novo Brasil, de fazer um Brasil melhor, de fazer um Brasil maior, de fazer um Brasil onde o Governo cumpra efetivamente o seu papel, fazendo com que o desenvolvimento seja um mecanismo de promoção da qualidade de vida e do bem-estar social da nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente Inácio Arruda, pela sua gentileza em presidir a sessão durante este meu pronunciamento, que parece ser o último da sessão de hoje. Portanto, eu também me despeço dos brasileiros e das brasileiras que, durante o dia de hoje, deram atenção e audiência à TV Senado e à Rádio Senado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos a V. Exª pelo pronunciamento em defesa do seu Estado de Santa Catarina.

Antes de concluir os trabalhos da presente sessão, quero registrar que estive acompanhando, em nome da representação no Senado brasileiro do Estado do Ceará, a Presidente da República, em atividade no meu Estado do Ceará, no dia 19 de março, quarta-feira passada, que também é o dia em que se comemora o padroeiro, a festa do Padroeiro do Estado do Ceará, que é São José.

Houve várias atividades em Fortaleza e na cidade de Sobral, como a inauguração do último trecho do Eixão das Águas. Isso dá uma tranquilidade de abastecimento à população de Fortaleza e de toda a região metropolitana, que não terão de fazer nenhum tipo de racionamento, porque o abastecimento da cidade de Fortaleza e de toda a região metropolitana, fruto de um planejamento de longo prazo e que atravessou vários governos, foi concluído com o apoio da Presidente Dilma, do Presidente Lula e do Governador Cid Gomes, que esteve à frente da construção dos três últimos trechos dessa importantíssima obra no Estado do Ceará. Essa obra dá garantia de abastecimento durante 30 anos para toda a cidade de Fortaleza e região metropolitana, que são mais de quatro milhões de

pessoas atualmente, mas já estamos começando a trabalhar no planejamento dos trinta anos seguintes, para que não tenhamos nenhuma possibilidade de risco de falta de água para o povo da nossa região e do Estado do Ceará.

Faço esse registro porque o planejamento é muito importante quando estamos assistindo à possibilidade de racionamento em algumas grandes metrópoles brasileiras.

Na sequência – vou falar sobre isso no dia de amanhã, mas quero já deixar aqui registrado –, quero dizer que estive, em nome da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Infraestrutura, nas cidades de Porto Alegre, na quinta-feira, e na cidade de Curitiba, na sexta-feira, discutindo a reforma urbana, tema que saiu da 5ª Conferência Nacional das Cidades e que é objeto de debate, de discussão e, evidentemente, de mudanças na legislação que permitam ao povo brasileiro ter uma reforma urbana que garanta dias melhores para quem mora nas grandes cidades e nas médias e pequenas também.

Então, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores que nos acompanharam durante todo o dia de hoje, nós concluímos a nossa sessão com essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Presidência recebeu os **Avisos nºs 131 a 136, de 2014**, na origem, do Tribunal de Contas da União, comunicando o recebimento de cópias dos **Requerimentos nºs 888, de 2009; 1.074, de 2011; 954, de 2012; 19, 20 e 51, de 2014**, do Senado Federal, autuados naquele Tribunal sob os nºs TC-005.926/2014-9; TC-005.927/2014-5; TC-005.928/2014-1; TC-005.930/2014-6; TC-005.933/2014-5; TC-005.935/2014-8, respectivamente, e remetidos ao setor competente para as providências cabíveis.

São os seguintes os Avisos:

Aviso nº 131-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 375 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 888/2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando cópia de processos e documentos que apontam indícios de superfaturamento na construção da Refinaria do Nordeste (Abreu e Lima), em Pernambuco.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.926/2014-9, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Aviso nº 132-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 376 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 1.074/2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que seja realizada auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido, encomendado pela Petrobras junto ao Estaleiro Atlântico Sul.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.927/2014-5, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Aviso nº 133-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 377 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 954/2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que seja realizada auditoria nos contratos de publicidade oficial celebrados entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e empresas privadas nos anos de 2011 e 2012.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.928/2014-1, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Aviso nº 134-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 378 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 19/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que seja realizada auditoria nos repasses financeiros feitos pelo Governo Federal, por qualquer de seus entes, à ONG Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, desde 2003.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.930/2014-6, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Aviso nº 135-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 379 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 20/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que seja realizada auditoria junto à Petrobras para averiguar a legalidade, legitimidade, economicidade e a veracidade factual da chamada "operação de exportações de plataformas" realizada pela aludida Empresa de 2011 até a presente data.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.933/2014-5, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Aviso nº 136-GP/TCU

Brasília, 24 de março de 2014

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 380 (SF) de 19-3-2014, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa cópia do Requerimento nº 51/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que seja realizada auditoria junto à Caixa Econômica Federal na carteira de investimento do FI-FGTS.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.935/2014-8, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Os **Avisos nºs 131 a 136, de 2014**, foram juntados aos processados dos **Requerimentos nºs 888, de 2009; 1.074, de 2011; 954, de 2012; 19, 20 e 51, de 2014**.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Presidência recebeu do Ministro Felix Fischer, Presidente do Conselho da Justiça Federal, o **Ofício n° 2014/01140**, que encaminha retificação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2013.

O Ofício será publicado no *Diário do Senado Federal* de 26 de março do corrente.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2014/01140

Brasília, 18 de março de 2014.

Assunto: Conformidade de gestão

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028/2000, cópia da Portaria n. CJF-POR-2014/00121, de 13 de março do ano em curso, que dispõe sobre a retificação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2013, objeto da Portaria n. CJF-POR-2014/00046, de 23 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 subsequente, a qual foi encaminhada a essa Presidência por meio do Ofício n. CJF-OFI-2014/00135.

Atenciosamente,

MINISTRO FELIX FISCHER
Presiente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº CJF-POR-2014/00121 de 13 de março de 2014

Dispõe sobre a retificação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º quadrimestre de 2013, publicado por meio da Portaria n. CJF-POR-2014/00046, de 23 de janeiro de 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

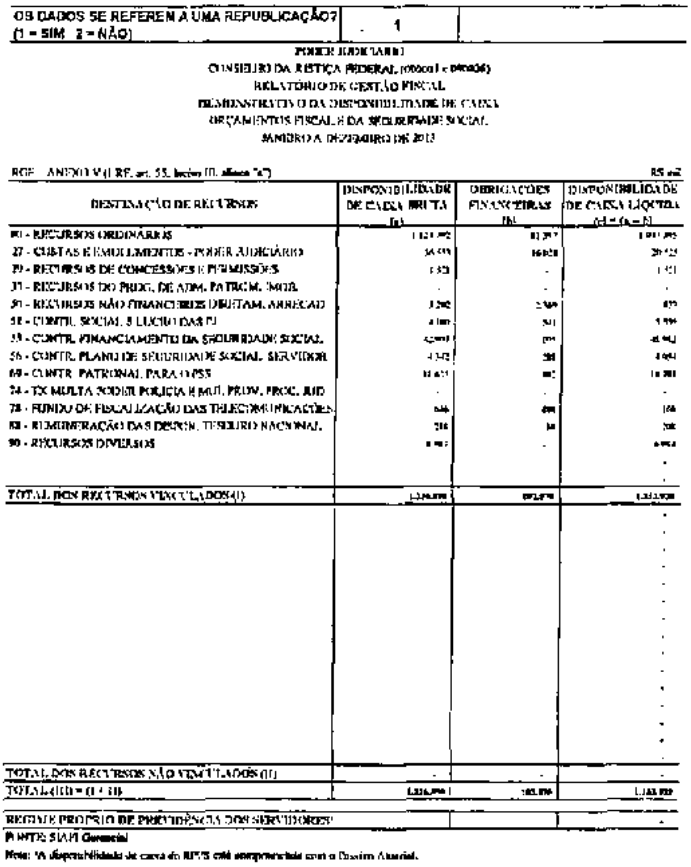
RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2014 por meio da Portaria n. CJF-POR-2014/00046, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público pela rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO FELIX FISCHER



OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	1	

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (00001 - 00026)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ajustado) (a-b=c)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.121.992	81.397	1.040.595
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	50.499	10.928	39.571
29 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.521	-	1.521
31 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOB.	-	-	-
50 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAM. ARRECAD	1.295	1.369	673
51 - CONTR. SOCIAL S/ LUCRO DAS PJ	4.180	381	3.799
53 - CONTR. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	42.043	1.251	40.792
56 - CONTR. PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.342	298	4.044
69 - CONTR. PATRONAL PARA O PSS	11.631	1.252	10.380
74 - TX MULTA PODER POLÍCIA E MUL. PROV. PROC. JUD	-	-	-
78 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	646	498	148
88 - REMUNERAÇÃO DAS DISPON. TESOURO NACIONAL	298	98	200
90 - RECURSOS DIVERSOS	6.962	-	6.962
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.334.970	97.170	1.237.800
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.334.970	97.170	1.237.800
RESULTADO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			-

FONTE: SIAFI Gerencial

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está compromissada com o Passivo Atuarial.

JORGE RICARDO AUREO FERREIRA
Secretário de Administração

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para ser juntada ao **OFN 2/2014**.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 262, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto da Proposta de Emenda à Constituição **(PEC) nº 63/2013**, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências, com as Propostas de Emenda à Constituição **(PEC) nº 2, de 2011**, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências pertinentes; **PEC nº 5, de 2011**, que restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do Ministério Público, da advoca-

cia e da defensoria públicas e dá outras providências pertinentes; e **PEC nº 68, de 2011**, que altera o art. 39 da Constituição Federal para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre o mesmo tema.

Justificação

Já tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 5 e 68, de 2011, que tratam de restabelecer a gratificação de tempo de serviço para magistrados e membros do Ministério Público, com o título de adicional de tempo de serviço. A PEC 63/2013 vem na mesma direção e tem o mesmo objetivo, o que justifica sua tramitação em conjunto com as anteriormente citadas.

Sendo assim, nada mais coerente que as matérias sejam analisadas pelo Senado Federal numa decisão conjunta, como prescreve o art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 263, DE 2014

(Requerimento nº 19, de 2014 – CMA)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea *a,* e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para que esclareça:

i) se há inquéritos policiais instaurados no Departamento de Polícia Federal para apurar cometimento de delitos na extração ilegal de riquezas minerais e vegetais nas terras indígenas brasileiras;
ii) no caso de a resposta ao quesito anterior ser afirmativa, solicitamos a identificação desses inquéritos, a informação sobre a fase em que se encontram e sobre o eventual envolvimento de servidores públicos do Departamento de Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos delitos mencionados.

Justificação

Na audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, em 5 de novembro de 2013, foram trazidas notícias sobre o cometimento de delitos referentes à exploração ilegal de riquezas naturais em terras indígenas, e algumas delas mencionavam suposta participação de servidores da própria Funai e do Departamento de Polícia Federal.

A obtenção de respostas às questões formuladas é necessária à adequada atuação institucional do Senado Federal e de sua Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

Senador Ivo Cassol
PP (RO)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 19, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 264, DE 2014

(Requerimento nº 16, de 2014 – CMA)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea *a,* e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, com vistas à obtenção de respostas aos quesitos abaixo formulados, necessárias à atuação institucional do Senado Federal e de sua Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA):

i) a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) dispõe de recursos humanos capacitados, aptos a fiscalizar as atividades econômicas que vêm sendo realizadas em terras indígenas em desacordo com o texto constitucional e legal, especialmente no que concerne à exploração de riquezas minerais e florestais? A Funai dispõe de recursos materiais que tornem operacionalmente possível essa atividade de fiscalização?

ii) caso os recursos humanos e materiais disponíveis sejam insuficientes, que medidas estão sendo planejadas ou implementadas para reverter essa situação?

iii) a apresentação de relatório contendo informações detalhadas sobre os eventos de exploração irregular de riquezas em terras indígenas identificados pela Funai e as providências eventualmente adotadas para debelá-los.

Justificação

Durante a audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em 5 de novembro de 2013, foram feitas muitas críticas à atuação da Funai, em especial, à falta de estrutura material e humana e à ausência de fiscalização adequada relativa à exploração de riquezas naturais em terras indígenas.

Necessitamos obter informações do Governo Federal sobre as ponderações feitas a fim de que a CMA possa orientar sua atuação institucional.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

Senador Ivo Cassol
PP (RO)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 265, DE 2014

(Requerimento nº 17, de 2014 – CMA)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea *a,* e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para que esclareça qual é a situação atual (arranjo institucional, recursos alocados, objetivos, diretrizes, metas alcançadas até dezembro de 2013 e impactos efetivos na proteção das riquezas contidas nas terras indígenas) da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA), instituídos pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

Justificação

Na audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, em 5 de novembro de 2013, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas foram mencionados, com destaque, como ferramentas estratégicas para o combate à exploração de riquezas naturais nas terras indígenas.

É fundamental que o Senado Federal e sua Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle disponham de mais elementos sobre esses importantes instrumentos de ação governamental.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

Senador Ivo Cassol
PP (RO)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 266, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 85 de 2009, que disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências, que encontra-se apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 281/2012; PLS 282/2012 e PLS 283/2012, passe a tramitar em separado.

Sala das Sessões, de de 2014. – Senador **Armando Monteiro.**

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2014

Dispõe sobre a participação de representantes dos Estados e do Distrito Federal na discussão das propostas e planos orçamentários da União e na definição dos investimentos e obras deles decorrentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a participação permanente de representantes dos Estados e do Distrito Federal na discussão, no âmbito do Poder Executivo federal, das propostas e planos orçamentários da União e na definição dos investimentos e obras deles decorrentes.

Parágrafo único. Aplica-se esta Lei à discussão referente às propostas e planos orçamentários que tenham ou possam ter impacto nos Estados e no Distrito Federal.

Art. 2º O Poder Executivo federal coordenará os encontros necessários à discussão de que trata o art. 1º com a participação de representantes do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º As entidades federativas serão responsáveis pelas despesas necessárias à participação de seus respectivos representantes.

§ 2º Os encontros serão conduzidos por um dos representantes do governo federal.

Art. 3º A discussão de que trata o art. 1º terá como diretrizes básicas o fortalecimento do pacto federativo, o atendimento equânime e justo das necessidades da população e o assessoramento técnico dos participantes.

Art. 4º Na discussão de que trata o art. 1º, os participantes poderão:

I – opinar sobre a elaboração das propostas e planos orçamentários da União e sobre a definição dos investimentos e obras deles decorrentes;

II – apresentar estudos sobre obras e investimentos realizados com recursos federais.

Art. 5º A discussão de que trata o art. 1º ocorrerá nos termos definidos em regulamento do Poder Executivo federal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto estabelece a obrigatoriedade de participação permanente de um representante de cada Estado e do Distrito Federal, indicados pelos respectivos governos, na discussão, no âmbito do Executivo federal, das propostas e planos orçamentários da União e na definição dos investimentos e obras deles decorrentes.

Em nosso país, a União concentra enormemente a arrecadação das receitas tributárias e de outras naturezas que financiam a realização de obras e investimentos públicos. Não é à toa que a Constituição estabelece a repartição de parte das receitas tributárias da União entre as demais unidades federativas, para o fortalecimento do pacto federativo e a manutenção da isonomia entre as populações dessas unidades.

Por essa mesma razão, anualmente é incluída na Lei Orçamentária Anual da União a previsão de despesas que se destinam à realização de obras e outros investimentos em Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, os quais, muitas vezes, não têm condições de realizar os programas de governo de que suas respectivas populações necessitam sem esse importante auxílio do Governo central.

Por outro lado, o art. 165, § 7º, da Carta Magna dispõe que os orçamentos fiscal e de investimento das empresas estatais da União, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Assim, o escopo central deste Projeto é o fortalecimento do pacto federativo, ao dar voz aos Estados e ao Distrito Federal no encaminhamento dos estudos e discussões sobre obras e investimentos federais que tenham impacto em seus respectivos territórios, por meio da criação de um foro oficial e permanente de diálogo entre o Governo central e os governos regionais, materializado pelo grupo permanente de discussão orçamentária.

Tal medida vai ao encontro da ideia de orçamento participativo, como resposta da sociedade à dificuldade, até hoje existente, de tornar o orçamento uma peça que efetivamente realiza as políticas públicas demandadas pela população. Tendo em vista que boa parte do orçamento da União se destina à realização de políticas públicas nos Estados e no Distrito Federal, é justo que essas unidades da Federação possam, de forma oficial, participar da discussão e da definição das obras e investimentos financiados com recursos federais que terão impacto em seus respectivos territórios.

Vale frisar que a União abrange os territórios formados pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios, sendo nesses entes onde efetivamente ocorre a aplicação dos recursos arrecadados pelo Governo Federal, de modo que esta medida legal constitui-se em mais um instrumento para fazer valer um atendimento mais equânime e justo das necessidades da população brasileira de todas as unidades federativas.

Nesse sentido, contamos com o apoio dos Nobres Pares na aprovação do referido Projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Garibaldi Alves.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2014 (COMPLEMENTAR)

Estabelece normas para a redução das desigualdades inter-regionais nos termos do art. 165, § 7º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas para a redução das desigualdades inter-regionais, por meio da lei orçamentária anual, nos termos do art. 165, § 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º Os orçamentos fiscal e de investimento das empresas estatais, previstos no art. 165, § 5º, I e II, da Constituição Federal, terão entre suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo os critérios regionais de população e renda *per capita* estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º O projeto de lei orçamentária anual será acompanhado de demonstrativo regionalizado dos investimentos relativos aos orçamentos fiscais e de investimento das empresas estatais, previstos no art. 165, § 5º, I e II, da Constituição Federal, destacando o papel desses investimentos para a redução das desigualdades inter-regionais.

Art. 4º Os investimentos a que se refere o art. 3º serão distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal conforme os percentuais mínimos de participação calculados, a cada exercício, a partir da população e da renda *per capita* apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. Os percentuais mínimos de participação deverão ser diretamente proporcionais à população e inversamente proporcionais à renda *per capita* do Estado ou do Distrito Federal.

Art. 5º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, anualmente, um relatório circunstanciado do impacto dos investimentos públicos sobre a economia de cada região, destacando a oferta de emprego, o crescimento da renda e os indicadores sociais.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, devendo suas normas serem incorporadas ao projeto de lei orçamentária encaminhado no exercício seguinte.

Justificação

A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabeleceu entre os objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III). Ademais, determinou que o orçamento fis-

cal e o orçamento de investimento das empresas estatais terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (art. 167, § 7º). Por fim, previu incentivos ao desenvolvimento das regiões (art. 43).

Desde então, muitos avanços foram conseguidos na redução das desigualdades sociais. O exitoso Plano Real teve um papel fundamental ao reduzir a inflação que tanto afetava as camadas mais pobres da população. As políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa-Família, e a política de aumentos reais do salário mínimo também tiveram um papel importante no combate às desigualdades de renda e de oportunidade no País.

No entanto, ainda persistem grandes disparidades entre as regiões, especialmente na comparação entre as Regiões Sudeste e Sul com as Regiões Norte e Nordeste. As diferenças de produto e renda *per capita* permanecem em estágio ainda preocupante, conforme podermos verificar ao analisarmos as estatísticas econômicas e sociais. A renda *per capita* da Região Nordeste é menos da metade da renda *per capita* do País e sua taxa de analfabetismo 3 vezes maior que a da Região Sudeste.

A persistência dessa situação torna imperativa uma nova institucionalidade na condução da política regional. Nesse sentido, uma proposta juridicamente factível é fazer valer o § 7º do art. 165 da Constituição Federal, que prevê o papel do orçamento da União na redução das desigualdades inter-regionais. Dessa forma, o Projeto que apresentamos tem o propósito de reforçar o papel equalizador da União diante de tais desigualdades, particularmente no direcionamento dos investimentos públicos com forte impacto na atividade econômica regional.

Entendemos que o Parlamento brasileiro não pode ficar insensível em relação ao desenvolvimento mais equilibrado de nossa economia.

Diante do exposto peço, aos eminentes Pares, o apoio à aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Garibaldi Alves.**

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Desenvolvimento Regional e Turismo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2014

Altera o Código de Processo Penal para prever nova modalidade de prisão preventiva: em caso de flagrante de crime de racismo ou injúria racial, como recurso pedagógico, no interesse da sociedade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 312. .....

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada:

I – em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º); ou

II – em caso de flagrante de crime de racismo ou injúria racial, observado o disposto no inciso II do art. 310, como recurso pedagógico, no interesse da sociedade." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o presente projeto de lei, propomos a criação de mais uma modalidade de prisão preventiva. A prisão cautelar tem por funções clássicas a garantia da ordem pública e da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a segurança na aplicação da lei penal. A Lei nº 12.403, de 2011, acrescentou mais uma: substituir outras medidas cautelares quando descumpridas (recolhimento domiciliar, proibição de presença em certos lugares, monitoração eletrônica etc.).

Propomos uma nova função para a prisão preventiva, que seria uma espécie de sub-função da garantia da ordem pública: conscientizar a sociedade para o problema da discriminação racial. Trata-se de um cancro na sociedade brasileira, em razão de quase quatro séculos de escravidão. Os efeitos profundos do regime escravista ainda permanecem entre nós, e muitas pessoas têm se negado a adotar os valores civilizados da convivência pacífica e respeitosa, embutidos em um dos fundamentos de nosso Estado Democrático – a dignidade da pessoa humana –, previsto no art. 1º, III, de nossa Carta Política.

Infelizmente, muitas vezes, quando falham as políticas públicas, precisamos lançar mão de meios mais duros, como o direito penal, para conscientizar e embutir valores civilizados na sociedade.

O interesse da sociedade é invocado pelo Código de Processo Penal (CPP) para legitimar medidas como o sigilo do inquérito policial e a incomunicabilidade do indiciado (arts. 20 e 21). Agora ele é invocado para conscientizar o preso em flagrante por discriminação racial.

A prisão perdurará enquanto o juiz julgar conveniente, como já previsto no CPP (art. 316).

Esperamos que, com a intimidação da prisão, as pessoas procurem controlar mais suas pulsões e emoções e, ao contrário, façam prevalecer o exercício racional do respeito mútuo. É o que propõe o projeto, e para o qual chamo a atenção de meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **João Capiberibe,** PSB/AP.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Texto compilado
Vigência

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO I
Do Processo em Geral

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º). (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 20 de março de 2014, da **Mensagem nº 45, de 2014**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto Parcial nº 2, de 2014**, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2013 (nº 2.693/2011, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor".

São as seguintes, Mensagem e razões de veto:

VETO PARCIAL
Nº 2, DE 2014

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2013
(nº 2.693/2011, na Casa de origem)

(Mensagem nº 45/2014, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 110, de 2013 (nº 2.693/11 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 5º do art. 2º-A da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, inserido pelo art. 1º do projeto de lei

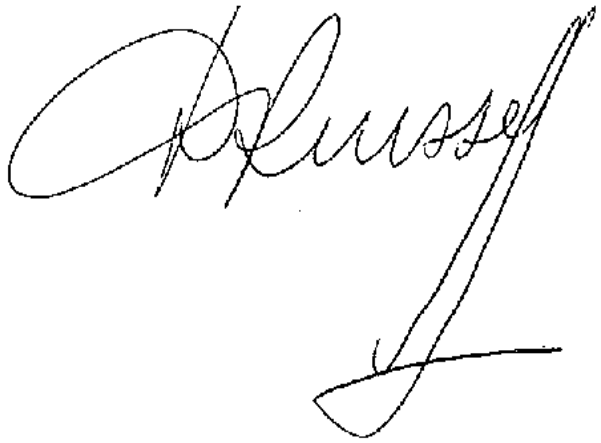
"§ 5º A comercialização de vinho colonial será realizada por meio de emissão de nota do talão de produtor rural e exigirá em sua rotulagem a especificação de sua denominação, origem e características do produto."

Razão do veto

"A determinação da comercialização de vinho colonial por meio de nota do talão de produtor rural pode ser interpretada como desobrigação da emissão de nota fiscal, necessária na sistemática de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de março de 2014.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2013
(nº 2.693/2011, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.

(*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é a bebida elaborada de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura desenvolvida por aquele que atenda às condições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observados os requisitos e limites estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve ser elaborado com o mínimo de 70% (setenta por cento) de uvas colhidas no imóvel rural do agricultor familiar e na quantidade máxima de 20.000 l (vinte mil litros) anuais.

§ 2º A elaboração, a padronização e o envasilhamento do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural do agricultor familiar, adotando-se os preceitos das Boas Práticas de Fabricação e sob a supervisão de responsável técnico habilitado.

§ 3º A comercialização do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverá ser realizada diretamente com o consumidor final, na sede do imóvel rural onde foi produzido, em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

§ 4º Deverão constar do rótulo do vinho de que trata o **caput** deste artigo:

I – a denominação de "vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural", "vinho colonial" ou "produto colonial";

II – a indicação do agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, com endereço do imóvel rural onde foi produzido;

III – o número da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP fornecida por entidade autorizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

IV – outras informações exigidas ou autorizadas nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 5º A comercialização de vinho colonial será realizada por meio de emissão de nota do talão de produtor rural e exigirá em sua rotulagem a especificação de sua denominação, origem e características do produto."

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 27. .....

§ 1º .....

§ 2º O registro de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural fica condicionado a comprovação periódica dos requisitos estabelecidos no art. 2º-A desta Lei."(NR)

Art. 3º O art. 43 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. O registro do estabelecimento e do produto, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização do vinho e dos derivados da uva e do vinho sob os aspectos higiênico-sanitários e de qualidade serão executados em conformidade com as normas e prescrições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

§ 1º As exigências para o registro de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ser adequadas às dimensões e finalidades do empreendimento, e seus procedimentos deverão ser simplificados.

§ 2º A inspeção e a fiscalização da elaboração do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ter natureza prioritariamente orientadora, observando-se o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração."(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nos termos do arts. 10-A e 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 2, de 2014 (PLC 110/2013)

Senadores

Ana Amélia (Bloco Maioria – PP/RS) – relatora do projeto no Senado Federal.

Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio ao Gov.– PSOL/AP)

Cássio Cunha Lima (Bloco Minoria – PSDB/PB)

Alfredo Nascimento (Bloco União e Força – PR/AM)

Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Deputados

Vicentinho (PT/SP)

Alceu Moreira (PMDB/RS)

Moreira Mendes (PSD/RO)

Beto Albuquerque (PSB/RS)

A Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto no prazo de vinte dias, nos termos do art. 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, encerrar-se-á em 18 de abril de 2014.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Senhora Presidente da República adotou, em 21 de março de 2014, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra do Diário Oficial

da União, a **Medida Provisória nº 639 de 2014,** que "Autoriza o Banco Central do Brasil a alienar à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. – CDURP os imóveis que especifica".

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Titulares	**Suplentes**
Eunício Oliveira	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Romero Jucá
Sérgio Petecão	3. Vital do Rêgo
Paulo Davim	4.
Ricardo Ferraço	5.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)

Titulares	**Suplentes**
Wellington Dias	1. Randolfe Rodrigues
Acir Gurgacz	2. Humberto Costa
Rodrigo Rollemberg	3. Zeze Perrella
Vanessa Grazziotin	4. Lídice da Mata

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Titulares	**Suplentes**
Aloysio Nunes Ferreira	1. Alvaro Dias
Cássio Cunha Lima	2. Paulo Bauer
José Agripino	3. Wilder Morais

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Titulares	**Suplentes**
Eduardo Amorim	1. Alfredo Nascimento
Gim	2. Marcelo Crivella

PROS*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

Titular	**Suplente**
Ataídes Oliveira	1.

DEPUTADOS

PT

Titulares	**Suplentes**
Vicentinho	1. Sibá Machado
Valmir Assunção	2. Luiz Couto

PMDB

Titulares	**Suplentes**
Eduardo Cunha	1. Darcísio Perondi
Marcelo Castro	2. Edinho Araújo

PSD

Titulares	**Suplentes**
Moreira Mendes	1. Júlio Cesar
Eleuses Paiva	2. Heuler Cruvinel

PSDB

Titular	**Suplente**
Antonio Imbassahy	1. Vanderlei Macris

PP

Titular	**Suplente**
Eduardo da Fonte	1. Givaldo Carimbão

DEM

Titular	**Suplente**
Rodrigo Maia	1. Efraim Filho

PR

Titular	**Suplente**
Bernardo Santana de Vasconcellos	1.

PSB

Titular	**Suplente**
Beto Albuquerque	1. Glauber Braga

SDD

Titular	**Suplente**
Fernando Francischini	1. Arthur Oliveira Maia

Bloco (PV/PPS)

Titular	**Suplente**
	1.

PTB

Titular	**Suplente**
Jovair Arantes	1. Antonio Brito

PSC*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Titular	**Suplente**
Andre Moura	1. Leonardo Gadelha

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado.

É o seguinte o calendário:

– Publicação no *DOU*: 21/03/2014(Ed. Extra)
– Designação da Comissão: 25/03/2014
– Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
– Emendas: de 22/03/2014 até 27/03/2014 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012, de 2012-CN.
– Remessa do processo à CD: -
– Prazo na CD: até 17/04/2014(até o 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: 17/04/2014
– Prazo no SF: de 18/04/2014 a 01/05/2014 (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: 01/05/2014
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 02/05/2014 a 04/05/2014 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 05/05/2014 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 19/05/2014

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das lideranças:

Ofício nº 55/2014-BLUFOR

Brasília, 25 de março de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Marcelo Crivella, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 639, de 21 de março de 2014, que "Autoriza o Banco Central do Brasil a alienar à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do porto do Rio de Janeiro S.A. – CDURP os imóveis que especifica."

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, PTB – PR – PSC – PRB.

Ofício nº 109-L-Democratas/14

Brasília, 25 de março de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rodrigo Maia para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 639, de 21 de março de 2014, que "Autoriza o Banco Central do Brasil a alienar à Companhia de Desenvolvimento da Região do Porto do Rio de Janeiro S. A. – CDURP os imóveis que especifica", em vaga existente.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Senhora Presidente da República adotou, em 21 de março de 2014, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra do Diário Oficial da União, a **Medida Provisória nº 640 de 2014,** que "Cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos – FCGE e extingue Funções Comissionadas Técnicas – FCT".

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Titulares	**Suplentes**
Eunício Oliveira	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Romero Jucá
Sérgio Petecão	3. Vital do Rêgo
Paulo Davim	4.
Ricardo Ferraço	5.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)

Titulares	**Suplentes**
Wellington Dias	1. Randolfe Rodrigues
Acir Gurgacz	2. Humberto Costa
Rodrigo Rollemberg	3. Zeze Perrella
Vanessa Grazziotin	4. Lídice da Mata

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Titulares	**Suplentes**
Aloysio Nunes Ferreira	1. Alvaro Dias
Cássio Cunha Lima	2. Paulo Bauer

José Agripino	3. Wilder Morais

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Titulares	**Suplentes**
Eduardo Amorim	1. Alfredo Nascimento
Gim	2. Marcelo Crivella

SDD*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

Titular	**Suplente**
Vicentinho Alves	1.

DEPUTADOS

PT

Titulares	**Suplentes**
Vicentinho	1. Sibá Machado
Valmir Assunção	2. Luiz Couto

PMDB

Titulares	**Suplentes**
Eduardo Cunha	1. Darcísio Perondi
Marcelo Castro	2. Edinho Araújo

PSD

Titulares	**Suplentes**
Moreira Mendes	1. Júlio Cesar
Eleuses Paiva	2. Heuler Cruvinel

PSDB

Titular	**Suplente**
Antonio Imbassahy	1. Vanderlei Macris

PP

Titular	**Suplente**
Eduardo da Fonte	1. Givaldo Carimbão

DEM

Titular	**Suplente**
Felipe Maia	1. Efraim Filho

PR

Titular	**Suplente**
Bernardo Santana de Vasconcellos	1.

PSB

Titular	**Suplente**
Beto Albuquerque	1. Glauber Braga

SDD

Titular	**Suplente**
Fernando Francischini	1. Arthur Oliveira Maia

Bloco (PV/PPS)

Titular	**Suplente**
	1.

PTB

Titular	**Suplente**
Jovair Arantes	1. Antonio Brito

PRB*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Titular	**Suplente**
George Hilton	1. César Halum

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado.

É o seguinte o calendário:

– Publicação no *DOU*: 21/03/2014(Ed. Extra)
– Designação da Comissão: 25/03/2014
– Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
– Emendas: de 22/03/2014 até 27/03/2014 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012, de 2012-CN.
– Remessa do processo à CD: -
– Prazo na CD: até 17/04/2014(até o 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: 17/04/2014
– Prazo no SF: de 18/04/2014 a 01/05/2014 (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: 01/05/2014
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 02/05/2014 a 04/05/2014 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 05/05/2014 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 19/05/2014

A matéria está publicada em avulsos.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

Ofício nº 56/2014-BLUFOR

Brasília, 25 de março de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Marcelo Crivella, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 640, de 21 de março de 2014, que "Cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos – FCGE e extingue Funções Comissionadas Técnicas – FCT".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB – PR – PSC – PRB.

Ofício nº 110-L-Democratas/14

Brasília, 25 de março de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Felipe Maia para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 640, de 21 de março de 2014, que "Cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos – FCGE e extingue Funções Comissionadas Técnicas-FCT" em vaga existente. – Respeitosamente, Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Presidência designa o Senador Mário Couto para integrar, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em substituição ao Senador Cyro Miranda, nos termos do **Ofício n° 21, de 2014**, da Liderança do PSDB.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 21/14 – GLPSDB

Brasília, de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Mário Couto, para integrar, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em substituição ao senador Cyro Miranda.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador ALVARO DIAS
Vice - Líder do PSDB em Exercício

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A Presidência designa, como titular, o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória n° 635, de 2013**, conforme o **Ofício n° 74, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 74/2014 – Bloco

Brasília, 25 de março de 2014

Assunto: Substituição de titular da Comissão Mista MP nº 635/13

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Wellington Roberto (PR/PB), para membro titular em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), na Comissão Mista da Medida Provisória nº 635, de 2013, que "Dispõe sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências".

Respeitosamente,

Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos
Líder do Bloco Parlamentar
PR/PTdoB/PRP

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado "Projeções pessimistas", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 06 de março de 2014.

O editorial revela as recentes projeções coletadas pelo Banco Central na Pesquisa Focus, onde o Brasil continuará com inflação alta, crescimento econômico abaixo de medíocre e contas externas em mau estado, neste e no próximo ano.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

–"Projeções pessimistas", *Estado de S. Paulo*.

Projeções pessimistas

E. de S. Paulo 06/03/2014



O Brasil continuará com inflação alta, crescimento econômico abaixo de medíocre e contas externas em mau estado, neste e no próximo ano, segundo as projeções coletadas pelo Banco Central (BC) na pesquisa Focus, realizada semanalmente com cerca de uma centena de instituições financeiras e consultorias. A última pesquisa, divulgada nesta quarta-feira, foi conduzida na sexta passada. Na véspera, dia 27, havia sido divulgada a primeira estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) de 2013. Na antevéspera o BC havia anunciado a alta dos juros básicos de 10,5% para 10,75%. A principal novidade, neste caso, havia sido um aumento menor que os seis anteriores, todos de 0,5 ponto percentual. As duas notícias, juntas, foram insuficientes para mudar o humor do mercado e afetar seriamente as estimativas formuladas nas semanas anteriores. Os analistas continuam à espera de informações muito mais positivas para abandonar ou pelo menos atenuar o pessimismo. Isso dependerá basicamente do governo.

A pesquisa Focus apresenta projeções sobre preços, juros, dívida pública, crescimento econômico, câmbio e contas externas. As cifras publicadas são as medianas das estimativas. Os economistas do mercado, tudo indica, estão menos otimistas que os dirigentes do BC em relação à alta de preços. Para a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi mantida a projeção de 6%, a mesma coletada nas quatro semanas anteriores. Mas pioraram as estimativas do IGP-DI, do IGP-M e do IPC-Fipe. Só diminuíram as projeções da Selic. A taxa final prevista para o ano foi baixada de 11,25% para 11,13%. A taxa média de 2014 foi diminuída de 10,97% para 10,91%. De toda forma, foi mantida a aposta em novos aumentos de juros, porque a inflação deverá permanecer elevada e resistente.

A decisão do BC pode ter sido baseada em algum otimismo quanto à evolução dos preços. Pode ter sido motivada pela preocupação com o crescimento econômico. Pode ter resultado de uma combinação desses dois fatores. Seja como for, o pessoal das consultorias e das instituições financeiras pouco mudou suas avaliações e manteve as previsões de inflação muito longe da meta de 4,5% e de expansão econômica inferior à do ano passado. No caso do PIB, a melhora da projeção foi muito pequena, de 1,67%, na semana anterior, para 1,70%.

Mas a estimativa da produção industrial piorou, caindo de 1,87% para 1,80%. A expansão econômica mais uma vez dependerá, portanto, dos serviços e da agropecuária – e isso ainda será determinado pelos estragos da estiagem.

O pessimismo ainda se estende ao próximo ano. Para 2015, a inflação projetada continua em 5,70%, a mesma taxa estimada quatro semanas antes. O crescimento econômico deve chegar a 2%, uma taxa extraordinariamente baixa para uma economia emergente. A produção industrial poderá expandir-se 3% – resultado abaixo de pífio, depois de três anos muito ruins.

Os analistas do setor privado continuam, portanto, duvidando amplamente de qualquer melhora significativa das condições de funcionamento da economia nacional. Segundo essa avaliação, o País continuará operando com baixa produtividade e, portanto, com reduzido potencial de crescimento.

Essas dúvidas são perfeitamente compatíveis com as projeções para as contas externas. A projeção para o superávit comercial foi rebaixada de US$ 8,25 bilhões, há quatro semanas, para US$ 7,80 bilhões e, em seguida, para US$ 7 bilhões. Em quatro semanas, a previsão do saldo no próximo ano diminuiu de US$ 13 bilhões para US$ 10 bilhões. O déficit em transações correntes para este ano foi mantido em US$ 75 bilhões na pesquisa Focus da sexta-feira passada – menor que o do ano passado (US$ 81,4 bilhões), mas ainda um forte sintoma de desarranjos internos.

Um surto de investimentos produtivos poderia justificar um déficit em conta corrente dessa magnitude, mas o caso brasileiro é outro. O Brasil continua investindo menos que 20% do PIB tanto em infraestrutura quanto em meios de produção para empresas. Milagre econômico seria crescer mais com investimento tão baixo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o senador, Aloysio Nunes Ferreira, intitulada "É preciso materializar o 'mal-estar'", publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 02 de março de 2014.

Líder da bancada do PSDB no Senado, Aloysio acredita que o desafio de Aécio Neves é apresentar um projeto de País que dê conta do sentimento de mudança. Ainda segundo o senador tucano, Aécio tem de se 'sintonizar' com Alckmin e FHC, uma 'corrente política que é vitoriosa'.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
–"É preciso materializar o 'mal-estar'", *Estado de S. Paulo*.

Estado de S. Paulo 02/03/2014

Aloysio Nunes Ferreira, senador (PSDB-SP)

É preciso materializar o 'mal-estar', diz Aloysio

Para senador tucano, desafio de Aécio Neves é apresentar um projeto de País que dê conta do sentimento de mudança

Débora Bergamasco / BRASÍLIA

Com a missão de ajudar a abrir portas em São Paulo para o pré-candidato tucano à Presidência, Aécio Neves, e de usar a tribuna do Senado para atacar o governo petista, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) diz que a presidente Dilma Rousseff "tem uma relação de intrigas e chantagens com sua base parlamentar".

Citando pesquisas que mostram a disposição do eleitor para mudanças, o tucano destaca a necessidade de se achar um discurso que canalize esse sentimento. "Esse mal-estar (*da sociedade*) ainda não se materializou na forma de um projeto político preciso", afirma nesta entrevista ao Estado.

Além de apontar os erros dos adversários, Aloysio admite que as acusações de corrupção que pesam sobre o ex-presidente do PSDB, ex-governador e ex-deputado Eduardo Azeredo, réu no chamado mensalão mineiro, já estão contabilizadas como "prejuízo político".

Com um legado de mais de 11 milhões de votos em São Paulo conquistados na eleição de 2010, Aloysio acredita que, agora, Aécio adotou a estratégia correta para tentar conquistar os eleitores paulistas. Trata-se de "grudar" sua imagem à de lideranças de São Paulo, como é do governador Geraldo Alckmin, e à do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Quando FHC venceu a primeira eleição, ele defendia o combate à inflação. Lula ganhou prometendo melhorias sociais. Os candidatos hoje têm bandeiras novas?
A presidente Dilma não propôs nem executou nenhuma política nova. Candidatou-se à reeleição cedo demais e aí condenou o seu governo a ser mero executor de políticas de curto prazo. Fizemos uma reunião de líderes no Congresso para programarmos nosso ano legislativo. Cada líder apresentou a pauta de suas prioridades e os do governo não apontaram nada, zero. Porque Dilma se acomodou a um tipo de condução em que o governante não conduz, é conduzido.

Lula surfou em uma onda externa muito favorável e simplesmente deixou as coisas correrem. Ela seguiu a toada e o resultado foi o desperdício de um momento extremamente positivo. Como a cigarra que cantou durante o verão e quando chegou o inverno não tinha o que comer. Hoje, faz medidas de curto prazo e midiáticas, como o Mais Médicos, as desonerações setoriais, a intervenção desastrosa no mercado de energia. Dilma desperdiçou uma base parlamentar orgânica da qual hoje ela é refém. É uma relação de intrigas e de chantagens entre ela e a base parlamentar, que leva ao jogo de soma zero. O Congresso está parado, não enfrenta nada. A Câmara dos Deputados há muito tempo não delibera.

O Como vê essa briga na base aliada do governo?
É um amálgama de interesses partidários que tem como objetivo a simples reprodução do patrimônio político de cada um e da própria presidente, que visa acumular o maior tempo de propaganda eleitoral. Hoje, o governo promove obstrução com medo de enfrentar sua própria base. Por outro lado, a base cozinha o governo em fogo lento, enquanto não sem reforma ministerial e cargos nas agências reguladoras.

O Qual é o desafio do senador Aécio Neves para deslanchar no Estado de São Paulo?
O Aécio tem que se sintonizar com essa corrente política que é vitoriosa, como Alckmin e FHC. Como presidente do partido, ele também busca contato mais íntimo com os líderes políticos que não aparecem nos jornais, mas que são grandes mobilizadores de votos. Existe um mal-estar, os brasileiros querem mudança.

O Hoje a presidente Dilma venceria no primeiro turno. Por quê?
É que esse mal-estar ainda não se materializou na forma de um projeto político preciso. Você tem um descontentamento que o mundo político ainda não conseguiu expressar. Esse é o desafio de Aécio.

O O ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB) irá bem em reeleger-se no mandato de deputado?
Do ponto de vista político, o simples fato de que a mídia cunhou a expressão "mensalão mineiro", o prejuízo já está contabilizado. Nós vamos ter que demonstrar, ao longo da eleição, que não houve mensalão mineiro. Foi um crime eleitoral cometido no bojo de uma campanha pluripartidária. No caso do PT, Lula foi advertido (*sobre a existência do mensalão*). Ele não foi réu, mas deveria ter sido. Se o Dirceu, que era ministro da Casa Civil, foi condenado, evidentemente o Lula também deveria ter sido, ou pelo menos intimado a se explicar.

O Eduardo Azeredo argumenta que, assim como o Lula não sabia do mensalão, ele também não sabia do esquema mineiro... Tudo bem, essa declaração do Azeredo eu não subscrevo.

O Seu nome está sendo cogitado para ser candidato à vice na chapa do senador Aécio. Se ele te convidar, o senhor aceita?
Isso não é pergunta que se faça.

O Por que não?
Porque não. Ainda não está na pauta.

NA WEB
Vídeo. Senador comenta presença de Aécio em SP

A COLUNA DE DORA KRAMER VOLTA NA SEXTA-FEIRA, DIA 7 DE MARÇO

Associação. Aloysio avalia que Aécio tem de se 'sintonizar' com Alckmin e FHC, uma 'corrente política que é vitoriosa'

QUEM É

• Natural de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) obteve, em 2010, a mais alta votação alcançada por um candidato ao Senado no País: 11 milhões de votos.

Formado em Direito, foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso.

Entre os anos de 2005 e 2009, foi secretário de Governo da Prefeitura de São Paulo. Foi deputado federal pelo PSDB e pelo PMDB, sigla pela qual também foi deputado estadual e vice-governador.

Nos anos 60, integrou grupo armado de resistência à ditadura Aliança Libertadora Nacional (ALN). Ficou exilado na França de 1968 a 1979.

O Dissemos a eles:
"Você tem um sentimento de descontentamento que o mundo político ainda não conseguiu expressar. Esse é o desafio de Aécio"

"Dilma desperdiçou uma base parlamentar orgânica da qual hoje ela é refém. É uma relação de intrigas e de chantagens entre ela e a base parlamentar"

"O simples fato de que a mídia cunhou a expressão 'mensalão mineiro', o prejuízo já está contabilizado. Vamos ter que demonstrar, ao longo da eleição, que não houve mensalão mineiro".

"O Aécio tem que se sintonizar com essa corrente política que é vitoriosa, como Alckmin e Fernando Henrique Cardoso"

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, "Política fiscal começa mal", publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 05 de março de 2014.

O editorial destaca a tentativa do governo ao deixar de registrar gastos em dezembro para apresentar em 2013 resultados menos comprometedores para a qualidade de sua política fiscal cada vez mais desacreditada não deu certo. Para a política fiscal o ano começou mal. O superávit primário ficou abaixo da expectativa dos analistas, sendo o pior resultado em janeiro desde 2009.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "Política fiscal começa mal", *Estado de S. Paulo*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Estado de S. Paulo 05/03/2014

Política fiscal começa mal

O que o governo deixou de registrar como gastos em dezembro, para apresentar em 2013 resultados menos comprometedores para a qualidade de sua política fiscal cada vez mais desacreditada, acabou tendo de lançar em janeiro – e a consequência não poderia ser diferente daquela exposta nos números divulgados pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional. Os resultados são frustrantes. Embora utilizem critérios de aferição diferentes, com abrangência igualmente diferente, o que obviamente produz resultados não coincidentes, as duas instituições oficiais deixam claro que o governo ainda tem muito a fazer para convencer os analistas privados e os contribuintes em geral de que, como prometeu há pouco, mesmo sendo ano eleitoral, 2014 será marcado por maior controle de suas despesas.

Para a política fiscal, o ano começou mal. Em janeiro, o superávit primário do setor público – isto é, a economia necessária para o pagamento dos juros da dívida pública – foi de R$ 19,9 bilhões. O resultado, que inclui o governo central, os governos regionais (Estados e municípios) e as empresas estatais dos três níveis de governo, foi 23,4% menor do que o de janeiro de 2013 (R$ 26,0 bilhões). Como aumentou seus gastos, o governo central registrou superávit primário de R$ 12,5 bilhões, 38% menor do que o de janeiro de 2013 (R$ 20,2 bilhões), e foi o grande responsável pela piora do resultado consolidado – que só não foi pior por causa do aumento de 38,3% do saldo dos governos regionais, de R$ 7,2 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o superávit primário atingiu R$ 81 bilhões, o equivalente a 1,67% do PIB, resultado pior do que o acumulado até dezembro, de R$ 91,3 bilhões, ou 1,9% do PIB. Alguns resultados são historicamente ruins. O superávit de janeiro é o pior desde 2011 e o déficit nominal do setor público é o maior do mês de janeiro desde 2006.

Já na contabilidade do Tesouro, o que se constata é que, embora sazonalmente em janeiro as contas do governo central apresentem os melhores resultados do ano, no primeiro mês de 2014 o superávit primário ficou em R$ 12,95 bilhões, menos da metade do resultado de janeiro de 2013 (R$ 26,28 bilhões) e abaixo da expectativa dos analistas do mercado financeiro. É o pior resultado em janeiro desde 2009, ano em que o governo abriu os cofres para tentar conter o impacto da crise internacional iniciada com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro do ano anterior.

O secretário do Tesouro, Arno Augustin, negou com veemência que, em dezembro, o governo tenha postergado despesas, com o objetivo de melhorar os resultados das contas públicas em 2013, e as transferido para o início de 2014. No entanto, variações não usuais nas despesas sugerem que, de fato, em dezembro houve uma compressão de gastos que teve de ser aliviada em janeiro.

As despesas do governo federal no primeiro mês deste ano – incluindo os gastos com pessoal, com programas sociais, transferências, custeio administrativo e investimentos – aumentaram 19,5% em relação às de janeiro do ano passado, enquanto as receitas cresceram apenas 6,6%. Considerados apenas os gastos com custeio e investimentos, o crescimento foi 32,9%, uma variação tão grande que não pode ter decorrido simplesmente de mais compras ou de contratação de pessoal, novas obras ou serviços, e sim de quitação de débitos que estavam represados.

Muito ruim para os resultados de janeiro, essa prática deverá ter influência apenas residual nos próximos meses, o que não significa, porém, que a situação da política fiscal seja tranquila. Há pouco mais de uma semana, ao anunciar os novos parâmetros para a política fiscal em 2014, o que inclui a redução de R$ 44 bilhões no orçamento deste ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o objetivo é alcançar, neste ano, um superávit primário de R$ 99 bilhões, equivalente a 1,9% do PIB, mesmo porcentual registrado em 2013. Desse valor, o governo federal deverá obter R$ 80,8 bilhões, ou 1,55% do PIB. Por enquanto, essas metas não são mais do que declarações de intenções.

Sen Aloysio Nunes

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, entre tantas efemérides criadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, uma se destaca pela importância, pelo senso de oportunidade, pela emergência e pela universalidade do tema. Estou me referindo ao Dia Mundial da Água, festejado no último dia 22.

A celebração anual do Dia Mundial da Água não pretende lembrar que ela é indispensável para a sobrevivência da humanidade, dos animais e das plantas, mas lembrar que é um recurso finito, que deve ser usado de forma criteriosa, e que sua qualidade deve ser preservada para não comprometer a saúde da população. A data tem ainda a intenção de conscientizar a humanidade para os múltiplos usos da água na vida cotidiana: não apenas na segurança alimentar, mas também no saneamento, na geração de energia, nos transportes marítimos e fluviais, no equilíbrio das condições climáticas.

A escassez de água é uma questão que preocupa diferentes povos em todo o planeta, uma vez que o esgotamento hídrico já é uma realidade em diferentes regiões. É necessário levar em conta, em primeiro lugar, que, embora os oceanos representem três quartos da superfície da Terra, a disponibilidade de água, e especialmente de água potável, é muito limitada. A água doce representa menos de três por cento do total de água existente no planeta, e apenas 22% dessa água doce está disponível nos rios, lagos e aquíferos.

Além disso, Senhor Presidente, devemos ter em vista que a água disponível não é uniformemente distribuída, havendo regiões com grande abundância, como a Amazônia, e regiões de escassez, como o Oriente Médio e o norte da África. As campanhas da ONU e de vários outros organismos internacionais têm procurado conscientizar as pessoas para a necessidade de utilizar a água de modo racional, isto é, evitar o desperdício e também sua contaminação. Afinal, estima-se que mais de dois milhões de pessoas morram todos os anos em consequência de doenças provocadas pelo consumo de água contaminada, como a diarreia e o cólera.

Desde sua instituição pela Assembleia Geral da ONU, em 1993, o Dia Mundial da Água tem, a cada ano, um tema específico. A escolha para este ano – Água e Energia – foi muito feliz e apropriada, especialmente para nós, brasileiros, uma vez que os reservatórios das nossas usinas hidrelétricas encontram-se em níveis muito baixos, havendo possibilidade de racionamento.

Essa escolha, conforme explicam os técnicos do Ministério do Meio Ambiente, decorre do fato de água e energia serem intimamente interligados e interdependentes, bastando lembrar que a geração de energia, seja ela hidrelétrica, térmica ou nuclear, precisa de água em grandes quantidades. Ao mesmo tempo, 8% de toda a energia produzida no planeta é utilizada para bombear, tratar e levar a água até os consumidores.

A advertência da ONU, portanto, é especialmente oportuna para nós, brasileiros, neste ano de 2014, dada a escassez de chuva nos últimos meses, especialmente no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentra 70% da capacidade de armazenamento de todos os reservatórios brasileiros.

Citando dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico, o jornal Correio Braziliense informou, recentemente, que o nível dos reservatórios do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste era de apenas 37,6% no início do mês passado, ou seja, em pleno período de chuvas, sendo esse o menor percentual para o período desde 2001. Embora a situação até o momento não seja desesperadora, os especialistas já advertem para a necessidade de economizar água e também energia.

Sr. Presidente, se nessas regiões onde a água costuma ser mais abundante já vemos os sinais de escassez e a iminente necessidade de racionamento de energia, imagine no nosso nordeste que sofre constantemente com a seca!

Não pretendo listar aqui os inúmeros problemas causados pela falta de água na nossa região, mas sim lembrar que soluções existem e que elas são acessíveis, seja por meio de projetos para driblar a seca, seja pelo uso de outras fontes de energia. No momento em que as hidrelétricas diminuem sua produção pela escassez de chuvas, há que se buscar outros recursos.

No Piauí, por exemplo, a geração de energia limpa em breve se tornará realidade. A construção de seis parques eólicos no Estado – que devem começam a produzir a partir de 2016 – vai permitir um fornecimento melhor e mais barato e, principalmente, baixar o preço para o consumidor que hoje paga caro pelo serviço. Alguns estados do nordeste já estão utilizando energia gerada pelos ventos e isso é muito bom.

Srªs e Srs. Senadores, em um País onde os ventos e o sol são abundantes e o clima varia pouco, a produção de energia por meio dessas fontes é praticamente uniforme durante todo o ano.

No que diz respeito à energia do sol, apesar do nosso grande potencial, o Brasil ainda produz pouca energia solar, principalmente por conta do alto preço dos painéis de captação, que são importados.

Além das novas opções de energia, existem várias ações que também podem ajudar a diminuir os efeitos da estiagem e eu gostaria de ressaltar alguns projetos importantes no meu Estado.

Um deles é a construção de uma usina termelétrica movida a biomassa, na região do município de Canto do Buriti. Vários benefícios serão criados pelo novo empreendimento, entre eles, a geração de energia com

menor impacto ao meio ambiente, a redução nas tarifas pagas pela população e a criação de novos postos de trabalho. Para se ter uma ideia, a capacidade da nova usina corresponde a 1/4 da energia consumida anualmente em nosso estado – ou, ainda, equivale a atender 650 mil pessoas.

Outra iniciativa em estudo é a utilização da água de aquíferos para abastecimento da região do semiárido piauiense. Esse projeto, se viabilizado – que vai usar água do subsolo – deve beneficiar cerca de 600 mil pessoas e atender 42 cidades da região. Senhor Presidente, esses caminhos que começam a ser trilhados, certamente, vão mudar para melhor a realidade dos brasileiros que sofrem com a seca.

A comemoração do Dia Mundial da Água, ocorrida no dia 22 de março, é uma das iniciativas mais felizes da Organização das Nações Unidas, que merece o apoio dos Poderes nos três níveis da Federação, das entidades comunitárias e associações não-governamentais e, enfim, de todos os cidadãos.

Utilizando a água com sabedoria, dentro de uma perspectiva sustentável, estaremos garantindo a possibilidade de prover saúde, segurança alimentar, saneamento básico e energia para toda a humanidade; e estaremos, também, propiciando as condições necessárias à preservação dos recursos naturais e à sobrevivência das próximas gerações.

Muito obrigado!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), situado entre 2009 e 2011, revelaram que o meu Estado de Roraima aparece em quarto lugar, entre dez estados brasileiros, onde as mulheres enfrentam mais situação de violência de gênero.

Senhores legisladores, avançamos muito nos últimos tempos, com relação à adoção de políticas públicas, ações estratégicas e projetos, voltados ao combate à violência doméstica, sexual e de gênero em nosso País.

Estamos na execução, pelo Governo Federal, do III Plano Nacional de Política para as Mulheres; um instrumento administrativo que direciona as políticas públicas a serem adotadas, nas áreas de economia, saúde, educação, moradia e segurança.

Assistimos, como orgulho, a visibilidade que ganhou a Lei Maria da Penha, dirigida à proteção das mulheres que estão sob o risco da violência doméstica e sexual. Conquistamos o Disque 180, um serviço gratuito de denúncia de violência doméstica e sexual que já registrou mais de 3 milhões de denúncias.

Temos o programa "Mulher, Viver sem Violência", que reúne vários serviços protetivos e que resulta na conquista da Casa da Mulher Brasileira, que nos dá um sentimento de amparo oficial. No meu Estado, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira terá edital de construção, publicado no próximo dia 30.

Temos, pela primeira vez, na história do país, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com um orçamento específico, para garantir a implantação e execução de políticas e projetos voltados à cidadania das mulheres.

Contamos hoje, com 421 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs), em todos os estados do país – e o meu Estado de Roraima é um deles -, para proteger as todas mulheres em situação de perigo.

Mas, ainda assim, é cada vez mais assustador o número de mulheres que se tornam vítimas de seus companheiros, parceiros e namorados e ex-namorados. É verdade que as mulheres estão adotando uma nova postura diante da violência, doméstica e familiar da qual são vítimas milhares delas.

Mas impressionante como ainda temos de reagir com veemência às omissões do Poder Público, especialmente, de governos estaduais, à violência que afeta milhares de mulheres brasileiras, independentemente de classes sociais, escolaridade e credos.

Nesta Casa Política pleiteamos a tipificação do feminicídio e o aprimoramento do Disque 180, como forma de frear a fúria contra a vida das mulheres dentro e fora de casa.

Reivindicamos, também a regulamentação dos direitos de todos os trabalhadores domésticos, matéria a ser apreciada na Câmara dos Deputados. Também queremos que todas as mulheres tenham o direito de registrar seus filhos, como preceitua o PLC 16/2013, que tramita nesta Casa.

Nos Estados queremos que os governos adotem todas as secretarias estaduais de proteção à mulher, um orçamento específico destinado a combater esta modalidade de violência.

Em Roraima, onde todos os dias a imprensa mostra casos de violência e desrespeito às mulheres, não descansarei, enquanto não ver a questão da violência doméstica e familiar e sexual na lista das prioridades sociais, políticas e econômicas do Governo do estado. Trata-se, senhores e senhoras, uma postura não de fazer favores, mas reconhecer a cidadania das mulheres de Roraima.

Era o que tinha a dizer, senhoras e senhores, neste dia de celebrações e reflexões sobre nossa condição de cidadãs na sociedade contemporânea.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2013-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 223, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2013-Complementar, do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (assegura o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo fiscal)*.
Parecer sob o nº 1.356, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.
(Pendente de Parecer da CCJ sobre as emendas de Plenário)

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*
Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*
Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*
Parecer nº 1.470, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*
Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.*
Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

9
REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

10
REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

11
REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

12
REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

13
REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

14
REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

15
REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

16
REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

17
REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

18
REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

19
REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

20
REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

21
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

22
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que *solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

23
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

24
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

25
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

26
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

27
REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) – Está encerrada, portanto, a presente sessão.

Boa noite a todos.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 34 minutos.)

PARECER
Nº 11, DE 2014-CN

DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 630, DE 2013, QUE *Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.*

RELATORA: Senadora **GLEISI HOFFMANN**

I – RELATÓRIO

A Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal (CF), editou, em 24 de dezembro de 2013, a Medida Provisória (MPV) nº 630, que promove alterações na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Juntamente com a Mensagem Presidencial que acompanha a MPV, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00287/2013 MP CGU MJ SDH, de 24 de dezembro de 2013, em que são apresentadas as razões do Poder Executivo para a adoção da medida.

A MPV é constituída por três artigos. O art. 1º promove mudanças nos seguintes dispositivos da Lei nº 12.462, de 2011:

a) ampliação do universo de contratações passíveis de serem feitas com base no RDC, com a inclusão daquelas que tenham por objeto obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo (acréscimo do inciso VI ao art. 1º da Lei);

b) previsão, como diretriz das licitações e contratos do RDC, do estabelecimento de condições de garantia contratual compatíveis com as do setor privado (alteração do inciso IV do art. 4º da Lei);

c) limitação do uso do regime de contratação integrada aos casos de obras e serviços de engenharia que envolvam ao menos uma das seguintes características: (i) inovação tecnológica ou técnica; (ii) possibilidade de execução com diferentes tecnologias; (iii) possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado (mudança do *caput* e introdução de incisos no art. 9º da Lei);

O art. 2º da MPV, ao revogar o inciso III do § 2º do art. 9º da Lei do RDC, põe fim à exigência de que as licitações para obras e serviços de engenharia no regime de contratação integrada sejam julgadas segundo o critério de técnica e preço.

O art. 3º da MPV define a sua cláusula de vigência.

No prazo fixado pelo art. 4º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, foram apresentadas 30 emendas à MPV.

II – ANÁLISE

II.1 – Constitucionalidade, Adequação Financeira e Orçamentária, Técnica Legislativa da MPV

O art. 62 da Constituição Federal (CF) confere à Presidente da República poderes para editar medidas provisórias, com força de lei, em caso de relevância e urgência. A aferição da presença dos pressupostos de relevância e urgência condiciona-se a um juízo político do Congresso Nacional. Cabe aos representantes da soberania popular, examinar se há razões que justifiquem a legislação de urgência. No presente caso, concordamos com os argumentos do Poder Executivo, lançados na Exposição de Motivos, no sentido de que a matéria é relevante e urgente.

A Lei nº 8.666, de 1993, tem se revelado um conjunto de normas em muitos aspectos ultrapassado e carente de ampla reforma. As repercussões desse déficit legislativo são óbvias e dispensam maiores comentários. O grande número de proposições legislativas propondo alterações naquela Lei ou mesmo a aprovação de um novo estatuto de licitações e contratos demonstra a relevância do tema. Aliás, recentemente, uma comissão temporária no Senado Federal aprovou proposta de um novo marco legal para os procedimentos de licitações e contratos púbicos. A

edição, em 2011, da Lei do RDC também se insere no mesmo movimento de modernização da Lei nº 8.666, de 1993, especialmente aqueles relativos à contratação de obras. Ora, o propósito da MPV em análise é exatamente a ampliação do uso desse novo regime que vem se mostrando mais adequado as contratações públicas, e o aperfeiçoamento de suas regras.

A MPV se revela não apenas relevante, mas também urgente, uma vez que possibilita a aplicação do RDC aos casos de obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. A crise do sistema carcerário, presente em vários Estados da Federação, reclama medidas céleres do Poder Público na construção de novas unidades prisionais. O mesmo pode ser dito quanto aos estabelecimentos de internação de adolescentes infratores. É o que bem ressalta a EMI:

> 3. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, o déficit estimado no sistema prisional em todo o país é superior a 237 mil vagas, fazendo com que o cumprimento da pena ocorra em condições incompatíveis com a dignidade da pessoa humana. Além disso, é necessária a desativação de unidades de internação impróprias e sua substituição por unidades ajustadas ao caráter eminentemente pedagógico atribuído às medidas socioeducativas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
>
> 4. Com a adoção do RDC, a União e os demais entes federados terão à disposição um instrumento apto a atender tais demandas, conferindo celeridade e obtendo melhores propostas nas licitações para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.

Presentes os pressupostos de relevância e urgência, importa consignar que a matéria tratada na MPV, além de ser da competência legislativa da União (art. 22, XXVII, da Constituição), não está entre aquelas sobre as quais é interditada a edição de medidas provisórias (§ 1º do art. 62 da Constituição). Ademais, no tocante ao conteúdo, não vislumbramos desacordo entre seus dispositivos e quaisquer preceitos da Carta Magna. Por isso, somos pela constitucionalidade da medida.

Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, sobre os quais esta Comissão também deve se pronunciar, concordamos com a análise realizada na Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 2, de 8 de janeiro de 2014, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e

Controle do Senado Federal. Com efeito, as alterações promovidas pela MPV na Lei nº 12.462, de 2011, não repercutem diretamente na geração de despesas ou receitas orçamentárias, nem se revelam incompatíveis com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e com as leis do ciclo orçamentário.

II.2 – Mérito

Como já mencionado, a MPV promove algumas alterações pontuais na Lei do RDC. No mérito, somos pela aprovação de todas elas.

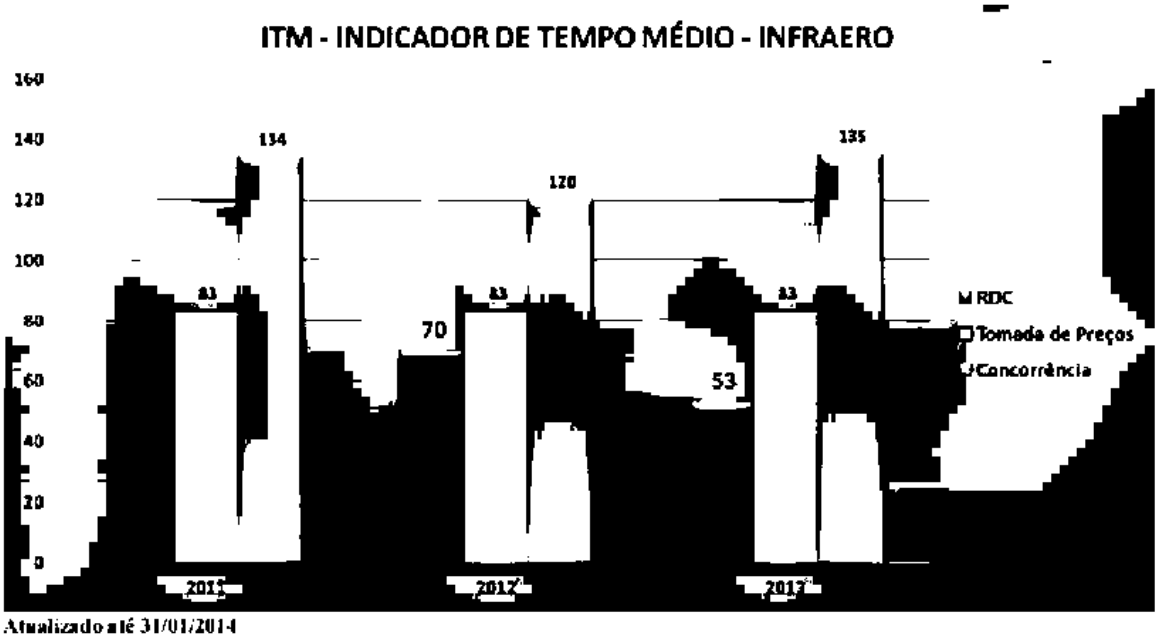
Quanto à introdução de uma nova hipótese de uso do RDC, convém atentar para o fato de que, dadas as inúmeras vantagens proporcionadas por esse regime de contratação, o legislador tem gradativamente aumentado o âmbito de aplicação da Lei nº 12.462, de 2011. Assim é que, originalmente pensado como uma alternativa para as licitações e contratações referentes à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, o RDC pode hoje ser utilizado nas ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento; nas licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino; na contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito de Sistema Único de Saúde; nas aquisições de bens e contratações de obras, serviços de engenharia e outros serviços técnicos com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil para modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos; para contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e para as contratações de obras e serviços no âmbito do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.

Ressalte-se que o uso do RDC é uma alternativa colocada à disposição do administrador público, que também pode continuar a utilizar as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, quando isso se mostrar adequado. A quase totalidade das contratações para aquisição de bens e prestação de serviços continua a se fazer nos termos dessas leis. O RDC tem sido adotado predominantemente na contratação de obras e serviços de engenharia. A nosso ver, não existem justificativas de ordem técnica para limitar o âmbito de aplicação da Lei do

RDC a algumas poucas hipóteses. Analisaremos essa questão mais à frente. Por ora, voltemos ao novo caso de utilização do RDC, previsto na MPV.

Em pouco mais de dois anos de anos de vigência da Lei nº 12.462, de 2011, tem-se verificado uma sensível redução na duração do processo licitatório, quando realizado sob esse novo regime. E isso ocorre sem que os descontos obtidos pela Administração Pública em relação ao orçamento prévio sejam distintos daqueles obtidos quando o certame se processa sob o regime da Lei nº 8.666, de 1993.

Para ilustrar o ganho de tempo obtido com o RDC apresentam-se dois exemplos da experiência atual na administração pública. Primeiramente um gráfico com o prazo necessário para homologação de licitações da empresa Infraero desde 2011. Fica evidente a redução do tempo, nos anos de 2012 e 2013, em dias corridos, entre as contratações realizadas através de concorrência (CC), de tomada de preços (TP) e do RDC.



Atualizado até 31/01/2014
Prazos em dias corridos (Data publicação edital até data homologação)
Fonte: Demonstrativo de Licitações Consolidado
Elaboração: Gerência de Normatização e Sistemas - UCNS

Em seguida, apresenta-se tabela do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, que igualmente evidencia a redução nos prazos médios nas contratações através do RDC, tanto nas contratações integradas, quanto nas licitações que utilizam projeto básico, quando comparados às modalidades constantes da Lei nº 8.666, de 1993.

Redução de Prazo - DNIT
RDC Integrada x RDC Preço Global x 8666/93

Atividades/ regime de execução	Contratação Integrada	Preço Global/preço unitário	Lei 8666/93
Elaboração de projeto básico/anteprojeto	120 dias	240 dias	240 dias
Aprovação de projeto	-	300 dias	300 dias
Licitação (fase interna)	30 dias	30 dias	30 dias
Licitação (fase externa)	79 dias	47 dias	174 dias
Contratação	30 dias	30 dias	30 dias
Elaboração do projeto	90 dias	-	-
Aceitação do projeto	30 dias	-	-
Início de obra ($\sum tempos$)	379 dias	647 dias	774 dias

As deficiências de infraestrutura do sistema prisional no Brasil são do conhecimento de todos. Presídios superlotados e péssimas instalações constituem regra. Situação semelhante se passa com as unidades de atendimento socioeducativo. Esse cenário reclama medidas urgentes. Em 15 de outubro de 2013, foi assinado por representantes dos três Poderes da República um pacto visando a implementação de diversas medidas dirigidas à melhoria do sistema penitenciário brasileiro. O Conselho Nacional de Justiça aponta que a população carcerária brasileira atual é de cerca de 550 mil detentos, ao passo que o sistema prisional oferece menos de 311 mil vagas. Entendemos que as alterações promovidas pela MPV nº 630, de 2013, contribuem para combater esses problemas, na medida em que permitem o uso de um regime mais expedito de licitação para obras de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos prisionais e unidades de atendimento socioeducativo.

Ademais, ao estabelecer como diretriz do RDC a adoção de condições de garantia contratual compatíveis com o setor privado, a MPV viabiliza assim o uso da caução, da fiança bancária e do seguro-garantia, a possibilidade de retomada da obra pela seguradora em caso de inadimplência, bem como a exigência de garantia em percentuais superiores aos fixados na Lei nº 8.666, de 1993, quando for essa a prática no setor privado. Com efeito, o valor máximo de garantia exigida do

contratado, correspondente a 5% do valor do contrato na referida lei, pode-se revelar muito baixo em alguns casos.

Também as condições fixadas pela MPV para a contratação integrada nos parecem adequadas. Esse regime de execução contratual, por atribuir ao contratado não apenas a execução da obras, mas também a própria elaboração dos projetos correspondentes, deve ser adotado apenas em circunstâncias nas quais esteja claro que, por dispor de maior expertise que a Administração, o contratado possa realizar com maior eficiência o objeto contratual se lhe for permitido participar da própria concepção da obra, elaborando seus projetos básico e executivo, bem como escolhendo as técnicas, tecnologias e metodologias a serem utilizadas. Tais circunstâncias não estão presentes em todas as contratações. É necessário que a obra envolva inovação tecnológica ou técnica, ou possa ser executada com diferentes tecnologias ou com tecnologias de domínio restrito no mercado.

Cabe registrar que, no Direito Comparado, a contratação integrada também é utilizada apenas em circunstâncias como as descritas. Na Espanha, a contratação conjunta da elaboração do projeto e da execução das obras correspondentes só pode se dar quando motivos de ordem técnica tornem necessária a vinculação da empreiteira ao projeto das obras ou quando as obras tiverem dimensões excepcionais ou apresentem dificuldades técnicas singulares, a requererem soluções fornecidas com meios e capacidade técnica das próprias empreiteiras (art. 124 da Lei de Contratos do Setor Público).

Em Portugal, a contratação integrada é possível quando a construtora assumir obrigações de resultado relativas à utilização da obra ou em casos de tamanha complexidade técnica do processo construtivo, que demande especial ligação da empreiteira à concepção da obra (art. 43 do Código de Contratos Públicos).

Na França, os contratos de concepção-realização são admitidos quando motivos de ordem técnica tornam necessário que a própria construtora elabore o projeto de engenharia. Tais motivos devem estar ligados à destinação ou à implementação técnica da obra, podendo envolver dois tipos de operação: aquelas que tenham por finalidade maior uma produção cujo processo condicione sua concepção, realização e implementação; ou aquelas cujas características intrínsecas (dimensões excepcionais ou dificuldades técnicas peculiares) demandem uma implementação dependente de meios e técnicas próprias das empresas (art. 37 do Código de Contratos Públicos).

Como se vê, os requisitos fixados pela MPV para o uso da contratação integrada, além de reduzirem o espaço de discricionariedade do administrador público, são consentâneos com a experiência internacional sobre o tema.

Por fim, entendemos pertinente a revogação do inciso III do § 2º do art. 9º da Lei do RDC. Com efeito, nem sempre será necessária a adoção do critério de técnica e preço nas licitações para contratação integrada. Vale ainda lembrar que usualmente os órgãos de controle têm criticado e rejeitado a subjetividade dos critérios técnicos como parâmetros para esta modalidade de contração, ficando para técnica e preço tão somente a verificação dos atestados de capacidade técnica, o que já é exigido na habilitação. Por outro lado, é inegável constatar que o atual momento tecnológico experimentado pela administração pública permite que sejam elaborados com precisão e qualidade anteprojetos, melhores inclusive do que os conhecidos projetos básicos, para uso nas contratações integradas.

II.3 – Das Emendas Apresentadas na Comissão Mista

Foram apresentadas 30 emendas à MPV nº 630, de 2013, de autoria dos Congressistas a seguir identificados: Senador Inácio Arruda (Emenda nº 1); Deputado Eduardo Cunha (Emenda nº 2); Deputado Mendonça Filho (Emenda nº 3); Deputado Nelson Marquezelli (Emenda nº 4); Deputado Francisco Chagas (Emendas nº 5 e 6); Senador Romero Jucá (Emenda nº 7, 27, 28 e 29); Deputado André Figueiredo (Emenda nº 8); Deputado Rogério Carvalho (Emenda nº 9, 10 e 11); Deputado Laercio Oliveira (Emenda nº 12); Deputado Marcus Pestana (Emenda nº 13); Deputado José Guimarães (Emenda nº 14); Deputado Pedro Uczai (Emenda nº 15, 16, 17, 22, 23 e 24); Senador Ricardo Ferraço (Emenda nº 18); Deputado Danilo Forte (Emenda nº 19); Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (Emenda nº 20); Senador Francisco Dornelles (Emenda nº 21); Deputado Paulo Pimenta (Emenda nº 25 e 26).

O objeto das emendas apresentadas e a análise que fazemos de cada uma delas encontram-se em quadro resumo anexo a este Relatório. Em síntese, propomos o acolhimento, total ou parcial, das Emendas nºs 1, 11, 18 e 21, e a rejeição das demais, boa parte delas por não guardar relação com o objeto da MPV (art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002).

II.4 – Alterações promovidas pela Relatora

Como já havíamos adiantado, não vislumbramos razões para limitar o uso do RDC a algumas poucas hipóteses de contratação de obras e serviços de engenharia. Nesses quase três anos de vigência da Lei nº 12.462, de 2011, seus méritos são visíveis. A Lei nº 8.666, de 1993, por seu turno, a despeito de suas muitas exigências e controles burocráticos, nunca foi capaz de impedir, de modo eficaz, desmandos nas licitações e contratos administrativos.

Evidentemente, uma discussão mais aprofundada em torno da revogação daquela Lei deve ser feita com cuidado, nas comissões das Casas do Congresso Nacional. Conforme já foi relatado, recentemente, uma comissão temporária incumbida de discutir o assunto no Senado Federal propôs a aprovação de novo marco legal para as licitações e contratos, incorporando o conteúdo da Lei do RDC e revogando parte das disposições da Lei nº 8.666, de 1993. Cremos que este não é o foro para se travar essa discussão. Por outro lado, inexistem razões técnicas que justifiquem a interdição do uso do RDC nas licitações para contratação de obras, serviços e aquisições em geral. Por isso, sem irmos ao extremo de sugerir a substituição pura e simples da Lei nº 8.666, de 1993, que é mais complexa e abrangente, pelo RDC, no PLV que propomos invertemos a lógica atual de enumerar os poucos casos em que o regime diferenciado é admissível, para permitir o seu uso nas licitações e contratos em geral. Nada impedirá que, assim o desejando e sendo essa a alternativa que melhor atende ao interesse público, o administrador continue a se valer da Lei nº 8.666, de 1993. O que não parece razoável é impedir, sem fundamento, o uso do RDC.

Aproveitamos a oportunidade para propor duas alterações na Lei nº 12.462, de 2011, necessárias para evitar interpretações equivocadas de seu texto. O art. 8º, § 3º, da Lei trata do modo de apuração do custo global de obras e serviços de engenharia, com uso do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro). Tal dispositivo não excepciona expressamente as licitações para contratação integrada, porém, não faz sentido que o orçamento prévio da Administração seja elaborado com base naqueles sistemas em uma licitação na qual a Administração fornece apenas um anteprojeto de engenharia, cabendo ao vencedor do certame a

elaboração dos projetos básico e executivo. Por isso, o PLV que apresentamos modifica o § 3º do art. 8º da Lei, para deixar claro que ele não se aplica às licitações para contratação integrada.

Ainda a esse respeito, cabe registrar que as contratações integradas se submetem a um regramento específico, constante do art. 9º, § 2º, II, da Lei, segundo o qual *o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.* Ao comentar o dispositivo, observa Marçal Justen Filho que, na contratação integrada, *não há cabimento de produzir um orçamento detalhado para nortear a Administração Pública e as propostas dos licitantes*, uma vez que *a Administração desconhece a composição de custo das obras*, e *não existe uma definição segura de preços unitários, razão pela qual o valor da futura contratação pode apenas ser estimado em termos gerais* (*Comentários ao RDC*, São Paulo: Dialética, 2013, p. 196). Como se vê, a sistemática do uso do Sinapi e do Sicro é totalmente inadequada nas licitações para contratação integrada.

Razões semelhantes nos levam a propor a modificação do art. 17, III, da Lei, conforme o qual, *nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.* Ora, se os projetos básico e executivo serão elaborados pelo licitante vencedor, como uma incumbência contratual, não faz sentido que o detalhamento dos quantitativos e custos unitários seja entregue à Administração imediatamente após o julgamento das propostas, antes que tenha sido elaborado o próprio projeto básico. Por isso, propomos a alteração do art. 17, III, para deixar claro que essa norma não se aplica aos certames para contratação integrada. Ademais, vale ressaltar que nesta modalidade de contratação transfere-se ao contratado o risco integral da execução das obras e serviços.

Por fim, estamos propondo a inclusão de um novo parágrafo ao art. 9º da Lei, para prever que a contratação integrada poderá contemplar, além das obras e serviços de engenharia, também os serviços

de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a cinco anos, contados da data de entrega da obra. Essa mudança permite trazer para o RDC uma lógica semelhante à das concessões e parcerias público-privadas. Sendo o contratado responsável não apenas pela realização da obra, mas também pela sua manutenção e operação, ele terá incentivos para uma alocação mais eficiente dos recursos, pois uma eventual má qualidade da obra produzirá ônus que serão por ele suportados na fase de manutenção e operação, como observado por Ribeiro, Prado e Pinto Júnior (*Regime Diferenciado de Contratação*, Atlas, 2012, p. 43).

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 630, de 2013, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária. No mérito, o voto é pela **aprovação** da Medida Provisória e pela **aprovação integral** ou **parcial** das Emendas nºs 1, 11, 18 e 21, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão, rejeitadas as demais emendas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

....." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

.....

§ 3º Nas obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir que o contratado ofereça seguro-garantia até o limite de 30% do valor do contrato, prevendo, inclusive, mecanismos de retomada da obra sob a responsabilidade do segurador.

....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)

"**Art. 9º** Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela

administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º .....

.....

§ 5º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 17.** .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"**Art. 23.** .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR).

Art. 2º Ficam revogados o § 3º do art. 1º e o inciso III do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

ANEXO AO PARECER DA COMISSÃO MISTA À MPV Nº 630, DE 2013
ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS

Nº	Autor	Objeto	Análise
1	Sen. Inácio Arruda	Estende a aplicação do RDC às obras e quaisquer serviços no âmbito dos sistemas públicos de pesquisa, ciência e tecnologia, bem como aos serviços comuns (que não sejam de engenharia) nos sistemas públicos de ensino.	A Lei prevê o uso do RDC para obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino. A emenda amplia, pois, o âmbito de aplicação do RDC. Como propomos o fim das limitações materiais ao uso do RDC, a emenda deve ser considerada acolhida.
2	Dep. Eduardo Cunha	Altera o Estatuto da Advocacia, para transformar o exame da OAB em uma prova de avaliação dos cursos jurídicos, não constituindo mais a aprovação no exame um requisito para o exercício da advocacia.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
3	Dep. Mendonça Filho	Suprime o art. 2º da MPV, que revoga o § 2º do art. 9º da Lei do RDC. Com isso, o critério de técnica e preço voltará a ser o único utilizado nas licitações para contratação integrada.	Entendemos que a contratação integrada não é incompatível com o julgamento por outros critérios além daquele de técnica e preço. É possível, por exemplo, usar o critério de menor preço. Por isso, propomos a rejeição da emenda.
4	Dep. Nelson Marquezelli	Revoga o inciso IV do art. 1º da Lei nº 12.462, de 2011, que permite o uso do RDC nas ações integrantes do PAC.	Há um equívoco na emenda, pois sua justificação deixa claro que o intento é suprimir o inciso VI do art. 1º da Lei do RDC, ou seja, eliminar a possibilidade de uso do RDC nas obras e serviços de engenharia referentes a estabelecimentos penais e de atendimento socioeducativo. Seja o propósito da emenda vedar o uso do RDC nesse âmbito ou nas ações integrantes do PAC, propomos a sua rejeição, por entendermos que não existem razões técnicas para vedar o uso do RDC em

Nº	Autor	Objeto	Análise
			quaisquer contratações de obras, serviços ou aquisições.
5	Dep. Francisco Chagas	Suprime as alterações promovidas pela MPV no art. 9º da Lei do RDC, com o objetivo de voltar à situação anterior, na qual o uso da contratação integrada não era limitado a objetos que envolvessem inovação tecnológica ou técnica, possibilidade de execução com diferentes metodologias ou com tecnologias de domínio restrito no mercado.	Diversamente do que propõe a emenda, entendemos que as restrições ao uso da contratação integrada operadas pela MPV são positivas. Por isso, propomos a rejeição da emenda.
6	Dep. Francisco Chagas	Mesmo propósito da Emenda nº 3.	Vide conclusões sobre a Emenda nº 3.
7	Sen. Romero Jucá	Mesmo propósito da Emenda nº 3.	Vide conclusões sobre a Emenda nº 3.
8	Dep. André Figueiredo	Mesmo propósito da Emenda nº 3.	Vide conclusões sobre a Emenda nº 3.
9	Dep. Rogério Carvalho	Altera o art. 23, § 3º, III, da Lei do RDC, para prever, nos contratos de eficiência, que a contratada se sujeitará, ainda, a outras sanções cabíveis caso a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida seja superior ao limite máximo estabelecido no contrato para a margem de frustração da economia prevista.	A emenda tem propósito meramente elucidativo, objetivando esclarecer que o limite máximo ao qual se refere o inciso III do § 3º do art. 23 da Lei é estabelecido *em relação à margem de frustração da economia prevista*. Entendemos que a emenda é expletiva e, portanto, desnecessária, não aprimorando as regras do RDC. Por isso, propomos sua rejeição.
10	Dep. Rogério Carvalho	Altera o art. 23, § 3º, II, da Lei do RDC, para, na hipótese de, nos contratos de eficiência, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida ser superior à remuneração da contratada, prever que caberá à Administração uma indenização, no valor da diferença.	O dispositivo alterado utiliza o mesmo critério, mas classifica a quantia a ser recebida pela Administração como uma multa contratual e não como uma indenização. Entendemos que a redação original da Lei deve ser mantida, sendo mais adequada a qualificação como multa. Propomos a rejeição da emenda.

Nº	Autor	Objeto	Análise
11	Dep. Rogério Carvalho	Altera o art. 23, § 1º, da Lei do RDC, para, na definição de contrato de eficiência, substituir a expressão "despesas correntes" por "despesas de custeio". O contrato de eficiência visa à redução de despesas, sendo a remuneração do contratado um percentual da economia gerada.	A emenda corrige a redação defeituosa do texto original da Lei, uma vez que o objetivo do contrato de eficiência é a redução de despesas de custeio. As despesas correntes são um gênero, no qual se incluem as despesas de custeio e as transferências correntes (subvenções sociais e econômicas), não se cogitando de contratos de eficiência em relação a estas últimas. Propomos o acolhimento da emenda.
12	Dep. Laercio Oliveira	Inclui na Lei nova hipótese de aplicação do RDC: contratação de serviços quando o valor referente à mão de obra, no contrato, for igual ou superior a 50% do valor total.	O PLV que propomos faculta o uso do RDC em quaisquer licitações para contratações de obras, serviços ou aquisições. Não havendo mais limitação material ao uso desse regime, a emenda, que propõe nova hipótese de aplicação do RDC, deve ser considerada acolhida.
13	Dep. Marcus Pestana	Mesmo propósito da Emenda nº 3.	Vide conclusões sobre a Emenda nº 3.
14	Dep. José Guimarães	Promove diversas alterações na Lei nº 11.079, de 2004 (Lei das PPPs), mais especificamente nas regras do Fundo Garantidor e do pagamento da contraprestação da Administração Pública, permitindo este último antes da disponibilização da infraestrutura e do serviço objeto da PPP.	A emenda não guarda correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
15	Dep. Pedro Uczai	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 2003, dispositivo que veicula regra de competência tributária relativamente ao Imposto sobre Serviços.	A emenda é inconstitucional, pois pretende alterar lei complementar. O art. 62, § 1º, III, da Constituição veda a edição de MPV para tratar de matéria reservada a lei complementar. O rito das MPVs é distinto daquele estabelecido para os projetos de lei complementar. Além disso, a matéria da emenda não gaurda correlação com o objeto da MPV, o que justifica a sua rejeição, com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso

Nº	Autor	Objeto	Análise
			Nacional nº 1, de 2002.
16	Dep. Pedro Uczai	Inclui artigo na MPV para permitir que as Instituições Comunitárias de Educação Superior que tenham efetuado parcelamento de débitos tributários federais adiram ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
17	Dep. Pedro Uczai	Altera a Lei nº 11.494, de 2007, para modificar a data que serve de base na contagem do número de matrículas de alunos nas redes estaduais e municipais de ensino, para fins de distribuição de recursos do Fundeb.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002
18	Sen. Ricardo Ferraço	Inclui duas novas hipóteses de aplicação do RDC: obras estaduais e serviços de engenharia relacionados a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação da infraestrutura logística, bem como os relacionados a projetos financiados por bancos oficiais.	O PLV que propomos faculta o uso do RDC em quaisquer licitações para contratações de obras, serviços ou aquisições. Não havendo mais limitação material ao uso desse regime, a emenda, que propõe uma nova hipótese de aplicação do RDC, deve ser considerada acolhida.
19	Dep. Danilo Forte	Acrescenta à nova hipótese de uso do RDC (obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e de atendimento socioeducativo) a de serviços de cogestão e operacionalização desses mesmos estabelecimentos, admitindo o uso do recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Estende a licitação para contratação integrada aos casos de serviços de cogestão e operacionalização daqueles estabelecimentos. Prevê como duração máxima do	A emenda visa a disciplinar uma espécie de PPP na Lei do RDC. O contrato a que se refere ostenta características de uma concessão administrativa, mas sem as vantagens para o poder público que existem no caso das PPPs, como por exemplo o financiamento privado da construção da infraestrutura e o início dos pagamentos somente quando da fruição do serviço. Nessas condições, entendemos que ela não atende ao interesse público, além de ser dificilmente justificável o prazo contratual de 20 anos em uma avença na qual o

Nº	Autor	Objeto	Análise
		contrato, nessas hipóteses, 20 anos. E admite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, no caso de contratação integrada que envolva cogestão e operacionalização, mesmo quando não configurado caso fortuito ou força maior.	contratado não assume riscos nem a responsabilidade pelo financiamento do empreendimento. Propomos a rejeição da emenda.
20	Dep. Antonio Mendes Thame	Altera as Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, para sujeitar ao regime da cumulatividade o PIS/Pasep e da COFINS sobre receitas decorrentes da prestação de serviços de saneamento básico.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002
21	Sen. Francisco Dornelles	Altera a Lei do RDC, para exigir a prestação de garantia, pelo contratado, nas obras e serviços de engenharia com valor global superior a 100 milhões de reais, dada na forma de seguro-garantia em valor igual a 30% do total do contrato, devendo a seguradora se comprometer a assumir a execução no caso de inadimplência total ou parcial do contratado.	A exigência de seguro-garantia é uma forma de resguardar o contratante público contra eventual inadimplência do contratado. O seguro-garantia atuará como um fator decisivo no combate às obras inacabadas. Assim, propomos o acolhimento parcial da emenda, para facultar que a administração exija do contratado essa garantia no percentual máximo de 30% do valor do contrato, mesmo no caso de avenças com valor inferior a 100 milhões de reais.
22	Dep. Pedro Uczai	Acrescenta artigo na MPV para reclassificar, como centrais geradoras hidrelétricas, as pequenas centrais hidrelétricas com potência instalada de até 3 mil KW.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
23	Dep. Pedro Uczai	Altera a Lei nº 12.340, de 2010, para permitir que os ônibus do Programa Caminho da Escola sejam utilizados pelos municípios para outros fins, em horários distintos daqueles reservados ao transporte de educandos.	A emenda não guarda qualquer correlação com a matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
24	Dep. Pedro Uczai	Acrescenta artigo na MPV para incluir trechos	A emenda não guarda qualquer correlação com a

Nº	Autor	Objeto	Análise
		ferroviários no PAC das concessões.	matéria objeto da MPV, devendo ser rejeitada com base no art. 4º, § 4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.
25	Dep. Paulo Pimenta	Altera o art. 14 da Lei do RDC, para exigir, nas licitações para contratação integrada, a presença de empresa projetista, a fim de garantir a qualificação técnica e operacional para a elaboração dos projetos básico e executivo.	A emenda não é muito clara com respeito à exigência que faz, mas pode ser interpretada como estatuindo o dever de os participantes da licitação constituírem-se como consórcio que inclua, além da empreiteira, uma empresa projetista. Não resta dúvida de que, sendo incumbência do contratado elaborar os projetos básico e executivo da obra, ele deva dispor de profissionais habilitados para tanto ou contratar outra empresa para realizar o projeto. Isso não significa, porém, que deva necessariamente ser constituído um consórcio incluindo empresa cujo objeto social seja exclusivamente a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia. A emenda mitiga as vantagens proporcionadas pela adoção do RDC. Por isso, propomos sua rejeição.
26	Dep. Paulo Pimenta	Mesmo propósito da Emenda nº 3.	Vide conclusões sobre a Emenda nº 3.
27	Sen. Romero Jucá	Altera o art. 2º, II, da Lei do RDC, para estabelecer as seguintes regras no caso do regime de execução de empreitada por preço global: pagamento com custo de mobilização e desmobilização em separado; preço licitado total, com pagamento parcelado associado a etapas; prévia aprovação do projeto executivo.	A legislação já prevê o pagamento do custo de mobilização em separado e o pagamento associado a etapas (Lei nº 8.666, de 1993, art. 40, XIII e XIV, *a*). Quanto à elaboração prévia do projeto executivo, nem mesmo a Lei nº 8.666, de 1993, a exige em todos os casos. Ao revés, admite a sua elaboração concomitantemente à execução das obras (art. 7º, § 1º). A previsão da emenda faz com que a execução de obras se torne ainda mais demorada. Por isso, propomos sua rejeição.

Nº	Autor	Objeto	Análise
28	Sen. Romero Jucá	Revoga o § 4º do art. 9º da Lei do RDC, que veda a celebração de aditivos nas avenças em que for adotado o regime da contratação integrada, exceto para recequilíbrio econômico-financeiro por caso fortuito ou força maior, ou para alteração do projeto, a pedido da Administração, e desde que não motivada por erro ou omissão do contratado.	Ao pretender a revogação de todo o § 4º do art. 9º da Lei, a emenda é negativa. Tal parágrafo foi incluído como uma contrapartida ao fato de que, na contratação integrada, o contratado dispõe de um grau maior de autonomia na concepção e execução do objeto, devendo, com isso, assumir também os riscos correspondentes a suas escolhas. Se é ele quem elabora os projetos básico e executivo, eventuais omissões ou falhas de projeto não devem motivar aditivos contratuais que redundem em pagamentos maiores pela Administração. O § 4º veda quaisquer aditivos que resultem em pagamentos maiores ao contratado, exceto quando configurado caso fortuito, força maior, ou quando a própria Administração pretender alterar o projeto, limitado o aditivo, nessa hipótese, aos percentuais máximos definidos pela Lei nº 8.666, de 1993. Propomos a rejeição da emenda.
29	Sen. Romero Jucá	Revoga o art. 6º do Lei do RDC, que prevê a figura do orçamento sigiloso.	A adoção do orçamento sigiloso é recomendada pela OCDE, como medida destinada a combater cartéis em licitações. Retirar essa possibilidade da Administração vai no sentido contrário ao da modernização das regras licitatórias pela Lei do RDC. Propomos a rejeição da emenda.
30	Dep. Alfredo Kaefer	Acrescenta artigo à Lei do RDC, prevendo que as contratações nesse regime tenham sua execução acompanhada por auditores independentes externos, com registro na CVM.	A emenda põe em descrédito órgãos de controle interno e externo da Administração Pública e o Ministério Público, instâncias estatais com funções fiscalizadoras. Já existe um aparato estatal, com autonomia em relação aos órgãos contratantes, ao qual incumbe velar pela

Nº	Autor	Objeto	Análise
			correta aplicação dos recursos públicos. Exigir a contratação de auditores independentes, além de afrontoso aos órgãos de fiscalização, seria antieconômico, pela duplicação de esforços com o mesmo objetivo. Propomos a rejeição da emenda.

Complemento de Voto

Em relação ao relatório sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013, que "altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências", apresentado no dia 11/03/2014 e lido na 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a matéria, realizada no dia 12/03/2014, informo que em atendimento a sugestão do eminente Deputado Danilo Forte, com a finalidade de aperfeiçoar a contração de manutenção e/ou operação do objeto executado no âmbito do RDC, foi retirado o §5º do art. 9º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, nos termos do PLV apresentado e recolocado, em sua integralidade redacional, como nova redação ao §3º do art. 1º da mesma lei, suprimindo-se, por conseguinte, a revogação do dispositivo prevista anteriormente, nos termos do seguinte PLV:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

.....

§ 3º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

.....

§ 3º Nas obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir que o contratado ofereça seguro-garantia até o limite de 30% do valor do contrato, prevendo, inclusive, mecanismos de retomada da obra sob a responsabilidade do segurador.

....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)

"**Art. 9º** Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º .....

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"Art. 23. .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

Complemento de Voto

RELATORA: Senadora **Gleisi Hoffmann**

Em relação ao relatório sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013, que "altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências", apresentado no dia 11/03/2014 e lido na 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a matéria, realizada no dia 12/03/2014, informo que após a apresentação de um primeiro complemento de voto em atendimento a sugestão do eminente Deputado Danilo Forte, sugiro ainda as seguintes alterações.

I – Explicações

Por força de entendimentos mantidos com o Senador Francisco Dornelles em torno da emenda nº 21, de sua autoria, acatada parcialmente no relatório inicial, estamos sugerindo a inclusão de novo artigo à Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, com objetivo de reduzir e, se possível, extinguir as interrupções infindáveis de obras contratadas pela administração pública por força de incapacidade técnica ou financeira das empresas vencedoras da licitação, permitindo ao gestor público a contratação de seguro-garantia com a previsão de retomada do objeto contratual sob a responsabilidade do segurador. Nestes casos, define que a garantia será entre 10% e 30% do valor total estimulado para contratação, além de estabelecer os procedimentos para retomada e conclusão do objeto contratual, bem como para execução da garantia pelo segurador.

II – Alterações

Inclua-se na Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, o seguinte art. 43-A:

"Art. 43-A. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia que preveja a retomada do objeto contratual sob responsabilidade do segurador.

§1°. A garantia a que se refere o **caput** será definida entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme os riscos envolvidos na execução do objeto.

§2°. Para retomada e conclusão do objeto contratual a que se refere o **caput**, o segurador, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá subcontratar a obra ou os serviços de engenharia, no todo ou em parte, desde que haja anuência do órgão ou entidade contratante.

§3° Na hipótese de execução da garantia, o segurador assumirá os direitos e as obrigações do contratado, ficando autorizado o empenho dos créditos orçamentários necessários à conclusão das obras e serviços de engenharia em favor do segurador."

III – Voto

Ante o exposto o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 630, de 2013, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária. No mérito, o voto é pela **aprovação** da Medida Provisória e pela **aprovação integral** ou **parcial** das Emendas nºs 1, 11, 18 e 21, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão, rejeitadas as demais emendas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

.....

§ 3º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)

"Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º .....

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração



pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"**Art. 23.** .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR).

"**Art. 43-A.** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia que preveja a retomada do objeto contratual sob responsabilidade do segurador.

§1º. A garantia a que se refere o **caput** será definida entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme os riscos envolvidos na execução do objeto.

§2º. Para retomada e conclusão do objeto contratual a que se refere o **caput**, o segurador, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá subcontratar a obra ou os serviços de engenharia, no todo ou em parte, desde que haja anuência do órgão ou entidade contratante.

§3º Na hipótese de execução da garantia, o segurador assumirá os direitos e as obrigações do contratado, ficando autorizado o empenho dos créditos orçamentários necessários à conclusão das obras e serviços de engenharia em favor do segurador.

....."

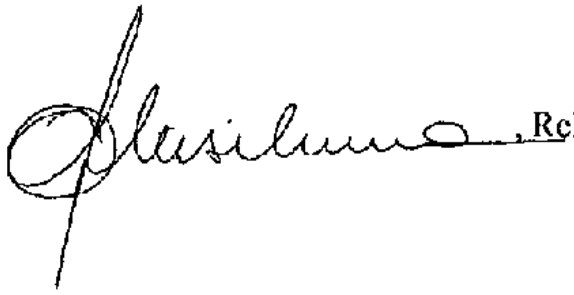


Art. 2º Fica revogado o inciso III do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

Redação Consolidada

RELATORA: Senadora **Gleisi Hoffmann**

Em relação ao relatório sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013, que "altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências", apresentado no dia 11/03/2014 e lido na 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a matéria, realizada no dia 12/03/2014, observando o que foi pactuado entre os membros da Comissão Mista, sob a condução do Presidente, Deputado Eliseu Resende, estou apresentado a redação final do PLV, que incorpora o entendimento firmado a partir das sugestões apresentadas na sessão do dia 18/03/14 pelos eminentes Senadores Francisco Dornelles e Romero Jucá.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

.....

§ 3º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)

"**Art. 9º** Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde

que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

III – será adotado preferencialmente o critério de julgamento técnica e preço, facultado à autoridade competente optar justificadamente por outro critério.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"Art. 23. .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR).

"**Art. 43-A.** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia que preveja a retomada do objeto contratual sob responsabilidade do segurador.

§1º. A garantia a que se refere o *caput* será definida entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme os riscos envolvidos na execução do objeto.

§2º. Para retomada e conclusão do objeto contratual a que se refere o *caput*, o segurador, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá subcontratar a obra ou os serviços de engenharia, no todo ou em parte, desde que haja anuência do órgão ou entidade contratante.

§3º Na hipótese de execução da garantia, o segurador assumirá os direitos e as obrigações do contratado, ficando autorizado o empenho dos créditos orçamentários necessários à conclusão das obras e serviços de engenharia em favor do segurador.

§4º Nas obras e serviços de engenharia cujo valor global do contrato ultrapasse R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a garantia deverá corresponder a 30% do valor total estimado para a contratação.

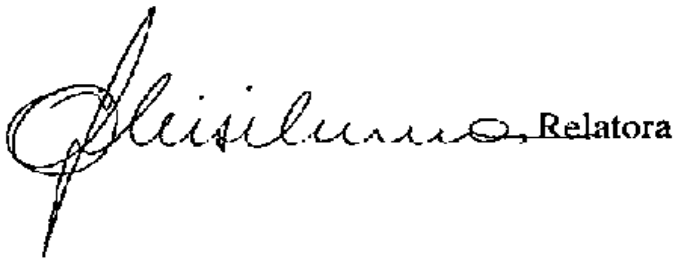
§5º O limite de garantia poderá ser reduzido para até 10% (dez por cento) do valor do contrato para as contratações previstas no § 4º, que não envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, bem como nos casos em que o percentual da apólice possa inviabilizar as contratações.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

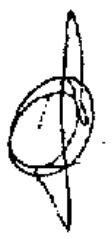
Redação Consolidada

RELATORA: Senadora **Gleisi Hoffmann**

Em relação ao relatório sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013, que "altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências", apresentado no dia 11/03/2014 e lido na 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a matéria, realizada no dia 12/03/2014, observando o que foi discutido entre os membros da Comissão Mista, sob a condução do Presidente, Deputado Eliseu Padilha, na reunião do dia 19/03/14, estou apresentando a redação final do PLV, que incorpora, tão somente, uma alteração redacional sugerida pelo Senador Francisco Dornelles ao § 4º do artigo 43-A, que dispõe sobre o seguro-garantia.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.



Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

.....

§ 3º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)

"**Art. 9º** Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde

que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

III – será adotado preferencialmente o critério de julgamento técnica e preço, facultado à autoridade competente optar justificadamente por outro critério.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"Art. 23. .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR).

"**Art. 43-A.** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia que preveja a retomada do objeto contratual sob responsabilidade do segurador.

§1°. A garantia a que se refere o *caput* será definida entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme os riscos envolvidos na execução do objeto.

§2°. Para retomada e conclusão do objeto contratual a que se refere o *caput*, o segurador, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá subcontratar a obra ou os serviços de engenharia, no todo ou em parte, desde que haja anuência do órgão ou entidade contratante.

§3º Na hipótese de execução da garantia, o segurador assumirá os direitos e as obrigações do contratado, ficando autorizado o empenho dos créditos orçamentários necessários à conclusão das obras e serviços de engenharia em favor do segurador.

§4º Nas obras e serviços de engenharia cujo valor global do contrato ultrapasse R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), será exigido seguro-garantia correspondente a 30% do valor total estimado para a contratação.

§5º O limite de garantia poderá ser reduzido para até 10% (dez por cento) do valor do contrato para as contratações previstas no § 4º, que não envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, bem como nos casos em que o percentual da apólice possa inviabilizar as contratações.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

Ofício nº 002/MPV-630/2013

Brasília, 25 de março de 2014.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14 do Regimento Comum, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão Mista aprovou, em reunião realizada nesta data, Relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 630, de 2013, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária. No mérito, o voto é pela aprovação da Medida Provisória e pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 1, 11, 18 e 21, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, rejeitadas as demais emendas.

Presentes à reunião os Senadores Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Eduardo Braga, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Gim; e dos Deputados Nelson Pellegrino, José Guimarães, Pedro Uczai, Eliseu Padilha, Manoel Junior, Danilo Forte, Guilherme Campos, Onyx Lorenzoni, Efraim Filho, Anthony Garotinho, Vanderlei Macris, Wladimir Costa, Laercio Oliveira, Arnaldo Jardim e Jorge Corte Real.

Respeitosamente,

Deputado Eliseu Padilha
Presidente da Comissão Mista

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 01, DE 2014

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplicável a licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º.....

.....

§ 3º A contratação prevista neste artigo poderá contemplar ainda os serviços de manutenção e/ou operação do objeto executado por prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da obra." (NR)

"**Art. 4º** .....

.....

IV – condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10;

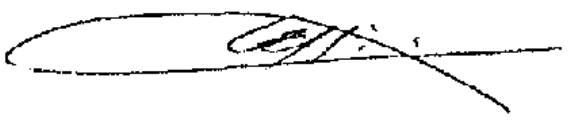
....." (NR)

"**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Salvo o disposto no art. 9º desta Lei, o custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

....." (NR)



"Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – inovação tecnológica ou técnica;

II – possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou

III – possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

.....

§ 2º .....

.....

II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

III – será adotado preferencialmente o critério de julgamento técnica e preço, facultado à autoridade competente optar justificadamente por outro critério.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, salvo o disposto no art. 9º desta Lei, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

....." (NR)

"Art. 23. .....

.....

§1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas de

custeio, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

....." (NR).

"**Art. 43-A.** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir seguro-garantia que preveja a retomada do objeto contratual sob responsabilidade do segurador.

§1°. A garantia a que se refere o *caput* será definida entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total estimado para a contratação, conforme os riscos envolvidos na execução do objeto.

§2°. Para retomada e conclusão do objeto contratual a que se refere o *caput*, o segurador, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá subcontratar a obra ou os serviços de engenharia, no todo ou em parte, desde que haja anuência do órgão ou entidade contratante.

§3° Na hipótese de execução da garantia, o segurador assumirá os direitos e as obrigações do contratado, ficando autorizado o empenho dos créditos orçamentários necessários à conclusão das obras e serviços de engenharia em favor do segurador.

§4° Nas obras e serviços de engenharia cujo valor global do contrato ultrapasse R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), será exigido seguro-garantia correspondente a 30% do valor total estimado para a contratação.

§5° O limite de garantia poderá ser reduzido para até 10% (dez por cento) do valor do contrato para as contratações previstas no § 4°, que não envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, bem como nos casos em que o percentual da apólice possa inviabilizar as contratações."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de março de 2014

Deputado Eliseu Padilha

Presidente da Comissão

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.

Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

.....

CAPÍTULO I

Do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

I - dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e

II - da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II.

IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. (Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012)

VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. (Incluído pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

§ 1º O RDC tem por objetivos:

I - ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes;

II - promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público;

III - incentivar a inovação tecnológica; e

IV - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

§ 2º A opção pelo RDC deverá constar de forma expressa do instrumento convocatório e resultará no afastamento das normas contidas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos nesta Lei.

§ 3º Além das hipóteses previstas no caput, o RDC também é aplicável às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

.....

Art. 4º Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas;

II - padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos, previamente aprovados pelo órgão jurídico competente;

III - busca da maior vantagem para a administração pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

~~IV - condições de aquisição, de seguros e de pagamento compatíveis com as do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10 desta Lei;~~

IV - condições de aquisição, de seguros, de garantias e de pagamento compatíveis com as condições do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 10; (Redação dada pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

V - utilização, sempre que possível, nas planilhas de custos constantes das propostas oferecidas pelos licitantes, de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do respectivo objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação; e

VI - parcelamento do objeto, visando à ampla participação de licitantes, sem perda de economia de escala.

§ 1º As contratações realizadas com base no RDC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e

VI - acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2º O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

.....

Art. 8º Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - contratação por tarefa;

IV - empreitada integral; ou

V - contratação integrada.

§ 1º Nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia serão adotados, preferencialmente, os regimes discriminados nos incisos II, IV e V do caput deste artigo.

§ 2º No caso de inviabilidade da aplicação do disposto no § 1o deste artigo, poderá ser adotado outro regime previsto no caput deste artigo, hipótese em que serão inseridos nos autos do procedimento os motivos que justificaram a exceção.

§ 3º O custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários.

§ 4º No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no § 3o deste artigo, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

§ 5º Nas licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas onde for adotado o regime previsto no inciso V do caput deste artigo, deverá haver projeto básico aprovado pela autoridade competente, disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

§ 6º No caso de contratações realizadas pelos governos municipais, estaduais e do Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o custo global de obras e serviços de engenharia a que se refere o § 3o deste artigo poderá também ser obtido a partir de outros

sistemas de custos já adotados pelos respectivos entes e aceitos pelos respectivos tribunais de contas.

§ 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

~~Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada.~~

Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições: (Redação dada pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

I - inovação tecnológica ou técnica; (Incluído pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

II - possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

III - possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado. (Incluído pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

§ 1º A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

§ 2º No caso de contratação integrada:

I - o instrumento convocatório deverá conter anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos destinados a possibilitar a caracterização da obra ou serviço, incluindo:

a) a demonstração e a justificativa do programa de necessidades, a visão global dos investimentos e as definições quanto ao nível de serviço desejado;

b) as condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega, observado o disposto no caput e no § 1o do art. 6o desta Lei;

c) a estética do projeto arquitetônico; e

d) os parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;

~~II – o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica; e~~

II - o valor estimado da contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica. (Redação dada pela Medida Provisória nº 630, de 2013)

~~III - será adotado o critério de julgamento de técnica e preço. – (Revogado pela Medida Provisória nº 630, de 2013)~~

§ 3º Caso seja permitida no anteprojeto de engenharia a apresentação de projetos com metodologias diferenciadas de execução, o instrumento convocatório estabelecerá critérios objetivos para avaliação e julgamento das propostas.

§ 4º Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada, é vedada a celebração de termos aditivos aos contratos firmados, exceto nos seguintes casos:

I - para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; e

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1o do art. 65 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

.....

Art. 17. O regulamento disporá sobre as regras e procedimentos de apresentação de propostas ou lances, observado o seguinte:

I - no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas ofertas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado;

II - no modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas; e

III - nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor.

§ 1º Poderão ser admitidos, nas condições estabelecidas em regulamento:

I - a apresentação de lances intermediários, durante a disputa aberta; e

II - o reinício da disputa aberta, após a definição da melhor proposta e para a definição das demais colocações, sempre que existir uma diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o do licitante subsequente.

§ 2º Consideram-se intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta; ou

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

.....

Art. 23. No julgamento pelo maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contratos de eficiência, as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionará a maior economia para a administração pública decorrente da execução do contrato.

§ 1º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada.

§ 2º Na hipótese prevista no caput deste artigo, os licitantes apresentarão propostas de trabalho e de preço, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:

I - a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração da contratada;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração da contratada, será aplicada multa por inexecução contratual no valor da diferença; e

III - a contratada sujeitar-se-á, ainda, a outras sanções cabíveis caso a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida seja superior ao limite máximo estabelecido no contrato.

.....

FONTES: http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao

Emendas ao Projeto de Lei CN nº 001, de 2014

(nº 00035/2014, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 4.900.000.000,00 (quatro bilhões e novecentos milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente."

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Índice de Emendas

Projeto de Lei Nº 001/2014 - CN

Parlamentar	Emendas	Quantidade	Total por Parlamentar
GORETE PEREIRA	00001 e 00002	2	2
		Total de Emendas:	**2**

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

Emenda - 00001
PLN 001/2014

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 001 /2014 - CN

PÁGINA DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.368.2030.20RP.0023
AÇÃO: INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA – NO ESTADO DO CEARÁ
GND 4; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 2.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES.
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.394.0902.00IG.0001
AÇÃO: CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - NACIONAL.
GND 5; MOD 90; FONTE: 300
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda apoiará a rede pública de educação básica com ações de infraestrutura no Estado do Ceará, visando obter condições adequadas de funcionamento das unidades escolares contribuindo desta forma para a permanência do aluno na escola e a melhoria do ensino em nosso País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA 20/03/2014 ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

Emenda - 00002
PLN 001/2014

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 001 /2014 - CN	PÁGINA DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.368.2030.20RP.0023
AÇÃO: INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA – NO ESTADO DO CEARÁ
GND 4; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 10.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES.
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.394.0902.00IG.0001
AÇÃO: CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - NACIONAL.
GND 5; MOD 90; FONTE: 300
VALOR: R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda apoiará a rede pública de educação básica com ações de infraestrutura no Estado do Ceará, visando obter condições adequadas de funcionamento das unidades escolares contribuindo desta forma para a permanência do aluno na escola e a melhoria do ensino em nosso País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA	ASSINATURA
20/03/2014	

Emendas ao Projeto de Lei CN nº 002, de 2014

(nº 00040/2014, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 113.800.000,00 (cento e treze milhões e oitocentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente."

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Índice de Emendas

Projeto de Lei Nº 002/2014 - CN

Parlamentar	Emendas	Quantidade	Total por Parlamentar
AELTON FREITAS	00002	1	1
GORETE PEREIRA	00019	1	1
HENRIQUE OLIVEIRA	00007 a 00009	3	3
JOSÉ ROCHA	00003	1	1
JOVAIR ARANTES	00010 a 00018	9	9
LUCIANO CASTRO	00020 e 00021	2	2
NELSON MARQUEZELLI	00022 a 00031	10	10
PEDRO CHAVES	00001	1	1
REBECCA GARCIA	00004 a 00006	3	3
ROSE DE FREITAS	00032 a 00034	3	3
		Total de Emendas:	**34**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00001
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 002/ 2014 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO A POLITÍCA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DE GOIÁS, NO VALOR DE R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73.0052
VALOR R$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0001
VALOR R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA QUE ORA APRESENTO, VISA DOTAR RECURSOS FINANCEIROS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, NO ESTADO DE GOIÁS, PARA DAR INICIO A OBRAS DE APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL PEDRO CHAVES	GO	PMDB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00002
PLN 002/2014

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN 002/2014	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

INCLUSÃO

Órgão: 56000 - Ministérios das Cidades
Unidade: 56101 - Ministérios das Cidades
Subtítulo - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Em municípios do Estado de Minas Gerais
Funcional Programática - 15 451 2054 1D73 XXX GND 4 MA 40
Valor : R$10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

CANCELAMENTO

Órgão: 56000 - Ministérios das Cidades
Unidade: 56101 - Ministérios das Cidades
Subtítulo - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
Funcional Programática - 15 451 2054 1D73 0001 GND 4 MA 40
Valor : R$10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Estes recursos permitirá o apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, por meio da implementação de projetos de infraestrutura, com vistas a melhorar as condições sanitárias, de habitabilidade, mobilidade e acessibilidade urbanas em municipios do Estado de Minas Gerais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2018	AELTON FREITAS	MG	PR

DATA	ASSINATURA
19/03/2014	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN

Emenda - 00003
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 002/2014 – CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 113.800.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", a seguinte EMENDA

INCLUSÃO - ANEXO I

ÓRGÃO: 56000 – Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 – Ministério das Cidades
AÇÃO SUBTÍTULO: Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Estado da Bahia
FUNC. PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73.0029
VALOR R$: 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais)
MOD. APLICAÇÃO: 40
GND: 4
FONTE: 300

CANCELAMENTO – ANEXO I

ÓRGÃO: 56000 – Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 – Ministério das Cidades
AÇÃO SUBTÍTULO: Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
FUNC. PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73.0001
VALOR R$: 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais)
MOD. APLICAÇÃO: 40
GND: 4
FONTE: 300

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar os municípios baianos de recursos financeiros que possibilitem a melhoria dos sistemas de transporte não motorizados, projetos de acessibilidade, pavimentação e calçamentos, obras e/ou ações de infraestrutura urbana para impulsionar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico e mitigar os problemas causados pelo crescimento desordenado causado pelo êxodo rural.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3262	JOSÉ ROCHA	BA	PR

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FIS

Emenda - 00004
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/ 2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0013
VALOR R$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0001
VALOR R$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA QUE ORA APRESENTO, TEM COMO OBJETIVO ALOCAR RECURSOS FINANCEIROS PARA O MUNÍCÍPIO DE MANAUS / AM, PARA DAR INICIO AS OBRAS DE APOIO A POLITÍCA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DESSES MUNICÍPIOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL REBECCA GARCIA	AM	PP

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda - 00005
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/ 2014 - CN	01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0013
VALOR R$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0001
VALOR R$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA QUE ORA APRESENTO, TEM COMO OBJETIVO ALOCAR RECURSOS FINANCEIROS PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS/AM, PARA DAR INICIO AS OBRAS DE APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DESSES MUNICÍPIOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL REBECCA GARCIA	AM	PP

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS

Emenda - 00006
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/ 2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0013
VALOR R$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15. 451. 2054. 1D73. 0001
VALOR R$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA QUE ORA APRESENTO, TEM COMO OBJETIVO ALOCAR RECURSOS FINANCEIROS PARA OS MUNICIPIOS EM TODO O ESTADO DO AMAZONAS, PARA DAR INICIO AS OBRAS DE APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DESSES MUNICIPIOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADA FEDERAL REBECCA GARCIA	AM	PP

DATA	ASSINATURA
	Rebecca Garcia

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN

Emenda - 00007
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:	Projeto de Lei nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0013
VALOR R$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0001
VALOR R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO ESTA EMENDA, COM O OBJETIVO DE INSERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, EM ESPECIAL OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS. TRATA-SE DE MUNICÍPIOS QUE SERVEM APENAS COMO DORMITÓRIO DOS TRABALHADORES QUE TRABALHAM NO POLO INDUSTRIAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS. NADA MAIS JUSTO QUE O PODER PÚBLICO FAÇA OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DESSES BRAVOS BRASILEIROS, QUE ATUAM COMO GUARDIÕES DA NOSSA FLORA E FAUNA BRASILEIRA, QUE É A NOSSA AMAZÔNIA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL HENRIQUE OLIVEIRA	AM	SDD

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAM

Emenda - 00008
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:	Projeto de Lei nº 02/2014 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0013
VALOR R$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0001
VALOR R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO ESTA EMENDA, COM O OBJETIVO DE INSERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, EM ESPECIAL OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE – MD/PCN. NADA MAIS JUSTO QUE O PODER PÚBLICO FAÇA OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DESSES BRAVOS BRASILEIROS, QUE ATUAM COMO GUARDIÕES DA NOSSA FLORA E FAUNA BRASILEIRA, QUE É A NOSSA AMAZÔNIA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL HENRIQUE OLIVEIRA	AM	SDD

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇ

Emenda - 00009
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:	Projeto de Lei nº 02/2014 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, NO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0013
VALOR R$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 451. 2054. 1D73 0001
VALOR R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO ESTA EMENDA, COM O OBJETIVO DE INSERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, EM ESPECIAL OS MUNICÍPIOS DO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS. TRATA-SE DE POPULAÇÃO QUE CARECEM DO APOIO DO PODER PUBLICO LOCAL. NADA MAIS JUSTO QUE O PODER PÚBLICO FAÇA OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DESSES BRAVOS BRASILEIROS, QUE ATUAM COMO GUARDIÕES DA NOSSA FLORA E FAUNA BRASILEIRA, QUE É A NOSSA AMAZÔNIA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL HENRIQUE OLIVEIRA	AM	SDD

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

Emenda - 00010
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5499 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Edeia - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Edeia no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00011
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5644 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Simolândia - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 2.000.000.00 (dois milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 2.000.000.00 (dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Simolândia no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00012
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 -- Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0052 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS P

Emenda - 00013
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5433 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Anápolis - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Anápolis no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

Emenda - 00014
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5436 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Aparecida de Goiânia - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Aparecida de Goiânia no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

Emenda - 00015
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PAGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5486 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Corumbá de Goiás - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 2.000.000.00 (dois milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 2.000.000.00 (dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Corumbá de Goiás no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00016
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5505 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Formosa - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Formosa no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

Emenda - 00017
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.7194 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Adequação da Avenida Leste-Oeste - Goiânia - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 15.000.000.00 (dois milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 15.000.000.00 (dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - Adequação da Avenida Leste-Oeste – Goiânia, no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS F

Emenda - 00018
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.5552 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Luziânia - No Estado de Goiás
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Luziânia no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. JOVAIR ARANTES	GO	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

Emenda - 00019
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/2014 - CN	PÁGINA: DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNIDADE: 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73.0023
AÇÃO: APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MUNICIPIOS - ESTADO DO CEARÁ.
GND 4; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 3.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNIDADE: 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73.0001
AÇÃO: APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NACIONAL.
GND 4; MOD 40; FONTE: 300
VALOR: R$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento urbano, com ações que visem priorizar Municípios do Estado do Ceará com infra-estrutura urbana, levando a população carente serviços de pavimentação e acessibilidade nas vias urbanas em suas sedes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA	ASSINATURA
20/03/14	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda - 00020
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/2014 - CN	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTA-SE:
ÓRGÃO: 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
OU: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73. 0238 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no Município de Boa Vista – RR
ESF. F
GND: 4
RP: 2
MOD. APLIC. 40
FONTE; 100
VALOR RS 10.000.000,00

CANCELA-SE:
ÓRGÃO: 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
OU: 56101 – MINISTÉIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73. 0001 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
ESF. F
GND: 4
RP: 2
MOD. APLIC. 40
FONTE; 300
VALOR RS 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Boa Vista, no Estado de Roraima, ao longo dos anos teve suas principais ruas pavimentadas. Com o crescimento da população, o aumento do fluxo de veículos, as chuvas e os transportes de cargas pesadas, a pavimentação sofreu um desgaste natural. Diante desses fatos é que se pretende alocar recursos para investimentos de infraestrutura urbana na capital, objetivando a execução de obras para a recuperação da pavimentação de ruas, proporcionando melhoria no tráfego de pessoas e veículos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1051	Luciano Castro	RR	PR

DATA	ASSINATURA
24/03/2014	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda - 00021
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 002/2014 - CN	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTA-SE:
ÓRGÃO: 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
OU: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73. 0247- Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de **Rorainópolis** – RR
ESF. F
GND: 4
RP: 2
MOD. APLIC. 40
FONTE; 100
VALOR R$ 3.000.000,00

CANCELA-SE:
ORGÃO: 56000
OU: 56101 – MINISTÉIO DAS CIDADES
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.2054.1D73. 0001 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
ESF. F
GND: 4
RP: 2
MOD. APLIC. 40
FONTE; 300
VALOR R$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Rorainópolis, no Estado de Roraima, não tem arrecadação própria, sobrevivendo de recursos federais para investimentos em obras de infraestrutura urbana. No decorrer dos anos Rorainópolis teve suas principais ruas pavimentadas. Com o crescimento da população, o aumento do fluxo de veículos, as chuvas e os transportes de cargas pesadas, a pavimentação sofreu um desgaste natural. Diante desses fatos é que se pretende alocar recursos para o Município, objetivando a execução de obras para a recuperação da pavimentação de ruas, proporcionando melhoria no tráfego de pessoas e veículos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1051	Luciano Castro	RR	PR

DATA	ASSINATURA
24/03/2014	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

Emenda - 00022
PLN 002/2014

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3927 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de São Miguel Arcanjo - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: : 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de São Miguel Arcanjo no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAM

Emenda - 00023
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	A 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3667 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Leme - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: : 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Leme no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

Emenda - 00024
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3995 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Valinhos - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: : 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000 000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Valinhos no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
DATA	ASSINATURA		

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

Emenda - 00025
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	A 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3935 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de São Vicente - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: : 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de São Vicente no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEI

Emenda - 00026
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3853 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Ribeirão Preto - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: : 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

Emenda - 00027
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	A 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3478 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Cananéia - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Cananéia no Estado de São Paulo

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAI

Emenda - 00028
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	A 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3437 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Bertioga - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Bertioga no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

Emenda - 00029
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3428 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Barretos - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Barretos no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

Emenda - 00030
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 02/2014 - CN	A 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3474 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Campinas - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Campinas no Estado de São Paulo.

	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN

Emenda - 00031
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : PLN nº 02/2014 - CN | 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.3433 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Município de Bauru - No Estado de São Paulo
GND: 4 MA: 40 FONTE: 100
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

CANCELAMENTO PROPOSTO:

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades
U.O: 56.101 – Ministério das Cidades
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional
GND: 4 MA: 40 FONTE: 300
Valor: R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar os recursos já alocados no OGU 2014 com o intuito de combater as desigualdades sociais, proporcionando ao cidadão a oportunidade de usufruir de espaços mais humanizados, o que resultará numa melhor qualidade de vida com o Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana - No Município de Bauru no Estado de São Paulo.

NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
Dep. NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB

DATA ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

Emenda - 00032
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 002, de 2014	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.452.2054.8866.0001
Ação – Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) – Nacional
GND 3; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

Cancelar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001
Ação – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para apoiar projetos para Regularização Fundiária nos Municípios do Estado do Espírito Santo, visando promover sua integração à cidade e de assegurar à população moradora segurança jurídica na posse.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
282	**Rose De Freitas**	ES	PMDB

DATA	ASSINATURA
	Deputada ROSE DE FREITAS PMDB/ES

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO:

Emenda - 00033
PLN 002/2014

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 002, de 2014	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0032
Ação – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – No Estado do Espírito Santo
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

Cancelar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001
Ação – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para apoiar projetos de Desenvolvimento Urbano nos municípios no Estado do Espírito Santo, visando à melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
282	**Rose De Freitas**	ES	PMDB

DATA	ASSINATURA
	Deputada ROSE DE FREITAS PMDB/ES

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

Emenda - 00034
PLN 002/2014

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 002, de 2014	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.451.2040.8865.0001
Ação – Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas) – Nacional
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

Cancelar
Órgão: 56000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Unidade: 56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES
Funcional Programática: 15.451.2054.1D73.0001
Ação – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para apoiar projetos de Contenção de Encosta nos municípios do Estado do Espírito Santo, visando minimizar os efeitos da chuva que acomete o estado todos os anos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
282	Rose De Freitas	ES	PMDB

DATA	ASSINATURA
	Deputada ROSE DE FREITAS PMDB/ES

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

25/03/2014

Terça-feira

11h	**Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, agraciar as vencedoras da 13ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e assinar Acordo de Cooperação Técnica à Campanha "Compromisso e Atitude", a ser celebrado pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados com a presença da ministra Eleonora Menicucci** Plenário do Senado
12h	**Senador Vital do Rêgo acompanhado de Gabriel Rico, diretor executivo da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM Brasil** Sala de Audiências
12h30	**Solenidade de lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2014** Sede da Confederação Nacional da Indústria – CNI Edifício Roberto Simonsen SBN Qd 1 Bl C
16h	**Ordem do Dia** Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27
PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PMDB/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Gleisi Hoffmann. . . . . PT/PR
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PCdoB/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Cidinho Santos. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB/RJ
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves. . . . . TO

PROS - 1

Ataídes Oliveira. . . . . TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL	81

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,69,89)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,98)
Rodrigo Rollemberg (65,97)
Inácio Arruda (91,100,117)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (115)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (103)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,98)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (65,97)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,90,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (91,100,117)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (94,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
119. Senador Wilder Morais é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (6)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

Leitura: 10/07/2013
Instalação: 03/09/2013
Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)	2. VAGO (1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) (1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) (2)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Anibal Diniz (PT-AC) (2)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) (4)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anpibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Ofício n° 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício n° 258/2013-GLPMDB).
9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:
1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

4) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. VAGO (12)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) (2,13,14,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

**********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

**********. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

**********. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que proroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.

**********. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida temporariamente ao Bloco União e Força (Of. 54/2014-BLUFOR e 29/2014-GLDBAG).

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador José Pimentel (PT) (4)	1. Senador João Capiberibe (PSB) (5)
Senador Anibal Diniz (PT) (4)	2. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) (1)	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) (1)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (1)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (1)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) (1)
Senador Francisco Dornelles (PP) (1)	4. Senador Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (3)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) (2)	1.
	2.

Notas:
1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS
Senador Anibal Diniz (PT)
Senador Jorge Viana (PT)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:
*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**************. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias. (Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013
Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013
Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (2)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.
*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.
******. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.
2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (10,9)	3. Anibal Diniz (PT) (42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) (90)	4. Humberto Costa (PT) (57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
VAGO (87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PMDB) (82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,30)
Jayme Campos (DEM) (30,88,79,81,85)	5. Wilder Morais (DEM) (4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (45,29)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,78,67,75)
Cidinho Santos (PR) (67,53,91,92,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Ana Rita (PT) (57)	4. Wellington Dias (PT) (57)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. VAGO (17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,37,35)	2. VAGO (30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (30,23,35)
Ana Amélia (PP) (14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) (25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (11,13,9,34)
José Agripino (DEM) (7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM) (56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Gim (PTB) (28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) (54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (116,92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. VAGO (16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) (76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (59,38)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,79,81,10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Cidinho Santos (PR) (66,67,81,112,113,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 44/2014 - GLDBAG).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias(OF. nº 028/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. VAGO (44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) (17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (44,41,81,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (48,39)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) **(64,11)**	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) (76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) **(33)**	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (21,19,10,9,55,75)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,50)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) (45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) **(40,33)**	
Blairo Maggi (PR) (46,65,59,82,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. Cidinho Santos (PR) (39,65,71,70,83,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
VAGO (4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
VAGO (4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) (2)	1. Blairo Maggi (PR) (5,2)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (67,75,58)	1. VAGO (6,8,32,25,81,75,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (30,16,74,58,62,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (49,41)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (53,45,65,79)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63,80,79)
Marcelo Crivella (PRB) (73,82,65,83)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:
1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (48,7)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) (3,60)
Anibal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) (18,17,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 46/2014 - GLDBAG).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (4,2,15,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (6,5,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (4,3,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (12,11,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).

11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) (20,19,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO (18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO (2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) (71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (7,4,72,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Jayme Campos (DEM) (37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (40,24)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Cidinho Santos (PR) (45,35,60,79,57,78)	2. João Vicente Claudino (PTB) (60,81,66)
VAGO (34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (OF. nº 18/2014 - GLDBAG)
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 45/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO (2)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:
1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).
2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Altredo Nascimento como suplente (pleo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) (57,42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (36,29)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (50,59)
Eduardo Amorim (PSC) (30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO (50)
VAGO (56,54,60,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
VAGO (62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) (79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (45,37)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54,6)
	2. Cidinho Santos (PR) (41,42,56,55,81,82,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,10)
João Capiberibe (PSB) (17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Marcelo Crivella (PRB) (20,19,44,45,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. VAGO (15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (24,21)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,16,3)	2. VAGO (41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 47/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (8,3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Cidinho Santos (PR) (10,4,9)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)
E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO (3)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) (3)
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (3)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (4)
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (5)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (3)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) (5)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
VAGO (13,2)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14)

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) (8)
PT
Paulo Paim (RS) (9)
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) (1)
PSB
Lídice da Mata (BA) (2)
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) (12)
PSD
Sérgio Petecão (AC) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (11)
PRB
VAGO (13,5)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (6)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (7)
SDD

Vicentinho Alves (TO) (10)

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of.GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of.nº028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) [8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: [8 e 9]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
[7 e 9]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)[10]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE)[7 e 12]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)[2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA)[3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR)[14]
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR)[5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP)[8]
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG)[13]	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP)[13]
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE)[6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS)[11]	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA)[10]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR)[9]
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB[1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	[1]
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Relator do PLDO / 2015:
Relator do PLOA / 2015:
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD / PV)**	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)**	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC / PRB)**	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD [1]	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Marco Maia (PT/RS)
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2.
	3.
	4.
	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Moreira Mendes (PSD/RO)	3. Urzeni Rocha (PSD/RR) [5]
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
Dimas Fabiano (PP/MG)	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
	1.
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
	1. Miro Teixeira (PROS/RJ)
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	Cleber Verde (PRB/MA)
PSOL [1]	
Ivan Valente (PSOL/SP) [4]	Chico Alencar (PSOL/RJ) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23, 26 e 37]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
Inácio Arruda (PCdoB/CE) [22 e 36]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Valdir Raupp [3, 14, 29, 33 e 35]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3, 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. Jayme Campos [2, 24 e 34]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. [6, 10, 28, 30, 31 e 32]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
Cidinho Santos (PR/MT) [38]	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 22]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 20]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 20]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 21]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 21]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Alfredo Syrkis (PSB/RJ) [2, 17 e 23]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13, 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1. [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT)[3, 6, 7, 8 e 9]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

_____

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Oswaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [4, 10]
Vice-Presidente: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/SP) [4, 10]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EDUARDO BARBOSA (PSDB-SP) [6]	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) [1]
LÍDER DA MAIORIA VICENTINHO (PT-SP)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) [2]
LÍDER DA MINORIA DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA WILDER MORAIS (DEM-GO) [3 e 7]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) [5]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) [9]	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA
DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) [8]

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Morais como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 42 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD/PV)**	
Kátia Abreu (PMDB/TO) [5]	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) [5]
Ana Amélia (PP/RS) [5]	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) [5]
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [5]	3.
Paulo Davim (PV/RN) [5]	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)**	
Ana Rita (PT/ES) [4]	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) [4]
Angela Portela (PT/RR) [4]	2. João Capiberibe (PSB/AP) [4]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [4]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [4]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
	1. Lúcia Vânia [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC/PRB)**	
Eduardo Amorim (PSC/SE) [6]	1. Gim (PTB/DF) [6]
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [6]	2.
PROS [2]	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) [2]	
	1.

Notas:
1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado André Vargas
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF) [1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SDD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [5]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [6]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [13]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) [9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) [10]
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Esperidião Amin (PP/SC) [12]
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG)[14]
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ)[14]
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA)[14]
João Maia (PR/RN) [5 e 8]	Geraldo Simões (PT/BA)[14]

Senado Federal

Titulares	Suplentes [7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) [7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) [7]
Walter Pinheiro (PT/BA) [12]	Ruben Figueiró (PSDB/MS) [11]
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) [5 e 7]	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA Vicentinho (PT/SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Domingos Sávio (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Vicente Candido (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 06.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes) [1]
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO [3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO [4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO [3, 10]
Vago [12]	
Vago [4]	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO [6]	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ [5]
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES [5]	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI [11]	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE [9]	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB n°s 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios n°s 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB n° 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 510 páginas

(O.S. 11146/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL